

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS

**A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS *THINK TANKS* NEOLIBERAIS BRASILEIROS
E ARGENTINOS: OS CASOS DO INSTITUTO LIBERAL, DO INSTITUTO DE
ESTUDOS EMPRESARIAIS E DO INSTITUTO PARA EL DESARROLLO
EMPRESARIAL DE LA ARGENTINA (1983-1998)**

**SÃO LEOPOLDO
2019**

Lidiane Elizabete Friderichs

A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS *THINK TANKS* NEOLIBERAIS BRASILEIROS E ARGENTINOS: OS CASOS DO INSTITUTO LIBERAL, DO INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS E DO INSTITUTO PARA EL DESARROLLO EMPRESARIAL DE LA ARGENTINA (1983-1998)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez

São Leopoldo

2019

F898a

Friderichs, Lidiane Elizabete.

A atuação política dos *think tanks* neoliberais brasileiros e argentinos: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (1983-1998) / Lidiane Elizabete Friderichs. – 2019.

300 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2019.

“Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez.”

1. Neoliberalismo. 2. Brasil - História. 3. Argentina - História.
4. Institutos de pesquisa. I. Título.

CDU 930.1

Lidiane Elizabete Friderichs

A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS *THINK TANKS* NEOLIBERAIS BRASILEIROS E ARGENTINOS: OS CASOS DO INSTITUTO LIBERAL, DO INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS E DO INSTITUTO PARA EL DESARROLLO EMPRESARIAL DE LA ARGENTINA (1983-1998)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez (Orientador)

Prof. Dr. Ary Cesar Minella (UFSC)

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira (PUCRS)

Prof.^a Dr.^a Marluza Marques Harres (UNISINOS)

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Korndörfer (UNISINOS)

AGRADECIMENTOS

Uma trajetória acadêmica se constrói com a ajuda, o incentivo e a troca entre muitas pessoas: professores, amigos, familiares e colegas. Sou muito grata a todos que fizeram parte dessa caminhada desde a graduação até o doutorado, muito obrigada pelo aprendizado e pelo convívio de todos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos e a seus professores pela atenção com que tratam os alunos e pela contribuição na minha formação.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Unisinos pela bolsa que proporcionou a dedicação integral a esse trabalho e pela bolsa do Programa de Doutorado-sanduiche no Exterior (PDSE) que permitiu o estágio na Argentina e a coleta de fontes naquele país.

Ao professor Hernán Ramírez pela orientação e por ter acreditado nesse projeto e incentivado sua realização, pelas indicações, trocas e aprendizados desses quatro anos.

Ao professor Sergio Morresi pelo aceite e acolhista no estágio em Buenos Aires.

Aos professores das três instituições pelas quais passei - Unisinos, FURG e UFPEL, agradeço por todo o aprendizado e incentivo, vocês foram essenciais na minha formação e nessa caminhada. Agradeço especialmente a Alessandra Gasparotto, Aristeu Lopes, Edgar Gandra, Julia Mattos, Gizele Zanotto e Juarez Fuão. Agradeço também a professora Marcela Ferrari da Universidad Nacional de La Plata, pelas aulas que ajudaram a pensar essa tese em perspectiva comparada.

Aos funcionários dos IL, do IEE e dos acervos consultados em Buenos Aires pelo gentil atendimento.

Aos professores que participaram da banca examinadora da tese Ary Minella, Marluza Harres, Rafael Madeira e Ana Paula Korndörfer, os dois primeiros presentes desde a qualificação, pelos apontamentos, sugestões e contribuições a esse trabalho.

Aos colegas e amigos do PPGH da Unisinos Marcos Jovino, Jonathan Fachini, Felipe da Fonseca, Elisa Fauth, Talita Messias, Priscilla Almaleh e Alba Salatino pela convivência, sugestões e debates.

A equipe da Revista Latino-Americana de História com que trabalhei nos últimos dois anos de doutorado, principalmente a Cyanna Fochesatto pela parceira nessa empreitada e por mostrar que trabalhos em grupo podem ser tranquilos e agradáveis.

A Vanderlise Barão, Ana Paula Amaral, Pablo Maciel e Tiago Goulart pelos anos de amizade, debates políticos e momentos de descontração.

A Estela Benevenuto pela amizade que construímos nesses anos de doutorado e pela parceria durante o PDSE, dividindo moradia, sopas e vinhos. E a Maíne Lopes pelos bons momentos compartilhados em Buenos Aires.

As amigas que Porto Alegre e a História me trouxeram, Helen Ortiz, Tassiana Saccol, Letícia Marques, Camila Silva, Danielle Viegas e Luciana Oliveira, pela amizade, apoio, carinho e convivência que enriquecem meus dias.

A Mariana Couto e a Micaele Scheer pela parceria e amizade, intensificadas nos últimos anos. Obrigada pelo afeto e por partilharem os altos e baixos do doutorado e da vida.

A Luísa Brasil, Clara da Rosa e Luiane Motta, amigas que me acompanham desde a graduação, pelo afeto, escuta e por estarem sempre presentes, fortalecendo um elo que não se rompe, nem diminuiu.

Ao Eduardo Knack pelo companheirismo, incentivo e amor dos últimos quatro anos. E também por trazer a Bee para as nossas vidas, que deixou mais leve e agradável os últimos meses da escrita da tese.

A minha mãe Roseli Perusso pelo apoio, incentivo e amor de toda a vida, por tudo que fez e continua fazendo por mim.

RESUMO

A presente tese analisa de forma comparada a atuação política dos *think tanks* do Brasil e da Argentina do período da redemocratização, até o final da década de 1990. Esses institutos congregaram frações das novas direitas desses países e se ocuparam da divulgação do neoliberalismo a partir de uma série de estratégias, que contemplaram a tradução e a produção de materiais didáticos sobre o livre mercado, a realização de eventos e de cursos de formação para públicos específicos e a constituição de propostas de políticas públicas. No Brasil, foram analisados o Instituto Liberal (IL) e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), e na Argentina o Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (IDEA). Investigamos nesse trabalho o processo de expansão e consolidação desses *think tanks* a fim de analisar sua atuação, na tentativa de elaborar um consenso pró políticas neoliberais para o Brasil e para a Argentina com intuito de influenciar os rumos das decisões administrativas desses países. Também são analisadas as formas como essas organizações construíram e difundiram suas ideias para a sociedade, que grupos os fundaram e dirigiram e quais suas propostas políticas e econômicas para essas duas sociedades. Tais institutos objetivavam, a partir de um massivo processo de convencimento e internalização das perspectivas neoliberais, apresentar um projeto político-econômico de longo prazo para esses países.

Palavras-chave: Think tanks, Neoliberalismo, Direitas, Brasil, Argentina, História Comparada

ABSTRACT

The present thesis analyzes in a comparative way the political action of the tanks of Brazil and Argentina of the period of redemocratization, until the end of the decade of 1990. These institutes congregated fractions of the new rights of these countries and they were occupied in the diffusion of neoliberalism from a series of strategies, which included the translation and production of didactic material on the free market, the holding of events and training courses for specific audiences, and the constitution of public policy proposals. In Brazil, were analyzed the Instituto Liberal (IL) and the Instituto de Estudos Empresariais (IEE), and in Argentina the Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (IDEA). We investigate in this work the process of expansion and consolidation of these think tanks in order to analyze their performance, in an attempt to develop a consensus for neoliberal policies for Brazil and Argentina in order to influence the direction of the administrative decisions of these countries. Also analyzed are the ways in which these organizations have built and disseminated their ideas for society, which groups have founded and directed them and what their political and economic proposals are for these two societies. These institutes aimed, from a massive process of convincing and internalizing neoliberal perspectives, to present a long-term political-economic project for these countries.

Keywords: Think tanks, Neoliberalism, Rights, Brazil, Argentina, Comparative History

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Capa da Revista <i>O Cidadão</i>	207
Figura 02 Capa da Revista <i>Turma da Mônica</i>	209

LISTA DE SIGLAS

ATLAS - Atlas Economic Research Foundation
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEA - Consejo Empresario Argentino
CEDES - Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais
CEMA – Centro de Estudios Macroeconomicos de Argentina
CESPA - Centro de Estudios de la Situación y Perspectivas de la Argentina
CGT - Confederación General del Trabajo
CI - Capitanes de la Industria
CIPE - Center for International Private Enterprise
FARSUL - Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FECOMERCIO - Federação do Comércio de São Paulo
FEDERASUL - Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FIEL – Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas
FIERGS - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FIESP - Federação das Indústrias de São Paulo
FM – Fundación Mediterranea
FMI - Fondo Monetário Internacional
HACER - Hispanic American Center for Economic Research
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IDEA - Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina
IEA - Institute of Economic Affairs
IEE – Instituto de Estudos Empresariais
IL – Instituto Liberal
ILBSB – Instituto Liberal de Brasília
ILRS - Instituto Liberal do Rio Grande do Sul
ILRJ - Instituto Liberal do Rio de Janeiro
ILSP - Instituto Liberal de São Paulo
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

RELIAL - Red Liberal para América Latina

SRA – Sociedad Rural Argentina

TTs – Think tanks

UBE - União Brasileira dos Empresários

UCEDE - Unión del Centro Democrático

UDR - União Democrática Ruralista

UIA - Unión Industrial Argentina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. DIREITAS, NEOLIBERALISMO E <i>THINK TANKS</i>: DEBATES CONCEITUAIS	24
2.1 Direitas: algumas reflexões teóricas	24
2.2 Neoliberalismo: origens e definições	31
2.3 <i>Think tanks</i> : debates e definições	40
2.4 Tendências e debates na historiografia sobre os TTs	49
3. IL, IEE E IDEA, SEUS PRIMEIROS PASSOS E A ESTRUTURAÇÃO DE SUAS IDEIAS	58
3.1.1 Instituto Liberal – breve histórico	58
3.1.2 IL e Neoliberalismo: discursos e proposição de políticas públicas	63
3.2.1 Instituto de Estudos Empresariais - breve histórico	82
3.2.2 O Neoliberalismo do IEE por meio dos Pensamentos Liberais	88
3.3.1 Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina – breve histórico	98
3.3.2 A construção do discurso de livre mercado a partir da Revista IDEA	104
3.4.1 Estabelecendo algumas comparações	117
4. ANÁLISE DOS FUNDADORES, DIRIGENTES E INTELLECTUAIS DO IL, IEE E IDEA	126
4.1 Perfil dos fundadores do ILRJ, seus presidentes e intelectuais	127
4.2 “Se soubermos comunicar, convenceremos”, balanço dos diretores e pensadores do ILSP	147
4.3 “Éramos tachados de xiitas”, análise dos fundadores e dirigentes do IEE e ILRS...156	
4.4 “Achicar el Estado es agrandar la nación”, os representantes do IDEA	173
4.5 Semelhanças e diferenças entres os três institutos	189
5. IL, IEE E IDEA - ATUAÇÃO POLÍTICA E DIVULGAÇÃO DO LIVRE MERCADO	194
5.1 IL, seus ciclos de formação e sua aproximação com diversos públicos	194

5.2 O IEE e o <i>Fórum da Liberdade</i>	213
5.3 O IDEA e o <i>Coloquio Anual</i>	233
5.4 Conexões e particularidades dos institutos	252
6. CONCLUSÃO	259
LISTA DE FONTES	269
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	273
ANEXOS	281

1. INTRODUÇÃO

No início da década de 1980, a partir da abertura política no Brasil e na Argentina, ocorre um processo de recomposição das direitas, em torno de um novo bloco político e econômico, o neoliberalismo. O período da redemocratização¹ causou às classes dominantes certa insegurança a respeito dos caminhos que a economia e a política poderiam seguir, pois com um processo eleitoral mais amplo e com a perspectiva da confecção de novas constituições, seus interesses poderiam perder espaço frente a projetos ligados a grupos mais progressistas ou de esquerda. Em virtude disso, uma nova articulação para manter sua influência e seus interesses no centro do jogo político se fazia necessária.

Nesse contexto, são fundados ou realinhados alguns institutos, conhecidos como *think tanks* (*TTs*), que passaram a congregar uma série de empresas e de dirigentes empresariais de direita, com o objetivo de tornar coesas as propostas desses grupos e divulgar entre seus pares, e para a sociedade em geral, o neoliberalismo, apresentado como uma solução inovadora para os problemas que impediam o desenvolvimento dos países latino-americanos.

Os *TTs* funcionam como operadores de sentido, alicerçados por ideias e argumentações científicas que justificam e corroboram a adoção de uma determinada proposta, de acordo com a visão de mundo na qual estão inseridos (TEIXEIRA, 2009, p.4). Trata-se, portanto, “de um espaço privilegiado de fazer política, que encontra terreno fértil na democracia, em que a disputa pelo poder se dá no campo das ideias” (RIGOLIN E HAYASHI, 2012, p.3).

Dessa forma, o presente trabalho, tem por objetivo investigar, de forma comparada a atuação política dos *think tanks* do Brasil e da Argentina, no período da redemocratização, até o final da década de 1990. Para o Brasil, foram analisados o Instituto Liberal (IL) e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), e para a Argentina o Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (IDEA). Buscou-se compreender,

¹ Os processos de redemocratização política da Argentina (1983) e do Brasil (1985) tiveram características diferentes. O primeiro passou por uma *transição por colapso*, que contou com duas crises que levaram à desestruturação do regime autoritário: a derrota na Guerra das Malvinas e o colapso econômico. Acontecimentos que não permitiram que os militares pudessem impor condições aos civis, nem encontrassem tempo e estímulos necessários para cooperar e fazer acordos com aqueles (NOVARO, 2006). Já o Brasil passou por uma *transição por consenso* ou *pactuada*, que abarcou uma longa década de pequenas liberalizações e uma difícil negociação entre as Forças Armadas e a oposição. Foi um processo dirigido pelos militares e por uma fração da classe dominante, os quais comandaram e fixaram os ritmos da mudança, fato que representou a continuidade de muitas das estruturas e das práticas políticas do regime autoritário.

os motivos que levaram o surgimento desses institutos no contexto da redemocratização, sua expansão nos anos seguintes, a forma como estruturavam suas ideias, seus mecanismos de atuação política e os grupos que representavam.

O Instituto Liberal (IL) foi fundado no Rio de Janeiro em 1983, e tinha por objetivo divulgar as ideias liberais para os empresários e para a sociedade brasileira, a partir da publicação de livros, da confecção de materiais didáticos, da realização de eventos e da elaboração de propostas de políticas públicas. O Instituto de Estudos Empresariais (IEE) foi fundado em Porto Alegre, no ano de 1984 e atua, principalmente, na formação de lideranças empresariais “com base nos conceitos de economia de mercado e livre iniciativa” e na organização de eventos que visavam “difundir conceitos e elaborar propostas coerentes com os valores defendidos pela entidade”². O Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (IDEA), foi criado em 1960 na cidade de Buenos Aires e se destaca por funcionar como uma escola de formação para os empresários argentinos, tendo como alinhamento central, a defesa do livre mercado.

Entende-se esses três *think tanks* como instituições que congregaram frações das direitas políticas e que influenciaram nas discussões e nas propostas de políticas públicas da Argentina e do Brasil. Tais institutos foram responsáveis, junto com meios midiáticos, pela tentativa de elaborar um consenso pró políticas neoliberais, afirmando que essas seriam as únicas capazes de livrar esses países e a América Latina do atraso e do subdesenvolvimento. É importante salientar que esses institutos não agem de forma isolada, contando com ramificações que os interligam com redes de *TTs* da América Latina, dos EUA, da Europa e de outras regiões do mundo.

O recorte temporal encontra-se condicionado aos anos que demarcaram os caminhos que a Nova República seguiria em ambos países. Assim, a análise inicia no ano de 1983 para entender o contexto de inserção desses institutos no Brasil e na Argentina, assim como problematizar a criação do IL em 1983, do IEE em 1984, e do IDEA em 1960. Mesmo o IDEA tendo sido criado duas décadas antes dos *TTs* brasileiros, o foco da análise se dará a partir da redemocratização da Argentina em 1983. Estende-se essa análise até o fim da década de 1990, para compreender o papel desses *TTs* na difusão das ideias neoliberais, as quais ganharam espaço e inserção nesses dois países em tal década.

Pode-se explicar o crescimento desses *TTs*, durante as décadas de 1980 e 1990, levando em consideração a conjuntura nacional e internacional. Como influência internacional tem-se a difusão do neoliberalismo enquanto movimento ideológico e como

² Informações retiradas do site: <http://www.iee.com.br/home/> Acesso em: 01/06/2015.

projeto de governo e de sociedade. Essa propagação também foi impulsionada pela derrota das alternativas socialistas, principalmente após a queda do muro de Berlim em 1989. A desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) significou a vitória de um modelo de governo, representado pelo capitalismo, no plano econômico e pelas democracias liberais, no plano político. As reformas neoliberais aplicadas durante a ditadura de Augusto Pinochet no Chile (1973-1989) e durante os governos de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e Ronald Regan nos Estados Unidos (década de 1980) eram, nesse contexto, vistas e divulgadas como experiências práticas de sucesso a serem seguidas pelo Brasil e pela Argentina. O IL, o IEE e o IDEA se destacam como difusores dessas concepções.

No contexto nacional brasileiro, a década de 1980 é marcada por importantes transformações socioeconômicas e culturais, como o crescimento de lutas sociais encabeçadas pelo movimento sindical, pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores, entre outros, os quais exigiam o retorno à democracia, as eleições diretas para presidente, a retomada e o avanço dos direitos sociais. Destaca-se nesse contexto, o sindicalismo do ABC paulista e as greves que passaram a ser deflagradas a partir de 1978 e que obrigavam o governo e os empresários a iniciar um diálogo com os sindicatos. No ano de 1984 a população brasileira participou ativamente da campanha pelas Diretas Já, que reivindicava a eleição direta para presidente da República e expressava o descontentamento com a ditadura. Todavia, a emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas, proposta pelo deputado federal Dante de Oliveira, foi derrotada no Congresso, causando grande frustração nacional. Mesmo com a derrota dessa emenda, o candidato da oposição Tancredo Neves (PMDB) foi eleito, mas acaba morrendo dias antes de assumir o cargo. Sua morte gerou muita insegurança sobre a continuidade do processo de abertura política. Contudo, sem maiores percalços, assumiu seu vice, José Sarney (PFL), antigo aliado do governo militar³. Os governos subsequentes de Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso foram responsáveis por implantar o receituário neoliberal no Brasil.

O contexto argentino tem semelhanças com o brasileiro no que se refere à luta pelo fim da ditadura e a retomada de movimentos sociais que tinham como pauta a criminalização dos militares que violaram os direitos humanos e a justiça para as vítimas da ditadura militar. De forma diferente do Brasil, a Argentina contou com uma saída desordenada dos militares do poder, o que proporcionou uma maior desvinculação desses

³ O governo de Sarney (1985-1990) ficou marcado pela tentativa de estabilização econômica, através do Plano Cruzado, que se revelou um fracasso e, pela deflagração da nova Constituição brasileira em 1988.

para com as decisões políticas. O vencedor das eleições foi o líder da Unión Cívica Radical, Raúl Alfonsín, e não o candidato peronista, como se esperava. Juan Portantiero (1987) afirma que Alfonsín foi o candidato que melhor soube interpretar a aspiração democrática que anos de autoritarismo militar e violência política deixaram na sociedade argentina. Sua campanha girou em torno dos Direitos Humanos e nas propostas de como julgar os crimes militares. O início do seu governo descartou a política de acordos e adotou uma postura de confrontação para com os militares. Ao assumir, Alfonsín ordenou o julgamento das três primeiras juntas militares por violações dos direitos humanos, o que implicou na condenação histórica dos militares e da ditadura. O próximo presidente da Nação, Carlos Menem, vai estabelecer as políticas pró mercado na Argentina.

A instabilidade política que caracterizou boa parte do século XX, na Argentina em maior grau que no Brasil, foi marcada por uma série de golpes e tentativas de golpes que impediram o enraizamento de práticas democráticas nesses dois países. Ricardo Sidicaro (2004) analisou as coalizões golpistas que se estabeleceram na Argentina para executar os golpes de Estado e legitimar as seis ditaduras militares que esse país viveu. De acordo com o autor, diferentes forças participaram, de variadas formas, de tais coalizões ao longo do século XX: partidos políticos, corporações empresariais, sindicatos, Igreja Católica, meios de comunicação, instituições culturais e universidades. A aceitação de amplos setores da sociedade para as saídas não democráticas gerou *la norma de ilegitimidad*, “desde cuya perspectiva se comparten creencias que justifican la validez de los medios ilegales para hacer rotar a los detentadores del poder o para cambiar las reglas mediante las cuales el mismo ejerce” (SIDICARO, 2004, p.55).

A aceitação e a naturalização da norma da ilegitimidade por parte dos países latino-americanos estabeleceram os limites da democracia política e deixaram um caminho trilhado para a aceitação da quebra das regras institucionais, quando candidatos e/ou partidos ameaçassem projetos ou privilégios da classe dominante. Se nos últimos 25 anos parecíamos ter derrotado politicamente essa tendência e deixado as saídas golpistas de lado, as últimas experiências de Honduras (2009), do Paraguai (2012) e do Brasil (2016), mostraram em “golpes brancos”, arquitetados como forma de retomar o poder não alcançado por meios eleitorais, como a norma da ilegitimidade ainda é padrão nas nossas sociedades e como a direita tem dificuldades em aceitar as regras democráticas quando essas não lhes favorecem⁴. Para Juan Linz (1978), as coalizões golpistas são fruto de uma história antecedente, não apenas de uma conjuntura imediatamente anterior aos

⁴ Ver mais em FREIXO (2016) e JINKINGS et.al (2016).

golpes de Estado, pois as quebras institucionais são processos imbricados na matriz política dos países e se explicam, em parte, pelo fracasso das lutas políticas na arena democrática.

Desde o fim da II Guerra Mundial, até a década de 1980, a clivagem esquerda-direita na América Latina, estava associada a luta global da guerra fria entre o capitalismo e o comunismo. A partir do início dos anos 1990, a direita, apoiada pela hegemonia regional dos Estados Unidos, defendeu o capitalismo e a propriedade privada, enquanto a esquerda advogava por políticas redistributivas e modelos de desenvolvimento de teor estatista. Nessa década, em um contexto de ameaça diminuída, as classes dominantes não viam mais a competição democrática como um risco a seus interesses e a direita é capaz de distanciar-se de padrões de intervenção militar que havia marcado suas atuações políticas na América Latina. Nesse novo momento, os interesses da classe dominante poderiam ser defendidos dentro de instituições democráticas e o autoritarismo era uma ferramenta cada vez mais dispensável das direitas políticas na região (ROBERTS, 2014).

Ao mesmo tempo ocorreu o abandono de projetos revolucionários por parte da esquerda. Essa, se tornou menos ameaçadora para os grupos de classe média e alta, e fez amplas coligações que acabaram apoiando reformas econômicas de cunho liberal. Sem o espectro de comunismo, os atores da direita, da era pós-guerra fria, não poderiam facilmente reivindicar saídas golpistas para bloquear a mobilização das majorias democráticas em prol de políticas redistributivas; tendo que competir na arena democrática para defender seu *status quo* (ROBERTS, 2014). A direita política lutou para defender os interesses da classe dominante dentro de regimes democráticos, fortalecendo um trabalho de convencimento e de conquista de “corações e mentes” ao seu projeto de sociedade, os quais estavam apoiados em *TTs* pró mercado e nos meios de comunicação, que impulsionaram o discurso da vitória incontestável do modelo neoliberal.

Os programas político-econômicos recomendados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, levaram os países em desenvolvimento a adotar altas taxas de juros para conter a inflação, desvalorizar suas moedas para estimular as exportações e introduzir medidas orçamentárias rigorosas para melhorar as finanças públicas. A maioria dos países da América Latina priorizou o combate à inflação, mesmo à custa do aumento do desemprego, e praticamente todas as políticas públicas foram reconsideradas para reduzir custos e aumentar a flexibilidade do mercado. A lógica do mercado foi estendida a quase todos os empreendimentos sociais: até mesmo o Estado, a educação e a saúde deveriam ser administrados como um negócio (NOËL; THÉRIEN, 2008). Por conseguinte, “la utopía de libre mercado iría ganando terreno sobre las utopías

de la igualdad social, sustituyendo liberalismo por democracia y ocultando o diluyendo la profunda interconexión entre liberalismo económico y autoritarismo” (CASTORINA, 2007, P.57).

Os *think tanks* em atuação nesse período, ligados em sua maioria a empresários, se estruturam para fazer frente às forças populares, tendo como objetivos principais difundir os princípios neoliberais entre seus pares e para a sociedade, além de contribuir para a implementação de reformas políticas e econômicas de livre mercado. Entre suas propostas estava a regulamentação entre capital e trabalho e a privatização das funções sociais do Estado: previdência, saúde e educação. De acordo com Mercedes Botto

Una nueva oleada tiene lugar en Europa y en muchos países en desarrollo durante los años noventa. En Gran Bretaña y Estados Unidos, vino de la mano de la llamada “revolución neoconservadora” que protagonizaron Margaret Thatcher y Ronald Reagan. En América Latina y Europa oriental, en cambio, fueron las reformas estructurales promovidas por los organismos internacionales de crédito las que instalaron la política de expertos, como una nueva forma de hacer política. En efecto, para poner en marcha estas reformas, los gobiernos se sirven de los *TT* locales, en su mayoría vinculados a empresas y partidos políticos, que producen datos, ideas y argumentos para legitimar estas decisiones en la opinión pública (BOTTO, 2011, p.87).

Tendo em vista que os *think tanks* se estabeleceram como um importante elemento de debate político, econômico e social em quase todas as partes do mundo, faz-se necessário entender a extensão de sua influência e sua importância para o Brasil e a Argentina. Assim, essa tese se justifica dada a crescente relevância que os *TTs* vem assumindo na formulação de propostas de políticas públicas e na elaboração de debates sobre temas que envolvem a economia, a política e a sociedade, motivos pelos quais, entender o funcionamento dessas instituições, o conteúdo dos seus projetos, e como eles se inserem na vida pública dos países em que atuam é essencial para compreender nossa sociedade contemporânea e os rumos que nossas democracias seguiram. Esse trabalho também se justifica pela necessidade de analisarmos as articulações do IL, do IEE, e do IDEA, com os setores empresariais e políticos da sociedade, verificando se seus projetos tinham força e capital simbólico suficiente para influenciar as políticas públicas e pautar questões econômicas e sociais na Argentina e no Brasil. Nesse sentido, julga-se necessário entender a partir de quais mecanismos de ação e de interpretação da realidade esses institutos tentaram influenciar na formação da opinião pública e na tomada de decisões políticas nesses países.

Essa tese tem por objetivo geral compreender o processo de expansão e consolidação do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para

el Desarrollo Empresarial de la Argentina, a fim de analisar a atuação desses, na tentativa de elaborar um consenso pró políticas neoliberais para o Brasil e para a Argentina, no intuito de influenciar os rumos das decisões políticas desses países.

Tendo esse escopo como finalidade geral, seis principais questões foram abordadas e respondidas ao longo da tese. As perguntas que guiaram os debates sobre o objeto foram: I) Entender o processo de fundação do IL e do IEE no Brasil e do IDEA na Argentina. II) Investigar que grupos constituem e dirigem o IL, o IEE e o IDEA e que instituições os financiam. III) Compreender como constroem suas argumentações em torno do ideário neoliberal e quais são suas propostas para as políticas públicas. IV) Mapear os espaços de atuação e interferência (política, economia, mídia) do IL, do IEE e do IDEA e os locais por onde suas ideias se disseminam (jornais, palestras, eventos), buscando compreender a partir de quais mecanismos esses *think tanks* tentam influenciar nas decisões políticas. V) Verificar se existe um público específico para o qual esse conhecimento é difundido, como empresários, políticos, universitários, ou se são voltados para o público em geral. VI) Analisar as articulações do IL, do IEE, e do IDEA, com os setores empresariais e políticos da sociedade.

Tem-se por hipótese que esses institutos, enquanto representantes da nova direita política do Brasil e da Argentina, objetivavam impor/propor, a partir de um massivo processo de convencimento e internalização das perspectivas neoliberais, um projeto político-econômico-social de longo prazo para esses países, o qual visava estabelecer os alcances e os limites da democracia. Salienta-se que não interpreto a atuação desses institutos de forma isolada, mas que esses agindo de forma coordenada e a partir de uma coesão de ideias, com associações de classe patronais, meios de comunicação e políticos de direita, tenham por propósito delimitar a política e a democracia às regras e os pressupostos do livre mercado.

Nessa perspectiva, entendemos que as sociedades que implantaram as políticas neoliberais tendem a restringir as dimensões conflitivas e participativas da democracia, substituindo cidadãos por consumidores. Para María Bonetto, nos processos de institucionalização da democracia liberal “el significado de lo democratico queda sujeto a las restricciones de un Estado de Derecho plasmado ya constitucionalmente como expresión del liberalismo, que pone limites constriñendo lo que puede decidirse democraticamente” (BONETTO, 2012, p.209).

Emilia Castorina (2017) defende que democracia e neoliberalismo não são termos que podem andar lado a lado, visto que, a lógica excludente do mercado seria incompatível com a lógica integradora da democracia. Mesmo assim, o primeiro foi

apresentado como uma forma de modernização da segunda, identificando-os com o exercício pleno na liberdade. O neoliberalismo, portanto, se apropriou progressivamente “política y semánticamente del término ‘democracia’, prometiendo una serie de bienes tendientes al desarrollo humano y social en el mismo momento en que se dismantelaban las capacidades institucionales del Estado para lograrlo” (CASTORINA, 2007).

Assim, a identificação política e cultural com outros sistemas de valores é progressivamente corroída e o neoliberalismo passa a representar um projeto político e cultural, que constrói sua própria imagem do social (baseado no pressuposto dos teóricos do livre mercado), reconstituindo o significado da democracia liberal. “A política é assim reformulada em uma estrutura neoliberal - em uma sensibilidade antipolítica que desconfia de qualquer visão normativa que ameace a autonomia (politicamente construída) da razão de mercado” (PHELAN; DAWES, *tradução própria*, 2018, p.13)⁵.

As fontes pesquisadas para essa tese têm diferentes origens. No caso do Brasil, elas foram consultadas, em grande parte, no Instituto Liberdade e no Instituto de Estudos Empresariais, ambos acervos privados, localizados em Porto Alegre, nesses espaços tive acesso às principais publicações do IL e do IEE, estando restrita, ao acervo que os institutos possuem e o que me disponibilizaram pesquisar. O Instituto Liberdade, antigo ILRS, tem um catálogo bastante expressivo dos materiais produzidos pela rede nacional de IL's, no entanto, não contém todas as séries lançadas pelo instituto. Materiais extras, foram procurados em outros acervos, sem muito sucesso, inclusive no ILRJ, do qual não obtive retorno aos e-mails solicitando acesso a documentação. Já o IEE possui um acervo menor e segundo o que informaram nesse, alguns materiais mais antigos (da década de 1980) não se encontravam na instituição ou se perderam com o tempo. Além desses espaços, algumas revistas e livros, editados pelo IL e pelo IEE, foram consultados na biblioteca da PUCRS e da UNISINOS e outros foram comprados. Outras informações, ainda, foram consultadas nos sites das instituições, em suas versões atuais e antigas (através de plataforma Wayback Machine⁶), as edições do *Fórum da Liberdade*, por exemplo, foram acessadas, quase integralmente, na plataforma online do IEE⁷. Não tive acesso, porém, a materiais, sobre a organização interna dos institutos, sua administração, suas atas, assim como dados sobre suas operações financeiras e o quanto de capital

⁵ “Politics is thus recast in a neoliberal frame—in an anti-political sensibility that is suspicious of any normative vision that threatens the (politically constructed) autonomy of market reason” (PHELAN; DAWES, 2018, p.13).

⁶ O acesso a plataforma foi realizado nesse site: <https://archive.org/web/>

⁷ O acesso foi realizado no site: <https://www.youtube.com/user/forumdaliberdade/featured>

possuíam para gestar suas associações, materiais que, se existem, devem ser apenas de acesso interno.

No caso da Argentina, o IDEA não me permitiu acesso a seu acervo, mesmo depois de certa insistência, negaram a possibilidade de pesquisar na instituição. Sua principal publicação, no entanto, estava disponível no Arquivo da Biblioteca do Congresso Nacional, por onde tive acesso ao conjunto quase completo da *Revista IDEA* dos anos de 1983 a 2000. Outros espaços, como o arquivo do Ministério da Economia, a Biblioteca Nacional Mariano Moreno e o Centro de Estudios de la Situación y Perspectivas de la Argentina (CESPA), ligado ao Instituto de Economía da Universidade de Buenos Aires, foram consultados para levantar informações sobre o instituto e os empresários que os coordenavam. Outras informações sobre o IDEA e seus diretores também foram consultadas na internet e em pesquisas acadêmicas.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo foram debatidos os principais conceitos que guiaram a escrita dessa tese: direitas, neoliberalismo e *think tanks*. Não busquei fazer uma análise exaustiva dos temas, mas apresentar as principais reflexões sobre esses conceitos e posicionar a linha seguida por esse estudo. Essa primeira análise, mais geral sobre os conceitos, foi particularizada nas discussões historiográficas, de cada caso e país no decorrer dos demais capítulos. Nessa primeira parte, também foi realizada uma breve apresentação da literatura existente sobre os *think tanks* do Brasil e da Argentina, os trabalhos que mais contribuíram para essa tese foram utilizados de forma mais detalhada ao longo dos capítulos.

O segundo capítulo foi organizado para discutir como pensam esses institutos e como estruturam seus discursos. Primeiramente realizou-se um breve histórico da fundação desses *think tanks*, abordando seus primeiros passos, os objetivos que declaravam ter, seus financiadores e suas principais linhas de atuação. Em um segundo momento, a partir dos materiais produzidos pelas três instituições, foi explorada a forma como o IL, o IEE e o IDEA construíram seus discursos no intuito de difundir o neoliberalismo e formular um consenso sobre a validade de suas propostas, abordando diferentes temáticas, entre elas as mais caras para esses institutos: o remodelamento da função do Estado, a flexibilização das leis trabalhistas, a privação das empresas estatais e dos serviços de educação e saúde. Para finalizar, formulou-se uma análise comparada desses *TT*, estabelecendo suas principais semelhanças e diferenças e como constituíam o seu discurso.

O terceiro capítulo analisou os indivíduos que fundaram e dirigiram o IL, o IEE e o IDEA. Nesse, foram elencadas informações da trajetória desses homens identificando a sua origem social, sua atuação profissional e dentro dos institutos, bem como a forma como esses membros se relacionavam entre si e com a política, buscando identificar elementos de coesão entre o grupo que compõe os *TTs*. Para o IL, além dos fundadores e presidentes também foram abordados seus intelectuais. Os idealizadores dos três institutos eram membros da classe dominante do Brasil e da Argentina, assim como boa parte dos seus presidentes e diretores, o que nos permite vincular a sua condição econômica aos projetos políticos que defendiam. Esses acreditavam que era necessário divulgar o neoliberalismo entre os seus pares para formar uma elite bem informada e coesa em seus interesses

O quarto capítulo analisou as principais formas de atuação dos três institutos. Nesses, foram discutidos os grandes eventos públicos dos *TTs* – o *Fórum da Liberdade* (IEE), o *Coloquio Anual IDEA* (IDEA), e para o IL os cursos de formação para públicos selecionados, além de outras ações que envolviam esses institutos na formulação de atividades voltadas a pensar o papel do Estado e da sociedade de mercado nesses países. A partir de uma série de ações que compreendiam a realização de eventos, de cursos direcionados a públicos específicos, publicações e consultorias, os institutos buscavam não apenas influenciar a opinião pública, mas também se constituírem como elementos centrais no debate sobre alternativas políticas e econômicas dos dois países.

2. DIREITAS, NEOLIBERALISMO E *THINK TANKS*: DEBATES CONCEITUAIS

Nesse capítulo busca-se estabelecer algumas definições sobre os principais conceitos que guiam o entendimento do objeto de estudo. Compreender as principais discussões envolvendo termos que serão recorrentes ao longo da tese e estabelecer a abordagem que será seguida é importante para situar de que interpretação partimos e como defino esses conteúdos. Além desses, outros conceitos serão apresentados ao longo dos debates e dos capítulos.

2.1 Direitas: algumas reflexões teóricas

Essa pesquisa se guiará pela perspectiva teórica das direitas, pois entendo os *TTs* analisados nessa tese como institutos de direita, que defendem, divulgam e produzem conhecimento a partir de elementos identificados como pertencentes e representantes desse grupo. É necessário salientar que não existe uma definição exata para o conceito de direita, isso se deve principalmente pela impossibilidade de homogeneizarmos a atuação de indivíduos e instituições definidos como tal. Dessa forma, o uso do conceito se dá sempre no plural, falamos em direitas e não em direita no singular, devido a diversidade de posições que essas podem adotar (autoritárias, liberais, conservadoras) e porque suas posturas e formas de atuação estão suscetíveis a mudanças ao longo do tempo.

As definições de esquerda e direita remontam a Revolução Francesa, e deram um novo entendimento a política da época, uma vez que foi alterada a noção dos três Estados ordenados verticalmente (ou seja, o clero, a nobreza e os pebleus) para a concepção de dois campos confrontando-se num espaço horizontal. Foi na assembleia dos Estados Gerais convocada pelo Terceiro Estado em 1789 que surgiram os dois pólos: os partidários do rei e de mudanças graduais posicionaram-se à direita, e os promotores da liberdade, igualdade e das mudanças radicais foram para o lado esquerdo (LUNA; KALTWASSER, 2014, p.10; NOEL; THERIEN, 2008, p.14). Desde então, a distinção esquerda-direita ganhou um significado considerável para representar as diferenças políticas no mundo ocidental. Essa dualidade que serviu durante 200 anos para posicionar indivíduos e partidos frente a questões sociais, políticas e econômicas, parece ter sido esvaziado de conteúdo e perdido seu valor explicativo/classificatório, no final do século XX, no contexto da Queda do Muro de Berlim. Uma sociedade em contínua

transformação e com novos problemas políticos poderia ser ainda explicada e analisada a partir dessa velha contraposição? O “fim das ideologias”, como foi anunciado por vários autores⁸ e que deveria proporcionar a atenuação dos conflitos vividos no século anterior e a superação dessa dicotomia não se validou empiricamente. O exemplo mais marcante dessa posição vem de Francis Fukuyama (1989) que anunciou o fim da história e a vitória definitiva da democracia liberal norte-americana⁹.

Para Alain Noel e Jean-Philippe Therien (2008) o significado contemporâneo de esquerda e direita é menos fruto da Revolução Francesa e mais do socialismo democrático. “Isto sugere que a questão que as definem não é a democracia em si, nem a revolução e mudança *versus* autoridade e ordem, mas sim o que foi chamado no século XIX de “questão social”, ou seja, a questão da igualdade” (NOEL; THERIEN, *tradução própria*, 2008, p.14)¹⁰. Bobbio conclui igualmente que a oposição contemporânea entre direita e esquerda é um produto do final do século XIX e diz respeito à igualdade.

Nesse sentido o livro de Norberto Bobbio, *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*, de 1995, apresenta uma discussão imprescindível sobre o tema e se constitui como uma das principais referências para demarcar as diferenças centrais da diáde. Esquerda e direita são termos antitéticos, mas que não existem um sem o outro, são opostos, no entanto, só fazem sentido na contraposição com o outro. Primeiramente, Bobbio critica os pensadores que afirmam que esquerda e direita não teriam mais nenhum valor heurístico e classificatório, por serem duas caixas vazias que vão amontoando elementos desconexos de acordo com interesses momentâneos. Para o autor, elas estão mais vivas do que nunca, e seria uma injusta simplificação reduzi-las “a la pura expresión del pensamiento ideológico” (BOBBIO, 1995, p.51). Elas são mais do que isso, indicam programas opostos e contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valores sobre a direção que a sociedade deveria seguir, contrastes que existem em todas as sociedades e que muito dificilmente vão deixar de existir. São valores historicamente positivos para a esquerda: o progresso e a mudança; e para a direita: o conservadorismo e a reação. “Direita e esquerda também se comparam de acordo com o

⁸ Kornhauser (1960); Lipset (1960); Aron (1962); Bell (1965); Shils (1968); Fukuyama (1989); Giddens (1994).

⁹ Para Fukuyama (2001): “[...]si mirábamos más allá de la democracia y los mercados liberales, no había nada hacia lo que podíamos aspirar a avanzar; de ahí el final de la historia. Aunque había zonas retrógradas que se resisitían a este proceso, era difícil encontrar um tipo de civilización alternativa que fuera viable en la que la gente quisiera de verdade vivir, traz haber quedado desacreditados el socialismo, la monarquía, el fascismo y otros tipos autoritários de gobierno”. Fonte: <http://trazeg.arrakis.es/fukuyama.html>. Acesso em: 20/10/2017.

¹⁰ Do original: “This suggests that the defining issue is not democracy itself, or revolution and change versus authority and order, but rather what was called in the nineteenth century the “social question,” namely the issue of equality” (NOEL; THERIEN, 2008, p.14).

poder: a primeira considera-o essencial, enquanto a esquerda denuncia seu potencial repressivo e desumanizante” (BOISARD, 2014, p.95).

No entanto, também é preciso salientar que não se pode diferenciar esquerda e direita de uma forma tão concreta como se fazia na Guerra Fria, ou antes dela. Já não é possível separar as diferenças políticas apenas por essa visão dicotômica, sendo que existem outros elementos que se identificam como apartados e para além da díade. Nesse espectro, temos o que Bobbio (1995, p.54-58) chama de *Terceiro Incluído*, o qual ocupa um espaço intermediário entre os termos e pode ser classificado como “centro” e o *Terceiro Inclusivo*, esse, ao contrário do anterior não busca ocupar um lugar intermediário, equilibrando-se entre a direita e a esquerda. Ele tenta ir além dos dois opostos e do centro, buscando a superação e a supressão dos outros elementos, se apresentando como uma terceira via.

A principal clivagem que podemos usar para diferenciar a díade são, para Bobbio (1995), os princípios de igualdade e desigualdade. A direita entende a desigualdade como algo natural dos seres humanos e considera um erro tentar alterar essa estrutura, já a esquerda entende que as desigualdades não são naturais e foram construídas pelos homens ao longo da história e por isso devem ser eliminadas. Partimos da caracterização de igualdade/desigualdade para definir o IL, o IEE e o IDEA como pertencentes ao campo das direitas e identificar sua posição ideológica frente aos projetos sociais e econômicos que defendem.

Isso não quer dizer que a esquerda afirme que todos os homens são iguais em todos os aspectos ou que a direita defenda uma total desigualdade, mas que a primeira é mais igualitária e a segunda mais desigual. Ainda assim, é importante salientar que o conceito de igualdade é relativo e não absoluto, não significa dizer que todos os homens são iguais em tudo, independentemente de qualquer critério. É preciso levar em consideração pelo menos três variáveis: os sujeitos com os quais se vai repartir; o que se vai repartir e como se vai fazer essa divisão. “En otras palabras, afirmar que la izquierda es igualitaria no quiere decir que sea también igualitarista (BOBBIO, 1995, p. 139)”. A direita liberal, por outro lado, vê a desigualdade como a retribuição pelo seu esforço e acredita que o livre mercado resolveria os problemas estruturais da desigualdade.

Juntamente com a clivagem de igualdade *versus* desigualdade está a de liberdade *versus* igualdade. Durante a segunda metade do século XX, a liberdade tem sido usada como uma das principais bandeiras de diversas doutrinas e movimentos políticos, tanto de esquerda como de direita, ambos os lados têm sido apontados como autoritários e ambos se autodenominam defensores da liberdade. Para Bobbio (1995) liberdade e

igualdade, levados as extremas consequências, se tornam excludentes. Assim, a esquerda teria mais propensão a abandonar os ideais de liberdade em prol de uma maior igualdade social e ao contrário, a direita, defenderia mais os princípios da liberdade política do que uma equiparação entre classes. Ao longo desse capítulo, vai-se debater que essa afirmação também é relativa, já que alguns governos neoliberais se apoiaram em Estados fortes e/ou autoritários, para impor suas políticas.

De acordo com Noel e Therien (2008), Detlef Jahn (2011) e Juan Luna e Cristóbal Kaltwasser (2014) a conceituação de Bobbio tem a vantagem de fornecer uma definição de esquerda e direita que seja válida e estável ao longo do tempo e dos diferentes contextos, mas ao mesmo tempo deve ser complementada com outros elementos para explicar as particularidades do eixo esquerda-direita em países e períodos específicos. Essa clivagem sobre a igualdade “é suficientemente aberta para ser redefinida com o tempo e permitir a mudança de alianças, sem perder sua relevância como uma representação coletiva do duradouro conflito que divide as democracias” (NOEL; THERIEN, *tradução própria*, 2008, p.16)¹¹. Dessa forma, se parte da definição de Bobbio (1995), para, a partir dela, elencar outros elementos que a complexifiquem e apontem para uma explicação mais aprofundada das diretas do Brasil e da Argentina no período pós-autoritário.

Outra definição bastante operacional e geralmente utilizada pelos autores que consideram a explicação de Bobbio um tanto limitada é a formulada por Steven Lukes (2003). Para o autor o que diferencia a esquerda e a direita é o Princípio de Retificação. Por retificação Lukes entende, as correções das injustiças do passado e do presente, assim como a necessidade de evitá-las no futuro. As esquerdas se identificariam com esse princípio para diminuir/aplacar as injustiças, já as direitas as considerariam naturais e invioláveis. Para Lukes (2003) essa definição é preferível ao conceito de igualdade *versus* desigualdade de Bobbio, porque poucas teorias desafiam atualmente a ideia de igualdade moral e que praticamente todos os grupos humanos a buscam em algum aspecto, inclusive os defensores do livre mercado.

A definição de Lukes também é bastante interessante para pensar a diáde e estreita algumas questões que foram apresentadas por Bobbio de forma um pouco ampla. No entanto, acreditamos, em consonância com Noel e Therien (2008), Jahn (2011) e Luna e Kaltwasser (2014) que a questão da igualdade ainda é central nesse debate. Visto que,

¹¹ Do original “[...] which is sufficiently open to be redefined with time and allow shifting alliances, without losing its relevance as a collective representation of the enduring conflict that divides democracies” NOEL; THERIEN, 2008, p.16).

Bobbio reitera que o princípio de igualdade e desigualdade, que elegeu para diferenciar esquerda e direita, tem como base a igualdade econômica e social e não serve para todas as interpretações que ela pode adquirir.

Levando essas definições em consideração, abordaremos agora as suas características contemporâneas. As direitas latino-americanas que irrompem no período pós-ditatorial, nos anos 1980 podem ser entendidas como uma “nova direita”¹². Essa não é necessariamente formada por um grupo de ideias e de pessoas totalmente diferentes, seu caráter inovador, que justifica a utilização do termo “novo”, é atribuído pelo abandono das proposições do liberalismo moderno (pró-estatal) e pela adoção da teoria neoliberal (essencialmente antiestatal). Entre as características que definem essas novas direitas podemos citar a visão que privilegia as ideias de liberdade em detrimento das de igualdade, a negação da intervenção estatal na vida econômica, a crítica aos investimentos estatais, até mesmo em setores básicos como saúde e educação, e um certo moralismo social que se apoia em dogmas religiosos, antipopulistas e anticomunistas.

Durante quase todo o século XX as direitas adotaram uma postura autoritária, desprezando a democracia representativa, apostando em fórmulas nacionalistas e em saídas ditatoriais. A partir das redemocratizações, elas passam a defender uma democracia “instrumental”, a qual se resumiu à implantação de um pacote de medidas institucionais. Para Franz Hinkelammert (1988, p.108), essa democracia é herdeira das ditaduras militares e nasceu para assegurar o esquema de poder originado por esses governos autoritários.

La instrumentalización de la democracia se basa en varias medidas puramente institucionales, que por decreto se pueden tomar. La democratización resultante es las más de las veces democracia decretada. Eso se refiere a algunas instituciones básicas, que son la propiedad privada y la totalización del mercado, que es declarado productor de libertad, el control de los medios de comunicación por la propiedad privada y la introducción de algún sistema de elecciones. Estas medidas son interpretadas como instrumento de la democracia y de la libertad (HINKELAMMERT, 1988, p.108).

Essa instrumentalização da democracia, baseada nos princípios do livre mercado, no controle dos meios de comunicação pela propriedade privada e num sistema de eleições que proporciona a perpetuação no poder de velhas elites e oligarquias, caracteriza os sistemas políticos na América Latina a partir da década de 1980, estabelecendo a lógica de “cuanto más mercado, más libertad. Quanto más Estado, menos libertad (HINKELAMMERT, 1988, p.109)”. Com essa discussão não pretendo engessar

¹² Entre os autores que sustentam essa ideia estão Hinkelammert (1988); Morresi (2008); Giordano (2014); Luna e Kaltwasser (2014).

a sociedade, ou pensá-la, como uma vítima de um grande complô, ordenado por homens que detêm o poder político-econômico, ou mesmo diminuir as lutas e resistências no sentido de tentar amenizar esse sistema. Expor elementos que indiquem uma tentativa de controle e convencimento social, não significa que ignoro a autonomia de contestar essas medidas e de buscar um caminho diferente. Justamente, os anos 2000 mostram um enfraquecimento das direitas e uma reação contra as políticas implementadas nos anos 1980 e 1990 na América Latina.

A atuação das novas direitas nos anos 1980 e 1990 também se diferenciam daquelas visualizadas a partir dos anos 2000. No primeiro caso, a defesa da democracia “instrumental”, era vista como a via mais segura para a satisfação dos seus interesses materiais, antes representados pelo Estado autoritário. Recentemente, o que as aglutinou foi a necessidade de fazer frente às forças políticas de esquerda e centro-esquerda consolidadas eleitoralmente (GIORDANO, 2014), movimento que se iniciou no começo do século XXI, como o denominado “giro à esquerda” ou “onda rosa” nos governos da América Latina, os quais se destacaram pelas políticas sociais e pelo abrandamento das políticas neoliberais, o que se estendeu até aproximadamente 2016 quando as direitas retomam o poder político. Dos quais podemos citar a Venezuela com Hugo Chávez, a Bolívia com Evo Morales, a Argentina com Néstor e Cristina Kirchner, o Equador com Rafael Correa e o Brasil com Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, entre outros.

Stéphane Boisard (2014) ao fazer uma análise da produção historiográfica sobre as direitas na América Latina, aborda algumas características importantes para pensar e analisar esse grupo. Uma delas é a associação dos movimentos de direita com o catolicismo e o anticomunismo. As sociedades ibero-americanas são muito marcadas pela religiosidade e pelos valores católicos, isso indica uma atitude conservadora frente a mudanças culturais e “uma visão de mundo carregada de símbolos, mitos e imagens”, que se caracteriza, entre outras coisas pelo “providencialismo, a luta do bem contra o mal como motor da história, a ‘causalidade diabólica’, a existência do ‘bode expiatório’, a idade de ouro perdida” (BOISARD, 2014, p.93). Atualmente as igrejas pentecostais tomaram o espaço, antes ocupado pelos católicos, nessa “cruzada moral”. Assim como o catolicismo foi e é importante para afirmar os valores de direita, o anticomunismo também ocupa um lugar central nas sociedades latino-americanas, pois construiu uma ideia de nação em risco, “um inimigo fantasma que seria capaz de destruir a nação ideal, colocando em questão o princípio de unanimidade, herdado desde o período colonial” (BOISARD, 2014, p.94). Dessa forma, os sindicatos e movimentos sociais seriam uma

ameaça que poderiam desestabilizar o corpo social o que justificaria a repressão política e a resistência a um pluralismo democrático.

Para Sergio Morresi (2011, p.2), o campo político das direitas “no es una mera adición de acciones ni el resultado de un plan concertado e implementado en forma sistemática por un grupo de líderes, sino un lugar, un espacio de competencia y conflicto, pero también de acuerdos y cooperación”. Ou seja, não é um espaço onde todos os elementos são construídos previamente, mas sim, um ambiente de disputas, que vai resultar em uma síntese que servirá como elo de unificação desse grupo. Essa síntese só será possível a partir da articulação discursiva dos agentes dentro do campo político.

Las derechas, en tanto movimientos político-sociales compuestos por gentes con intereses y acervos propios, conforman un campo ideológico cuando logran ejecutar exitosamente un proceso de exclusión y mitologización capaz de generar un eje estructurante de una gramática común. Esta gramática es una red conceptual coherente que funciona gracias al mito fundante (que estructura los diferentes conceptos) y al rol de las metáforas ético-políticas (que incorporan y traducen a la gramática lo que está fuera del campo) (MORRESI, 2011, p.3).

Assim, para compreender as direitas é necessário se concentrar “en las operaciones discursivas que conforman a los agentes en sujetos de ese campo” (MORRESI, 2011, p. 5). Visto que os indivíduos não são previamente de direita, mas passam a integrar esse campo na medida em que seus discursos se ligam com a gramática construída/pensada por ele. Dessa forma, para entender a direita argentina e brasileira que se concentra em torno dos *TTs* e que produz uma compreensão de mundo - uma gramática - que representa a direita neoliberal é essencial compreender os elementos usados para a construção de seus discursos.

Essa primeira discussão sobre as direitas não pretende esgotar o tema, o qual será retomado ao longo dos capítulos e no diálogo com as fontes, mas apresentar como o debate sobre elas está sendo pensado. Assim, ao utilizar as definições de direita estou entendendo um grupo que se identifica com ideias que privilegiam a desigualdade e a liberdade em detrimento da igualdade, nos termos adotados por Bobbio, e por nova direita, um grupo que se identifica com esses mesmos ideais, mas que os defendem em um processo que respeita o Estado democrático de direito (pelo menos até o momento em que esse não afronte seus interesses mais fundamentais) e que adota o neoliberalismo como elo de unificação.

2.2 Neoliberalismo: origens e definições

Existem dois marcos que disputam a fundação do neoliberalismo, o primeiro é o Colóquio Walter Lippmann (1938) e o segundo a Sociedade Mont Pèlerin (1947). Para Pierre Dardot e Christian Laval (2016) a escolha de uma dessas datas não é indiferente, pois a análise que se faz do neoliberalismo depende dessa escolha. Esses autores, assim como Michel Foucault (2008) creditam ao Colóquio Walter Lippmann o marco inicial do neoliberalismo, outros, como Perry Anderson (1995) e David Harvey (2008) dão centralidade para a Sociedade Mont Pèlerin, já François Denord (2002) e María Büren (2013) consideram os dois fenômenos importantes para a conformação do neoliberalismo em escala mundial.

O Colóquio Walter Lippmann realizado em Paris de 26 a 30 de agosto de 1938, organizado pelo filósofo Louis Rougier, buscava discutir a renovação e a reconstrução do Liberalismo, o qual contou com pensadores como Friedrich Hayek, Jacques Rueff, Lionel Robbins, Raymond Aron, Wilhelm Röpke, Alexander von Rüstow, Walter Lippmann e Ludwig Von Mises, reunindo ao todo 26 economistas, filósofos e funcionários de alto escalão de vários países. As intenções desses intelectuais foram adiadas pelos acontecimentos da II Guerra Mundial, que se inicia em 1939. Segundo Dardot e Laval (2008, p.72), os dois congressos têm em comum seu cosmopolitismo e a importância do trabalho intelectual para a refundação da doutrina. No Colóquio Walter Lippmann houve a primeira tentativa de criar uma “internacional neoliberal”, o que vai resultar na fundação de uma série de organizações e de *think tanks* que assumiram o encargo de difundir essa ideologia ao redor do mundo.

“O colóquio de 1938 revelou discordâncias que, desde o princípio, dividiram os intelectuais que reivindicavam para si o neoliberalismo” (DARDOT e LAVAL, 2008, p.72). As definições sobre o que caracterizaria essa novidade ainda eram dúbias e estavam em contínua disputa¹³. Entretanto, uma característica unia esses grupos opositores: “opor um *front* unido ao intervencionismo de Estado e à escalada do coletivismo” (DARDOT e LAVAL, 2008, p.73). No Colóquio Walter Lippmann foi criado o Centro Internacional para o Estudo da Renovação do Liberalismo, o qual funcionou de 1939 a 1940, e tinha por objetivo aprofundar o debate acadêmico sobre o liberalismo e suas possibilidades de atualização, o mesmo encerrou suas atividades quando a guerra eclodiu.

¹³ De acordo com Rougier ainda não havia um nome oficial para essa refundação, podia-se adotar “liberalismo construtor”, “neocapitalismo” ou “neoliberalismo”. Esse último termo já havia sido utilizado antes do colóquio por Gaëtan Pirou (1886-1946) - economista francês, professor das faculdades de direito de Bordeaux e Paris.

Rougier e Lippmann defendiam que era necessário refundar o liberalismo para, por um lado, evitar os efeitos negativos da crença metafísica no *laissez-faire* e por outro, para combater a ascensão dos regimes autoritários. Nesse primeiro ponto reside a principal diferença entre os grupos organizadores e os austríacos. Enquanto a Ata do Colóquio afirma que “a vida econômica ocorre dentro de um quadro jurídico que estabelece regime da propriedade, dos contratos, [...] todas as coisas que não são dadas pela natureza, como as leis do equilíbrio econômico, mas são criações contingentes do legislador” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.75), ou seja, negam que existe um mercado que se auto regula. Von Mises, ao contrário, contestava essa posição, mesmo não insistindo na versão clássica do *laissez-faire*, o defende contra aqueles que pregavam algum tipo de intervenção estatal. Dessa forma, o primeiro grupo defendia uma refundação integral do liberalismo, aceitando certo “intervencionismo liberal”¹⁴, pois acreditavam que a crise do liberalismo era consequência dos seus problemas internos e do seu próprio funcionamento (Rougier, Lippmann e os teóricos do ordoliberalismo); já o segundo grupo entendia a crise como fruto da traição dos princípios do liberalismo clássico (Robins, Rueff, Von Mises e Hayek).

A grande diferença entre esse neoliberalismo e o liberalismo antigo, segundo Rougier, é a concepção que eles têm da vida econômica e social. Os liberais tendiam a ver a ordem estabelecida como uma ordem natural, o que os levava a sistematicamente tomar posições conservadoras, tendendo a manter os privilégios existentes. Não intervir era, em resumo, respeitar a natureza (DARDOT e LAVAL, 2008, p.80).

Se por um lado essa lógica vai dominar as discussões em 1938, por outro, as diferenças apresentadas nesse Colóquio vão marcar os grupos que reivindicavam a paternidade e o sentido do novo liberalismo. O vigente paradigma do liberalismo vai ser estabelecido de fato a partir da *Sociedade Mont Pèlerin* e da proeminência do grupo que se contrapôs a Walter Lippman e Louis Rougier. No entanto, é importante destacar, que o neoliberalismo como entendemos hoje, não foi estabelecido sem disputa e que seu sentido, apesar de conter muito pontos em comum, abarcava diferenças significativas entre grupos que os formularam.

O primeiro encontro da *Sociedade Mont Pèlerin* ocorreu na Suíça, de 1 a 10 de abril em 1947 e foi organizado por Friedrich Hayek. O evento reuniu 36 intelectuais (economistas, filósofos e historiadores), como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel

¹⁴ “Esse intervencionismo *jurídico* do Estado contrapõe-se a um intervencionismo *administrativo*, que estorva ou impede a liberdade de ação das empresas” (DARDOT e LAVAL, 2008, p.80).

Robbins, Ludwig von Mises, Walter Eupken, Walter Lippmann, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, etc, para discutir o futuro do liberalismo e o que consideram os perigos da sociedade da época. Críticos do Estado de bem-estar Europeu, do New Deal norte-americano, do fascismo, do comunismo e de governos de esquerda, “Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (ANDERSON, 1995, p.10).

O livro de Hayek, *O Caminho da Servidão* (1944) foi a base das discussões da Mont Pèlerin, assim como a obra de Lippmann *Uma investigação sobre os princípios da Grande Sociedade* (1937) foi a base para o Congresso Walter Lippmann de 1938. Em seu livro, Hayek, resumidamente, argumenta que todos os sistemas políticos, sejam eles democráticos ou ditatoriais, que se baseiam na intervenção do Estado na economia tendem ao autoritarismo. Nesse sentido, entende que a liberdade somente seria possível num sistema de livre mercado, pois apenas nesse as escolhas individuais seriam respeitadas. Os neoliberais identificavam dois principais inimigos da liberdade, a doutrina Keynesiana, devido aos tipos de intervenção estatal que propunha, e os sindicatos e agremiações de trabalhadores, pois esses, a partir de suas pressões exigiam o crescimento do Estado e o investimento em áreas sociais. De acordo com Leda Paulani,

Se repararmos bem, a nova doutrina que Hayek funda, e para a qual atrai os conservadores de seu tempo, prescinde completamente da assim chamada “ciência econômica”. O neoliberalismo é, em primeiro lugar, normativo: o mercado deve dominar tudo e o Estado deve ficar reduzido ao papel de preservar as instituições que permitam o funcionamento do primeiro. Em decorrência disso, ele é essencialmente prescritivo, arrolando as medidas que devem ser tomadas para que seja construído (ou reconstruído) esse mundo ideal, completamente organizado pelo mercado (PAULANI, 2005, p.136).

A *Sociedade Mont Pèlerin* está no centro de uma rede global destinada a garantir a circulação de ideias neoliberais. Com reuniões a cada dois anos, aceita apenas um pequeno número de membros, que ajudam a financiar a Sociedade e contribuem para a disseminação do neoliberalismo, através de atividades como: treinamento de indivíduos; publicações de artigos e livros sobre o livre mercado, fundação e organização de novos *TTs*. Entre os brasileiros membros da Mont Pèlerin estão Donald Stewart Jr., fundador do IL, Og Francisco Leme, José Olavo de Meira Penna e Ubiratan Borges de Macedo, intelectuais do mesmo.

Da forma parecida com o que ocorreu no *Colóquio Walter Lippmann*, a *Sociedade Mont Pèlerin* também experimentou crises internas, devido a existência de

concepções divergentes do que deveria ser o neoliberalismo e os modos de ação necessários para a sua propagação e instalação. Os dois principais projetos concorrentes eram o de Friedrich Hayek e o de Wilhelm Röpke.

Hayek e Röpke diferenciam-se tanto sobre o plano das origens sociais e geográficas, quanto sobre aquele das disposições religiosas ou políticas, que tem uma incidência direta sobre suas concepções de liberalismo: a desconfiança frente às religiões monoteístas consideradas intolerantes [H] vs a defesa das religiões cristãs face ao estatismo [R]; a rejeição de toda forma de "justiça social" [H] vs a aceitação de um Estado social com limites compatíveis com o livre mercado [R]; o Estado confinado a funções administrativas e à gestão dos bens coletivos [H] vs um Estado autorizado a intervir diretamente na economia para auxiliar na oferta ou na demanda [R]; a convicção que o Estado criou os monopólios e que a concorrência permite a seleção dos melhores [H] vs a necessidade de uma legislação antitruste limitando a concentração industrial e expansão urbana, protegendo as comunidades rurais e as indústrias familiares [R] (DENORD, *tradução própria*, 2002, p.16-17)¹⁵.

Röpke pertencia a Escola Social de Mercado, também conhecida como Ordoliberalismo alemão. Fundada nos anos 1930 por Walter Eucken, Franz Böhm e Hanz Grossman-Doerth dentro da Universidade de Friburgo, onde mais tarde se destaca Ludwig Erhard, o qual, juntamente com outros intelectuais, foram responsáveis pelo “milagre alemão” do pós-guerra com a aplicação de uma série de reformas que permitiram a retomada econômica da Alemanha ocidental. Se em princípio essa corrente tinha muitas afinidades com a austríaca, bebendo de elementos comuns para refundar o liberalismo, ela acabou se afastando de uma política propriamente neoliberal.

A *Sociedade Mont Pèlerin* vai impulsionar uma rede de contatos e de produção sobre o neoliberalismo, articulando intelectuais e políticos que antes estavam isolados nos seus espaços acadêmicos, tudo isso com o financiamento de grandes empresas e corporações. Essas ideias que ficaram florescendo até os anos 1970, foram sendo integradas e aceitas nos espaços políticos a partir do momento em que um agente impulsionador entrou na ativa.

¹⁵ Do original: “Hayek et Röpke se différencient tant sur le plan des origines sociales et géographiques, que sur celui des dispositions religieuses ou politiques, ce qui a une incidence directe sur leurs conceptions du libéralisme : méfiance vis-à-vis des religions monothéistes jugées intolérantes contre défense des religions chrétiennes face à l'étatisme ; rejet de toute forme de « justice sociale » contre acceptation d'un État social limite compatible avec le libre jeu du marché ; État cantonné à ses fonctions régaliennes et à la gestion des biens collectifs contre État autorisé à intervenir directement dans l'économie pour soutenir l'offre ou la demande; conviction que l'État crée les monopoles et que la concurrence permet la sélection des meilleurs contre nécessité d'une législation antitrust limitant concentration industrielle et expansion urbaine, protégeant les communautés rurales et les industries familiales (DENORD, 2002, p.16-17)”.

Existem quatro escolas de pensamento neoliberal: Escola Austríaca de Economia, Escola de Chicago, Escola de Virgínia e Libertarianismo. Por mais que exista disputa de campo entre elas, todas têm espaço dentro da *Sociedade Mont Pèlerin*. Seus principais representantes formaram parte e já ocuparam lugares de destaque dentro dela. Foram presidente da Sociedade por exemplo: Friedrich Hayek de 1947 a 1961 (Escola Austríaca de Economia), Milton Friedman de 1970 a 1972 (Escola de Chicago) e James Buchanan de 1984 a 1986 (Escola de Virgínia). Todos esses economistas ganharam o prêmio Nobel de Economia outorgado pelo Banco Sueco.

Quando do seu nascimento, no século XVII, o liberalismo de John Locke era essencialmente filosófico e político e estava “visceralmente ligado à filosofia dos direitos naturais, prega a tolerância política e religiosa, exige o direito de defesa contra o arbítrio e mostra-se coerente com a visão do mundo que advoga que os homens nascem livres, tanto quanto nascem racionais” (PAULANI, 2005, p.116). Já o liberalismo econômico do século XVIII de Adam Smith e depois de John Stuart Mill, vai associá-lo a propriedade privada (também enunciada por Locke) e ao direito natural de possuir bens materiais, bem como vai relacionar o liberalismo com a ideia de igualdade (pelo menos no plano jurídico), da liberdade e de uma ética positiva que levaria a felicidade.

Existem, segundo Paulani (2005) duas características que marcam a diferença entre liberalismo e neoliberalismo. A primeira diz respeito a apresentação do neoliberalismo como uma receita de política econômica (abertura, Estado mínimo, desregulamentação etc.), relegando a um segundo plano a doutrina política, filosófica e/ou moral que havia constituído o liberalismo original, “desprezando, nessa medida, alguns dos nobres valores universais que primariamente lhe deram origem” (PAULANI, 2005, p.124).

O segundo ponto que marca essa distinção tem haver com a relação que o neoliberalismo estabelece com seus críticos. Se levarmos em consideração as formas como ele se impõe (a partir da crise econômica dos anos 1970), depois de três décadas de ostracismo intelectual, notamos uma suposta demonstração histórica na tentativa de evidenciar a superioridade do mercado, “O neoliberalismo acaba por exibir uma profissão de fé nas virtudes do capitalismo e da livre concorrência, não mais por uma questão ideológica, em obediência a uma dada visão de mundo, mas por uma questão de respeito às coisas ‘tais como elas são’” (PAULANI, 2005, p.126).

Assim, o “novo liberalismo” assume uma forma essencialmente econômica, abandonando os preceitos políticos que o haviam impulsionado no século XIX. Mais incisivo que o liberalismo original, o puro receituário econômico, aliado a um discurso

de teor dogmático e religioso, exigiria rendição incondicional a um modelo que adquiriu características de onipresença na sociedade.

Outra característica que marca essa diferença é que o neoliberalismo defende um papel ativo do Estado como promotor do livre-mercado. Diferentemente do *laissez-faire*, adotado pelos liberais clássicos, os neoliberais defendem que o Estado deveria criar um aparato jurídico-legal para proporcionar um bom desempenho do livre mercado, funcionando assim como um facilitador para a sua aplicabilidade (DARDOT e LAVAL, 2016). De acordo com Dieter Plehwe,

[...] os arquitetos do neoliberalismo pós Segunda Guerra Mundial se distanciaram do liberalismo *laissez-faire* de seus ancestrais intelectuais ao afirmarem que um certo grau de supervisão governamental era uma condição *sine qua non* do capitalismo contemporâneo. Assim, o desafio para eles não era eliminar o Estado, mas reduzir seu escopo e redefinir seu papel em relação ao mercado (PLEHWE, et al, *tradução própria*, 2006, p.2)¹⁶

Com essa finalidade percebe-se o caráter de redefinição das funções do Estado, em contraposição a ideia do “estado mínimo” defendido pelo liberalismo clássico. O neoliberalismo é muitas vezes identificado como um pensamento único que não apresenta controvérsias. No entanto, como toda corrente intelectual, ele não é coeso e conta com várias roupagens, encabeçada por diferentes correntes. “Más que un discurso económico, el neoliberalismo es un metadiscurso que articula muchos otros” (RAMÍREZ, 2013, p.325), dentre os quais se pode incluir o discurso católico e nacionalista. Apesar das diferenças, o princípio geral da construção de uma sociedade de mercado (mais que uma economia de mercado) é intocável. “Para todos los neo-liberales, los problemas de la sociedad, las dinámicas públicas y las tensiones y conflictos sociales deben ser sancionados y considerados unívocamente bajo una óptica *individualista en el mercado*” (PUELLO-SOCARRÁS, 2013, p.27).

Outra ideia equivocada é pensar o neoliberalismo apenas como um princípio econômico, ele é, antes de tudo um “Proyecto económico-político de clase (capitalista)”, que revela grande força social e política. De acordo com José Puello-Socarrás, as disciplinas de Administração e Ciência Política têm mostrado a pretensão imperialista do neoliberalismo em termos de produção de saberes e conhecimento social e humano que os tentam efetivar em nível de alienação ideológica (PUELLO-SOCARRÁS, 2013, p.23).

¹⁶ [...] “the architects of post World War-II neoliberalism distanced themselves from the laissez-faire liberalism of their intellectual ancestors by maintaining that some degree of governmental oversight was a *sine qua non* of contemporary capitalism. Thus, the challenge for them was not to eliminate the state, but rather to reduce its scope and redefine its role vis-a'-vis the Market” (Plehwe, et al,2006, p.2)

Hernán Ramírez (2013) expõe o paradoxo existente entre as ideias liberais que se dizem defensores da liberdade e da democracia, mas que, em alguns casos, como das ditaduras civis militares da América Latina, principalmente a do Chile, proporcionaram o nascedouro dessas políticas. O paradoxo ortodoxo enunciado por Miles Kahler (1989) e Peter Evans (1992), ajuda a explicar, “una simbiosis que sólo en apariencia es contradictoria”, pois o neoliberalismo, “a pesar de posicionarse discursivamente contra la acción estatal, se valió de ella para imponerse” (RAMÍREZ, 2013, p.320), especialmente em governos conservadores e autoritários. De acordo com o autor,

El agregado del prefijo neo puede dar la impresión que el neoliberalismo fuese una continuación, actualizada, del liberalismo decimonónico. Mas, de este se diferencia precisamente por su lado político, ya que no hay una preocupación por las libertades civiles, las que se consideran prácticamente una extensión de las económicas, como nos demuestra el hecho de que ella esté ausente de los estatutos de la Sociedad Mont Pèlerin, así como el propio Friedrich Hayek no viera contradicción alguna en asesorar al régimen dictatorial chileno, uno de los que fue más lejos en el cercenamiento de las mismas (RAMÍREZ, 2013, p.321).

O golpe de Estado no Chile em 1973, liderado pelo general Augusto Pinochet, jogou o país em uma ditadura que se estendeu até 1990, levou a cabo a primeira experiência neoliberal do mundo. O projeto de reestruturação econômica do Chile foi encabeçado pelos “Chicago boys”, um grupo de economistas chilenos formados pela Universidade de Chicago - seguidores das ideias de Milton Friedman - através de um programa educacional financiado pelos Estados Unidos, no período da Guerra Fria, com o objetivo de neutralizar as tendências esquerdistas na América Latina. O projeto econômico idealizado por esses “reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais [...] à exploração privada e não-regulada [...] privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e o comércio mais livre” (HARVEY, 2008, p.15). O paradoxo ortodoxo fica muito evidente no caso do Chile, pois o grupo de liberais que teoricamente defendia a ideia de liberdade individual e o Estado de direito, apoiou e assessorou uma das ditaduras mais sanguinárias da América Latina. Ou seja, foi preciso a mão forte do Estado, não só no caso do Chile, mas nas democracias da Inglaterra e dos EUA, para efetivar e impor o projeto neoliberal.

Destacamos três leituras acadêmicas como as principais interpretações do Neoliberalismo. A primeira, de tradição marxista, na qual podemos englobar David Harvey, Gerárd Duménil e Dominique Lévy. A segunda é integrada por Michel Foucault, Christian Laval e Pierre Dardot (esses dois últimos vinculados também ao neomarxismo).

A terceira, tem Joseph E. Stiglitz como representante e define, grosso modo, o neoliberalismo como uma ideologia conservadora. Optamos por trabalhar apenas com as duas primeiras abordagens por acreditar que elas têm uma definição mais complexa do processo de implantação e legitimação do neoliberalismo. Também destacamos os trabalhos de Dieter Plehwe sobre o neoliberalismo, os quais se aproximam das interpretações de Dardot e Laval.

A década de 1970 é marcada por uma grande crise de acumulação, onde altas taxas de desemprego são acompanhadas por uma inflação cada vez mais crescente, desencadeando uma fase global de estagflação. Esse foi o momento propício para tirar do papel as teorias sobre o livre mercado, que até então não tinham ganhado muito destaque nos projetos políticos e econômicos. Essa crise de acumulação afetou pela primeira vez as camadas mais ricas da sociedade. Dessa forma, para David Harvey (2008) o neoliberalismo pode ser entendido como um “projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (2008, p.20).

Uma coisa é ter uma parcela estável de um bolo em crescimento. Mas quando o crescimento entrou em colapso nos anos 1970, quando as taxas de juro reais ficaram negativas e a norma eram poucos dividendos e lucros, as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas. Nos Estados Unidos, o controle da riqueza (em oposição à renda) pelo 1% mais rico da população permaneceu mais ou menos estável por todo o século XX. Mas na década de 1970 sofreu uma acentuada queda com o colapso do valor dos ativos (ações, imóveis, poupanças). As classes altas tinham de agir com mais vigor para se proteger da aniquilação política e econômica (HARVEY, 2008, p. 18).

Primeiramente implantado por meio de golpes de Estado (casos do Chile e da Argentina) e depois em democracias consolidadas (Estados Unidos e Inglaterra), o Neoliberalismo vai fazer um desmonte no Estado de bem-estar social em voga desde a Crise de 1929. A partir da concepção de que não havia alternativa, como enfatizou Margaret Thatcher, o neoliberalismo vai penetrando nas compreensões do “senso comum” e produzindo uma aceitação fatalista de que é o único modelo capaz de garantir estabilidade financeira e liberdade pessoal (HARVEY, 2008, p.31). Essas ideias vão se enraizando no cotidiano das pessoas porque possuem um aparato que “mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos” (HARVEY, 2008, p.32). Os fundadores do pensamento neoliberal colocaram como princípios fundamentais de sua teoria “os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual tomando-os como os valores centrais da civilização” (HARVEY, 2008, p.14). Ideais muito sedutores, que movem a democracia e que quase ninguém se colocaria contra. “Em suma, o

neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2008 P.13).

Para Foucault (2008) e Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo deve ser entendido como uma nova racionalidade de governar, ou nos termos de Dardot e Laval como uma “nova razão de mundo”. Ele não deve ser compreendido apenas como uma política que se impõe de cima para baixo, mas como uma série de medidas e/ou práticas que vão se estabelecendo no nosso cotidiano. Ou seja, a sociedade vai internalizando preceitos neoliberais e não somente os governos. O individualismo, a competitividade e a meritocracia são exemplos disso. Claro que essas características não são exclusivas da contemporaneidade e que há outros laços que fogem a essa lógica, no entanto, eles se acentuaram a partir da formulação do “indivíduo-empresa”. Por essa lógica “cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.378). Isso só foi possível a partir de uma mudança de comportamento, ou seja, a implantação de dispositivos de disciplina, coação e convencimento que obrigaram os indivíduos a governar a si mesmo, cedendo a lógica da competição e da auto-valorização pessoal.

O neoliberalismo vai se diferenciar dos demais sistemas político-econômicos porque produziu uma mudança nas regras de funcionamento do capitalismo, alterando o exercício do poder governamental e elaborando uma nova racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização, “não estamos lidando com uma simples retirada de cena do Estado, mas com um reengajamento político do Estado sobre novas bases, novos métodos, novos objetivos” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.190). Na prática, isso significou: diminuir o gasto público (com algumas exceções como os gastos militares), privatizar empresas públicas, restringir a proteção social, privilegiar soluções individuais, possuir uma moeda forte e estável, desregular os mercados de trabalho e controlar o crescimento da massa monetária para reduzir a inflação.

Nesse sentido, concordamos com a visão de Harvey que entende a implantação do projeto neoliberal como uma reação das elites econômicas, que visavam restaurar seu poder de acumulação, abalado pela crise dos anos 1970. Ainda assim, também considero que “essa virada não se deve apenas à crise do capitalismo nem surgiu de repente. Ela foi precedida de uma luta ideológica, que foi sobretudo uma crítica sistemática e duradoura de ensaístas e políticos contra o Estado de bem-estar” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.20). Juntamente com a análise de Harvey, aderimos à de Foucault e Dardot e Laval, os quais entendem o neoliberalismo como uma nova racionalidade de mundo, que vai se

estabelecer além das fronteiras do político e do econômico, mudando, ou buscando alterar, o entendimento individual e coletivo de interpretar a sociedade e de se relacionar individualmente.

Levando esses conceitos em consideração, não podemos deixar de comentar a importância do Consenso de Washington para a implantação do neoliberalismo na América Latina. Em 1989, economistas latino-americanos, funcionários do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano, reuniram-se em um seminário organizado pelo Institute of International Economics, para debater sobre as reformas econômicas que a região deveria implantar com o intuito de retomar o crescimento econômico e de superar a chamada “década perdida”. Denominação dada à década de 1980, marcada pela estagnação econômica, endividamento externo, hiperinflação, recessão e aumento da desigualdade social (BRANDÃO, 2017, p.5).

Esse seminário formulou “um conjunto de medidas que deveriam ser seguidas pelos países da América Latina em troca da continuidade do financiamento por parte das agências e organismos financeiros internacionais” (BRANDÃO, 2017, p.5). Essas medidas deveriam por em prática um conjunto de políticas neoliberais, como a desregulação dos mercados, a abertura comercial, a redução do tamanho do Estado e uma profunda reforma monetária e fiscal, entre outras normas. Essas “recomendações”, passaram a ser adotadas por todos os países da América Latina no final da década de 1980.

Salienta-se que não entendemos essas medidas de ajuste com uma simples imposição de cima pra baixo, realizada pelos organismos financeiros internacionais. Elas tiveram um caráter de pressão, que não se pode desconsiderar, mas também foram aceitas e defendidas pelos governos da região como o único modelo possível para enfrentar a crise econômica e entrar novamente no ritmo de crescimento e desenvolvimento.

2.3 *Think tanks*: debates e definições

Os *TTs* existem em quase todo o mundo¹⁷ e se converteram permanentemente no panorama político dos mesmos, interferindo em uma gama de atividades relacionadas

¹⁷ De acordo com o relatório elaborado anualmente por James G. McGann (2018), existem hoje no mundo 7.815 *TTs*, sendo distribuídos da seguinte forma: 1.972 na América do Norte; 2.045 na Europa; 1.676 na Ásia; 979 na América Central e do Sul; 664 na África subsaariana; 479 no Oriente Médio e Norte da África. O país que lidera o *ranking* com mais institutos é os EUA, com um total de 1.872, em segundo lugar vem

com a política. Eles compreendem um conjunto variado de instituições e adquiriram formas organizativas diversas. Mesmo que todos os institutos tenham a mesma função básica – isto é, fazer com que o conhecimento e a perícia influenciem no processo de criação de políticas – nem todos “los centros de investigación y análisis tienen el mismo grado de independencia financiera, intelectual y legal” (MCGANN, 2002, p.3). Devido a essas diferenças, não existe um consenso entre os autores que trabalham com o tema sobre quais institutos podem ou não ser considerados *TTs* e qual seria sua definição mais exata¹⁸. As conceituações mais antigas, por exemplo, abordam o caráter científico e independente de suas pesquisas, em função das características que assumiram logo de seu surgimento. No entanto, como afirma Rich (2004), a partir de meados do século XX, os *TTs* vêm progressivamente tornando-se mais orientados para as ideologias e para o marketing de ideias, defendendo interesses específicos de acordo com o grupo que os criou e os financia.

Podemos identificar três fases na conformação dos *think tanks*. Eles surgiram nos Estados Unidos, na primeira década do século XX, com o objetivo de profissionalizar a política, delegando à especialistas as discussões sobre os problemas estatais. Uma segunda geração pode ser identificada a partir da II Guerra Mundial, onde o termo começa a ser utilizado para designar um espaço seguro onde intelectuais e militares pudessem debater assuntos relacionados à defesa interna e externa e à política internacional. Um terceiro momento emerge nos anos 1970, nesse período seu uso se expandiu e englobou diversas áreas. Os institutos passaram a defender mais abertamente determinadas causas, deixando a suposta neutralidade dos primeiros anos de lado, buscando criar uma rede de assessoramento que pudesse competir em um congestionado mercado de ideias e influenciar nas decisões políticas (HAASS, 2002, p.2). Na década de 1970, o termo "*think tank*" foi aplicado a instituições que discutiam não apenas questões voltadas a política externa e a estratégia de defesa, mas também a atuais questões políticas, econômicas e sociais (MCGANN; WEAVER, 2000, p.2). Suas análises passaram a ser difundidas para além dos espaços políticos, adentrando nos meios de comunicação, nas associações de classe e em ambientes educacionais, atuando como importantes catalizadores de ações e

a China com 512 e em terceiro a Inglaterra com 444. A Argentina aparece em 7º com 146 institutos e o Brasil em 11º lugar com 93 *TTs*.

¹⁸ Uma boa discussão sobre o conceito pode ser encontrada em HAUCK (2015). No trabalho, a autora apresenta as diferentes definições existentes sobre os *TTs* e suas inconsistências para entendermos o fenômeno fora do eixo anglo-saxão, a partir da propulsão mundial desses institutos. Para a autora, os conceitos que focam na interpretação dos eixos de autonomia ou independência tem se mostrado contraproducente para o entendimento do fenômeno na América Latina.

ideias. O apoio financeiro de corporações, partidos políticos, universidades, além do próprio Estado, foram essenciais para a disseminação dos *TTs*.

Desse modo, devido a gama de funções e objetivos que podem assumir, interpretá-los numa mesma categoria conceitual pode, por vezes, derivar uma definição vaga e imprecisa. Assim, transportar as definições pensadas nos e para os *TTs* dos países anglo-americanos, para os casos da América Latina, pode resultar em uma adaptação forçada e uma tentativa de enquadramento em tipos ideais dos *TTs*. A noção, por exemplo, de que os *think tanks* requerem autonomia do Estado e dos interesses privados para serem considerados centros de pensamento livre é uma peculiaridade anglo-americana, que não se aplicou tão bem em outras culturas (STONE; GARNETT, 1998, p.5). Mesmo nessas sociedades, essa noção de independência está sendo revista, visto que, mesmo de forma camuflada, todos detêm algum tipo de interesse com as suas análises.

Tendo em vista a existência de diferentes tipos de instituições, considera-se a definição de Carlos Acuña, formulada a partir da compilação de vários autores, uma das mais acertadas. Para o autor “*Think tanks* tienden a ser considerados aquellos institutos de investigación, organizaciones de la sociedad civil y privadas que, sin fines de lucro, producen información y conocimiento con el objeto central de influir en algún aspecto el proceso de las políticas públicas” (ACUÑA, 2009, p.4).

De acordo com James McGann e Kent Weaver (2000) pode-se identificar quatro tipos básicos de *think tanks*: *academic* (or universities without students) – acadêmicos (ou universidade sem alunos); *contract researchers* – pesquisa de contrato; *advocacy tanks* – centros ideológicos/de defesa de interesses e *party think tanks* – *think tanks* de partidos políticos. Desses o mais difícil de traduzir e também o mais importante para essa tese é o termo “advocacy”, ele não se refere ao Direito e nem é um centro de advocacia (no sentido estrito do termo). Ele está ligado à defesa e promoção de interesses particulares, são institutos ideológicos, que militam em prol de uma causa.

Os dois primeiros - acadêmicos e pesquisa por contrato - têm similaridades. Ambos se preocupam em ter um corpo de pesquisadores com boas credenciais acadêmicas, como doutores de universidades de prestígio, e tendem a dar ênfase ao uso de métodos de ciências sociais, para que suas pesquisas sejam percebidas como sérias e objetivas e que seus resultados sejam considerados dignos de confiança por um público amplo. Sua maior diferença está nas suas fontes de financiamento, configuração da agenda e resultados. Os *think tanks* acadêmicos são geralmente financiados por uma mistura de fundações, corporações e indivíduos, enquanto os de pesquisa por contrato geralmente são financiados, em grande parte, por contratos com agências

governamentais. Enquanto os primeiros têm maior autonomia para definir uma agenda de investigações e, portanto, os resultados das pesquisas, os segundos, têm um programa definido pelas agências de financiamento e as conclusões obtidas assumem a forma de relatórios, em vez de livros e artigos divulgados publicamente (MCGANN e WEAVER, 2000, p.7)

Os outros dois tipos de *think tanks* também têm certa semelhança entre si. Os *advocacy tanks*, mesmo mantendo uma independência formal, estão ligados a grupos ou interesses ideológicos particulares. Diferentemente dos outros dois tipos de institutos, seus funcionários não são necessariamente acadêmicos (apesar de todos manterem uma base de intelectuais) e estão menos interessados em seguir métodos científicos nas suas pesquisas. Eles tendem a ver seu papel no processo de elaboração de políticas como a disputa e conquista na guerra de ideias. São financiados por grupos e pessoas ligados a determinados interesses e os produtos de suas pesquisas, frequentemente, defendem posições políticas e ideológicas específicas. Sofrem, por isso, a tensão entre a manutenção de posições de valores consistentes e a percepção de objetividade e integridade, visto que, para um público em potencial a defesa de uma causa pode não refletir uma análise objetiva. Os *TTs* partidários se organizam de acordo com a plataforma de um partido político e são órgãos oficiais desses, financiados, em geral, pelo próprio partido e por seus simpatizantes. Fazem parte dos seus quadros, políticos, intelectuais e membros do partido, a afiliação partidária do *think tank* limita a objetividade, a credibilidade e a independência desses (MCGANN e WEAVER, 2000, p.7-9).

Os *TTs* analisados nessa tese fazem parte desse penúltimo tipo, são institutos de *advocacy* e têm no apoio e na disseminação do neoliberalismo o seu principal elo em comum. Eles exercem uma série de atividades, as quais abrangem desde a confecção de materiais escritos, que podem ter diferentes graus de complexidade, de acordo com o público para o qual é dirigido, a realização de diferentes tipos de eventos e a proposição de propostas de políticas públicas. Atividades que serão detalhadas no segundo capítulo. Esses tipos específicos de *TTs*,

Trabalham no campo da disseminação de argumentos ideológicos, mais do que científicos, mas se utilizam de especialistas renomados, no campo acadêmico ou gerencial para dar credibilidade às colocações; articulam-se em rede – diversos membros-chave de alguns *TTs* de *advocacy* político compõem os conselhos de outros *TTs* – para disseminar ideários que defendem em comum. E são financiados exclusivamente por recursos privados, de pessoas jurídicas ou físicas (HAUCK, 2015, p.171).

Obviamente, os *advocacy tanks* podem assumir diferentes posições ideológicas, tanto à direita como à esquerda, mas, como o foco aqui são os que defendem a primeira posição, discutiremos apenas a atuação desses e de seus similares. Assim, para entender as articulações em rede dessas organizações é importante conhecer alguns institutos ‘chaves’ nessa grande rede de defesa do livre mercado.

O neoliberalismo estruturou uma teia global de alianças, que contam com uma ampla rede de *think tanks*, de intelectuais e especialistas, os quais interconectados buscam criar uma coesão entre suas ideias e estar dentro de um circuito que sustente e ampare suas posições ideológicas. Alguns institutos servem como cabeças das redes transnacionais de *TTs*, fundadas para inter-relacionar os pequenos e grandes institutos de diversos locais. Esses centros trocam informações sobre as políticas econômicas de seus países, difundem as produções de seus membros, fazem um intercâmbio de palestrantes e intelectuais, financiam atividades de diversos *TTs* – principalmente os recém fundados – e concedem bolsas de estudos e prêmios acadêmicos. A primeira delas, a *Sociedade Mont Pèlerin*, se constituiu em uma grande rede de produção e distribuição de doutrinas neoliberais.

Os primeiros anos de funcionamento da Mont Pèlerin, quando essa era comandada por Hayek, se caracterizaram por manter uma estrutura fechada e pouco ativa politicamente. “A partir dos anos 1960 e 1970, com as administrações de Milton Friedman e Edwin Feulner, a instituição mudou sua postura, adotando uma posição mais ativa de atuação no debate público, fato que se refletiu na formação do Atlas” (ONOFRE, 2018, p.290). De acordo com Denord (2002, p.16), a partir de meados da década de 1970, com a crise que minou as políticas econômicas keynesianas, “a Sociedade de Mont-Pèlerin torna-se, graças à sua rede, o principal cinturão de transmissão do neoliberalismo que se impõe primeiro na Inglaterra, depois nos Estados Unidos, e então, e em toda a Europa Ocidental”

Para a América Latina, três fundações têm um papel de destaque: *Atlas Economic Research Foundation (Atlas)*; *Hispanic American Center for Economic Research (Hacer)* e a *Red Liberal para América Latina (RELIAL)*. O *Atlas*, o mais importante e antigo deles, foi criado na Virginia em 1981 por Antony Fisher¹⁹. O objetivo deste era fomentar a criação de novos institutos em todo o mundo, oferecer programas de

¹⁹ Seguidor das ideias de Hayek, Fisher teria se aproximado de Hayek com a intenção de pedir conselhos sobre sua intenção de seguir carreira política. Esse o teria recomendado desistir da política e investir em instituições no formato de *think tanks*, pois “para lograr el avance de las ideas liberales lo más aconsejable era incidir en los intelectuales con argumentos sólidos, porque estos a su vez influirían en la opinión pública y los políticos la seguirían” (MATO, 2007, p.32).

capacitação às suas lideranças e proporcionar “a los ejecutivos de *think tanks* la oportunidad de aprender la peculiar combinación de destrezas y saberes necesarios para conducir con éxito estas organizaciones, así como ‘una red global de colegas’” (FISCHER e PLEHWE, 2013, p.65). A rede *Atlas* expandiu o número de membros desde a sua fundação e atualmente inclui 485 institutos espalhados por 93 países – sendo 85 latino-americanos²⁰, oportunizando assim, a interconexão em rede com os *TTs* da América Latina. De acordo com Karin Fischer e Dieter Plehwe (2013, p.67), desde 2001, o *Atlas* distribuiu mais de 30 milhões de dólares em prêmios e bolsas de estudos. Por exemplo, a bolsa Venture de Dorian & Antony Fisher é concedida a institutos jovens e promissores que recebem até 100 mil dólares ao longo de três anos, o prêmio Freda Utley de 10 mil dólares, gratifica *TTs* situados em difíceis lugares do mundo que tenham tido sucesso na difusão de suas mensagens, além desses há o Prêmio Internacional Sir Antony Fisher que distribui e financia publicações e o Prêmio Templeton a la Libertad que dá 100 mil dólares a *TTs* ou indivíduos destacados nas atividades de propagação do livre mercado. A Argentina está entre os países que mais recebem dinheiro do *Atlas*, contabilizando dez *TTs* receptores de investimentos, assim como a *Cedice* da Venezuela já acumulou seis prêmios. A partir de 2005 outros prêmios foram criados para laurear organizações da América Latina.

A partir do *Atlas* foi fundado o *Hispanic American Center for Economic Research (Hacer)*, em Washington, DC, em 1996, com foco nos institutos hispano-americanos da América do Sul e do Norte. O *Hacer* agrega 108 *TTs* (desses 88 são latino-americanos) e atua divulgando informações sobre política e economia dos países da região e escrevendo propostas de políticas públicas²¹. *Hacer* tem uma abundante

²⁰ Os *TTs* brasileiros que fazem parte da Rede Atlas são: Estudantes pela Liberdade (Belo Horizonte); Instituto de Estudos Empresariais (Porto Alegre); Instituto de Formação de Líderes (Belo Horizonte); Instituto de Formação de Líderes (São Paulo); Instituto Liberal (Rio de Janeiro); Instituto Liberal de São Paulo; Instituto Liberdade (Porto Alegre); Instituto Ludwig Von Mises Brasil (São Paulo); Instituto Millenium (Rio de Janeiro); Líderes do Amanhã Institute (Vitória); Mackenzie Center for Economic Freedom (São Paulo) e Students for Liberty Brasil (São Paulo). Os *TTs* argentinos que fazem parte da Rede Atlas são: Centro para la Apertura y el Desarrollo de America Latina (Buenos Aires); El Ojo Digital (Buenos Aires); Fundación Atlas 1853 (Buenos Aires); Fundación Bases (Rosário); Fundación Centro de Estudios Libre (Córdoba); Fundación Federalismo y Libertad (Tucumán); Fundación Instituto David Hume (Buenos Aires); Fundación Libertad (Rosário); Fundación para la Responsabilidad Intelectual (Buenos Aires); Instituto Action (Buenos Aires); Junior Achievement of Argentina (Buenos Aires) e Libertad y Progreso (Buenos Aires). Informação retirada de: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/brazil>, acesso em 27/12/2017.

²¹ No Brasil o *HACER* tem ligação com o Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista, Instituto de Estudos Empresariais; Instituto Liberal; Instituto Liberdade; Instituto Ludwig Von Mises Brasil; Instituto Millenium. Na Argentina tem como aliados: Centro de Estudios Legales contra el Terrorismo y sus Victimias; Centro de Estudios Libertad y Responsabilidad; Centro de Estudios Públicos; Centro para la Apertura y el Desarrollo de America Latina; Centro de Implementacion de Políticas Publicas; Comision Argentina Pro Derechos Humanos en Cuba; ESEADE; FIEL; FORES; Fundación Atlas 1853; Fundación Bases; Fundación Federalismo y Libertad; Fundación Friedrich Von Hayek; Fundación Global; Fundación

vinculação com os meios de comunicação e disponibiliza em seu site informações atualizadas sobre os países da América Latina. Está vinculado tanto a institutos de caráter acadêmico, como é o caso do *The Independent Institute* (TII), como a institutos de *advocacy*, como o *Centro para la Prosperidad Global*, o qual “fue creado con el objetivo de reunir los análisis intelectuales, morales y prácticos necesarios para pergeñar soluciones a la pobreza basadas en el mercado” (FISCHER e PLEHWE, 2013, p.69).

A partir do *Hacer*, o *Atlas* está vinculada à *Red Liberal para América Latina* (*RELIAL*), fundada em 2004, com sede na cidade do México – pertencente à rede Internacional Liberal (LI) de pouca influência na América Latina. A *RELIAL* congrega 45 instituições neoliberais de 17 países latino-americanos²². Deles, dois terços são *think tanks* e um terço é formado por partidos políticos²³. Sua atividade mais importante é a publicação do *Índice de Libertad Económica en América Latina*²⁴ (FISCHER e PLEHWE, 2013).

Para Daniel Mato (2007), três instituições privadas se destacam como produtoras e divulgadoras das ideias (neo)liberais em escala mundial, são elas, as já citadas *Sociedade Mont Pèlerin*, *Atlas Economic Research Foundation* (*Atlas*) e o *Institute of Economic Affairs* (*IEA*). O *IEA* foi fundado em Londres, em 1955, por Antony Fisher, mesmo criador do *Atlas*, e se interessa em explicar as ideias do livre mercado para um grande público (políticos, estudantes, jornalistas, acadêmicos, empresários, etc). Mantém programas de investigação, publicações de livros e de uma revista (*Economic Affairs*), sobre diversos assuntos relacionados às políticas públicas; organiza de 100 a 150 eventos anuais, sendo que 1/3 deles ocorre fora de Londres. Sua rede conta com mais de 100 instituições, em cerca de 80 países²⁵.

Esses institutos promovem ideias de direita, liberais e neoliberais, possibilitam a cooperação e a conexão entre as redes norte-americanas, latino-americanas, europeias e de outros continentes. Trabalham com diferentes temáticas da agenda das políticas

Jovenes Lideres; Fundación Libertad; Fundacion Pensar; Grupo Refundar; Instituto Acton Argentina; Libremente.net; Liceo.org e Respublica. Informação retirada de: <http://www.hacer.org/chico-1/>, acesso em 27/12/2017.

²² No Brasil a *RELIAL* tem como parceiros o Instituto de Estudos Empresariais e o Instituto Liberdade. Na Argentina são membros a: Fundación Libertad y Progreso; Fundación Atlas 1853; Fundación Cívico Republicana; Fundación Libertad; Fundación Federalismo y Libertad; Partido Unión por la Libertad e a Fundación Bases. Informação retirada de: <http://relial.org/sitio/miembros-de-la-red>, acesso em 27/12/2017.

²³ Importante salientar que no acesso ao site da *RELIAL* no ano de 2016, além dos dois institutos citados acima, constava a *Juventude Democratas* e o *Partido Democratas do Rio Grande do Sul*. No acesso realizado em 2017, a maioria dos partidos políticos antes filiados a *Red* não aparecem mais.

²⁴ O estudo se baseia em informações sobre avanços e retrocessos em cinco áreas-chave: tamanho do governo, estrutura jurídica e direito de propriedade, política monetária, nível de livre comércio internacional e de regulação de crédito, do trabalho e das empresas.

²⁵ Não consta no site o *IEA* a lista das instituições parceiras.

públicas, como educação, corrupção, saúde, direitos trabalhistas, insegurança, política social, ameaças à democracia e ao livre mercado, ascensão do populismo e intervencionismo estatal. De acordo com Mato (2007), é possível afirmar

[...] que la producción social de representaciones de ideas (neo)liberales se relaciona no sólo con las prácticas de *actores sociales locales y nacionales*, sino también con las de *actores sociales transnacionales*. [...] En estos *tiempos de globalización*, los procesos de producción social de representaciones de ideas social y/o políticamente significativas, sean las (neo)liberales u otras, son procesos de construcción de *sentido*, de creación y circulación de significados, de prácticas de resignificación, en los que participan actores *nacionales y transnacionales* (MATO, 2007, p.38).

Muitos dos *TTs* citados acima estão articulados ao IL, ao IEE e a outras fundações brasileiras criando uma ampla rede de conexões e alianças em defesa do neoliberalismo. Não foi encontrada nenhuma vinculação direta entre os quatro institutos descritos com o IDEA, apenas com outros institutos argentinos. De acordo do Denise Gros, existem

mais de 40 *think tanks* norte-americanos e latino-americanos com os quais os Institutos Liberais do Brasil mantêm contatos de natureza muito variada, desde a simples tradução e publicação de trabalhos desses organismos até as visitas técnicas, participação em colóquios, promoções conjuntas, etc. Além disso, através de seus periódicos, os Institutos Liberais funcionam também como um canal de divulgação da atividade dessas organizações estrangeiras, informando sobre publicações, cursos, bolsas e prêmios oferecidos por várias dessas organizações estrangeiras (GROS, 2003, p.150).

Apesar de atuarem de maneira autônoma, os *TTs* do Brasil e da Argentina, têm nesses canais um apoio teórico e financeiro que lhes proporciona maior legitimidade na construção, defesa e circulação da ideologia neoliberal. Essa tem o poder de “unir homens que talvez tenham pouco em comum, exceto uma ideia compartilhada. Assim, a ideologia supõe a possibilidade de poderosas afinidades, de direitos e obrigações entre pessoas só ligadas por uma crença comum” (GOULDNER, 1976, p.47). Elas estabelecem um modo racional de discurso que implica a aceitação de projetos de reconstrução pública, sugerem que seus membros apoiem ativamente a realização desses e refutem as ideias de quem os conteste. Para Ramírez,

Então, as ideologias, da forma em que as concebemos, cumprem uma função importantíssima na vida dos homens, já que as mesmas lhes dizem o que é, o que existe, quem são eles, como é o mundo, e a relação que existe entre eles e esse mundo. Dessa maneira, proporcionam às pessoas diferentes tipos e quantidades de identidade, de confiança, de conhecimentos para a vida diária, se lhes indica o que é possível, mostrando-lhes quais são os níveis aceitáveis de suas aspirações, da mesma forma que se lhe outorgam diferentes tipos e

quantidades de ambição. Também elas decidem o que é justo e injusto, o bem e o mal, determinando, dessa maneira, também o conceito de legitimidade do poder e as restantes inter-relações pessoais (RAMÍREZ, 2005, p.66).

Em vista disso, as ideologias em que se baseiam esses institutos tanto formam como moldam seres humanos e perspectivas sociais. Elas são o instrumento que permite olhar e interpretar o mundo de uma determinada forma, assim como agir de uma maneira e não de outra, características que podem conformar grupos como os *TTs* para divulgar um tipo ideal de vida e sociedade.

O crescimento dos *think tanks* no Brasil foi se dando paulatinamente e tem na década de 1980 uma destacada inflexão. Enquanto, entre os anos de 1940 a 1970, temos a criação de 18 institutos, só na década de 1980 são criados 17 *TTs*. Números que se mantêm nas próximas décadas, com a fundação de 16 institutos em 1990 e 18 nos anos 2000 (MORAES, 2013, p.7). Semelhantemente ao Brasil, na Argentina os *TTs* foram se espalhando e ganhando maior importância na década de 1980, com o retorno da vida democrática e a visão de que o Estado era incapaz de formular respostas às principais demandas sociais. Assim, uma série de organizações dedicadas ao estudo e à investigação de temas sobre políticas públicas começaram a ser fundadas (UNÃ; COGLIANDRO; LABAQUI, 2004, p.4).

No Brasil, o aparecimento desses institutos remonta a década de 1940, com a criação da Fundação Getúlio Vargas em 1944. Nos anos 1960 se destacam o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), os quais atuaram para desestabilizar o governo de João Goulart e apoiar a deflagração do golpe civil-militar de 1964, os IPES também são responsáveis pela elaboração de boa parte das políticas da ditadura durante os seus primeiros dez anos. A partir da década de 1980 ocorre o crescimento desses institutos, principalmente aqueles ligados às classes dominantes do país, dos quais se sobressaem o Instituto Liberal e o Instituto de Estudos Empresariais.

Gerardo Unã (2007, p.139) destaca que a perda do protagonismo dos partidos políticos na Argentina “como creadores de plataformas y programas de gobierno sustentados en un diagnóstico preciso de la realidad, que aporten soluciones para los problemas sociales claves” proporcionaram a proliferação dos *TTs* nesse país, os quais apareceram como uma alternativa para a solução dos problemas de representatividade. Para o autor, um *TT* participa da política quando desenvolve de forma explícita um conjunto de ações destinadas a influenciar diretamente o processo de formulação e implementação de políticas públicas. Essas ações abarcam desde a realização de pesquisas, organização de eventos, monitoramento de políticas públicas específicas, até

a formação de equipes técnico-políticas que possam assumir cargos de apoio parlamentar (UNÃ, 2007, p.145).

Assim, entendemos que o IDEA tem um protagonismo entre esses institutos que influenciam a tomada de decisões políticas na Argentina, já que ele congrega as maiores e mais importantes empresas nacionais e multinacionais do país e mantém entre seus círculos políticos e intelectuais. Salientamos, no entanto, que sua atuação não é tão expressiva como a realizada pela Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL), a Fundación Mediterranea e pelo Centro de Estudios Macroeconómicos de Argentina (CEMA), os quais além de também congregam a classe dirigente do país, tem papel preponderante na formulação de políticas econômicas, além de congregam economistas que ocuparam/ocupam vários postos no governo desde a redemocratização.

2.4 Tendências e debates na historiografia sobre os *TTs*

A maioria dos estudos sobre a atuação dos *think tanks* se concentra nos EUA, fato que se explica, entre outros motivos, pela enorme quantidade de institutos em funcionamento naquele país - atualmente são 1.972 centros, enquanto no Brasil existem 93 e na Argentina 146 organizações (McGANN, 2018) - e pela influência que possuem nos debates políticos e sociais norte-americanos. Apesar do número expressivo de *TTs* existentes no Brasil e na Argentina, a literatura sobre esse tema ainda é incipiente e necessita de um maior aprofundamento.

O debate teórico e os principais autores que buscam definir e compreender a atuação e a influência que esses centros construíram ao longo do tempo, foram resumidos no subcapítulo acima. Nesse item busca-se fazer um levantamento dos trabalhos existentes no Brasil e na Argentina sobre *think tanks*.

Segundo Thiago de Moraes, é possível entender os *TTs* de duas formas. A primeira vendo-os numa “perspectiva pluralista, como mais uma das centenas de instituições que participam do jogo democrático e buscam influenciar as políticas públicas através dos estudos elaborados por sua equipe”. A segunda, é entender os *think tanks* “partindo do princípio de que nessas instituições sempre há interesses envolvidos” (MORAES, 2011, p.3). O autor considera que a forma mais adequada de interpretarmos o fenômeno Brasil é analisá-los como representantes de determinados interesses políticos

e econômicos. O presente trabalho também segue essa linha interpretativa, entendendo-os como defensores de uma ideologia.

Os estudos realizados que ajudam a entender os *think tanks* no país são bastante recentes e se concentram nas áreas de Sociologia, Administração e História. Para Camila Rigolin e Maria Hayashi (2012) os *think tanks* têm por objetivo pautar o debate político por meio da publicação de estudos e da participação de seus membros na mídia, buscando exercer seu poder por meio da influência, ao invés da coerção. As autoras apontam para algumas questões que consideram importantes para entender o fenômeno no Brasil. A principal delas remete à discussão sobre o lugar do intelectual na sociedade, ou melhor, sobre as relações entre intelectuais e poder. Assim, propõe a análise de quem são esses intelectuais (*experts*) e como o conhecimento especializado que produzem adquire status frente à sociedade e às decisões políticas.

Junia Soares (2009) constata, que os *TTs* são uma parte conhecida da realidade da administração pública do país: existem, influenciam processos políticos e podem direcionar o rumo das políticas públicas nacionais. No entanto, verificou que a compreensão desse fenômeno no Brasil, tanto para o público em geral, quanto nos meios acadêmicos, ainda é muito superficial e que a falta de estudos sobre o tema é proporcional à falta de reconhecimento social da existência e do papel dos *TTs*. Nesse sentido, propõe uma conceituação alternativa para o termo no país, sugerindo a utilização de Organização de Pesquisa e Aconselhamento em Política Pública (OrPAPP). Por mais que sua proposta seja válida, por levar em conta as especificidades do caso brasileiro, é mais funcional, pela literatura e interpretação já produzidas, manter o termo em inglês.

A partir da entrevista com 99 especialistas brasileiros, de vários institutos, Tatiana Teixeira (2012) investigou a influência dos *think tanks* no país. Suas perguntas abrangeram questões sobre a existência desses institutos, o que seriam, quais seus maiores desafios e se há espaço para influenciar a política. Os entrevistados, em sua maioria, responderam confirmando a existência de *think tanks* no Brasil e afirmando que eles são institutos que pesquisam, produzem conhecimento, influenciam decisões políticas e que têm como maior desafio o pouco interesse de financiamento de tais atividades.

A dissertação de Juliana Hauck (2015), faz uma análise bastante atualizada dos conceitos que envolvem as definições e as caracterizações dos *think tanks*, trabalhando com um conjunto de autores expressivos para a área. A autora demonstra como algumas definições criadas para caracterizar os *TTs* dos EUA, não se aplicam para os institutos do Brasil e da América Latina, buscando formular uma definição que melhor se encaixe em

nossa realidade. Hauck também apresenta um panorama dos *TTs* do Brasil e seus principais focos de atuação.

Luciana Silveira (2013) focou sua análise no Instituto Millenium, o qual começou sua atuação no ano de 2005 e vem, desde então, aumentando seu espaço de influência no país. A autora analisou a organização, as ações e os valores desse instituto a partir dos seguintes órgãos da imprensa: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Silveira concluiu que o Instituto Millenium defende preceitos liberais, com o objetivo de influenciar a opinião pública junto aos meios de comunicação, jovens e empresários. A autora ainda comprovou que este instituto não produz pensamento, apenas o divulga, por meio da republicação de artigos de outros *TTs* ou de realização de palestras.

Denise Gros (2003) tem um destacado estudo sobre o Instituto Liberal e como esse foi importante para divulgação das ideias neoliberais no Brasil, principalmente entre o público empresarial e político. Para a autora o Instituto Liberal desenvolve um trabalho de dupla natureza, que conta com a doutrinação ideológica de seus pares e dos meios formadores de opinião, e com a formulação de estudos e projetos de políticas públicas. De acordo com Gros, o Instituto Liberal foi formado no intuito de promover a mobilização da burguesia brasileira para enfrentar as forças populares na Assembleia Nacional Constituinte, sendo que seu objetivo central não era apenas defender interesses econômicos, mas sim construir uma hegemonia burguesa e difundir uma concepção de mundo que tornasse os preceitos do livre mercado em um pensamento único. A tese de Gros merece destaque tanto por ser uma pesquisa pioneira sobre o assunto, quanto pela qualidade e quantidade de fontes apresentadas, constituindo-se na principal referência desse trabalho.

Flávio Casimiro (2011), que também trabalhou com o Instituto Liberal, discutiu tanto a dimensão simbólica da construção e difusão da ideologia neoliberal como analisou a atuação dos “intelectuais orgânicos” vinculados ao instituto. Para o autor, o IL passou por duas fases, nos anos de 1980 adotou uma ênfase mais defensiva em seus discursos e na década seguinte uma mais ativa e propositiva. O que esse trabalho traz de novo em relação ao da Denise Gros, são algumas entrevistas que o autor realizou com destacados membros do IL.

Cássio Pires (2011), analisa os sentidos do conceito de liberdade difundidos pelo Fórum da Liberdade - evento realizado pelo IEE - durante as seis primeiras edições do encontro (1988-1993). Esse conceito “foi um instrumento indispensável para a tradução da necessidade econômica neoliberal e para a difusão de um estímulo de predisposição à luta política pelos discursos realizados no Fórum” (PIRES, 2011, p.7). Segundo o autor,

o IEE sempre funcionou por meio de investidores e do apoio de associados, “cada um dos membros está vinculado a uma empresa, o que demonstra que apesar de serem pessoas físicas, não são apenas interesses individuais em jogo, mas também relações institucionais” (PIRES, 2011, p.92).

Outro trabalho importante de destacar é o livro *O Jogo da Direita* de René Dreifuss, publicado em 1989. Nesse livro, Dreifuss analisa como a direita brasileira estava se organizando para participar e influenciar a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Para isso, o autor analisa a concentração de empresários em volta de institutos recém formados. Mesmo não os nomeando como *think tanks*, Dreifuss destaca a importância desses institutos na tentativa de unificação das posturas e ações das classes empresariais. Nesse sentido, os nomeia como “pivôs políticos ideológicos”. Para ele “os pivôs não são instrumentos estratégicos nem de projeto político, mas conjunturais e de alcance tático-operacional. Sua função é desenhar cursos de ação imediata” (DREIFUSS, 1989, 50). No entanto, muitos desses pivôs²⁶ tiveram uma duração mais longa de que a prevista por Dreifuss e passaram a se constituir como construtores de projetos e ações a longo prazo, e não apenas como defensores de causas imediatas. O autor afirma que uma das questões que ficaram em evidência para as elites dominantes, na abertura política é que

O empresariado foi obrigado a buscar novas formas de participar da formação de diretrizes, todas elas bem diversas dos costumeiros ‘contatos de primeiro grau’ com ministros e burocratas de alto escalão. Isto seria enfatizado por Antonio de Oliveiras Santos, já como coordenador da União Brasileira de Empresários, em plena batalha da Constituinte: “Nós estamos sem experiência do jogo democrático. Perdemos o jogo de cintura. No regime anterior, o empresário conversava, no máximo com quatro pessoas: o Figueiredo, o Delfim, o Galvêas e o ministro da área. E o decreto-lei resolvia o resto. Hoje o jogo é democrático... Nosso grande interlocutor, agora, é o Congresso” (DREIFUSS, 1989, p. 44).

Nessa citação, percebe-se o quanto os empresários estavam desacostumados com a democracia, pois como indica Antonio de Oliveiras Santos, durante a ditadura civil-militar as dificuldades se resolviam com algumas conversas com os ministros. A nova estrutura política desacomoda essa elite, que se vê assustada com a possibilidade de perder privilégios, já que novos interlocutores políticos e uma nova Constituição entram em cena.

²⁶ Como “pivôs” mais atuantes dessa época Dreifuss cita a Câmara de Estudos e Debates Sócio-Econômicos (Cedes), o Instituto Liberal, a Confederação Nacional de Instituições Financeiras, a União Brasileira de Empresários e a União Democrática Ruralista e a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (essa última militar).

De acordo com Unã; Cogliandro; Labaqui (2004), os trabalhos sobre TTs na Argentina também são escassos e começaram a ter maior discussão no mundo acadêmico nas últimas duas décadas. Dentre esses destacamos os seguintes trabalhos e autores.

Andrés Thompson, afirma que todo político argentino ou funcionário com cargo decisório “cuenta con un *think tank* detrás que lo provee de ideas, lo asesora en propuestas, lo conecta con las corrientes de pensamiento internacional o lo apoya con datos e información en el debate político” (THOMPSON, 1994, p.3). O autor identifica quatro tipos de TTs na Argentina: a) *Los centros académicos privados*: instituições de investigação e estudos de carácter acadêmico orientados à produção de um conhecimento específico, geralmente econômico, fundados ou financiados por empresários ou confederações empresariais. b) *Las fundaciones políticas*: fundações que respondem a um líder ou a um partido político em particular. c) *Las universidades privadas*: instituições de educação superior que servem de espaço para o debate de ideias e para a formação de quadros dirigentes para o âmbito político e econômico. d) *Organizaciones no-gubernamentales de abogacía*: centram suas atividades na promoção de direitos específicos, no controle das ações do Estado e na canalização da demanda cívica (THOMPSON, 1994, p.14). Para o autor, os TTs argentinos, possuem a vantagem de atuar com menos burocracia e de não contar com um controle estatal sobre suas atividades, o que lhes favorece na captação de recursos privados e internacionais. Thompson salienta que a característica que diferencia os institutos é a sua “missão”, ou seja, seu propósito intelectual, que, ao mesmo tempo, faz com que essas fundações ganhem reconhecimento e legitimidade para atuar em determinada área. Até o período analisado, o autor salienta a dificuldade que os TTs enfrentavam para divulgar suas ideias e propostas, para ele “las publicaciones y estudios producidos por los *think tanks* no sólo tienen escasa difusión sino que tampoco son tomados por otros medios de comunicación más masivos que pudieran ser portadores de su mensaje” (THOMPSON, 1994, p.54).

Utilizando a definição de Thompson, os autores Unã, Cogliandro e Labaqui (2004), analisaram 28²⁷ TTs argentinos, com base na “representatividad y relevancia de

²⁷ Os autores classificam como **Centros de Investigación Privados**: Consejo Empresario Mendocino; Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericana – FIEL; Fundación del Tucumán; Fundación Libertad; Fundación Pent; Grupo Innova; Instituto de Estudios Económicos sobre la Realidad Latinoamericana – IERAL e Centro de Estudios Nueva Mayoría. Como **Centros Universitarios**: Centro de Estudios Económicos de la Regulación de la UADE –CEER; Centro de Competitividad (IAE); Centro Gobierno, Empresa, Sociedad y Economía (IAE); Escuela de Gobierno (UTDT); Escuela de Negocios (UTDT); Grupo Plan Fénix; Instituto de Altos Estudios Empresariales – IAE; Instituto de Ciencias de la Administración de la Universidad Católica de Córdoba- ICDA; Universidad del CEMA –UCEMA e Universidad Torcuato Di Tella –UTDTA. Como **Centros de Estudio y Gestión**: Asociación Civil de Estudios Populares –ACEP; Centro de Estudios Políticos Económicos y Sociales – CEPES; Centro Interdisciplinario para el Estudio de Políticas Públicas –CIEPP; Fundación Creer y Crecer; Fundación

las organizaciones y la información de cada una se relevó a través de sus páginas en Internet y de entrevistas en profundidad realizadas a sus directores o máximas autoridades” (2004, p.9). Essa análise buscou estabelecer diferenças entre os institutos, de acordo com o financiamento, os recursos humanos, as atividades que realizam, as temáticas de suas investigações e seu posicionamento frente as políticas públicas. Os autores observaram dois grandes grupos de *think tanks* na Argentina. O primeiro incorpora os *Centros de Investigación Privados*, os *Centros Universitarios* e os *Advocacy Groups*, esses são mais estáveis, têm objetivos a longo prazo e possuem uma baixa ou média relação com a política partidária. “Sin embargo, esta relación de menor intensidad con la política partidaria no debe interpretarse como ausencia de una postura ideológica, la cual si existe y de hecho determina en muchas ocasiones su comportamiento e involucramiento en el proceso de políticas públicas” (UNÁ; COGLIANDRO; LABAQUI, 2004, p.45). No segundo grupo estão os *Centros de Estudio y Gestión*, estas organizações assumem uma postura político partidária, formam as equipes de gestão e as linhas internas dos partidos.

Hernán Ramírez (2005) analisou comparativamente a organização e a atuação de três centros de estudos e pesquisas em economia, financiados por grupos empresariais. Para o caso brasileiro analisou o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPÊS) e para o argentino a Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL) e a Fundación Mediterránea. Os principais membros dessas ocuparam cargos governamentais relevantes no Brasil e na Argentina, entre os anos de 1961 e 1996. Ramírez afirma que a organização dessas é posterior ao aumento dos conflitos sociais no âmbito da sociedade civil e com o Estado, “assim, elas se constituiriam numa resposta mais do que numa antecipação frente a tais comportamentos” (RAMÍREZ, 2005, p.190), organizando estruturas para a luta ideológica. O IPÊS e a FIEL foram fundadas pela classe dominante e contavam com o financiamento de empresas nacionais e estrangeiras, já a FM não foi criada por uma elite, mas passa a fazer parte de seus quadros posteriormente, sendo que a maior parte dos seus mantenedores eram de capital nacional. Contudo, as três trabalharam na elaboração e na execução de propostas políticas que serviram para alterar as estruturas econômicas de ambos os países, os quais se afastaram dos modelos desenvolvimentistas e se aproximaram dos preceitos liberais.

Libertador; Fundar; Grupo Sophia; Grupo Unidos del Sud. Como **Advocacy Groups**: Centro de Implemetación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento –CIPPEC e Poder Ciudadano.

Antonio Camou (2007) analisou, a partir da imprensa especializada em economia, “a relación entre las redes de expertos económicos y el proceso de elaboración de políticas económicas en la Argentina” (CAMOU, 2007, p.140), em dois momentos: no lançamento do Plan Austral em 1985 e durante a crise da Convertibilidade em 2001. O autor observou que os *TTs* ligados ao setor empresarial, têm prioridade na divulgação de suas ideias dentro dos espaços midiáticos - são elas a Fundación Capital, a CEMA, a Fundación Mediterránea e a FIEL - e seus intelectuais são mais procurados no momento de fazer análises e propor políticas econômicas para o país.

Martín Lardone e Luciano Donadi (2007) analisaram a relação entre os Bancos Multilaterales de Desarrollo (BMD) e os *TTs* da Argentina, os quais foram protagonistas na reconfiguração de políticas de reforma e modernização do Estado argentino, nos últimos anos. Seu artigo mostra os autores que comandavam essas instituições, os mecanismos de articulação dessas redes, as ideias que difundiam e como eles se vinculavam com a conformação da agenda política.

Concomitantemente a essa tese, outros trabalhos com temáticas semelhantes foram sendo realizados e defendidos nos últimos quatro anos nos cursos de História e Sociologia do Brasil. Abordaremos sucintamente aqueles que chegaram ao nosso conhecimento e salientamos que apenas foi possível realizar uma leitura parcial dessas teses, dado o fato de serem bastante recentes.

A tese de doutorado em ciência política de Camila Rocha (2018), faz uma análise da direita que se organiza a partir do auge do lulismo, 2006, até sua tomada do poder político em 2018, com a eleição de Bolsonaro. Rocha (2018, p17) defende que uma nova direita se formou no Brasil “a partir da organização na internet de grupos de discussão e militância durante o auge do lulismo, entre 2006 e 2010”. Os ultraliberais mesclaram pautas conservadoras com a defesa do livre-mercado e passaram a se integrar em novas e antigas organizações que levaram a mobilização pelo impeachment de Dilma Rousseff e influenciaram a criação de novos partidos orientados à direita do espectro político (NOVO, PSL) e a reorientação de outro (PSC). A novidade dessa direita estaria na união do ultraliberalismo econômico com movimentos críticos aos direitos humanos e as pautas de grupos afrodescendentes, feministas, LGBT’s, indígenas, quilombolas e ligados a esquerda de uma forma geral. O discurso efetivado pelos *contra-públicos* da internet (contrários ao discurso cultural dominante) foi se expandindo e ganhando terreno nos últimos anos até se tornarem a expressão preponderante do atual momento político. Rocha partiu da análise do Instituto Liberal fazendo entrevistas com 30 membros e ex membros

desse e de outros movimentos e institutos pró mercado para estabelecer o que nomeou de nova direita brasileira.

A tese de Gabriel Onofre (2018), trabalhou com a propagação dos *TTs* liberais do Brasil e dos EUA na segunda metade do século XX, examinando a ligação existente entre dois *think tanks* norte-americanos – *Liberty Fund* e *Atlas Foundation* com os Institutos Liberais do Brasil. Também analisou o papel de alguns intelectuais nesse processo, como Walter Lippmann e Friedrich Hayek e da Sociedade Mont Pèlerin como impulsionador do estabelecimento de uma cultura política liberal. Para o historiador “o Instituto Liberal foi um ator destacado para a mudança do país em direção a um programa econômico liberal” (ONOFRE, 2018, p.331).

Flávio Casimiro apresentou em 2016, seu doutorado que buscava aumentar o leque de debates que já vinha realizando na dissertação, comentada a pouco. Sua tese apresenta a atuação política de vinte e cinco organizações, entre *think tanks* e confederações patronais, entre 1980 a 2014, que visavam, além de difundir o neoliberalismo, “criar condições para a reconfiguração da estrutura institucional do Estado” (CASIMIRO, 2016, p.31). O autor interpreta esses institutos como aparelhos privados de ação político-ideológico, que buscavam efetivar a dominação burguesa no Brasil, segundo a teoria de Gramsci. De acordo com ele essa forma articulada, “mobilizada e aparelhada de segmentos burgueses, liberal-conservadores, caracteriza um novo modus operandi de ação política por parte das frações da classe dominante brasileira, representando, assim, a estruturação da chamada nova direita no Brasil” (CASIMIRO, 2016, p.32).

Thiago Alexandre (2017), trabalhou com o Instituto Millenium e os intelectuais da nova direita do Brasil, analisando as estratégias de atuação, a ideologia e os autores envolvidos na estruturação desse *TT*. A tese de Lucas Patschiki, apresentada de forma póstuma em 2017, também abordou o Instituto Millenium. Trabalhando com referenciais gramscinianos, o autor considera o IMIL como um aparelho privado de hegemonia de novo tipo, que foca na elaboração e irradiação cultural-ideológica, sem precisar se institucionalizar com estruturas materiais significativas, “irradiando sua influência por meio da intervenção de seus membros e colaboradores em outros APHs, como na imprensa e nas universidades, e no interior do aparelho de Estado, como nos ministérios, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), etc” (PATSCHIKI, 2017, p.7).

Os trabalhos apresentados contribuíram para entender a estruturação, a atuação e os grupos que compõe os *TTs* no Brasil e na Argentina. Eles se utilizaram de uma série

de estratégias para influenciar a opinião pública e os debates sobre o papel do Estado e do mercado nessas duas sociedades. Os mais relevantes para essa tese serão retomados ao longo do texto.

3. IL, IEE E IDEA, SEUS PRIMEIROS PASSOS E A ESTRUTURAÇÃO DE SUAS IDEIAS

Após essa primeira abordagem teórica, o segundo capítulo entrará a fundo no objeto de estudo. Nesse será discutido a criação dos institutos e sua consolidação nos cenários nacionais, seus objetivos de existência e funcionamento e suas principais linhas de trabalho, bem como será analisada a construção de seus discursos em defesa do livre mercado, a partir de suas publicações. Busca-se compreender por qual ideologia e projeto de sociedade os institutos são guiados e quais os mecanismos de convencimento esses *TTs* utilizavam para se inserem no “mercado” de disputa de ideias.

3.1.1 Instituto Liberal – breve histórico

O Instituto Liberal (IL) foi fundado no Rio de Janeiro em 1983, pelo empresário Donald Stewart Jr., tendo por propósito difundir as ideias neoliberais para a sociedade brasileira. Além de Donald Stewart Jr. (Ecisa Engenharia), também participaram da sua criação Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Jorge Wilson Simeira Jacob (Grupo Fenícia), Roberto Konder Bornhausen (Unibanco) e Winston Ling (Olivebra). Nos anos seguintes, o instituto se expandiu para diversos Estados, com sedes em: São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília, Salvador e Recife, os quais desenvolviam atividades autônomas, mas mantinham o mesmo propósito e visão de mundo do ILRJ. Desses, os mais ativos foram os institutos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O Instituto Liberal de São Paulo (ILSP) foi criado em 1987, por Roberto Konder Bornhausen e o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (ILRS, chamado de Instituto Liberdade desde 2002) foi criado por Winston Ling (irmão do fundador do IEE), em 1986.

Para que todas as regionais mantivessem os princípios da mantenedora, foi criado o Conselho Nacional dos Institutos Liberais, pelo qual se estabeleceu que todas as instituições estaduais deveriam manter o mesmo nome e ser geridas pelo mesmo estatuto. Foram presidentes do Conselho Nacional dos Institutos Liberais desde sua criação: Jorge Gerdau Johannpeter (1990-1992); Donald Stewart Jr. (1992-1994); Roberto Konder Bornhausen (1994-1996) e Jorge Wilson Simeira Jacob (1996-1998) (GROS, 2003,

p.144). Os institutos regionais também tinham seu próprio conselho, com o intuito de dialogar mais diretamente com a matriz e manter os propósitos dos *TTs* alinhados.

O IL se define como “produtor de ideias e construtor de influências”, seu objetivo é promover a pesquisa, a produção e a divulgação de bens educacionais e culturais com base nos princípios dos direitos individuais, de governo limitado e representativo, de respeito à propriedade privada, aos contratos e à livre iniciativa (IL, 1988). Se definem como uma instituição sem fins lucrativos e sem vinculação partidária. Para Gros (2003, p.14) diferentemente de outras organizações mantidas por empresários, que visam defender seus interesses frente ao Estado, “a ação dos Institutos Liberais é dirigida aos segmentos dominantes da sociedade, para a divulgação do liberalismo, e aos políticos, para promover as suas propostas de políticas públicas”.

Uma lista de patrocinadores foi divulgada pelo IL em 1993, essa é informação mais detalhada que tivemos sobre a abrangência e o nome dos mantenedores da mesma. Nesse documento constam, mais de 200 empresas financiadoras dos *Institutos Liberais*, entre elas estão: Shell do Brasil, Xerox do Brasil, Hoescht do Brasil, Dow Química, Gessy Lever, Nestlé, Carrefour, Mesbla, Grupo Fenícia, Indústrias Villares, Varig, Vasp, Bradesco, Banco de Crédito Nacional, Banco Noroeste, Citibank, Unibanco, Banco de Boston, Banco Bamerindus, Banco Bozano Simonsen, Construtora Noberto Odebrecht, Ipiranga, Votorantim, Samarco Mineração, Siemens e Globo (GROS, 2003; CASIMIRO, 2011). A lista completa dos patrocinadores se encontra no Anexo I.

Em 1988 foi divulgado, pelo instituto, a Declaração de Princípios dos Institutos Liberais, desenvolvida com a participação de todas as lideranças regionais. Nela são enfatizados o direito à vida e à liberdade, sendo essa última o fundamento do Estado de Direito “que constitui a modalidade de associação política mais adequada para a implantação da justiça e a única forma de organização jurídica capaz de permitir a convivência harmoniosa dos indivíduos” (IL, 1988). Isso implicaria em não conceder privilégios a ninguém, assegurando a igualdade de todos perante a lei; garantir o estabelecimento de condições institucionais, a vigência da liberdade no terreno econômico, ensejando o livre acesso ao mercado; reconhecer a propriedade privada como condição fundamental para que os indivíduos exerçam seu direito à vida, à liberdade política, econômica e à busca da felicidade; permitir que os acordos e divergências que corram no campo das relações de trabalho sejam tratados de maneira autônoma pelas partes (IL, 1988). A carta de princípios ainda enfatiza a necessidade de escolher os governos de forma democrática com liberdade partidária e respeitando o princípio do federalismo. Por essa declaração, o IL buscava incentivar a construção de uma sociedade

ancorada nos princípios liberais, na qual o livre mercado e o Estado de Direito guiariam o bom funcionamento dela.

De acordo com Donald Stewart Jr., a literatura sobre o liberalismo era muito escassa no Brasil, por isso havia a necessidade de uma organização se ocupar da produção e da circulação dessas ideias (IL, 2016)²⁸. De forma parecida, o fundador do IEE, William Ling, também afirmou que era necessário vencer o desconhecimento da maioria da população às políticas neoliberais, salientando que o mais difícil na formação desse instituto, foi convencer os próprios empresários a adotar os princípios do livre mercado, pois muitos deles achavam vantajosa sua relação com o Estado e queriam defender os subsídios e benefícios que recebiam dele - “Se não fôssemos capazes de convencer nossos pares, quem dirá o restante da sociedade?”, afirmou Ling (IEE, 2014, p.24).

A adoção dos empresários brasileiros ao livre mercado foi um processo lento, que se constituiu entre o final da década de 1970 e os anos de 1980 (GROS, 2003; FILGUEIRAS, 2006; DINIZ, 2010). De acordo com Eli Diniz (2010, p.107), a década de 1990 representara “um importante ponto de inflexão na trajetória do capitalismo brasileiro”, pois nesse período ocorreu a ruptura com o nacional-desenvolvimentismo e o questionamento do teor estatista deste. Ainda, para a autora,

Com a democratização do país a partir de 1985, o empresariado desenvolveu, além dos tradicionais vínculos com a burocracia governamental, formas diferenciadas de articulação com o Congresso Nacional, o que se traduziu em algum grau de êxito na defesa de suas demandas mais relevantes, em cada conjuntura política (DINIZ, 2010, p.113).

Tendo em vista a necessidade de convencer, os *Institutos Liberais* se dedicaram incessantemente a atividades de divulgação da ideologia neoliberal. Para isso, passaram a atuar em duas frentes principais, na organização de diferentes tipos de eventos, realizados em todo o país, como conferências, seminários e cursos de extensão, que visavam um público estratégico e formador de opinião, como políticos, jornalistas, empresários, militares, professores universitários, e intelectuais de modo geral²⁹. As palestras mais importantes desses se transformaram na publicação *Conferências do IL*, que circulou entre 1987 e 1997, para essa eram selecionados autores destacados tanto do Brasil, como do exterior. Os eventos tinham, geralmente, um público alvo específico, Gros (2003, p.130) salienta que o ILRJ organizou, desde 1990, em parceria e com o

²⁸ <http://www.institutoliberal.org.br>. Acesso em: 10/04/2016

²⁹ Nos primeiros dez anos do instituto foram realizados mais de 500 eventos, dos quais participaram mais de 170 palestrantes.

patrocínio do *Liberty Fund*³⁰, colóquios para os meios acadêmicos e juristas, em “reuniões restritas que proporcionam aos participantes a troca de idéias entre especialistas de diferentes áreas do conhecimento, [...] auxiliando, assim, na formação de um corpo técnico capacitado a subsidiar o movimento liberal”. A área do Direito possuía destacada atenção dos Institutos Liberais, já que por eles passavam as revisões constitucionais e as proposições de projetos de lei. Essa relação vai ser melhor explorada no quarto capítulo.

Outra estratégia de circulação de suas ideias se concentrou na tradução, edição e publicação de livros, revistas e panfletos de literatura liberal e na produção de materiais didáticos que pudessem auxiliar a instrução ideológica de seus pares e dos meios formadores de opinião, dos quais muitos eram debatidos e divulgados nos eventos promovidos pela rede de IL's. A produção escrita dos Institutos Liberais se concentrava nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e era distribuída para as demais filiais. Seus textos eram difundidos para um público amplo, desde seus mantenedores e associados, até instituições educacionais, bibliotecas e associações comerciais. De acordo com Denise Gros (2003), a forma mais direta de divulgação que utilizam, eram os boletins informativos, enviados mensalmente a associados, entidades empresariais, mídia e universidades. Eram boletins, geralmente de quatro páginas, que discutiam algum tema nacional sob a perspectiva liberal ou reproduziam um artigo publicado em um *think tank* neoliberal norte-americano como a *Heritage Foundation*, o *Cato Institute*, entre outros.

Para tanto, ter um corpo de intelectuais foi essencial para que o IL formulasse seus posicionamentos e embasasse muitos de seus projetos de políticas públicas e demais produções. A formulação teórica do instituto ficou a cargo de intelectuais como, os economistas Og Francisco Leme, José Luiz Carvalho, Antônio Carlos Porto Gonçalves e Roberto Fendt Jr. e o jurista Ney Prado, entre outros. Todos, exceto o último, fizeram parte de sua formação na escola de Economia da Universidade de Chicago e eram seguidores das doutrinas desta, mas também mesclavam suas concepções com a Escola Austríaca de Economia (GROS, 2003; CASIMIRO, 2011).

De acordo com Casimiro (2011, p.59), pode-se observar dois momentos nas conferências do IL, a primeira se estende desde a sua criação, até o final da década de 1980 e é marcada por “uma proposta mais teórica, que buscou não abordar tão diretamente situações empíricas que poderiam denotar uma imagem antipopular ao discurso neoliberal”. No segundo momento, adotado nos anos 1990, além de manter a discussão conceitual e a defesa do liberalismo, há “uma postura mais pragmática, no sentido de

³⁰ Think tank norte americano que financia pesquisadores e institutos neoliberais.

tratar mais diretamente da realidade brasileira, propondo diagnósticos e cobrando resultados do poder público” (CASIMIRO, 2011, p.59-60).

Para Roberto Konder Bornhausen, fundador e membro do Conselho Nacional dos Institutos Liberais entre os anos de 1988 a 2000, estar a frente do Instituto, nos anos 1990, levando a sociedade “propostas concretas para a solução dos problemas nacionais ganha uma nova relevância em função dos acontecimentos correntes na política e econômica do país” (BORNHAUSEN/ILSP, 1994). Em várias edições da cartilha *Idéia Liberal* se salientava o empenho que o governo federal vinha fazendo para “modernizar” e levar a cabo as reformas necessárias para o país, no entanto, alertavam que ainda havia muito que aprofundar para que o Brasil se tornasse um país realmente liberal. Esses elogios e críticas ao governo se referem aos governos de Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, os quais implantaram o projeto neoliberal no país. Nos anos 1990, o neoliberalismo,

[...] que já havia adentrado na maior parte da América Latina, foi implantado no Brasil, com toda força, a partir do Governo Collor. O discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da “Era Liberal” no Brasil. Até então, apesar da existência de algumas iniciativas nesse sentido, durante o Governo Sarney, e de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. A Constituição de 1988, apesar de seus vários equívocos, foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira, por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado tanto do Governo Collor quanto do Governo Cardoso, que recolocou, mais tarde, o projeto liberal nos trilhos (FILGUEIRAS, 2000, p.83-84).

Para Bornhausen “a missão dos Institutos Liberais no Brasil poderia até ser resumida numa palavra: esclarecer” (BORNHAUSEN, 1994), pois, para ele, as ideias liberais são lógicas, coerentes e visam promover o ser humano, assim só restava “esclarecer” sobre as benesses das políticas liberais, para que elas conquistassem mais adeptos. Desse modo, uma das preocupações do IL era saber comunicar, pois, de acordo com o instituto, “se soubermos comunicar, convenceremos” (BORNHAUSEN/ILSP, 1994).

Tanto o *Instituto Liberal* como o IEE são seguidores da Escola Austríaca de Economia, apesar de também mesclarem suas ideias com a Escola de Chicago. A Escola Austríaca é considerada a fundadora do neoliberalismo e tem como seus principais intelectuais Ludwig von Mises e Friedrich Hayek. Essa passou a ter entrada na economia mundial a partir das décadas de 1970 e 1980 e tem como conceitos centrais, a desigualdade natural entre os homens, a política do Estado mínimo e a mão invisível do

mercado como reguladora da economia. Para Hayek as regras do livre mercado são espontâneas e naturais, enquanto que outros modelos são deliberadamente desenhados e antinaturais. Já a Escola de Chicago, cujos principais pensadores são Milton Friedman e George Stigler, estabelece que o exercício da liberdade se dá apenas nas instituições capitalistas e que as posturas socialistas são lesivas à liberdade de mercado e aos direitos civis. Dessa forma, afirmam que os gastos públicos com a proteção social, resultam em inflação e danificam a base do sistema capitalista, que se baseia nos incentivos diferenciais por mérito e esforço (MORRESI, 2008). De acordo com Morresi (2008), resguardadas as diferenças, os autores dessas escolas chegaram a conclusões muito parecidas. Para ambos a intervenção estatal na economia é prejudicial para o desenvolvimento econômico e para a livre expressão. A principal diferença entre eles consiste em que os economistas de Chicago acreditavam que havia alguns tipos de intervenção mais nocivos que outros, justificavam, por exemplo, os altos impostos para os gastos com defesa militar.

O neoliberalismo não se constituiu em uma simples atualização do liberalismo do século XIX, assumindo um caráter muito mais conservador, ao defender que as liberdades civis são uma extensão das econômicas e entender o livre-mercado como pressuposto de liberdade. Ele ficou popularmente conhecido como um pensamento único, no entanto apresenta diferenças significativas entre seus autores e suas correntes.

3.1.2 IL e Neoliberalismo: discursos e proposição de políticas públicas

Em 1991 o Instituto Liberal iniciou a publicação do periódico mensal *Notas – Avaliação de projetos de lei*. Por esse analisava os projetos submetidos à Câmara dos Deputados e ao Senado, propondo sua reformulação, além de elaborar as suas próprias propostas “sob uma ótica que prioriza o Estado de direito e a economia de mercado” (NOTAS, 1993, p.1). Com tiragem média de 5 mil exemplares por edição³¹, sob a responsabilidade editorial de um conselho integrado por economistas e professores universitários, *Notas* tinha como público-alvo deputados e senadores³² e objetivava influenciar o Congresso brasileiro na tomada de decisões. De acordo com o instituto, o resultado de suas análises já podia ser notado em 1993, quando visualizaram uma clara

³¹ No anexo V constam todos os títulos lançados na série *Notas*. Assim como nas séries *Conferências do IL e Idéias Liberais*.

³² Mesmo tendo um público algo, seus números também foram enviados para associações de classe, empresas, órgão de imprensa e universidades.

“penetração e a influência do veículo na formação de opinião dos parlamentares” (NOTAS, 1993, p.1), visto que “vários projetos de lei examinados por *Notas* tiveram seu texto modificado de acordo com nossas recomendações” (NOTAS, 1993, p.1).

Assim, diante da proposta de revisão constitucional do Governo Federal, o IL lançou, em 1993, um livro de 207 páginas, com 28 análises de projetos de lei, para “servir de referencial para a reavaliação de nossa Carta maior, sob a ótica liberal” (NOTAS, 1993, p.1). O quanto esse alcance foi efetivo é difícil de mensurar, no entanto a ligação que existe entre os empresários que coordenavam esse instituto e alguns políticos é destacada. Justamente por serem membros da classe dominante, as suas proposições tinham mais peso e influência do que aquelas que não contavam com seu capital político/econômico. Também podemos considerar que o produto produzido pelo IL, chegava aos deputados como um conhecimento pronto, o que fazia com que os mesmos, quando não era de seu interesse, não tivessem que produzir seus próprios projetos de lei.

Notas foi realizada em convênio com o *TT* norte-americano *Center for International Private Enterprise* (CIPE). O CIPE trabalha com a difusão de valores democráticos vinculados ao livre mercado, junto a *TTs* e líderes empresariais, políticos e jornalistas de todo o mundo (BARBOSA, 2018), voltando-se principalmente para o universo empresarial e seu envolvimento na formulação e implementação de políticas públicas orientadas pelos interesses do mercado (MINELLA, 2013). Desde sua fundação, “foram financiadas cerca de 1.000 organizações e iniciativas locais em mais de 100 países e conduzidos programas de treinamento na administração de associações empresariais na África, Ásia, Europa, Eurásia, Oriente Médio e América Latina” (MINELLA, 2013, p.84). O CIPE funciona como um braço da *National Endowment for Democracy* (NED), instituição financiada pelo governo dos EUA e desenvolve projetos de “diplomacia informal”, os quais normalmente seriam impedidos de funcionar por interferir nos princípios de soberania política dos países. Contudo, formalmente se apresenta como um instituto isento de vínculos e acaba atuando como um elemento útil para a política externa norte-americana e a defesa de seus projetos políticos. “Apesar de ser uma entidade privada, os fundos do CIPE provêm basicamente do governo dos Estados Unidos, tanto de forma direta a partir da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e do Departamento de Estado e de forma indireta através do NED que, por sua vez, também recebe recursos dessas mesmas fontes” (MINELLA, 2013, p.82-3).

Na orelha do livro *Notas* consta a seguinte informação:

NOTAS resultou de um projeto apresentado pelo IL/RJ ao CIPE – Center for International Private Enterprise. O objetivo foi o de suprir uma lacuna existente no mercado editorial brasileiro: um analítico de projetos de lei e de dispositivos constitucionais. O periódico é elaborado por um comitê editorial do qual participam professores universitários, advogados e economistas que selecionam, para análise, os temas mais relevantes da atualidade brasileira objetivando subsidiar os congressistas na tomada de decisões. Ao encerrar o seu segundo ano, em maio de 1993, as 24 edições de NOTAS já impressas totalizaram quase 150 mil exemplares. No período, foram examinadas questões tão diferentes quanto a Lei do Inquilinato, a Lei da Usura e o Combate à Pobreza no Brasil. A marca registrada de NOTAS é o seu posicionamento claramente liberal e sua desvinculação de grupos político-partidários ou de interesses de qualquer espécie. O que se objetiva, em síntese, é aprimorar um conjunto de leis que beneficie a sociedade brasileira. Nesse ano de 1993, NOTAS estará presente a discussão das reformas necessárias à Constituição brasileira, examinando as matérias mais controversas, com a isenção lastreada nos princípios do liberalismo (NOTAS, 1993).

Chama a atenção nesse trecho a tentativa de desvinculação do instituto a qualquer tipo de interesse ou posicionamento partidário, buscando sustentar que suas análises eram imparciais e baseadas no interesse ‘altruísta’ de ajudar a formulação de boas políticas para o Brasil. Ao mesmo tempo informam que sua “isenção está lastreada nos princípios do liberalismo”, o que nos indica que, em seu ponto de vista, o liberalismo é interpretado como uma proposta neutra e não ideológica.

Publicações no formato de Notas eram estimuladas e recomendadas por Anthony Fisher, e financiadas pelos institutos coordenados por ele, como o *Atlas Economic Research Foundation*, (no caso de Notas pelo CIPE). Essa atividade foi sugerida por Fisher aos diretores do IL em reunião realizada em Londres no ano de 1987. “Os especialistas contratados pelo IL-RJ para coordenar essa área de atividade viajaram à Inglaterra e à França para conhecer melhor a metodologia de elaboração dos *policy papers*” (GROS, 2003, p.141).

A primeira análise do livro *Notas* faz uma severa crítica a Constituição de 1988, a qual, segundo o IL está na “contramão do Estado de direito e da economia de mercado, ao tornar as pessoas desiguais diante da lei e ao agredir direitos de propriedade” (NOTAS, 1993, p.6), concedendo privilégios a alguns grupos e não contribuindo para a instauração de uma ordem liberal. Dessa forma, elogiavam a proposta de revisão constitucional de 1993 e afirmavam que essa seria a oportunidade para, “com mais seriedade e espírito crítico, revermos os desvios constitucionais que nos afastam do Estado de direito e da economia de mercado, que nos afastam das liberdades, direitos e responsabilidades individuais” (NOTAS, 1993, p.6). A constituição de 1988, considerada cidadã, por assegurar saúde e educação pública e os direitos trabalhistas, previdenciários e das minorias étnicas, foi duramente contestada desde a sua aprovação pela direita brasileira.

Durante a constituinte houve a formação do “centrão”, composto por políticos do PMDB, PFL, PTB e PDS, que se posicionaram contra as políticas de proteção social. Dreifuss (1989) mostrou em *O Jogo da Direita* a organização dos empresários e outros representantes da elite econômica brasileira em associações de classe e em *think tanks* para fazer frente às demandas sociais e estatizantes da nova carta magna. A transição política vai obrigar “o empresariado a buscar novas formas de participação na formulação de diretrizes, e agora bastante diversas dos costumeiros contatos de primeiro grau com ministros de alto escalão” (DREIFUSS, 1989, p.43), recolocando a questão do poder e da formulação de projetos numa “briga em campo aberto”. Apesar das disputas internas, os congressistas responsáveis pela elaboração da nova constituição, tinham como aspecto em comum as propostas políticas de retomada do crescimento econômico e um novo desenho institucional para o país.

As questões relacionadas aos direitos trabalhistas e ao sistema previdenciário e sindical eram uma preocupação constante nas publicações do IL, pois o instituto considerava a Legislação atrasada e um entrave para as relações entre capital e trabalho. Para o IL, “aumentar a flexibilidade das relações de trabalho é elemento fundamental do esforço para aumentar a oferta de empregos de qualidade e estimular o desenvolvimento de uma força de trabalho polivalente, orientada para a inovação e a produtividade” (SOUZA/ILSP, 1996). Para que isso fosse efetivado defendiam a livre negociação dos contratos laborais entre empregados e empregadores e afirmavam ser necessária uma alteração na estrutura sindical, pois a consideravam incompatível com o modelo de livre negociação. Assim, elogiaram o então presidente Collor quando esse decretou via medida provisória (nº 215, de 30 de agosto de 1990) o fim do imposto sindical, passo que acreditavam ser importante para a “liquidação do corporativismo e do ‘peleguismo’ sindical implantados pelo Estado Novo de Vargas” (NOTAS, 1993, p.9).

A legislação trabalhista e a estrutura sindical eram recriminadas como regras arcaicas que negavam a modernização vinda com o final do século XX. Costa reconhece o empenho do governo federal e do Ministério do Trabalho em atualizar as relações trabalhistas no Brasil, pois dela “partiram medidas que visam implantar a livre negociação salarial assim como a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas” (COSTA/ILSP, 1995, p.1), esforço, para ele, válido, porém tardio. Para o autor,

Caso adotássemos o contrato coletivo de trabalho, o contexto teria de ser bem diferente do atual, já que grande parte dos direitos e deveres seria estabelecida no próprio contrato, a partir da negociação inteiramente livre entre empregados e empregadores. O papel da Justiça do Trabalho seria mínimo, pois os conflitos se resolveriam pelas partes, mediante um mediador ou um árbitro. Entretanto,

para se implantar o contrato coletivo e para ele funcionar bem, uma série de regras terão que ser alteradas (COSTA/ILSP, 1995, p.6).

A livre negociação entre patrões e empregados e os contratos que não envolvessem a resolução na justiça, mas sim com diálogos mais diretos e decisões mais rápidas eram uma reivindicação constante dos empresários neoliberais brasileiros. Por coincidência, no momento em que essa tese está sendo escrita, muitas dessas demandas foram aprovadas pelo então presidente Michel Temer, que assume o poder após um processo que envolveu o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff, em 2016.

A década de 1990 é marcada pela inflexão nas relações de trabalho no Brasil, com a desregulamentação de direitos e a flexibilização das relações de trabalho. A precarização foi facilitada por mudanças na legislação, as medidas adotadas “contribuíram para alterar a forma de contratação e a determinação do uso do tempo e da remuneração do trabalho no Brasil” (KREIN, 2003, p.282), além de tornar mais acessível as formas de resolução de conflitos. José Krein (2003, p.282) explica que houve uma flexibilidade numérica ou quantitativa, ou seja, a ampliação da “liberdade das empresas para empregar e despedir de acordo com suas necessidades de produção” e para diminuir custos. Elas foram implementadas em dois momentos pontuais da vida política nacional, durante a introdução e a consolidação do Plano Real (1994-1996) e no combate ao desemprego (1998). Mudanças que fazem parte de um projeto de reformas adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que buscava a inserção competitiva no mercado global, essas medidas também eram defendidas pelas entidades empresárias. Para o autor, a série de ações adotadas na década de 1990 “não contribuíram para a formalização, mas para o avanço da precarização do mercado de trabalho” (KREIN, 2003, p.295), a partir do crescimento do trabalho sem carteira assinada, do trabalho autônomo para empresas ou por conta própria e do desemprego. Num cenário de estagnação econômica não restou muitas alternativas aos trabalhadores a não ser aceitar trabalhos mais precários. De acordo com Denise Gros,

A redefinição da legislação sobre as relações de trabalho, como era de se esperar, é assunto da maior importância no projeto dos Institutos Liberais. Para o neoliberalismo, o pressuposto de igualdade das partes contratantes, que devem poder negociar condições de trabalho sem interferências, especialmente do Estado, é elemento fundamental para se atingir a liberalização da economia e a soberania do mercado. As críticas feitas à legislação trabalhista, herdada dos anos 30, apontam tanto a sua inadequação ao desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras quanto o agravamento dessa inadequação pelos “avanços trabalhistas” conquistados pelos representantes dos trabalhadores na Constituinte e incorporados à Constituição de 1988. Os estudos divulgados pelos Institutos Liberais sobre esse tema enfatizam a necessidade de “liberar” os trabalhadores dos entraves trabalhistas que

dificultam o livre jogo do mercado e provocam desemprego e aumento da informalidade (GROS, 2003, p.215).

Os anos 1990 foram marcados por mudanças econômicas e sociais, no entanto elas não foram capazes de mudar as desigualdades características da sociedade brasileira. Para Claudio Dedecca (2003, p.74), o aumento da financeirização da economia exigiu que algum segmento da sociedade disponibilizasse os recursos necessários para a consolidação da política econômica, “foram aqueles que dependem do trabalho para viver que forneceram esses fundos”, ocorrendo “uma deterioração ponderável da distribuição entre lucros e renda do trabalho”. O aumento da tributação, com impostos que aumentaram de 12,9% em 1991 para 16% em 1999, também reduziram o poder de compra dos trabalhadores.

Seguindo as críticas aos direitos trabalhistas, Pastore\ILSP (1995, p.7) argumenta que “não tem cabimento querer estabelecer o valor dos salários através de uma política salarial ou definir um ganho de produtividade por meio de sentença judicial”. Para o autor, a CLT e a Justiça do Trabalho têm mais de 50 anos e foram criadas para um mundo fechado e para uma economia protegida. Naquele momento esse sistema contribuiu para industrializar o Brasil, mas se tornou disfuncional para os dias atuais, “o tempo da proteção já passou. Porque acabou o dinheiro para proteger. Porque a realidade demonstrou a ineficiência da proteção. Porque a proteção é cara, desumana e injusta” (PASTORE/ILSP, 1995, p.8).

Outra avaliação de *Notas* se dirigiu à crítica ao direito de greve, para o IL as suas consequências são graves, pois a paralização de atividades essenciais ameaça os direitos da pessoa humana e ferrem o “direito à vida, à liberdade e à propriedade” (*NOTAS*, 1993, p.24). Afirmam que a Constituição de 1988 não definiu adequadamente o direito de greve e “não o relacionou claramente a outros direitos fundamentais” (*NOTAS*, 1993, p.27), fato que proporcionou aos trabalhadores, especialmente aos servidores públicos, a possibilidade de prejudicarem “atividades essenciais e as necessidades inadiáveis da comunidade” (*NOTAS*, 1993, p.24), favorecendo a ocorrência de uma série de abusos durante a sua realização. Dessa maneira, condenam principalmente a greve dos servidores públicos, a quem consideram privilegiados, por não poderem ser demitidos. Para o IL não existe, nas sociedades liberal-democráticas, “argumentos que justifique greves de serviços públicos” (*NOTAS*, 1993, p.27).

Assim recomendam, entre outras coisas, que o direito de greve seja retirado do texto constitucional, passando a ser regido por lei ordinária e que essa lei defina as restrições e penalidades para quem desrespeitá-las. Como punições propõe que sejam

pagas indenizações por eventuais danos e abusos, as quais devem ficar a cargo dos sindicatos e das pessoas físicas responsáveis por prejuízos, também defendem que a lei assegure o direito da minoria de não participar dos movimentos grevistas. Como solução para greves inevitáveis recomendam que haja um sistema de contratação de trabalhadores substitutos, enquanto os oficiais estão paralisados, para que o empregador não seja afetado em seu direito de propriedade (*NOTAS*, 1993, p.30). Dentro dessa mesma lógica criticam a lei que impedia a demissão sem justa causa, a qual consideravam uma inversão de valores, que agredia os direitos de propriedade dos empregadores e criava “pseudo-direitos, ou falsa dádivas” (*NOTAS*, 1993, p.13).

Os empresários não conseguiam aceitar o movimento operário/sindical, que aflorava naqueles anos, como algo legítimo e próprio das disputas democráticas. Assim, esses movimentos eram considerados como desordeiros, protagonizados por elementos de má índole que não tinham interesses sindicais e sim políticos. Dessa forma, a direita passou a utilizar a “qualificação genérica de ‘política’ para toda ação que extrapolava aquilo que os diretores entendiam como razoável”, do mesmo modo que “existia uma dificuldade em reconhecer que tal questão não mais poderia ser resolvida pela simples repressão” (*COSTA*, 2005, p.426).

Ainda no que se refere aos direitos trabalhistas, o instituto também combateu o modelo de previdência social brasileiro e sustentou que esse deveria ser alterado e substituído pelo privado, passando de regime de repartição, controlado pelo Estado, pelo de capitalização dirigido por empresas privadas, cujo responsável seria o próprio trabalhador e a sua capacidade de poupar para o futuro. Assim, acreditam que o sistema de previdência estatal é “um bom negócio para o indivíduo, porém mau negócio para a sociedade”, porque desestimula a capacidade individual de poupança e de gerência do próprio futuro. Assim, defendem que cada trabalhador constitua com seu esforço o seu patrimônio e que tenha a liberdade de escolher o administrador de sua poupança previdenciária. O Estado deveria garantir apenas um pecúlio mínimo àqueles comprovadamente incapazes de prover sua própria subsistência e, conseqüentemente, seu futuro (*NOTAS*, 1993, p.61).

Para isso, o Brasil deveria seguir o exemplo do Chile. De acordo com Vergniaud/ILSP (1995, p.1), esse país adotou em 1981 um sistema de previdência essencialmente privado e extremamente eficiente, “produzindo ininterruptamente resultados tão positivos e robustos que já principiou a ser também adotada em outros países”, como na Argentina, na Bolívia, no Peru e no México. O autor salienta que antes de 1981, a previdência chilena era bastante parecida com a que ainda vigora no Brasil:

“crivada de problemas, com uma estrutura que nada tinha nem de vigorosa nem de moderna, passível de sofrer fraudes enormes, como a brasileira” (1995, p.2). Dessa forma, constatando a inviabilidade de sustentar o sistema previdenciário como definido na Constituição de 1988, o IL propõe para o Brasil um sistema de previdência basicamente privado, complementado por uma contribuição de natureza assistencial do Estado.

No caso da previdência social, O IL defende a substituição do regime de repartição, pelo de capitalização. “O regime de capitalização, em que cada um é responsável pela formação de seu próprio pecúlio, consiste em contribuições mensais para fundos de pensão de natureza privada” (IL, 1995, p.29). De acordo com o instituto “[...] com uma contribuição equivalente a 10,5% do salário garante-se ao trabalhador aposentado 70% de sua renda quando na ativa”. Dessa forma, seria de responsabilidade do trabalhador e não do empregador, fazer um fundo previdenciário, para ter direito a aposentadoria. O IL afirma ainda que, “além de sua contribuição para o fundo de previdência, o cotista deverá contribuir com 2,5% sobre seu rendimento para um seguro de invalidez ou morte. Sugere-se que suprimida integralmente a contribuição da empresa e do empregado ao INPS, 15,7% sejam incorporados como aumento de salário e os 10% remanescentes representem na realidade, uma redução dos custos da mão-de-obra no Brasil e, certamente, um aumento na oferta de empregos” (IL, 1995, p.29). Por outro lado, se buscava criar um grande mercado de capitais, visto a baixa propensão à poupança no país.

O convencimento no campo das ideias era fundamental para que as concepções neoliberais fossem reconhecidas, aceitas e desejadas, tanto para um público específico, como para a sociedade em geral. Dessa forma, algumas estratégias discursivas foram adotadas, e eram constantemente repetidas nos textos do IL e nas conferências do IEE, dessas podemos salientar três. Primeiro, a insistência em apontar a ineficiência do Estado enquanto fornecedor de serviços e a análise que a intervenção estatal na econômica levou a pobreza da sociedade e é responsável pelo subdesenvolvimento brasileiro. Segundo, um discurso que agrega todas as camadas sociais ao projeto neoliberal, em nenhum momento suas proposições excluem as classes baixas. Terceiro, a apropriação do conceito de liberdade como sinônimo do neoliberalismo, sendo apresentado como algo exclusivo deste, só podendo existir dentro de um sistema político e econômico, baseado no livre mercado. Enquanto produtores e disseminadores de uma ideologia esses institutos podem influenciar nas discussões e nas tomadas de decisões políticas, na medida em que se utilizam da influência e reputação que constroem. Para Alvin Gouldner

De modo más retringido, entendimos las ideologías como sistemas de símbolos que sirven pra justificar y mobilizar proyectos público de reconstrucción social: proyectos que desde luego poden tener diferentes magnitudes, desde reformas cívicas menores hasta revoluciones mundiales permanentes (GOULDNER, 1976, p.84).

Dessa forma podemos entender que os *TTs* analisados aqui, buscam uma mudança social, querem que os projetos neoliberais sejam incorporados pelo poder público, efetivando dessa forma uma reconstrução social. Para isso se utilizam de uma série de símbolos, de um discurso bem estruturado para justificar suas escolhas, buscando a legitimação de suas ideias e a mobilização política de seus filiados e simpatizantes.

Ao enfocarem a questão educacional, o instituto também propõe a substituição do ensino público pelo privado, argumentando que o Estado é um mau administrador e por isso não consegue prover uma educação de qualidade. Para o IL, “o problema educacional apenas começará a ser adequadamente equacionado quando nos convenceremos de que estamos diante de um problema típico de mercado e não de uma questão política” (*NOTAS*, 1993, p.84). Defendem que a melhor alternativa para a educação seria um sistema aberto e concorrencial, em que escola pública (já que ela existe) e a privada disputassem a preferência do estudante. Ao Estado caberia a aprovação de verbas destinadas ao ensino e a fixação de critérios para a concessão de subsídios ao estudante carente, na forma de crédito educativo, e não a produção de serviços educacionais. Salientam que “deva ser dado ao estudante (ou a seus pais) o direito de escolha entre as escolas existentes”, preservando assim, a sua liberdade de decidir sobre a educação de seus filhos (*NOTAS*, 1993, p.83). Assim, resumem a educação com um negócio entre fornecedores e consumidores, no qual seria permitido aos empresários oferecer uma multiplicidade de programas educacionais, os quais deferiam ser livremente disputados no mercado e escolhidos, de acordo, com as preferências individuais. “Educação pública significa apoio do governo ao estudante necessitado e não produção, pelo governo, de serviços educacionais gratuitos, os quais ou são de baixa qualidade, ou, quando não é este o caso, são usufruídos pelos estudantes de maior poder aquisitivo (*NOTAS*, 1993, p.9)”.

Em outras três fontes³³ é discutida uma proposta detalhada para a educação brasileira, essa foi elaborada pela professora Maria Alice Gomes da Fonseca, em um

³³ São elas: *Problemas sociais/Soluções Liberais*. RJ: Instituto Liberal, 1995; *Políticas Alternativas*, educação. RJ: Instituto Liberal, 1992; JARAMILLO, Mário et al. *Educação em crise*. Porto Alegre: Ortiz: IEE, 1994.

trabalho encomendado pelo IL e que contou com a colaboração de profissionais e diretores do instituto. O IL sustenta que o “papel do Estado deve idealmente cingir-se ao fornecimento de recursos, e não à prestação do serviço” (IL, 1995, p.7). Dessa forma, defendem o fornecimento de *vouchers* – vales educação – no intuito de substituir o investimento direto do Estado como fornecedor de serviços educacionais, pelo de financiador de empresas prestadoras desse tipo de serviços. Para o IL, essa iniciativa garantirá, por um lado, a qualidade do ensino, pois a competição entre as escolas para a atração do aluno exigirá maior criatividade e produtividade dessas, e, por outro, viabilizará a abertura de mais estabelecimentos de ensino privados, o que acarretará numa maior opção de redes de ensino para os pais (IL, 1992, p.17).

Na realidade, o sistema de “cheques-educação” tem dois objetivos associados: pretende transformar as famílias em “consumidores de escola” e visa a introduzir a concorrência entre os estabelecimentos escolares, o que elevará o nível dos mais medíocres. Esse sistema combina um financiamento público, considerado legítimo para a “educação primária” por seus efeitos positivos em toda a sociedade, e uma administração de tipo empresarial do estabelecimento escolar, posto em situação de competição com os outros. Essa orientação a favor de um “mercado escolar” dominou as políticas de reforma escolar no mundo a partir dos anos 1990, em graus diferentes conforme o país. Isso não deixou de ter consequências para a fragmentação dos sistemas educacionais e a diferenciação dos locais e dos modelos de escolaridade, de acordo com as classes sociais (DARDOT; LAVAL, 2016, p.225).

O projeto de “cheques-educação” se baseia em perspectivas formuladas por autores clássicos do pensamento neoliberal, como é o caso de Milton Friedman. Importante notar que esse discurso foi construído no sentido de tentar agregar as camadas mais pobres do país ao projeto liberal. Mesmo propondo a limitação do financiamento para educação pública, a argumentação se pauta no sentido da liberdade que a família receptora do cheque-educação teria para escolher a instituição de ensino dos seus filhos.

O investimento em educação na época era de 3,6% do PIB (US\$ 18 bilhões), “o projeto liberal prevê que para oferecer um programa de cheque-educação para 100% das crianças entre 7 e 14 anos, para a totalidade dos estudantes carentes no 2º grau e ainda financiar 100% dos universitários matriculados nas universidades estaduais o poder público despenderia cerca de US\$ 16,7 bilhões” (IL, 1995, p.8). Para o IL o projeto do cheque-educação acabaria “com o privilégio existente para o reduzido número de estudantes universitários, facilita o acesso ao 2º grau e, especialmente, acaba com o

indesejável monopólio da educação que asfixia o país, desde o ensino fundamental, prejudicando a todos, mas especialmente aos mais carentes” (IL, 1995, p.8).

Resumidamente, o projeto educacional prevê que todos os estudantes de ensino fundamental (independentemente da renda da família), teriam direito ao cheque-educação, o qual poderia ser usado em instituições públicas ou privadas. “O projeto liberal prevê o fornecimento de cheque-educação unitários de valor equivalente a US\$ 480/ano para a totalidade dos estudantes” (IL, 1995, p.10), podendo haver diferenças de acordo com a região do país. Do montante desses cheques deveriam ser quitados os “salários dos professores e funcionários de cada escola, bem como a totalidade de outras despesas” (IL, 1995, p.9). A administração das escolas públicas estaria a cargo dos professores, e seria de sua responsabilidade uma boa gestão, a qual proporcionaria o aumento do número de alunos e, conseqüentemente, de seus rendimentos. “O descaso, a má administração e outros deméritos farão a escola perder alunos, ter menor rentabilidade e baixarão a remuneração dos professores e funcionários” (IL, 1995, p.9). Nesse sentido, o projeto liberal incentivava a concorrência entre as escolas públicas e particulares, esperando o “aperfeiçoamento no sistema de educação”, assim como, “a chamada gratuidade da escola deixará de ser o passaporte para a ineficiência do professorado” (IL, 1992, p.18).

Importante notar que apesar dos textos serem praticamente iguais nas três fontes consultadas, os números apresentados são diferentes. Por exemplo, no texto de 1992 o valor dos *vouchers* para os alunos de ensinos fundamental seria de 300 dólares/ano, já no ano de 1995 esse valor é atualizado para 480 dólares/ano. Essa diferença de valores pode ser entendida como uma atualização de custos, visto que o primeiro valor foi considerado com base nos padrões econômicos do começo dos anos 1990, assim é compreensível que em 1995, esse valor tenha um reajuste considerável. Outro número interessante e bastante contraditório é que, enquanto em 1992 se afirma que o ensino superior no Brasil absorve cerca de 30% dos recursos globais aplicados em educação, em 1995 se argumenta que 62% dos seus recursos são aplicados no ensino superior, sendo o subsídio de um estudante universitário 500 vezes maior do que recebia um aluno do 1º grau. O entendimento da diferença de valores nesse segundo ponto é mais complexo, visto que seria difícil esses valores dobrarem em tão pouco tempo, acredita-se que, por uma necessidade de convencer e falta de atenção nos dados apresentados anteriormente, esses números foram alterados para persuadir os leitores quanto a injustiça dessa quantidade de investimentos para um nível de ensino, que em porcentagem agrega menos alunos, os quais, em sua maioria advinham de camadas médias e altas.

Para o ensino médio, apenas seriam fornecidos cheques-educação aos alunos com carência financeira, no valor de US\$ 720/ano³⁴, o qual poderia pagar integralmente a escola ou ser complementado pela renda dos pais. O funcionamento e a gestão das escolas públicas seguiriam o mesmo modelo explicado para ensino fundamental, sendo administrado pelos professores e funcionários. Já, para o ensino superior, que era considerado um privilegiado dos recursos públicos, devido ao número reduzido de alunos que possuía, o IL propõe o financiamento de US\$ 2.200/ano “para a universidade pública ou privada a alunos com aptidão comprovada pelos exames vestibulares ou outro modelo de aferição de conhecimento. O repagamento do financiamento ocorrerá a partir do encerramento do curso universitário (IL, 1995, p.14)”. Com esse valor seria possível financiar 600 mil estudantes em universidades públicas. Dessa forma, não haveria mais um sistema universitário gratuito, apenas subsídios que ajudariam a custear o curso, mas que deveriam ser devolvidos aos cofres públicos após o término da faculdade.

Salientam que o custo aluno/ano na universidade brasileira é praticamente o dobro da média das universidades norte-americanas, pois o número de alunos por docentes no Brasil é duas vezes maior do que naquelas instituições e o número de funcionários por universidade também ultrapassava a média internacional. Outro ponto de crítica é que segundo o IL, a população com recursos financeiros para investir numa educação básica de qualidade acaba ocupando as vagas nas universidades públicas, enquanto os alunos carentes acabam tendo que apelar para as universidades privadas. Dessa forma, o projeto liberal para a educação superior recomenda: ensino universitário pago nas universidades públicas; ênfase no crédito educativo; redução do número de professores e funcionários por aluno; extinção de cursos não sancionados pelo mercado; autonomia para a administração das universidades, que deverão ser sustentadas por bolsas e mensalidades, e por convênios com empresas de qualquer natureza; transparência dos gastos com pesquisa (IL, 1992, p.19).

Tendo em vista essas proposições elaboradas pelo IL e referendadas em muitos pontos pelo IEE, é possível observar que seu discurso exalta a concepção de liberdade e se apoia em elementos de repetição, pois para esses institutos a liberdade está diretamente ligada à possibilidade de consumir e de escolher os melhores serviços disponíveis no mercado, não estando relacionada a uma perspectiva mais ampla de conquista de direitos sociais. Reforçam a ideia da incompetência e da corrupção estatal para frisar que todos

³⁴ Para o ensino básico previa-se o gasto de US\$ 14, 4 bilhões, para o ensino médio US\$ 1 bilhão e para o ensino superior US\$ 1,32 bilhões, por ano.

os serviços e regulações que partam deste estão fadados ao fracasso. “Cuanto más esta nueva derecha percibe la institución mercado como institución total, infalible, perfecta, más percibe al Estado como amenaza y origen de todo el mal. Se transforma en el culpable de todo” (HINKELAMMERT, 1988, p.109). Juntamente com a argumentação propositiva de suas ideias, havia a crítica e a invalidação de outras que as contrapunham, buscando convencer a partir da difamação do outro e “por meio do jogo das oposições e das distinções” (BOURDIEU,1998, p.179), assim, suas construções teóricas buscaram estabelecer uma ideia de causa e consequência, onde a adoção das propostas de livre mercado era apresentada como a única capaz de fazer o país avançar e superar o subdesenvolvimento.

Outra fonte utilizada para a análise das ideias do *Instituto Liberal* é o livreto *Idéias Liberais*, editado pelo *Instituto Liberal de São Paulo*. Folheto informativo de poucas páginas - entre 4 e 16 – publicado de 1993 a 1996, contabilizando um total de 56 edições com tiragem de 3 mil exemplares cada um, tendo como público alvo lideranças sociais e formadores de opinião pública. Os temas dessas publicações são variados, mas mantêm uma linha de coerência. Compilam e discutem uma série de questões, como livre mercado, relações de trabalho, revisão constitucional, cidadania, economia, privatizações, abordagens teóricas sobre o neoliberalismo e sua aplicabilidade para o Brasil e a América Latina. Muitos dos textos são republicações de autores conhecidos ou de um *think tank* internacional, especialmente norte-americano. Os autores desses livretos têm diversas procedências e nacionalidades, sendo, desde membros dos Institutos Liberais, até professores universitários, políticos e escritores consagrados, como Margaret Thatcher e Mario Vargas Llosa. A presença que mais trouxe estranhamento nessa série, foi o texto *Neoliberalismo: um balanço* do escritor britânico Perry Anderson, conhecido por sua vinculação com o marxismo.

Dentre os diversos títulos optamos por analisar aqueles que fazem uma análise sobre a situação brasileira ou latino-americana e os autores brasileiros que debatem as teorias neoliberais pensando no caso nacional. Entre os pontos discutidos, um que aparece com bastante frequência é a reclamação da falta de compreensão por parte da população e de membros do Estado e do empresariado sobre o funcionamento do livre mercado.

Nesse sentido Ubiratan Jorge Iório de Souza (1994) afirma que o liberalismo é um sistema econômico, político e ético e que as alternativas a esse sistema e as chamadas terceiras vias “são agressões à lógica natural que move a ação humana”. Para ele “as crises econômicas, a inflação, o desemprego, [...] a ignorância, a falta de saúde, a

desnutrição, a fome e a miséria que degradam o homem, são efeitos inescapáveis das intervenções do Estado na ordem espontânea gerada pelo mercado livre” (SOUZA/ILSP, 1994, p.1-2). Essa ideia que a intervenção do Estado na economia seria a responsável pelos males sociais remete aos principais pensadores do neoliberalismo como Von Mises e Hayek, e acabou sendo uma das lógicas argumentativas dos defensores do livre mercado. Em um tom de manifesto, o autor conclama todos os liberais brasileiros a escreverem mais sobre a Escola Austríaca, “a melhor das vassouras para varrer o lixo keynesiano” e para nos livrarmos do passado. “O país do futuro exige profundas reformas institucionais, que nos transformem em uma sociedade de homens livres, isto é, em uma sociedade liberal. Em outras palavras, o país do futuro requer o liberalismo sem adjetivos” (SOUZA/ILSP, 1994, p.2).

Antonio Paim/ILRJ (1994, p.1) indica a necessidade de reconstruir os vínculos com o pensamento liberal no exterior; “identificar as questões teóricas mais relevantes, a partir da realidade nacional e, finalmente, elaborar um programa político capaz de estabelecer a diferenciação entre os liberais e as demais correntes”. O autor faz um histórico da produção liberal no Brasil, indicando que dos 45 livros que o *Instituto Liberal* editou até 1993, 15 são de autores ligados à Escola Austríaca, 8 brasileiros e os demais compreendem a tradução de pensadores liberais ligados a outras vertentes que não a Escola Austríaca. Também destaca algumas editoras que se dedicaram a divulgação de autores liberais e neoliberais, como a Jorge Zahar, a Editora UnB, a Nórdica e a Visão.

Dentro dessa linha, Fonseca afirma que todas as potências eleitorais do país se uniram para conjurar o neoliberalismo, mostrando sua desinformação e falta de conhecimento sobre o que seria o livre mercado. “De um lado, os feiticeiros ideológicos da tribo petista acusam Fernando Henrique Cardoso de haver aderido ao credo neoliberal e sucumbido ao sinistro ‘Consenso de Washington’. De outro, a nata pensante da tribo tucana rechaça o ataque vil e afasta a pecha infame de neoliberal” (FONSECA/ILSP, 1994, p.1). Assim, para o autor tanto petistas como tucanos estão surdos porque não entendem a complexidade da proposta neoliberal e a acusam desmedidamente de produzir pobreza, quando, na visão do autor, ela ataca essa questão.

Para Fonseca, o neoliberalismo é acusado inconsequentemente pela esquerda brasileira. A partir de acusações vagas e construção de rótulos se mostra “estéril e esclerosada”, já que não tem a humildade intelectual de estudar e esforçar-se para entender aquilo a que deseja se opor (FONSECA/ILSP, 1994, p.2). O autor afirma que a esquerda construiu um estereótipo pelo qual os seguidores do livre mercado não se preocupariam com a situação dos grupos mais desfavorecidos, e seriam contrários a todo

tipo de intervenção do Estado, fato para ele mentiroso. “O que poucos se dão conta, contudo, é que algumas das propostas mais ousadas de ação estatal no combate à pobreza – ideias que vem sendo encampadas por partidos de esquerda em todo Primeiro Mundo – partiram de autores neoliberais” (FONSECA/ILSP, 1994, p.3).

O autor explica essa afirmação a partir das sugestões de Friedman e de Hayek, para isso cita a proposta de criação de um Imposto de Renda negativo, elaborado por Milton Friedman. Por essa, seriam substituídos os programas do Estado que fornecem habitação, educação, saúde, alimentação, seguro-desemprego, por pagamentos em dinheiro, para aqueles que recebem rendas muito baixas. Esse beneficiaria também as classes médias e altas, pois já que não teriam que dar parte de sua renda ao Estado, também não precisariam usufruir das “transferências de renda extramercado via Estado de Bem-Estar”, fato que “reduziria o desperdício nos gastos sociais do governo e eliminaria boa parte do corporativismo predatório que sufoca o Estado (FONSECA/ILSP, 1994, p.6)”.

Proposta parecida foi apresentada por Hayek, ao sugerir a criação de uma renda mínima para os indivíduos que não ganhavam o mínimo para sobreviver. Hayek que é contrário as leis que instituem a obrigatoriedade do salário mínimo, por acreditar que os empregadores não deveriam ter que pagar um mínimo para trabalhadores que talvez não o mereçam, estabelece, no entanto, que na falta da possibilidade de obtenção de renda, o Estado deve prover uma renda mínima aos indivíduos. Com esses exemplos, Fonseca tenta provar que os neoliberais não propõem o desmantelamento puro e simples do Estado.

Interessante notar que a ideia do imposto de renda negativo proposto Friedman foi utilizada tanto de forma positiva pelo instituto, como de forma negativa. Na série *Notas*, foi debatido o Programa de Garantia de Renda Mínima (Projeto de Lei nº80, de 16/04/91), de autoria do senador Eduardo Matarazzo Suplicy, o qual baseou sua proposta em Friedman, propondo não cobrar Imposto de Renda de famílias que não atingissem certo nível de renda líquida anual, assim como, sugere o pagamento de uma complementação até atingir esse teto, por parte do Estado. Para invalidar a proposta do Senador, o instituto afirma que “objetivando erradicar a pobreza, [o governo] não quantifica seus custos para a sociedade” (*NOTAS*, 1993, p.137). Essa proposta seria muito suscetível a fraude e criaria mais problemas que soluções, como: o aumento de impostos diretos sobre as pessoas de maior renda, estimulando a sonegação; aumento da máquina pública; estímulo à passagem de diversos indivíduos para a informalidade e desestímulo a busca de ampliação de renda por parte das famílias beneficiadas (*NOTAS*, 1993. p.141).

E salienta que, por mais que a proposta de Suplicy tivesse se baseado nas ideias de Friedman, esse mesmo “posteriormente reconheceu as debilidades de sua própria sugestão (NOTAS, 1993, p.137)”, se encarregando de dizer que tal projeto é de difícil implantação.

Essa diferença na utilização de um autor referência para o instituto pode ser entendida se levarmos em conta dois aspectos. Um deles, é que visivelmente foram pessoas diferentes que escreveram os artigos citados acima, por mais que *Notas* não tenha seus textos assinados, o centro da discussão gira em termos opostos. O segundo é que a aceitação ou não da ideia de Friedman está relacionada à conveniência do momento, pois as propostas de erradicação da pobreza por meio das formulações de Hayek e Friedman eram exaltadas no papel, mas quando elas se concretizam, como proposta de políticas públicas, eram negadas como forma de resolução do problema. Num primeiro momento elas foram utilizadas para provar que o neoliberalismo se preocupava e até propunha algum tipo de assistência social, posteriormente essas ideias foram rechaçadas atrás do argumento que num país grande e subdesenvolvido como o Brasil essas políticas seriam de difícil aplicação, já que o próprio Friedman teria explicado que mesmo em países de primeiro mundo como os Estados Unidos elas dificilmente sairiam do papel. Essa postura nos remete novamente ao paradoxo ortodoxo, já que os neoliberais não cumprem os projetos que eles mesmos defendem, ou tendem a descaracterizar uma teoria quando essa afeta seus interesses econômicos, elas podem ser utilizadas por conveniência discursiva em algum momento, mas são afastadas quando o projeto tem proposição prática.

No início de dezembro de 1994, o consagrado escritor peruano Mario Vargas Llosa, em sua visita ao Brasil, proferiu palestras em diversos Estados. No Paraná e em Minas Gerais, elas foram promovidas pelos IL's locais. O texto do número 22 de *Idéias Liberais* é o da sua palestra em Curitiba. Nessa, Vargas Llosa (1995, p.2-3) faz uma exaltação aos valores do individualismo e da soberania do homem “para decidir seus atos e crenças contra os abusos que possa sofrer por parte de outros indivíduos ou do Estado”. Declara sua aversão ao coletivismo e à pretensão ideológica dos grupos de esquerda em “converter o social em uma instância moral ou política superior à dos homens e mulheres”. Frisa que o liberalismo não é contra o Estado, mas que ele tem papéis bem delimitados, como “fazer cumprir as leis e de prestar aqueles serviços que lhes são inerentes, como administrar a justiça e preservar a ordem” (LLOSA, 1995, p.6).

Ao abordar a temática da educação Llosa defende a igualdade de oportunidades, assunto que ele afirma assustar alguns liberais, pois muitos enxergam nesse conceito uma

chamada para a redistribuição da riqueza como propõem os socialistas. “Dizem que a igualdade perante a lei e o acesso ao mercado competitivo asseguram, per se, o mesmo ponto de partida para todos os cidadãos em uma sociedade livre”. E que “há liberais para quem inclusive falar de um mesmo ponto de partida é falácia, já que, segundo eles, as diferenças entre os indivíduos fazem com que aquela igualdade seja sempre impossível” (LLOSA, 1995, p.11-12). O autor refuta ambas as objeções, afirmando a necessidade de se distinguir as diferenças naturais (como talento, vocação, atitude e esforço), das artificiais. Trata-se de remover estas últimas e não de desmerecer das primeiras, pois é “injusto é que o nascimento condene um ser humano à ignorância e à desinformação e, portanto, a ser sempre derrotado na hora de competir” (LLOSA, 1995, p.12). Para Llosa,

A educação é a ferramenta-chave para remover as diferenças artificiais. Sobre este como sobre muitos outros temas, há entre os liberais posições opostas. Para alguns, a obrigatoriedade do ensino – a grande conquista democrática – é inaceitável porque infringe a liberdade individual e serve de justificativa à penetração abusiva do Estado na esfera privada. Segundo eles, as famílias ou os próprios indivíduos deveriam exercer também sua soberania nesse caso, decidindo se as crianças recebem educação e de quem. Meu ponto de vista é que essa tese, para ter resultados, supõe sociedades homogêneas, de coeficiente cultural elevado, único caso em que a decisão sobre educar ou não as crianças seria tomada com o conhecimento do que isso implica. Mas em sociedade como as da América Latina ou da África, assimétricas e fragmentadas, onde convivem culturas modernas com arcaicas, remover a obrigatoriedade do ensino condenaria homens e mulheres de culturas primitivas a permanecerem confinados nelas, privados de toda a possibilidade de adquirir formas modernas de existência. A liberdade de não ser educado serviria para eternizar a escravidão de grandes massas de cidadãos de segunda classe, que jamais contariam com os conhecimentos básicos para emancipar-se da discriminação e exploração. Ensino obrigatório não é sinônimo de ensino estatal. A educação pode ser totalmente privatizada ou coexistir a privada com a pública. O importante é que todos tenham acesso ao sistema educativo e que as diferenças de renda e posição não determinem automaticamente que alguns jovens recebam uma formação intelectual de alto nível e outros uma deficiente. Isso ocorre agora na maioria dos nossos países e é uma das piores injustiças: a de que uma criança ou jovem acomodado receba uma formação muito superior à da criança ou jovem de famílias de poucos recursos. Isso estabelece, desde logo, uma desvantagem quase sempre insuperável para esses últimos na hora de procurar trabalho ou aspirar a uma posição (LLOSA, 1995, p.12-13).

Considerarei importante citar essa análise de Llosa, pois ela se diferencia da maioria dos ensaios sobre educação apresentados pelo IL e pelo IEE. Por mais que todos cheguem a conclusão da importância da educação, ela é geralmente vista como mérito pessoal, independentemente do espaço social em que o indivíduo está inserido. Llosa, ao contrário, admite que o fosso cultural e social existente entre indivíduos de classe baixa e alta não permite igualdade de competição, fato que somente pode ser superado com uma educação que promova a boa formação de jovens de renda desfavorecida. Isso mostra que não existe um consenso absoluto de como são encaradas, pelos neoliberais, questões

importantes como o acesso à educação, e que, em qualquer grupo ideológico existem diferenças de posições, por mais que, para o grande público, elas sejam camufladas. Llosa também esteve na Argentina, no ano de 1996 para proferir um curso sobre liberalismo, para o qual, a Revista IDEA fez uma ampla cobertura.

O livro *Problemas Sociais/Soluções Liberais*, editado em 1995, faz uma síntese de quatro documentos da série *Políticas Alternativas*³⁵. Com 40 páginas, a obra tinha por objetivo examinar as questões da Previdência social, Educação, Saúde e Habitação popular³⁶ e apresentar soluções para elas, “as conclusões desses estudos, depois de examinarem o funcionamento desses sistemas no Brasil e em vários países do mundo, mostram a virtual falência do Estado nessas atividades” (IL, 1995, p.1).

Com o propósito de debater, criticar e apresentar uma proposta alternativa aos programas de educação, saúde, previdência e habitação do país, o instituto se valeu do argumento de que os serviços públicos são de baixa qualidade e não podem ser controlados pelos consumidores, que ficam a mercê dos serviços que lhes são oferecidos, sem ter a “liberdade” de escolher outros. Nesse sentido, afirmam que o governo deveria se preocupar apenas com a fiscalização dos serviços, pois, para eles “o papel do Estado não é planejar a economia, nem construir uma sociedade igualitária. A principal função do Estado deve ser a de manter a ordem e garantir que as leis sejam cumpridas” (IL, 1995, p.4).

Para a área da saúde, o IL propõe que os 5% do PIB que eram gastos com saúde no Brasil, em 1995, continuassem a ser investidos, mas de forma diferente. Seguindo a mesma lógica dos cheques-educação, a proposta do IL era distribuir para todos os brasileiros, independentemente da renda, o *Crédito Individual de Saúde* (CIS), pelo qual os cidadãos poderiam adquirir “um plano básico de saúde nas *Entidades Mantenedoras de Saúdes* (EMS), instituições públicas ou privadas de natureza médica que, em regime de livre competição, receberão de cada brasileiro os CIS e a eles garantirão todos os direitos previstos no *Plano Básico de Saúde*” (IL, 1995, p.21). Para o instituto “com o equivalente a US\$ 150/hab/ano seria possível dar um seguro que garantiria cobertura integral de saúde, inclusive assistência odontológica até os 16 anos, e mais o fornecimento de remédios” (IL, 1995, p.18). Assim, da mesma forma que elaboraram seu discurso para

³⁵ A série *Políticas Alternativas*, apresenta os seguintes títulos: 1) Previdência Social; 2) Educação; 3) Mercosul; 4) Capital Estrangeiro; 5) Política Industrial; 6) Saúde; 7) Petróleo; 8) Energia elétrica; 9) Orçamento Fiscal; 10) Telecomunicações; 11) Gás natural; 12) Legislação trabalhista.

³⁶ *Problemas Sociais/Soluções Liberais* tem apenas sua apresentação assinada, por Arthur Chagas Diniz (Diretor-Executivo do ILRJ na data), os demais textos são uma compilação dos seguintes autores: Previdência social – José L. Carvalho e Clóvis de Faro; Educação – Maria Alice Fonseca; Saúde – Getúlio Borges da Silveira, Armando Leite Ferreira e Odemiro Fonseca; Habitação popular – Donald Stewart Jr.

a educação, afirmavam que o projeto liberal não tinha por objetivo privatizar a assistência médico-hospitalar, mas “tornar o Estado responsável pelo acompanhamento e fiscalização do sistema, tirando-o das funções que executa com menor eficiência: a de provedor de serviços” (IL, 1995, p.21).

É possível perceber que alguns pontos se repetem nas propostas de políticas públicas do IL. A ineficiência do Estado enquanto fornecedor de serviços é sempre ressaltada, pois a ele não caberia prover ou administrar serviços de educação, saúde, entre outros. Esses deveriam ser executados apenas por empresas privadas, as quais zelariam pela qualidade e não sucumbiriam facilmente a corrupção. Ao Estado caberia a fiscalização desses serviços.

No que se refere a moradia Donald Stewart Jr (1994, p.1) entende que “a maciça existência de favelas no Brasil decorre essencialmente de intervenções do Estado na área econômica”. Cita duas intervenções que para ele contribuem diretamente para a existência das favelas, a primeira é a lei do inquilinato, criada com a intenção de proteger os inquilinos da “ganância dos proprietários”, o que desestimulou os investimentos em imóveis para aluguel e deixou como única opção para muitas famílias passar a viver em favelas.

A segunda intervenção, seria imposta pelas exigências municipais, pois para uma casa/apartamento existir legalmente é necessário “atender a requisitos mínimos de tamanho, acabamento, afastamento etc., que fazem com que o custo de uma unidade mínima se situe muito acima do poder aquisitivo da maior parte da população” (STEWART, 1994, p.4). Para o autor, no intuito de “proteger” as pessoas, o Estado erra gravemente, pois ao impor padrões inacessíveis a uma parte da população, acaba incentivando e tendo como consequência as construções ilegais e inseguras das favelas em geral.

Foi exposto nesse subcapítulo a forma como o IL construiu suas argumentações. A partir de duas fontes principais – *Notas e Ideias Liberais*, foi possível visualizar os pontos mais debatidos e que mais causavam preocupação ao instituto e por consequência ao grupo que definimos como direita.

3.2.1 Instituto de Estudos Empresariais - breve histórico

Para escrevermos a história e a trajetória do IEE, a principal fonte a ser utilizada será um livro comemorativo, edição bilíngue, com tradução em inglês - *IEE 30 anos formando líderes* - produzido pelo próprio instituto em 2014, para marcar seus 30 anos de existência. Esse material se propõe a exaltar a trajetória do IEE, fazendo um histórico de sua fundação e dos atores envolvidos nela e relembrar os principais passos vividos pela instituição até o ano de 2014, acompanhando os contextos nacionais e internacionais. O exemplar também conta com pequenos depoimentos de todos os seus ex-diretores.

Em meados de 1984, William Ling convidou cerca de 30 jovens empresários entre 20 e 30 anos para uma reunião, desses 20 vão fazer parte da fundação do IEE. Com a ajuda de Roberto Rachewsky recrutaram pessoas do comércio, dos serviços, da indústria e da agricultura, como o objetivo de criar uma instituição destinada a formar líderes que pudessem atuar em empresas, entidades e governos. Essa vai tomar corpo após alguns meses e no final de 1984 já possuía Estatuto, atestado de fundação registrada em cartório e diretoria. Para William Ling a mudança que o Brasil passava ao se redemocratizar, integrando-se ao mundo globalizado e à abertura comercial, necessitava unir as ideias do capitalismo de livre mercado com os valores democráticos e republicanos no campo político e social (IEE, 2014, p.22). Em sua ata de constituição são elencados dois objetivos para a existência da instituição.

- a) incentivar o surgimento e preparação de novas lideranças através da participação ativa de todos os membros nas atividades do grupo, tendo como doutrina orientadora a defesa e manutenção dos valores da economia de mercado e da livre iniciativa.
- b) promover a integração ao relacionamento dos participantes nos âmbitos social, cultural, econômico e profissional visando a unidade e o intercâmbio de idéias, conhecimentos e experiências, criando ambiente e meios propícios para tal (IEE, 2014, p.20).

Esse grupo acreditava que as ações desenvolvidas pela iniciativa privada teriam mais sucesso e melhores resultados do que aquelas lideradas pelo governo, por isso viam a necessidade de criar um canal para a formação de lideranças liberais. Entre os empresários presentes desde a primeira reunião estavam William Ling, primeiro presidente do IEE, Roberto Rachewsky, sucessor de Ling na presidência, Renato Malcon, Daniel Tevah, entre outros. Jorge Gerdau Johannpeter, grande entusiasta da existência do IEE, teria apresentado alguns dos jovens fundadores com textos liberais, recém traduzidos para o português, pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro (do qual fazia parte). “O

material que chegou às suas mãos nos 80 encheu seus corações e mentes. Ali estava a essência do pensamento da Escola Austríaca [...] e também as primeiras discussões dos novos economistas clássicos americanos” (IEE, 2014, p.18).

De acordo com Renato Malcon, o IEE “ajuda a contar a história do desenvolvimento da ideia liberal no Brasil” (IEE, 2014, p.13). Assim, o primeiro objetivo desse grupo de jovens empresários, era convencer os seus pares da necessidade de haver reformas liberais no país, pois muitos deles ainda apostavam na proteção estatal, no controle dos preços e na reserva de mercado para os produtos nacionais. “A primeira barreira, portanto, eram os próprios empresários. Como convencer sindicalistas, professores, políticos, jornalistas, se não convenciam nem a seus pares?” (IEE, 2014, p.16).

O livro comemorativo de 2014 salienta que “trinta anos depois, outros garotos idealistas mantêm viva a missão de assimilar e disseminar as crenças na mais pura economia de mercado, na supremacia do privado sobre o público, no chamado Estado mínimo” (IEE, 2014, p.19). Os seja, os objetivos do IEE mantiveram-se inalterados ao longo dos anos de funcionamento, certamente muitas coisas vão sendo incorporadas ao longo do tempo, mas a intenção básica de trabalhar em prol do Neoliberalismo e de “ser o melhor centro de desenvolvimento de lideranças empresariais do Brasil” permanece como sua finalidade primordial. Para Carlos Smith, que participou da gestão 1987/1988, a meta na formação intelectual de jovens empresários, muitos deles sucessores de empresas familiares, “é sempre sair dali como apóstolos e ir colocando as ideias em outras entidades” (IEE, 2014, p.19).

Para ingressar no IEE é preciso ser indicado por um Associado, ter entre 20 e 32 anos, “e estar envolvido com o risco inerente ao capital, isto é, estar à frente ou na linha de sucessão de empresa de qualquer ramo de atividade” (IEE, 2017). Após serem selecionados, os indicados são entrevistados pela diretoria e depois seu nome é encaminhado para a análise do Conselho Diretivo (formado pelo presidente em exercício, o anterior e mais cinco associados honorários eleitos a cada dois anos). É necessário passar por um período de experiência, que pode variar de seis meses a um ano e meio, “quando são avaliados sua dedicação e interesse”, no final desse período seu nome é novamente avaliado pelo Conselho Deliberativo que decide se ele se tornará ou não membro do IEE. Aprovado, poderá participar de todas as atividades de formação até os 35 anos, tendo que manter frequência nas reuniões e ler uma bibliografia recomendada.

As diretorias do instituto se renovam a cada ano, sendo permitido apenas um mandato para cada presidente, os quais ao encerra-lo tornam-se associados honorários.

No final desse ciclo ocorre o *Fórum da Liberdade* que é organizado pelo grupo em formação, mas que conta com o aval de membros honorários, como Jorge Gerdau Johannpeter e William Ling. O *Fórum da Liberdade* é um evento de debates políticos e econômicos que tem entre seus palestrantes importantes nomes nacionais e internacionais do empresariado, da cultura, da economia e da política. Realizado anualmente³⁷, desde 1988 em Porto Alegre. O *Fórum* é apresentado, em seu site, como o maior espaço de debate político da América Latina, o qual é “movido pela liberdade de ideias” e pelo “diálogo entre diversas correntes de pensamento” (IEE, 2017). Apesar de auto afirmarem a realização de um debate aberto, boa parte das palestras e conferencistas do evento estavam alicerçados nos fundamentos neoliberais. Como tentativa de mostrar o pluralismo que advogam possuir, políticos renomados e conhecidos por pertencer a esquerda e a centro-esquerda, também participaram do evento em momentos específicos, como quando ocupavam cargos políticos, como é o caso de Olívio Dutra, Leonel Brizola, Lula, Tarso Genro e Ciro Gomes. Entre os patrocinadores e apoiadores do *Fórum* estão algumas das maiores empresas brasileiras, como os grupos Gerdau e Ipiranga (parceiras fixas do evento), e outras como Nestlé, Claro Digital, Vonpar, Bank of Boston, Sebrae, Copesul, Sicepot, Ativa, Habitasul, Varig e Petropar³⁸.

Nas primeiras edições do Fórum, a metalúrgica Gerdau, o banco Bamerindus e a distribuidora de derivados do petróleo Petropar, entre outras, foram algumas das patrocinadoras do encontro. Contudo, o interesse corporativo nas ações do instituto não se esgotou nas empresas patrocinadoras. O IEE sempre funcionou por meio de investidores e do apoio de associados. Conforme a lista que consta atualmente no sítio do IEE, cada um dos membros está vinculado a uma empresa, o que demonstra que apesar de serem pessoas físicas, não são apenas interesses individuais em jogo, mas também relações institucionais (PIRES, 2011, p.92).

A formação dos membros do IEE passa pela leitura de obras de autores clássicos do liberalismo como, Frédéric Bastiat, Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Adam Smith, Alexis de Tocqueville, Milton Friedman, Murray Rothbard, Ayn Rand³⁹, entre outros,

³⁷ Ao longo de suas edições, o Fórum já reuniu mais de 300 palestrantes, sendo 103 deles estrangeiros, cinco ganhadores do Prêmio Nobel (James Buchanan, Gary Becker, James Heckman, Douglass North e Mario Vargas Llosa), sete chefes de Estado, 53 lideranças políticas nacionais e internacionais e 16 ministros de Estado, além de lideranças empresariais, acadêmicos e estudiosos (IEE, 2017).

³⁸ Os grupos financiadores podem mudar de evento para evento.

³⁹ A lista de livros obrigatórios que consta no site da instituição, para leitura de acordo com a fase da formação, conta com esses títulos e autores: O Que É O Liberalismo (D. Stewart Jr.); A Escola Austríaca: Mercado E Criatividade Empresarial (J. H. De Soto); A Riqueza Das Nações (A. Smith); As Seis Lições (L. Von Mises); Uma Crítica Ao Intervencionismo (L. Von Mises); Ação Humana (L. Von Mises); O Cálculo Econômico Sob O Socialismo (L. Von Mises); O Fundamento Último Da Ciência Econômica (L. Von Mises); Teoria E História (L. Von Mises); The Machinery Of Freedom (D. Friedman); Economia Numa Única Lição (H. Hazlitt); The Use Of Knowledge In Society (F. A. Hayek); Os Fundamentos Da Liberdade (F. A. Hayek); Arrogância Fatal (F. A. Hayek); O Caminho Da Servidão (F. A. Hayek); Livre

realização de atividades como juris simulados, apresentação detalhada de livros, debates com a presença de palestrantes nacionais e internacionais, organização de eventos e a escrita de artigos a serem publicados na página online do instituto e em um livro, lançado junto ao *Fórum da Liberdade*. O associado precisava participar de 75% dos encontros e fazer uma resenha de pelo menos dois livros durante o período do curso. O treinamento intelectual dos jovens empresários objetiva que os mesmos possam defender com argumentos sólidos suas convicções políticas e os valores transmitidos pelo instituto. De acordo com o IEE, o currículo do curso preenche lacunas de programas acadêmicos tradicionais, preparando seus membros para o “debate com base em argumentos racionais, lógicos e de maneira respeitosa, e à formulação de ideias e propostas por meio de discursos, artigos e entrevistas” (IEE, 2014, p.23). Cerca de mil empresários já passaram pelo instituto, e exercem, segundo os mesmos “funções de liderança em diversas esferas da sociedade”.

Mais do que a catequese nos princípios do liberalismo e a melhoria da qualidade gerencial dos participantes do grupo, os líderes do IEE esperam que seus discípulos defendam –permanentemente – a causa em associações de classe, entidades empresariais, sindicatos e, se possível, no próprio governo (IEE, 2014, p.12).

Nesse sentido, o objetivo do IEE é formar dirigentes que tenham uma atuação e um discurso coeso e afinado à defesa de seus interesses de classe, como verdadeiros discípulos do livre mercado. A escolha cuidadosa de seus integrantes e a formação pedagógica dos mesmos tem como propósito que seus associados e ex-associados⁴⁰ nunca deixem de apoiar e legitimar as proposições do instituto. De acordo com o IEE *30 anos* (IEE, 2014, p.13) o instituto se sustenta das mensalidades dos associados e das doações dos mantenedores. Entre os mantenedores que aparecem no site do IEE, para o ano de

Para Escolher (M. Friedman & R. Friedman); Dynamics Of The Mixed Economy (S. Ikeda); Fatos E Falácias Da Economia (T. Sowell); A Revolta De Atlas (A. Rand); A Nascente (A. Rand); An Austrian Perspective On The History Of Economic Thought (M. Rothbard); Antitrust: The Case For Repeal (D. Armentano); Defendendo O Indefensável (W. Block); Princípios De Economia Política (C. Menger); A Short History Of Man (H. Hoppe); A Teoria Da Exploração Do Socialismo-Comunismo (E. Von Böhm-Bawerk); O Manifesto Libertário (D. Boaz); Dictatorship, Democracy, And Development (M. Olson); Anarquia, Estado E Utopia (R. Nozick); Instituições, Mudança Institucional E Desempenho Econômico (D. North); A Lei (F. Bastiat); Frédéric Bastiat (F. Bastiat); A Ética Da Liberdade (M. Rothbard); A Anatomia Do Estado (M. Rothbard); Para Além Da Política (W. Mitchell & R. Simmons); A Lógica Da Ação Coletiva (M. Olson); A Sociedade Aberta E Seus Inimigos (K. Popper); Escolha Pública: Um Guia (E. Butler); A Ciência Da Política (A. Gianturco); Por Que As Nações Fracassam (J. Robinson & D. Acemoglu); A Startup Enxuta (E. Ries); A Lógica Do Cisne Negro (N. Taleb); A Ciência Do Sucesso (C. G. Koch); Competição E Atividade Empresarial (I. Kirzner); De Zero A Um (P. Thiel); Mauá: O Empresário Do Império (J. Caldeira); História Do Brasil Com Empreendedores (J. Caldeira); O Capitalista E O Empreendedor (P. G. Klein). Fonte: <http://iee.com.br/formacao/>. Acesso em: 10/02/2018.

⁴⁰ Em 2014 o IEE contava com aproximadamente 200 associados, entre ativos e honorários.

2017 estão as empresas: Gerdau, Ipiranga, Banco Agiplan, Belmondo, Carrion advogados, CMPC Celulose Riograndense, Dana, Jog Engenharia de Andaimes, Lojas Lebes, Pottencial Seguradora, Stemac grupos geradores. Os patrocinadores, com exceção da Gerdau e da Ipiranga, podem variar.

Em 1986, o estatuto foi reformulado e registrado em cartório, contendo as regras básicas que o associado deveria seguir, a idade para a entrada e saída, o pagamento de mensalidades, a forma e o tempo de composição da diretoria e a determinação de que ninguém, nem mesmo o presidente, estava autorizado a falar em nome do Instituto. Essa última cláusula revela a cautela do IEE em relação ao seu nome, evitando entrar em polêmicas partidárias e tomar partido de determinadas causas, preservando assim, a sua autodeclarada isenção. Ao mesmo tempo seus associados eram incentivados a escrever e a se posicionar, tanto em jornais como no site e livros do instituto, principalmente em relação a problemas de economia, Estado e governos, mas nunca em nome do IEE.

As atividades realizadas pelo IEE são bem diversificadas e variam de acordo com o ano, a maior parte delas são destinadas aos associados ou a públicos selecionados. Apenas o *Fórum da Liberdade* é aberto ao público em geral. Já foram realizados seminários fora de Porto Alegre, visitas técnicas (quando grupos de associados são recebidos por diretores que apresentam sua empresa, seus processos produtivos e gestão), Fóruns especiais, como o Universidade-Empresa, quando um empresário faz um relato sobre algum negócio importante que efetivou. Eventos geralmente realizado na PUCRS (IEE, 2014, p.50).

Há premiações que concedem a membros destacados viagens ao exterior, muitas delas voltadas a estudos na *Foundation for Economic Education* ou no *Cato Institute*⁴¹, ou ainda para países como Alemanha e Portugal. Também foram efetivadas outras premiações, como o *Prêmio Libertas*, “troféu entregue desde 1997 pelos associados do IEE a empreendedores que se destacam no trabalho pela valorização dos princípios da economia de mercado e pelo respeito ao Estado de Direito democrático” (IEE, 2014, p.52). Em 2007 foi criado o *Prêmio Liberdade de Imprensa*, para “homenagear indivíduos dedicados ao desenvolvimento do pensamento crítico e à defesa e valorização da liberdade de imprensa”. Dos vencedores, o IEE destaca a premiação da jornalista cubana Yoani Sánchez⁴².

⁴¹ *Think tanks* neoliberais norte-americanos.

⁴² Foram vencedores dessa categoria, de 2007 a 2017: Gilberto Simões Pires, Carlos Alberto Sardenberg, Roberto Civita, Marcel Granier, Yoani Sanchez, Nelson Sirotsky, Ministro Carlos Ayres Britto, Julio Saguier, William Waack, Diego Casagrande e Felipe Hermes.

Na década de 1990, Ling viajou para outras regiões do Brasil, fazendo reuniões e seminários sobre o IEE com o objetivo de tentar abrir filiais em outras partes do país, mas não obteve muito sucesso. Em 2006, no entanto, o instituto, abriu suas portas em Minas Gerais, sendo coordenado por Salim Mattar, e realizou o primeiro *Fórum da Liberdade* fora de Porto Alegre, em Curitiba. Em 2007 também abriu um ramo em São Paulo, coordenado por David Feffer. Com o tempo, eles foram ganhando mais autonomia e, de acordo com o IEE, se tornou difícil para a diretoria de Porto Alegre administrá-los, assim em seguida esses se desvincularam do instituto, adotando o nome de *Instituto de Formação de Líderes*, mas mantiveram a parceria com esse e o compartilhamento dos mesmos valores e princípios. O instituto *Líderes do Amanhã*, criado em 2011 no Espírito Santo, também se baseou no IEE para fundar seu centro de formação de lideranças.

Diferentemente do IL e do IDEA, o IEE não tinha por objetivo produzir um conjunto de publicações amplo e diversificado, sua prioridade era o treinamento e a formação intelectual de empresários, prioritariamente jovens de famílias tradicionais do Rio Grande do Sul. Sua principal produção intelectual é a edição anual da série *Pensamentos Liberais*, um livro de artigos escritos por seus associados, editado desde 1994 até hoje e lançado junto ao *Fórum da Liberdade*. Nesse evento também já foram distribuídos o livro *As seis lições de Mises*, e um conjunto de ensaios do economista Frédéric Bastiat, ambos impressos pelo IEE. O instituto ainda contou, desde 1997, com uma revista online intitulada *Revista Leader*, atualizada bimestralmente. A partir de 2000 a *Revista Leader* passou a ser digital, possuindo um site próprio, com publicações mensais que traziam informações sobre as atividades do IEE, reportagens, entrevistas e artigos escritos por autoridades do meio empresarial, político, econômico e intelectual. “Trata-se de um projeto ousado do Instituto de Estudos Empresariais, oferecendo com isso, um produto moderno e de qualidade, acompanhando as tendências da era da informação” (IEE, 2018)⁴³.

A *Revista Leader* foi substituída em 2013 pela *FL Insights (Fórum da Liberdade Insights)*, uma revista digital, de publicação semestral, e composta “por artigos escritos pelos associados do IEE com o objetivo de promover o pensamento liberal sobre temas diversos” (IEE, 2014). Alguns textos de opinião de seus associados também foram publicados em jornais, com o *Zero Hora*, *Jornal do Comércio*, *O Sul*, entre outros. Além dessas iniciativas, o instituto contou com algumas produções mais antigas, como o jornal

43

Fonte: https://web.archive.org/web/20040501214925/http://www.iee.com.br:80/leader/edicao_46/expediente.asp. Acesso em: 20/10/2018

Proposta, que circulou entre os anos de 1989 e 1990 (era distribuído gratuitamente para um *mailing* de empresários e políticos) e um programa de entrevistas na TV Guaíba, intitulado *O Rio Grande questiona*, coordenado por Carlos Biedermann (sócio da empresa PwC), diretor do IEE no ano de 1988, que esteve no ar todos os domingos à noite entre 1988 e 1990 (IEE, 2014)⁴⁴. Depois de participar do IEE, Biedermann passou a compor o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul e anteriormente havia sido um dos fundadores da Associação de Jovens Empresários do Rio Grande do Sul⁴⁵.

É indispensável assinalar, com o intuito de caracterizá-las politicamente, que essas três instituições foram signatárias do Manifesto pela Liberdade Empresarial, no dia 23 de junho de 1987, junto a tradicionais entidades de representação de interesses empresariais⁴⁶. Articuladas no Manifesto pela Liberdade Empresarial buscavam barrar “os dispositivos prevendo a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho e o direito irrestrito à greve” no Congresso Nacional Constituinte (PIRES, 2011, p.64).

Essas entidades, junto com a Federação de Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), a Federação de Agricultura (FARSUL), o Centro de Indústrias do Rio Grande do Sul (CIERGS), a Federação de Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) e outras em nível nacional como a União Brasileira de Empresários (UDE), a União Democrática Ruralista (UDR) e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), mesmo tendo formas de atuação diferentes, buscavam redefinir o papel do Estado através da diminuição de sua presença na economia e da adoção do livre mercado enquanto modelo de governo (GROS, 2007).

3.2.2 O Neoliberalismo do IEE por meio dos Pensamentos Liberais

Esse subcapítulo vai se dedicar a analisar os primeiros anos da série *Pensamentos Liberais*, livro composto de artigos escritos pelos associados do IEE. Publicado desde 1994, o livro é lançado junto ao *Fórum da Liberdade* e possuem em

⁴⁴ Muitos dos materiais citados acima serão utilizados para analisar o discurso da instituição, mas infelizmente não foi possível ter acesso a todas as fontes. O jornal *Proposta* por exemplo não foi encontrado nem no IEE, nem nos arquivos de periódicos de Porto Alegre. Também não tive acesso ao programa televisivo *O Rio Grande questiona*. Os outros materiais, por mais que nem sempre completos, foram acessados na instituição e proporcionam entender as bases de pensamento e argumentação deste.

⁴⁵ De acordo com Gros (2007, p.271), a Associação de Jovens Empresários foi criada em 1984, em Porto Alegre, para servir como arena de discussão das questões políticas e econômicas sob o enfoque da livre-iniciativa.

⁴⁶ São elas a Federação de Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), a Federação de Agricultura (FARSUL) e o Centro de Indústrias do Rio Grande do Sul (CIERGS).

média de 15 artigos, de 05 a 15 páginas cada um. Serão debatidos os livros de 1994, 1995, 1997 e 1998, pois as edições dos anos de 1996 e 1999 não foram lançadas. Não será feita uma análise minuciosa de todos os artigos, mas uma seleção dos temas que possuem maior frequência nas tiragens e que sejam mais pertinentes com esse objeto de estudo, priorizando-se os debates sobre as avaliações políticas e econômicas do país

A edição de 1994, marcou os 10 anos do instituto, contando com um caráter comemorativo e uma análise da sua primeira década de existência. O prefácio da obra enfatiza que os membros do IEE romperam com o “paradigma estatizante” e desafiaram a “patrola coletivizante que mediocrizou gerações de brasileiros tentando impor padrões de felicidade” (IEE, 1994, p.7).

O artigo *Por favor, não me protejam!* Escrito por Daniel Tevah⁴⁷ crítica o protecionismo do governo aos produtos brasileiros, para ele “é realmente incompreensível que nosso povo continue sendo ‘protegido’ por leis que o obrigam a restringir suas opções e que determinam, em muitos casos, que só podemos comprar produtos com menor tecnologia, pagando por eles muito mais caro do que outros produtos importados mais sofisticados” (TEVAH/IEE, 1994, p.4). Segundo Tevah, os produtos nacionais eram inferiores e mais caros que os importados, assim, os brasileiros eram obrigados a obtê-los, tendo desrespeitados seu direito de escolha. As leis protecionistas, portanto, mesmo tendo uma intenção honesta, acabavam, para ele, causando um prejuízo incalculável para o Brasil e para os cidadãos.

O artigo *Antidumping* de Guilherme Johannpeter⁴⁸, vai pelo mesmo caminho do anterior. Nesse, o estudante de Direito faz uma reflexão sobre o processo de abertura comercial e a política de redução das barreiras tarifárias, iniciadas em 1990, as quais, segundo ele proporcionaram um aumento de competitividade entre produtos nacionais e importados e “soprou ventos de modernidade em todo país”. No entanto, também pondera que o Brasil ainda é um dos países com menor grau de abertura de mercado da América Latina devido ao protecionismo dos produtos de fabricação nacional.

A abertura da econômica, segundo o autor, também abriu portas para práticas irregulares de comércio, a prática do *dumping* (caracterizada pela ação de por à venda produtos a um preço inferior ao do mercado internacional, tanto para se desfazer de excedentes, como para derrotar a concorrência) é uma das mais graves dela. Para isso, “o governo brasileiro editou a Medida Provisória nº 616, de 14 de setembro de 1994, no

⁴⁷ Na época tinha 37 anos e era diretor de Marketing das Lojas Tevah.

⁴⁸ Na época tinha 23 anos, era estudante de Direito e trainee do Grupo Gerdau.

mesmo período em que as alíquotas de importação foram reduzidas sensivelmente, visando, com efeito, irrigar a oferta de produtos vindos do exterior” (GERDAU/IEE, 1994, p.168). Segundo o autor, é necessário estabelecer regras para inibir o *dumping*, mas não usar a desculpa dessa prática para aumentar as barreiras contra a importação e exagerar na proteção dos produtos nacionais.

Interessante notar, nessas duas análises, que enquanto o primeiro denuncia o excesso de proteção aos produtos brasileiros, o segundo retrata o processo de abertura comercial, iniciada no governo do presidente Collor de Melo. Quase todas as publicações do IEE seguem um caminho parecido à abordagem feita por Tevah, ou seja, o Estado é frequentemente retratado como intervencionista e contrário aos interesses dos consumidores. Como pode ser observado no exemplo abaixo.

No prefácio do segundo volume (1995) da série *Pensamento Liberais*, Jorge Gerdau Johannpeter, argumenta que é preciso diminuir o Custo Brasil para que ocorram mudanças estruturais no país, pois “sem enfrentá-lo e corrigi-lo, não há condições de pensar num País melhor” (GERDAU/IEE, 1995, p.7). Elenca uma série de fatores que oneram o produtor nacional, limitando sua capacidade competitiva: “temos um sistema tributário distorcido, excesso de rigidez nas relações trabalhistas, alto custo de encargos incidentes sobre a mão-de-obra, obsolescência da infra-estrutura, alto custo dos financiamentos, excessiva regulamentação, e muitos outros” (GERDAU/IEE, 1995, p.7). Gerdau afirma que a sociedade está começando a entender a necessidade de implementar transformações, que poderiam dar condições de igualdade ao produtor nacional e internacional.

O Custo Brasil, tema do volume de 1995, dos *Pensamentos Liberais*, pode ser compreendido, segundo o exemplar, como os altos custos de se produzir no Brasil em relação aos outros países, desde a fundação da empresa até o produto final. São elas: o imenso custo de transações, derivados da intervenção do governo no mercado; as dificuldades burocráticas e econômicas que encarecem o investimento no Brasil e a carga tributária que onera a produção. Ou seja, abarcam uma série de despesas que interfeririam no planejamento, coordenação, controle, produção e distribuição de bens.

Seguindo a lógica da argumentação acima, Paulo Afonso Girardi Feijó⁴⁹, fala dos elevados custos de competição do Brasil e condena as atividades econômicas dirigidas pelo Estado. Critica alguns mercados que, segundo ele, são “cativos” do Estado,

⁴⁹ Na época tinha 37 anos, era administrador de empresas, diretor de Extra Econômico Supermercados Ltda e presidente da Associação Brasileira de Supermercados.

como a exploração de Petróleo, a geração da energia elétrica, a produção de telefones, entre outros. Para Feijó esse controle de produção só pode gerar prejuízos. Usando Ludwig von Mises como referência, afirma que “devido à impossibilidade de se realizar o *cálculo econômico* no serviço público, as atividades desempenhadas pelo Estado acabam tendo um preço mais alto do que se o fossem pelo setor privado” (FEIJÓ/IEE, 1995, p.22), pois, as decisões não são bem planejadas e acabam sendo tomadas de forma intempestiva. Para ele, ao investir, produzir, criar renda e gerar emprego, o governo acaba onerando o povo e produzindo mais pobreza.

Em termos práticos, a geração de pobreza pode ser notada verificando-se uma atividade estatal qualquer. Por exemplo, se o governo investir numa indústria de transporte de passageiros, vai acabar, não só usando maior quantidade de capital (terrenos, prédios, ônibus, etc.), de matérias-primas, de insumos e de mão-de-obra, como pagando um preço mais alto pelo uso desses fatores (FEIJÓ/IEE, 1995, p.23).

Feijó ainda acusa o Estado de inibir a competição e punir os investidores, por manter uma legislação trabalhista atrasada, não passar sua produção para as mãos de empresas privadas e dificultar a entrada de empresas estrangeiras no país. Percebe-se um elemento central nos seus argumentos: o discurso vitimista que coloca o empresário como eterno injustiçado das ações do Estado, seja por terem que pagar impostos e encargos, ou seguir restrições constitucionais, seja por não terem todas as empresas privatizadas. Na ânsia de condenar o Estado, esse e outros membros do IEE, se concentram em fatos que já estavam em franca mudança no país, como é o caso das privatizações e da abertura comercial, fazem algumas comparações um pouco exageradas, como associar o investimento na indústria nacional, com o aumento da pobreza. O Estado, dessa forma, é descrito como uma “criança incompetente”, como se todos os seus funcionários fossem incapazes de tomar decisões racionais e técnicas.

Nos artigos que seguem, as percepções dos demais autores se fazem parecidas. Carlos Fernando Souto⁵⁰, por exemplo, em *Injustiça do trabalho*, faz duras críticas a legislação trabalhista em voga no Brasil. Para ele a demagogia de alguns políticos como Getúlio Vargas, “não só estabeleceram raízes malignas muito fortes, como trataram de estigmatizá-las como propriedades inalienáveis” (SOUTO/IEE, 1995, p.90). Assim, os princípios por traz do direito do trabalho teriam consolidado a ideia de que a “ideologia liberal havia fracassado; de que o empregador era opressor, e o empregado, débil; de que

⁵⁰ Na época tinha 28 anos era advogado e diretor da Oliveira Souto Advocacia Empresarial.

a lei deveria prevalecer sobre a vontade privada estabelecida em contrato” (SOUTO/IEE, 1995, p.90). Para Souto, nesse tipo de legislação, o indivíduo é anulado pelo coletivo, o qual é tratado pelo Estado como um sujeito frágil que não sabe decidir por si, nem negociar com seus empregadores. A Justiça do Trabalho prejudicaria esse entendimento mútuo e acabaria impondo muitos encargos sobre o empregador que se vê prejudicado ao ter que pagar, muitas vezes, uma quantia igual ou maior ao salário do empregado para o governo, em forma de taxas, encargos, previdência, entre outros.

A solução para esses problemas seria acabar com o atual labirinto legal: “mantendo-se as regras do jogo e o respeito aos contratos livremente estabelecidos, estaríamos retirando o Estado do lugar onde ele nunca deveria ter-se estabelecido e assim, aprimorando naturalmente, o ambiente social para o recebimento de investimentos” (SOUTO/IEE, 1995, p.95). O autor, concluiu o texto afirmando a necessidade de se erradicar o “paternalismo institucional” do Brasil, reduzindo o número de regras e buscando a estabilidade econômica.

A questão dos direitos trabalhistas é um eixo de intensas críticas e muitos debates dentro do IEE, assim como no IL e no IDEA. Os argumentos são bastante parecidos em todas as instituições, por isso esse é um tema que vai ser retomado e abordado nos demais capítulos. Flexibilizar e “modernizar” a legislação trabalhista era uma das condições básicas, apontada pelo IEE para o país avançar enquanto sociedade.

Do terceiro volume, de 1997, intitulado *Propostas Liberais para o Brasil*, foram selecionados dois artigos representativos, o primeiro trata da reforma agrária e o segundo do salário mínimo. Escrito por Marcelo da Silva Corletto, Alfeu Morbini Monteiro e Flávio Veríssimo da Fonseca⁵¹, *Reforma agrária: o caminho do empobrecimento*, vai fazer uma breve discussão sobre o problema de terras no Brasil e a luta pela sua distribuição. Para os autores “a terra é uma propriedade privada como outra qualquer e, produtiva ou improdutiva, deve ser analisada como tal, nunca podendo ser desrespeitado o direito de propriedade do indivíduo” (CORLETTO/MONTEIRO/FONSECA/IEE, 1997, p.27), o qual deve ser estimado como o direito à vida. A prática da desapropriação atenta diretamente contra o direito de propriedade e deveria ser considerada ilegal.

Para os autores, uma consequência negativa da reforma agrária, seria que o grupo beneficiário, busca uma produção voltada ao minifúndio, o que impediria um cultivo em larga escala que possibilitasse um preço competitivo e a entrada no mercado mundial de

⁵¹ Na época Corletto, administrador, tinha 34 anos; Monteiro, arquiteto, 33 anos e Fonseca, engenheiro mecânico, 34 anos.

produção e distribuição de alimentos. A situação do trabalhador rural também não ajudaria a melhorar esse quadro, já que a maioria deles tem baixa qualificação e escolaridade. “Hoje em dia pode-se dizer que um indivíduo só é pobre porque lhe falta conhecimento que permita alavancar oportunidades, bem como oferecer produtividade ao empregador” (CORLETT/MONTEIRO/FONSECA/IEE, 1997, p.29).

Os autores salientam que o movimento dos sem-terras é constituído por poucos agricultores, sendo, na verdade, formado por grupos organizados que usam a chantagem como forma de pressão e são financiados por organizações políticas e religiosas com intuito eleitoreiro e oportunista. Mesmo assim, salientam que dizer não à Reforma Agrária “não é abandonarmos os sem-terras, é tentarmos mostrar quais são as verdadeiras funções do Estado. É, sim, investirmos os escassos recursos deste país chamado Brasil em educação. É treinarmos essas pessoas para que elas possam exercer atividades que sejam promissoras” (CORLETT/MONTEIRO/FONSECA/IEE, 1997, p.30).

A defesa da propriedade privada é elemento central das proposições liberais conservadoras, por isso não espanta a posição desse indivíduo e do instituto contra a política de distribuição de terras. A propriedade deve, para eles, ser garantida mesmo que as terras sejam improdutivas, porque aquele espaço deve ser tratado como um bem privado e por isso defendido de qualquer espoliação. O que mais chama a atenção nesse discurso é a concepção meritocrática da pobreza, pela qual, o indivíduo só é pobre porque lhe falta conhecimento. Tendo acesso a ele, os indivíduos não necessitariam mais lutar por uma terra que não é deles, nem querer produzir em pequena escala, mas sim se envolver em outro ramo de produção, ou no da terra, como prestadores de serviços. Segundo essa lógica, seria muito fácil sair da condição de pobreza, sendo necessário apenas uma educação formal para que isso se concretize. Por essa análise os problemas sociais e a desigualdade estão associados à falta de vontade pessoal de buscar conhecimento e sair da situação de miserabilidade.

Em *O custo do Salário Mínimo*, Roberto Guinsburg Ochman⁵², faz uma crítica à obrigatoriedade, imposta pelo Estado, do pagamento do salário mínimo aos trabalhadores. Para ele, apenas o empregador “possui as condições de avaliar o *quantum* que deve e pode dispende com o empregado, observando o grau de seu comprometimento com a empresa e os limites de remuneração que poderá suportar” (OCHMAN/IEE, 1997, p.152). Sua justificativa para o combate da ideia de uma remuneração mínima obrigatória se baseia em três pontos: 1) Afirma que a elevação dos

⁵² Na época tinha 30 anos e era advogado.

salários, obriga o aumento do preço das mercadorias, o que prejudica o consumidor final, pois o nível dos salários possui idêntica sistemática ao preço das mercadorias. 2) A segurança do salário mínimo estimula a mediocridade e inibe o ser humano a buscar uma diferenciação e um destaque frente aos demais. “É somente através do tratamento desigual que se pode reconhecer o valor individual que cada empregado possui, avaliando-se o seu desempenho, e não equivocadamente através do Estado, que baixa valor mínimo para o salário” (OCHMAN/IEE, 1997, p.153). 3) O pagamento do salário acima do mercado pode colocar o negócio fora da competição e dar prejuízos ao empregador. Para finalizar o autor salienta que a consequência desta normatização do salário mínimo é o aumento do desemprego, o qual prejudica toda a sociedade, “que fica privada de se utilizar de serviços mais modestos, por valor mais acessível” (OCHMAN/IEE, 1997, p.153).

Esse artigo chama a atenção por duas principais razões, tanto pelo autor considerar o valor do salário mínimo alto, como por achar sua existência injusta. Para ele o valor do salário deveria ser ajustado de acordo com as possibilidades do empregador, combinado com o nível de dedicação apresentado pelo trabalhador, pois competiria a ele e, somente a ele, a busca por um bom salário. A proposta de superação do salário mínimo se baseia em conhecidos autores neoliberais como Friedman e Hayek. Para eles a fixação de um valor base para o salário não conseguiria aumentar o valor real da renda do trabalhador e ainda excluiria a mão de obra pouco qualificada do mercado de trabalho, justamente porque não seria permitido pagar menos por esse tipo de contrato. Assim, para os neoliberais, esse tipo de regulação aumentaria o desemprego e a pobreza, porque não se poderia negociar livremente os custos para diferentes tipos de mão de obra.

Pensando numa retrospectiva da atuação da classe dominante/direita brasileira, Diniz e Boschi (1978), Gros (1987), afirmam que tanto nos anos 1930 e 1940 como no pós 1964 “a burguesia industrial se mobilizou ativamente para defender seus interesses, desenvolvendo uma série de canais de articulação e representação frente às instancias decisórias do Estado brasileiro” (GROS, 1987, p.15). Dessa forma, enquanto os canais de participação política se fecharam para uma parte da sociedade, para outra, eles se mantiveram abertos. O empresariado e a elite nacional por ter apoiado as saídas autoritárias e por fazer parte de um grupo econômico privilegiado, tiveram acesso e participação nas decisões do Estado, de forma mais direta do que nos períodos democráticos.

Durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964, o Estado brasileiro ampliou significativamente suas funções econômicas “tanto ao nível das atividades regulatórias e

normativas quanto ao nível da atividade diretamente produtiva” (GROS, 1987, p.11). O empresariado nacional se beneficiou diretamente com a política econômica impulsionada pelo Estado e até 1974 não questionou a atuação econômica deste, já que esta foi “fundamental para sustentar os arranjos políticos e econômicos que garantiram as altas taxas de crescimento econômico do período 1968-1973” (GROS, 1987, p.11). No entanto, partir de 1974, “com o fim do milagre, o acirramento das contradições políticas e econômicas e o ressurgimento das pressões populares, a burguesia nacional passou a atribuir ao Estado a causa de todos os males” (GROS, 1987, p.16).

No ano de 1974, o empresariado nacional liderou uma campanha contra a estatização da economia, criticando a centralização do poder estatal, principalmente as ações que diziam respeito aos investimentos econômicos, o crescimento do Estado e das empresas estatais desde 1964. Esse movimento não criticava as características autoritárias do regime político, sendo que a questão da abertura democrática começa a aparecer de forma tímida nas discussões das associações de classe dos empresários, somente a partir de 1977. No entanto,

Com o recrudescimento da mobilização das forças populares, em especial as greves operárias de 1978 e 1980, os empresários voltaram-se novamente para o Estado e apoiaram a indicação do general Figueiredo para a presidência da república como uma garantia de continuidade do processo de liberalização gradual, controlada e conduzida pelo Estado (GROS, 1987, p.35).

Nota-se, nesse sentido, que os empresários não desejavam romper com o Estado, nem sua pauta principal era o retorno da democracia. De forma bastante pontual, sua mobilização buscava o fim da intervenção do Estado na economia e que esse passasse a investir e a conceder benefícios mais ao setor privado, do que ao público. Seu objetivo central era ter suas pautas incorporadas ao Estado, tanto que, com a retomada dos movimentos e protestos populares, os empresários se voltaram para ele e afrouxaram suas reivindicações, justamente por temer as consequências de uma abertura política não tutelada pelo Estado. A direita brasileira queria ter certeza que a democracia lhes traria poucos danos. De acordo com David Maciel

[...] a vitória de Collor não impediu que as contradições interburguesas se aguçassem, demonstrando a permanência da crise de hegemonia. Porém, durante seu governo (1990-1992) elas se deram basicamente em torno da abertura comercial e financeira, pois na questão da privatização havia razoável consenso entre as frações burguesas e na questão da desregulamentação/flexibilização dos direitos trabalhistas e sociais havia consenso integral, manifestando o grau de adesão das classes burguesas ao projeto neoliberal. Com Itamar Franco (1992-1995) o consenso burguês em torno do neoliberalismo se impõe, permitindo a construção da unidade política

e ideológica que leva à ascensão ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), um dos principais elaboradores da ideologia liberal que pautou a transição à democracia. Seu governo encerra a crise de hegemonia iniciada ainda durante a transição política, pois a unidade burguesa em torno das reformas neoliberais se consolida, parte importante do movimento dos trabalhadores adere ao ideário neoliberal, enquanto outra parte adota uma postura crescentemente defensiva, permitindo a criação de uma nova hegemonia burguesa, neoliberal e a construção do bloco histórico neoliberal (MACIEL, 2016, p.198).

O consenso neoliberal entre as classes dominantes, portanto, só se consolidou, no início da década de 1990, com o abandono definitivo do projeto desenvolvimentista. Todos os presidentes dessa década abraçaram o neoliberalismo como modelo de desenvolvimento e foram amplamente apoiados pelas classes altas e médias. O Brasil desse período é marcado pela privatização da grande parte das empresas estatais, pela desregulamentação do mercado de trabalho, com a redução de salários e dos gastos com direitos sociais, pela abertura comercial e pela desregulamentação financeira. Ideário adotado pelos institutos trabalhados nessa tese.

Para Madeira e Tarouco (2011, p.175), a associação entre esquerda e direita no Brasil pós-autoritário esteve relacionada “ao envolvimento, ou não, de partidos e grupos políticos com o antigo regime”. Fato que levou muitos partidos de direita a se apresentarem com pertencentes ao centro político (PSD/PPB/PRP/PP e PFL/DEM). “Contudo, ao longo dos anos 1990, o debate político/ideológico recolocou na agenda política temas (privatização, desregulamentação da economia, por exemplo) que se aproximam mais dos critérios clássicos de distinção entre esquerda e direita” (MADEIRA e TAROUCO, 2011, p.175). Com isso, a direita buscou se afastar de uma identificação que a relacionava com a sustentação à ditadura civil-militar, para se vincular a uma dimensão econômica (desregulamentação/privatização).

Um último exemplo de como o IEE pensava o projeto neoliberal para o país, pode ser observado nas suas considerações sobre a educação. No anexo do livro *Educação em Crise*, lançado no ano de 1994 em parceria entre a editora Ortiz, o IEE e o IL, há três propostas para a educação brasileira, a primeira elaborada pelo IEE, a segunda pelo IL e a terceira pelo Instituto Atlântico. Esse livro que conta com a introdução do presidente do IEE, Roy W. Ashton, reúne quatro artigos de pesquisadores da Guatemala, Colômbia e do Chile, para debater os problemas e desafios da educação da América Latina sob a ótica liberal. A parte dedicada a proposta do IEE, é intitulada “Estudo de apoio ao governo do Estado do Rio Grande do Sul”, documento apresentado ao governo do Estado, na forma

de plano de ação “que busca estabelecer, preservar e desenvolver a liberdade no campo econômico e social”. Apenas a questão educacional é apresentada nesse livro.

O texto critica o governo do Rio Grande do Sul por custear, com verbas gerais do Estado, um sistema de ensino gratuito para alunos do ensino médio. Para atingir esse objetivo o “Estado gasta uma quantidade não razoável da riqueza produzida a cada ano por todos os habitantes do Rio Grande do Sul (JAMARILLO, et al, 1994, p.150)”. O IEE afirma entender as boas intenções em proporcionar ensino gratuito, no entanto sustenta que “o custo de um aluno na rede pública estadual é superior à anuidade de boas escolas particulares, onde o nível de ensino é superior ao da rede pública” (JAMARILLO, et al, 1994, p.150), assim, concluem que o governo está desperdiçando os escassos recursos do Estado de maneira ineficiente e atingindo resultados discutíveis. Apontam uma dupla injustiça no sistema de ensino público. A primeira com os pais que colocam seus filhos nas escolas particulares e precisam pagar duas vezes pelo ensino dos mesmos, uma na forma de impostos, e outra, por meio das mensalidades escolares. A segunda injustiça é cometida com os pais dos alunos da rede pública, os quais não podendo escolher em que escola matricular seus filhos, proporcionam aos mesmos um ensino de qualidade inferior (JAMARILLO et al, 1994, p.150).

Depois de expostos os motivos da suposta falência de sistema de ensino público, o instituto propõe que o Estado auxilie as famílias a custear o ensino secundário de seus filhos, mediante subsídios, “sem, no entanto, prover diretamente o serviço através de uma ‘empresa’ oficial de ensino” (JAMARILLO et al, 1994, p.151). Esse pagamento pode ser em forma de cupons ou cheques, cortando qualquer transferência direta do Estado para a escola. Posteriormente a esse sistema ser adotado, propõe que o Estado poderia alugar ou vender os prédios das escolas a grupos de professores que “optando por deixar de ser funcionários, quisessem correr o risco de administrar as mesmas com intuito de lucro” (JAMARILLO, et al, 1994, p.151). Não chegam a detalhar o funcionamento dessa proposta, mas pelo que foi anunciado nessa, pode-se afirmar que ela segue os mesmos padrões dos cheques educação, discutido anteriormente nas propostas do IL.

Se essa medida fosse adotada, tanto o Estado do Rio Grande do Sul, como o seu povo sairiam beneficiados pela aplicação dessas medidas. Uma vez que, o governo não sofreria mais pressões salariais, políticas, grevistas ou por novos empregos; teria menos pressão em seu caixa, podendo investir em outra atividade; os professores públicos teriam aumento salarial e poderiam realizar-se profissionalmente, empresariando ou dirigindo as escolas da forma que decidissem; beneficiaria também os consumidores gaúchos, porque

esses não teriam mais seus recursos desperdiçados em educação de má qualidade (JAMARILLO et al, 1994, p.152).

Dessa forma, a educação deveria ser gerida somente pelas empresas privadas, pois elas estariam livres dos vícios dos funcionários públicos e o Estado não sofreria mais pressões para aumentar os investimentos nessa área. A forma como o IEE pensa a educação, não difere da maneira como interpreta os direitos trabalhistas e sociais, a propriedade privada e a reforma agrária. Todas essas questões são elaboradas partir da lógica do mercado, e não há, para os neoliberais, outra forma de se pensar a sociedade a não ser a partir da liberdade econômica.

3.3.1 Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina – Breve histórico

O Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (IDEA)⁵³ foi criado em 1960 na cidade de Buenos Aires⁵⁴ por nove homens de negócios, Carlos Alberto Jacoby, Gilbert E. Sothan, Jorge L. Aguilar, Robert R. Martz, Enrique Smith, Edward C. Forbes, Miguel Sussini, Juan Llamazares e Ricardo S. Pujals e se destaca por funcionar como uma escola de formação para os empresários argentinos, com o objetivo de “integrar al empresariado y capacitarlo para que actúe en la sociedad contribuyendo al desarrollo institucional, económico y social del país” (IDEA, 2016). Além disso, afirma contribuir para o desenvolvimento produtivo e competitivo das empresas e instituições para que a Argentina integre o mundo moderno e desenvolvido, “constituyendo la voz activa del empresariado en defensa de valores y la difusión de su rol en la sociedad, con capacidad de influencia en la agenda pública” (IDEA, 2016).

A principal fonte utilizada para elaborar O histórico da instituição é o livro comemorativo, que marca os 50 anos do instituto – *Cincuenta años de IDEA* – lançado em 2010. Com 144 páginas, aborda a formação do instituto, sua missão, as atividades realizadas durante esses anos, além de analisar as principais atividades produtivas do país (agroindústria, mineração, indústria de manufaturas e de serviços). De uma forma parecida com o livro analisado para escrever o histórico do IEE, o instituto se coloca

⁵³ O primeiro nome do instituto foi Instituto Argentino de Dirección de Empresas. Em julho de 1960 adotou o nome de Instituto para el Desarrollo de Ejecutivos de la Argentina. Em 1977 passa a se chamar Instituto para el Desarrollo de Empresarios en la Argentina e em 1993 passa a ter a denominação atual, Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina.

⁵⁴ Mesmo o *IDEA* tendo sido criado duas décadas antes dos *TTs* brasileiros, o foco da análise se dará a partir da redemocratização da Argentina em 1983

numa posição de destaque dentre as fundações do país, sendo marcante o tom de exaltação conferido a cada etapa vivenciada pelo IDEA. Também foi utilizado o site da instituição como material de consulta.

O IDEA mescla as propostas dos dois institutos brasileiros, sendo-lhe igualmente importante, tanto a formação de dirigentes empresariais, como a formulação de uma série de estudos sobre gerenciamento e eficiência empresarial, assim como a publicação de análises e opiniões sobre os rumos políticos e econômicos do país. Para o instituto, esse é “un espacio privilegiado para promover el diálogo entre distintos sectores como vía para proponer fórmulas de consenso que contribuyan al progreso de la Argentina en diversos campos” (IDEA, 2010, p.34).

Realizado, desde 1964, o *Colóquio Anual de IDEA*, reúne políticos, economistas e dirigentes empresariais nacionais e internacionais para discutir questões políticas, econômicas e de atualização administrativa. O evento também tem a tradição de contar com a presença do presidente da nação, o qual, pelo menos uma vez durante seu mandato palestrava no encontro, todos os presidentes do período democrático, depois de 1983, se fizeram presentes no congresso. Da mesma forma que o *Fórum da Liberdade*, promovido pelo IEE, o Colóquio Anual, é aberto ao público que quiser participar. No entanto, suas outras atividades são fechadas para membros e convidados do instituto.

O IDEA trabalha com três frentes principais: 1) A formação e a capacitação gerencial - essa buscava uma formação para a ação, através de diversificados programas oferecidos pelo instituto e por sua Escola de Negócios. 2) O intercâmbio empresarial - trocas de conhecimento e experiência entre diretores e profissionais das suas companhias sócias, visando promover as melhores práticas empresariais mediante reuniões nas suas “Divisiones de Intercambio”, ciclo de debates e palestras de atualização, entre outros. 3) Foros de debate sobre grandes temas nacionais - os fóruns, colóquios anuais e pré colóquios que se realizavam em todo o país, buscavam promover o protagonismo empresarial, nas análises dos grandes temas nacionais e na formulação de recomendações e propostas que buscavam alcançar consensos com outros setores sociais (IDEA, 2010, p.26).

A direção do IDEA é composta por 36 indivíduos, com cargos que se renovam permanentemente, permitindo assim que um maior número de empresários possa dirigir o instituto. A cada ano eram eleitos 1/3 da diretoria e cada membro poderia ficar no máximo 6 anos nela. Nos seus primeiros 50 anos de existência, o instituto teve 25 presidentes. A diretoria se divide por funções e setores de atuação, principalmente para cumprir as três propostas de atuação e inserção, citadas acima. Também são escolhidos

alguns membros para dirigir e pensar o *Colóquio Anual de IDEA*, evento mais importante do instituto. Para ser membro do diretório era necessário ser sócio ativo individual ou representante de uma empresa sócia ativa do Instituto.

Existem três diferentes tipos de sócios, os honorários, os ativos e os aderentes. Os honorários são membros mais antigos que já participaram da diretoria do instituto, esses estão desobrigados de pagar mensalidades e não têm direito a voto. Os sócios ativos devem ser indicados por dois outros sócios, que tenham no mínimo cinco anos de antiguidade, sendo que um deles deve ser membro da Diretoria. Esses podem assistir às assembleias, tendo direito a voz e voto, participar das atividades do instituto, receber exemplares das publicações do IDEA, sem custo ou com preço diferenciado e utilizar a biblioteca. Devem em contrapartida, pagar mensalidades e demais contribuições e prestar ao instituto toda sua colaboração para o cumprimento de seus objetivos. Os sócios aderentes devem ser aceitos pelo diretório, podem participar das atividades do instituto, receber suas publicações e devem pagar mensalidades. Esses não têm direito a participar das assembleias, nem de votar em suas decisões (IDEA, 1995, p.5). De acordo com seu Estatuto, o IDEA se mantém através de três fontes de arrecadação: mensalidade dos sócios; doações e subsídio; fundos provenientes da venda de suas publicações e das retribuições pelos serviços prestados pela entidade.

Em 1983, com o retorno à democracia, o IDEA passa a realizar algumas atividades de proposição mais efetiva, a partir da formulação de sugestões de caminhos que o país deveria seguir, cria, por exemplo, a *Agenda para la Nación*, pelo qual objetivava contribuir, a partir de documentos elaborados por empresários, políticos e funcionários, para o estudo dos problemas do país. Em 1991 funda um grupo de trabalho para realizar diagnósticos e propostas sobre a educação pública e privada do país. Após a abertura política, também passou a promover debates com os candidatos à presidência da Argentina.

O IDEA agrega entre seus membros e como financiadores de seu instituto mais de 460 empresas da Argentina, definindo-se como o “ámbito más propicio para pensar y proyectar el futuro del país” (IDEA, 2010, p.19). Entre as empresas que financiam o IDEA estão: IBM, Grupo Clarín, Microsoft, Tam, Santander, HSBC. Shell, General Motors, Dow, Bunge, Siemens, Alpargatas, Bayer, Galicia, Dietrich, Grupo GNP, Oracle, Zurich, HP, La Nación, Pepsico, Odebrecht, Cargill, Coca Cola, Dell, Philips, Toyota, entre outros. Para que seus objetivos tomassem forma concreta, afirmam que suas 460 companhias sociais se comprometeram expressamente a promover um conjunto de

valores compartilhados, “sin los cuales sería imposible trabajar por un país mejor”. São elas,

Crear valor; pagar impuestos y cumplir con las leyes; contribuir a que nuestros empleados se capaciten, tengan desafíos, se encuentren motivados y sean útiles a la sociedad en todo momento; asegurar la continuidad, viabilidad y competitividad en producción, ideas y políticas; relacionarnos con la comunidad en forma transparente; creatividad e innovación, con el consiguiente cuidado del medio ambiente; es ético que las empresas sean eficientes y generen utilidades. Las utilidades respaldan nuestras inversiones y puestos de trabajo seguros y bien remunerados. El trabajo estable es el principal factor del progreso, la seguridad social y la dignidad humana; las personas, empresas e instituciones asociadas a IDEA asumen el compromiso de mantener como principio un comportamiento ético y moral correcto; finalmente, IDEA no participa en actividades gremiales que puedan desarrollar por sí las empresas socias (IDEA, 2010, p.22/3).

A partir dessa série de conceitos, o instituto estabelece uma base de valores morais e comportamentais que deveriam guiar as empresas associadas ao IDEA. Salientam que se trata de uma entidade não gremial, não setorial e apartidária. “No representa a ningún sector empresario en particular, pero da cabida a empresas de todo tamaño, actividad económica y origen de capital” (IDEA, 2010, p.23). Dessa forma, o IDEA não pode ser considerado um sindicato das classes patronais, já que não busca defender um seguimento específico, nem advogar por eles; também tentam se afastar de qualquer ligação partidária, aspecto comum com os institutos brasileiros, não apoiando nenhum partido específico, mas tendo claro as ideias que defendem e que os identificam enquanto grupo.

Afirmam manter uma fluída comunicação com as empresas associadas, prestando-lhes informações institucionais, indicadores econômicos e empresariais, estudos sobre novas técnicas de *management* e gestão, trabalhos profissionais sobre temas técnicos e/ou questões de interesses nacional e internacional (IDEA, 2010, p.31). O instituto,

También promueve la articulación de actividades de interés común con entidades como la Asociación Cristiana de Dirigentes de Empresa (ACDE); la Asociación Empresaria Argentina (AEA); la Unión Industrial Argentina (UIA); la Bolsa de Comercio de Rosario; la Asociación Argentina de Consorcios Regionales de Extensión Agrícola (AACREA) y la Sociedad Rural Argentina (SRA), entre otras (IDEA, 2010, p.40).

Em 1980, os 20 anos do IDEA foram comemorados na Antártida Argentina, na Base Vicecomodoro Marambio, esse encontro resultou numa declaração de 64 pontos que condensa a filosofia, a visão e a missão do instituto. O manifesto não diferencia muito do que foi apresentado até agora, enfatizando a vontade de harmonizar os projetos do instituto com os interesses nacionais, buscando consensos e definindo o IDEA como um

projeto educativo de formação dirigente, orientado para a ação. Afirma assumir um múltiplo rol de atuação: “como foro de discusión no sólo entre los dirigentes empresarios sino abierta a la relación fecunda con los distintos sectores de la sociedad argentina y con las distintas manifestaciones y protagonistas del pensamiento y la acción” (IDEA, 1980, p.7); como mecanismo de intercâmbio e colaboração entre as empresas sociais; como interprete e geradora de pensamento gerencial; como instituição de serviços educacionais. O manifesto ainda afirma sua vinculação com a liberdade, para o instituto um valor básico para os argentinos, “su efectiva vigencia conducirá a una república democrática, a un pluralismo efectivo y a una economía libre y abierta” (IDEA, 1980, p.8). Esse último tópico evidencia a demanda por democracia e a sociedade que se buscava a partir da abertura política: o pluralismo partidário, assim como a economia aberta e de livre mercado seriam as bases desse novo tempo.

A formação técnica e intelectual dos empresários era realizada pela Escuela de Administración, fundada em 1968, antecedente da atual Escuela de Negocios – foi a primeira escola de negócios do país, modelada a partir de um convênio com a Harvard Business School, num período que recém havia iniciado o curso de Administração na Universidade de Buenos Aires. Essa tinha por objetivo proporcionar uma formação interdisciplinar que abrangesse perspectivas e temas que não eram discutidos nos cursos universitários tradicionais. Seus primeiros programas foram destinados a quem já ocupava quadros diretivos e gerenciais na Argentina, esses, em geral tinham uma formação acadêmica em carreiras clássicas como contabilidade, direito e engenharia e buscavam no IDEA uma capacitação gerencial, assim como uma integração com espaços de negócios já consolidados. Nos anos que se seguiram, esse curso foi aberto ao público que quisesse se inscrever e pudesse pagar por ele, se investiu em um corpo docente com formação no exterior e em convênios de cooperação com escolas internacionais. Em 1973 fundaram o primeiro programa pós-graduação em Administração do país.

La concreción de estas propuestas tuvo el triple objetivo de formar dirigentes profesionales capacitados para llevar adelante procesos de transformación que colaboraran con el crecimiento del país; crear y producir nuevos conocimientos en el área de dirección y administración de las organizaciones empresariales y sociales; y analizar críticamente las producciones científicas y modelos predominantes en el ámbito académico de las ciencias de la administración y de la realidad empresarial (IDEA, 2010, p.28).

De acordo com o livro *Cincuenta años de IDEA*, a Argentina passava por importantes transformações na década de 1960, com a instalação de novas indústrias e companhias nacionais e estrangeiras. No entanto, o país não estava preparado para dar

respostas à crescente demanda de oferecer cursos que apresentassem formas de organização e de administração mais sofisticadas e profissionalizadas para esse momento de maior complexidade. Assim, IDEA se coloca como um importante centro de inovação para esse momento, pois trouxe para a Argentina uma formação anteriormente obtida apenas exterior.

O instituto também se dedicava à produção e a divulgação de análises políticas, econômicas e de gerenciamento de empresas. Para efetivar a transmissão dessas ideias, utilizam-se tanto dos colóquios anuais, dos pré-colóquios, como de cursos e painéis de debates que ocorriam ao longo do ano, tanto em Buenos Aires, como em outras cidades do país. Além de uma rede de publicações em revistas, da qual a mais importante é a Revista IDEA. Por esses espaços eram realizadas “análisis de grandes temas nacionales, así como la formación de recomendaciones y propuestas” (IDEA, 2010, p.26) políticas e econômicas.

As atividades do instituto foram se expandindo e se espalhando por outras regiões da Argentina. Já em 1962 foi criada na cidade de Rosário uma sede do IDEA, em 1967 são abertas filiais nas cidades de Quilmes e Neuquén. Várias revistas foram lançadas desde a sua fundação como a *Ideario* (resenha das atividades do instituto, com a síntese dos principais cursos dados) e a *Idealista* (temas de formação empresarial) em 1962, e a *Revista IDEA* em 1963. Nesse ano, o instituto também conquistou um espaço na Rádio Splendid, programa de falas informativas sobre temas empresariais. Em 1969, lançaram a *Revista de Administración y Economía*, em 1975 foi criado o *Sistema de Actualización Empresarial (SAE)*, publicação que chegava a 1800 empresários e, em 1977, começaram a editar a revista *Administración y Economía*. No final dos anos 1970, foi lançado o folheto *Noticias de IDEA*, uma publicação de empresários para empresários, concebida como meio de informação institucional, com tiragem de 10.000 exemplares. Recentemente com o advento da internet, IDEA incorporou novas ferramentas de comunicação, como os *newsletters*, *Se escuchó en IDEA*, *Ética e Negocios*, a criação de um site em 1997 e um programa de TV fechado, intitulado *Pensando con IDEA*, que passou a ser exibido desde 2001 (IDEA, 2012, p.31).

Como se percebe o número de publicações do instituto é bem elevado, eles variam em forma, conteúdo, tamanho e tempo de circulação. Desses, a Revista IDEA é a que tem mais tempo de circulação, tendo iniciado em 1963 e estando ativa até os dias de hoje. Esse periódico também foi o único que tive acesso, pois como comentado na introdução o instituto não me permitiu pesquisar no seu acervo, e o único material disponível para pesquisa nos arquivos da Argentina foi essa revista. No entanto, acredito

que a abordagem dela é suficiente para mostrar o escopo das ideias defendidas pela instituição.

3.3.2 A construção do discurso de livre mercado a partir da Revista IDEA

A revista *IDEA* de circulação mensal ou bimestral, tem uma média de 10 números por ano, cada edição tem de 50 a 150 páginas. Dividida em várias seções, trata de assuntos sobre economia, política, administração, cultura, esporte, notícias internacionais e relato das atividades do instituto. Esses temas não são abordados em todas as edições, mas sim quando há demanda para essas notícias. O foco principal da revista é ser um meio de informação para os homens de negócio argentinos. Não se propõe a ser um periódico de notícias sobre o país, mas sim abordar assuntos específicos que envolvam gerenciamento empresarial, inovação tecnológica, entrevistas com empresários e intelectuais, avaliação das políticas econômicas e sociais, entre outras temáticas que serão abordadas no decorrer desse subcapítulo.

A revista possui um corpo de especialistas e de colunistas fixos que escrevem artigos ou dirigem reportagens em praticamente todos os números, muitos desses autores, são professores dos cursos universitários dirigidos pelo IDEA. O periódico conta com um núcleo de direção diferente daqueles que coordenam o Instituto e a Faculdade, justamente porque essas três exigem expertises diferentes para a sua coordenação. Mesmo assim, existe uma grande parceria entre as três, pois os editoriais da revista eram de responsabilidade do presidente do instituto e há uma comissão de ex-diretores do IDEA que se envolvem na escolha dos temas a serem discutidos nas edições da revista. Assim como, muitas das entrevistas eram realizadas com os diretores e ex-diretores do instituto.

Da revista *IDEA* foram pesquisadas todas as edições, disponíveis no arquivo da Biblioteca do Congresso Nacional, em Buenos Aires, de 1983 a 1999. Dessas foi feita uma seleção de temas que considero significativos para explicar a base de pensamento do instituto e suas propostas para o país. Além de difundir o neoliberalismo, essa tinha por objetivo deliberar, as prioridades da agenda pública a partir da definição de determinadas situações como problemáticas e urgentes.

Uma pauta importante discutida na revista durante o ano de 1983 foi a redemocratização do país, o tema recorrente expressava, a preocupação com o futuro das empresas e dos rumos econômicos e judiciais que seriam adotados pelo novo governo. Em vários números de 1983, empresários foram entrevistados para dar suas opiniões

sobre o processo da abertura política. Esses, em geral, expressaram ter esperança na estabilidade política definitiva, marcada por eleições e pelo respeito à constituição, bem como pela valorização econômica e social da Argentina e dos mecanismos de negociação. Para eles, “la pluralidad garantiza justicia en las decisiones” (IDEA, 1983, p.8).

No número 65⁵⁵, de maio de 1983 a revista faz o seguinte questionamento aos cinco entrevistados: “Las situaciones de inestabilidad implícitas en los sistemas democráticos son vistas, en general, como elementos que afectan el desarrollo de los negocios. ¿Cuáles son las dos caras, la positiva y la negativa, de este condicionante de la vida empresaria?” (IDEA, may/1983, p.8). Nas respostas, todos os participantes rechaçaram a expressão “inestabilidad implícita” e sua associação com os governos democráticos, o que segundo a revista os surpreendeu dado ao passado recente marcado pela instabilidade política do país.

Os entrevistados afirmaram que não é uma condição necessária da democracia ser instável. Eduardo Braun Cantillo comenta, por exemplo que “[...] los regímenes militares han sido historicamente mucho más inestables” (IDEA, may/1983, p.9); Dennis Martin, por sua vez disse que “los aspectos positivos de la democracia son tales y tantos que quitan toda relevancia a los demás”. Ao desenvolverem suas respostas, os demais participantes, afirmaram que as decisões dentro de um processo democrático são mais lentas, e que na conjuntura atual iria demorar a se estabelecer um equilíbrio institucional, estando o país sujeito ao vai e vem de interesses. Para a revista, o firme convencimento dos valores democráticos, seria uma aposta contra as futuras rupturas da continuidade democrática.

Sérgio Morressi (2013) faz um histórico da atuação política das direitas na Argentina ao longo do século XX e a relação pouco democrática que essa teve frente as escolhas eleitorais da sociedade. Essas direitas não eram coesas, apresentando uma pluralidade de posições, algumas eram liberais, outras conservadoras, nacionalistas e mais tarde neoliberais. Durante quase todo o século XX, especificamente até a última ditadura civil-militar (1976-1983), as direitas argentinas não conseguiram vencer seus adversários de cunho popular nas urnas e tornaram comum a realização de golpes de Estado para tirá-los do poder. A primeira intervenção golpista que a Argentina sofreu em 1930, ocorreu após o candidato popular da União Cívica Radical, Hipólito Yrigoyen, se reeleger presidente da República. A incapacidade da direita de derrotar esse candidato,

⁵⁵ No número 65 foram entrevistados: Alberto Speranza (presidente de Speranza y Cia.); Arnaldo Etchart (presidente de Bodegas Arnaldo Etchart S.A.) Eduardo Sal-Lari (presidente de Automóviles Citroën S.A.); Dennis Martin (presidente de Astarsa Astilleros Argentinos Río de la Plata S.A.)

gerou um sentimento de frustração e “abrió el camino para el surgimiento de una derecha anti-liberal y anti-popular, de tintes nacionalistas y rasgos xenófobos” (MORRESI, 2013, p.199).

Nos anos seguintes, com a irrupção do peronismo, as saídas não democráticas se acentuaram e a partir da metade da década de 1950 as distintas direitas se articularam em estranhas coalisões. O que as uniam, eram suas posições anticomunistas e antiesquerdistas, as quais funcionaram “como un fator aglutinante que les permitia superar sus diferencias de intereses y de tradiciones culturales” (MORRESI, 2013, p.206).

Se no Brasil o primeiro presidente eleito pós-ditadura de 1964 era de direita, na Argentina, nos primeiros dez anos de eleições livres, os partidos de direita não conseguiram atingir uma soma significativa de votos, justamente porque seu discurso estava associado ao terrorismo de Estado e as consequências negativas da ditadura. No entanto, o partido Unión del Centro Democrático (UCEDE), identificado com a direita, fundado em 1982, conseguiu congregiar vários expoentes liberais da política e do mundo dos negócios e começou a ganhar espaço, tendo como principal proposta a incorporação das políticas neoliberais na Argentina. “Con el crecimiento de la UCEDE, las ideas neoliberales fueron penetrando en sectores numéricamente pequeños pero con gran poder de decisión en los partidos políticos mayoritarios” (MORRESI, 2013, p. 215). Os dirigentes da UCEDE passaram a incorporar e a influenciar o governo do peronista Carlos Menem, a partir de 1989, os quais foram encarregados de “implementar ideas como la privatización de empresas públicas y la negociación del pago de la deuda externa” (MORRESI, 2013, p. 217).

Morresi (2013) chama a atenção para a mudança de postura da direita argentina, que incorporou o discurso legalista e passou a respeitar as decisões democráticas, não mais derrubando os governos populistas ou de centro esquerda. Essa mudança pode ser entendida a partir de dois pontos: 1) uma população, golpeada por anos de ditaduras e ajustes econômicos, que não aceita mais saídas autoritárias; 2) uma direita que aprendeu a confiar nas saídas não autoritárias e ao mesmo tempo foi se deslocando para o centro político e ganhando confiança em sua capacidade de participar do jogo eleitoral.

A pauta dos trabalhadores, suas organizações, as negociações coletivas entre patrões e empregados e os rumos das políticas sindicais e da seguridade social após a abertura foram debatidas em quase todos os números da revista desde 1983, na coluna de

Carlos Echezarreta⁵⁶. O autor critica a centralização das decisões, as quais, para ele, tem produzido danos à economia laboral. “Los convenios tradicionales argentinos, discutidos entre sindicatos de grandes dimensiones y una diversidad de empresas representadas por cámaras, han dado normativas de escasa precisión y tantas generalidades que más parecen leyes que convenios” (*IDEA*, jun/1986, p.39). Afirma que o governo anunciou a vontade de modernizar o sistema trabalhista, no entanto, se isso não significasse uma participação direta dos trabalhadores e empregadores nas soluções dos seus próprios problemas, não haveria como sair da crise. Nesse texto, o autor critica as negociações trabalhistas realizadas entre os grandes sindicatos e os representantes empresariais, para determinar acordos que valessem para todas as atividades profissionais, essas, estabeleceriam normas gerais para casos particulares. Assim, defende que os acordos sejam feitos para cada empresa, negociando-se diretamente entre os patrões e os empregados.

Carlos Echezarreta afirma ser necessária uma maior flexibilidade na legislação trabalhista argentina. Por flexibilidade entende a possibilidade de se ajustar as regulações legais de acordo com os requerimentos do mercado. Esclarece que na Argentina a lei prevalece sobre os Convênios Coletivos de Trabalho e esses sobre os convênios individuais. Dessa forma, nenhuma convenção coletiva poderia estabelecer alguma regra que diminuísse os direitos e os salários já conquistados, essas só seriam válidas se beneficiassem os trabalhadores. Assim, critica que a matéria trabalhista no país só poderia crescer e não decrescer, isso significaria que a flexibilidade não existe. Para mudar essa situação propõe: 1) que os convênios coletivos prevaleçam sobre a lei trabalhista geral; 2) que se instituem zonas francas laborais, onde se possa estabelecer novas condições trabalhistas; 3) que se admitam os estatutos trabalhistas específicos, relacionados com algumas empresas ou atividade de interesse geral. Somente algumas disposições deveriam ser intocáveis, como a idade, a jornada máxima de trabalho e o descanso para a mulher grávida. “Si aceptamos como beneficioso un sistema de economia de mercado, debemos admitir que la flexibilidad es un requisito indispensable para que el mismo funcione como es debido” (*IDEA*, ago/1989, p. 134).

Ao comentar algumas propostas que estavam em discussão no Congresso, Echezarreta critica a proposta de criar e pagar o Seguro Desemprego na Argentina. Para o autor, se analisarmos friamente e sem preconceitos - o que tem sido tradicionalmente consentido como conquistas políticas e sociais são as principais causas dos males do país. Afirma que, em uma situação de pleno desenvolvimento e estabilidade, esse tipo de

⁵⁶ Advogado especializado em temas trabalhistas; assessor de empresas e de políticos; professor de *IDEA*.

proposta seria compreensível, no entanto, com a crise que o país enfrentava, a instauração do seguro desemprego era inviável. “Acá no hay quien esté bien como para soportar más cargas tendientes a financiar un seguro de desempleo” (*IDEA*, mar/1985, p.45). Dessa forma, Echezarreta justifica na crise econômica a não aprovação do Seguro Desemprego. Para ele, os políticos não enfrentam os problemas de fundo, pois ao invés de se voltarem para corrigi-los e promover ações para gerar mais emprego, pretendem proteger o desempregado.

A crise econômica que abatia a Argentina em 1989, com um processo inflacionário fora do controle e uma crescente pressão social que levou a saques a supermercados e à repressão policial, acaba por ocasionar a renúncia do primeiro presidente democraticamente eleito após a abertura política, Raúl Alfonsín. Essa crise foi o estopim para o convencimento de que as reformas neoliberais seriam a única alternativa para solucionar os problemas do país.

Así, las privatizaciones de empresas públicas, la apertura de la economía, da desregulación de los mercados y, fundamentalmente, el desmantelamiento del Estado, aparecieron en el escenario político de aquellos años como los remedios infalibles para los problemas de la Argentina (BELTRÁN, 2005, p.10).

A legitimação dessa crença foi permitida a partir das disputas de posições por grupos que defendiam perspectivas opostas. Para Gastón Bertrán (2005), os consensos e os acordos políticos não são o resultado natural da livre discussão entre iguais, mas sim o resultado de enfrentamentos entre diferentes setores e classes sociais, e cujas visões de mundo e interesses contrapostos se refletem nas ideias que defendem e pretendem impor como universalmente válidas. No caso da Argentina e do Brasil, os grupos que vão vencer as disputas de ideias e “impor” o modelo neoliberal, foram seguidores do setor dos empresários, políticos e os intelectuais. Esses, com a ajuda de institutos como o IDEA, o IL e o IEE, entre outros, tiveram um papel essencial no convencimento da necessidade de serem realizadas reformas estruturais nos dois países. A partir de suas palestras e publicações foram introjetando perspectivas e anunciando fórmulas de desenvolvimento que só poderiam ser alcançadas com o livre mercado. Realizada de forma intensa e contínua, essa propaganda vai promover a adesão ao neoliberalismo por amplos setores da sociedade e das elites governamentais.

O apoio dos empresários argentinos a essas políticas é mais antigo que a conjuntura imediata dos anos 1980, e remonta a década de setenta e os projetos de abertura econômica levados a cabo pela última ditadura militar (1976-1983). Essa tinha

por objetivo fundamental refundar estruturalmente a sociedade argentina e por em marcha um novo projeto dominante, que se caracterizou, de acordo com Azpiazu, Basualdo e Khavisse (2004), por três linhas principais. 1) A reconstrução das condições de dominação através do disciplinamento social e da desarticulação política do movimento obreiro, que incluiu a diminuição dos seus salários. 2) A redefinição do papel do Estado implicou a sua subordinação ao processo de acumulação dominante, o que ocasionou a diminuição dos investimentos nos setores sociais, a privatização de empresas e a orientação da demanda estatal para as empresas oligopolistas. 3) A alteração das condições produtivas anteriormente geradas pela industrialização substitutiva oportunizou a reestruturação social e econômica do país.

Os trabalhadores e os pequenos e médios empresários foram os mais prejudicados com a crise advinda da adoção dessas políticas. Ao mesmo tempo as empresas oligopolistas, integradas com os capitais nacionais e estrangeiros, aumentavam seus lucros e o controle que exerciam sobre os mercados. “Las fracciones dominantes que lograron asentar las bases de un nuevo patrón de acumulación durante la dictadura intentan consolidarlo ahora mediante el proceso democrático, con consenso social y político” (AZPIAZU, BASUALDO e KHAVISSE, 2004, p. 205).

Em decorrência da comemoração dos 25 anos do instituto, em 1985, o presidente da nação Raúl Alfonsín foi convidado para fazer uma fala no IDEA. Além da presença destacada do presidente, estiveram no encontro funcionários do governo e relevantes figuras do meio empresarial, como o ministro da economia Juan Sourrouille e os secretários de governo Carlos Lacerda, Norberto Bertaina, Adolfo Canitrot e Julio Méndez. O discurso de Alfonsín abordou a importância da democracia e a necessária solidariedade dos dirigentes para reconstruir o país. Para o presidente, o empresariado não pode contar com a amizade e os humores dos ditadores, pois necessita de uma ordem jurídica, social e política, com direitos e deveres claramente delimitados. Não há progresso econômico na desordem e no autoritarismo, porque o trabalho das pessoas depende do entendimento entre as partes e entre os agentes econômicos e sociais, assim, salienta que empresários e trabalhadores não são termos antitéticos, mas complementários; hoje, produção e justiça social não são considerados incompatíveis. “Mi gobierno ha puesto todas sus energías en el restablecimiento de las relaciones de derecho en la sociedad argentina, la reconstrucción de la libertad y las garantías de paz y equidad como punto de la reconstrucción económica” (IDEA, jun/1985 p.7). Por fim, conclama os empresários para ajudar nessa mudança e na modernização do Estado.

A presença de destacados políticos, como o presidente da República, em seus eventos, sejam eles de pequeno ou grande porte, evidencia a importância estratégica que esse instituto possui, pois, ao congregar os mais importantes homens de negócios do país, coloca em evidência que esse grupo exerce uma pressão política que não pode ser desconsiderada, por mais que não atue como entidade classista, (pelo menos não formalmente). A afinidade com as propostas do instituto também define o grau de integração entre políticos e o IDEA. Salienta-se, por exemplo, que o presidente Menem e o Ministro da Economia Domingo Cavallo tinham uma relação de maior proximidade com o instituto e portanto, participavam mais de suas atividades do que Alfonsín. A presença de políticos que desviavam parcialmente das suas propostas, como Alfonsín, e posteriormente os Kirchners, também mostra o pragmatismo desse instituto, ao tentar aproximar os “opostos” para efetivar alianças políticas. Ou poderia ser apenas um protocolo a ser seguido, uma formalidade institucional, que tinha como praxe convidar os presidentes a participar de suas atividades, da mesma forma, que o IEE fazia, ao trazer os governadores do RS para uma fala de abertura em seu Fórum, mesmo que muitos desses destoassem de suas ideias.

Destaca-se ainda, a presença, em 1999, do príncipe Charles da Inglaterra. Em visita a Argentina, este participou de uma das atividades de IDEA, organizada em conjunto com a organização The Prince of Wales Business Leaders Forum (PWBLF). O príncipe fez uma fala ressaltando o trabalho da instituição criada por ele e outros empresários, a qual tem atuação em 30 países e era comprometida com práticas responsáveis de negociação que contribuíssem para a competitividade e a prosperidade. Além de buscar, por meio da PWBLF, contribuir para a preservação do meio ambiente e a integração com a comunidade local.

Outro político que participou das atividades do IDEA foi Adelina Dalesio de Viola, concejal⁵⁷ (vereadora) por la UCD. Essa foi convidada a participar como palestrante em um almoço de IDEA em junho de 1986, foi apresentada pela revista, como uma das mulheres mais destacadas da política argentina. Ela defendeu, nessa ocasião, a aplicação de um projeto de direita, conservador e liberal para a Argentina. Viola afirmou ser necessário enraizar, com esse plano, os valores democráticos no país, para isso declarou, ser “necesario un partido que tome las banderas de la derecha, pero como la considera Europa, como la de Francia, como la que gobierna Estados Unidos. Una derecha que podemos denominar con una actitud conservadora y un proyecto liberal”

⁵⁷ Concejal é uma pessoa que faz parte do governo municipal, cargo equivalente a um vereador no Brasil.

(*IDEA*, ago/ 1986, p.34). De acordo com Viola, nos países onde foi instalado, o liberalismo terminou com os problemas sociais, beneficiando os que menos possuíam. “Nuestros dirigentes hablan de la soberanía y del ser argentino: es la actitud conservadora. Y además de cambiar el sistema actual a través de la defensa de la libertad o de la iniciativa privada: es el proyecto liberal” (*IDEA*, ago/1986, p.35). A mesma ainda afirma a necessidade de reforçar os valores familiares como base da nação. Assim, seria necessário vender o liberalismo para os eleitores, pois, para Viola, havia mercado para essas ideias na Argentina e a partir desse convencimento se conquistaria o poder por meio do voto.

A fala de Viola se destaca porque assume a busca por construir uma política de direita, justamente em um período, em que os representantes desse grupo tentam se afastar desse rótulo, por ele estar associado às políticas autoritárias e repressivas da última ditadura militar. Nesse sentido, para ser considerado um democrata, era preciso não estar vinculado ao peso que o termo “direita” trazia para a Argentina. Viola, ao assumir a defesa de um projeto de direita, demonstra que essa denominação poderia circular sem tantos alvoroços, ou ela apenas o utilizou dentro de um espaço “seguro”, onde não afastaria possíveis eleitores. Logicamente, ela explica que suas convicções são democráticas e que buscava a vitória da direita através do voto, se afastando assim, pelo menos discursivamente, da sua versão autoritária.

A edição março de 1988, esteve dedicada a discutir os problemas educacionais da Argentina, com reportagens que contaram com análises de políticos, educadores e advogados. A primeira entrevista foi feita com o ex Ministro da Educação do governo Alfonsín, o Dr. Julio Rajneri. Segundo ele, a Argentina não tem um baixo investimento em educação, com cifras que equivalem a 5% do seu Produto Interno Bruto (investimento maior do que países como Espanha, Itália e França), eles somente estão mal investidos e reproduzindo escolas e universidades de má qualidade. Defende que haja uma reformulação das universidades públicas e privadas, pois essas não estão formando pessoal qualificado para atuar no mundo empresarial, dessa forma, aposta num modelo de integração entre a empresa e a universidade.

Outra reportagem que merece destaque dessa edição trata da educação básica e lembra as propostas defendidas pelo IL e pelo IEE. Nessas os autores, Newland e Morad⁵⁸, destacam que a principal causa da crise do sistema escolar argentino é a

⁵⁸ Carlos Newland, docente de Política Educativa na UCA e diretor de Programas na Fundación Raúl Prebish. Enrique Morad, advogado e professor de Direito Político na UCA, é diretor da Escuela de Abogacía de Buenos Aires, prestou assessoria ao Ministro de Cultura e Educação e a senadores em relação a temas educacionais.

excessiva centralização e burocratização das decisões, a qual a torna lenta, ineficiente e estabelece a rigidez dos conteúdos educativos. Para mudar esse quadro, acreditam ser necessária uma transformação da educação pública mediante mudanças na distribuição do poder dentro das instituições escolares. Assim, propõe que existam conselhos escolares, compostos por pais e docentes, que tenham autonomia administrativa e financeira para gerir as escolas, podendo também incorporar pessoas importantes da comunidade, como empresários e professores universitários. Esse grupo ficaria responsável por decidir a composição curricular da escola. A autoridade central poderia exigir um número mínimo de matérias, mas as demais seriam escolhidas pelo conselho. Esse também seria responsável por selecionar os professores e o diretor da escola, estabelecendo os termos dos seus contratos e seus salários, assim "los buenos docentes podrían recibir mayores salarios que aquellos que no cumplieran con requisitos tales como asistencia, dedicación, etc" (*IDEA*, mar/1988, p.19). O Estado deveria, nesse contexto, fixar um valor-custo por aluno e pagá-lo diretamente para a escola, se essa cifra não pudesse custear todas as despesas da instituição, o conselho poderia aumentar esse fundo com valores colhidos na comunidade e das famílias dos alunos.

Essa proposta se assemelha com aquela apresentada pelo IL e pelo IEE. As três argumentam os malefícios da direção estatal para a educação e defendem a sua substituição por organizações mais diretas, efetivadas pelos próprios professores e pela comunidade. Esses deveriam gerir economicamente as escolas e buscar recursos além do Estado para a sua manutenção, podendo estabelecer pisos salariais diferentes a professores que apresentassem um melhor desempenho, estimulando assim, a competitividade entre os mesmos, e optar por criar currículos diferentes de outras escolas.

O Ministro do trabalho e seguridade social, Dr. José A. Caro Figueroa, convidado a palestrar em um dos almoços promovidos por IDEA declarou que a Argentina precisava de mudanças, porque passou do capitalismo de Estado para o de mercado. Devido a essa mudança seria essencial alterar a legislação trabalhista, pois o Estado interferia em todos os âmbitos, desde desenhar e gerir o sistema, até resolver os conflitos. Organização essa que havia entrado na reta final de sua validade. Outro problema, indicado pelo ministro é a tendência dos sindicatos e dos trabalhadores a condenar as empresas que buscam alta produtividade. Para Figueroa "tenemos graves problemas en lo que sería la cultura del trabajo, [...] una débil cultura del trabajo donde la productividad suena a una bandera casi esclavista" (*IDEA*, jul/1994, p.23). Explica que essa atitude tem relação a forma na qual o Estado argentino tem estendido as dimensões do setor público, "qué mercado va a haber en zonas donde la gente está esperando un

empleo público”. Assim, conclui que como os cidadãos permaneciam esperando um emprego público, os postos de trabalho produtivo ficavam abertos aos imigrantes, por isso, existia a necessidade de mudar a cultura de trabalho do país.

Nem só empresários e políticos eram convidados para os almoços de IDEA, em 1994, Antonio Cassia, então Secretario Geral da Confederación General del Trabajo (CGT), foi chamado para palestrar no encontro. Ele fez um balanço do sindicalismo no país, falando que houve excessos em alguns momentos de sua trajetória, mas que a partir de 1976, os trabalhadores voltaram suas lutas para o retorno da democracia. Cassia salientou que o sindicalismo que se apresentava em 1994 deixou de lado as permanentes confrontações para consolidar a democracia e ajudar a reconstruir economicamente o país, mudando sua forma de agir e de se relacionar com o governo e os patrões, sem deixar de defender a causa dos trabalhadores, mas buscando soluções conjuntas entre os empresários e os representantes dos obreiros. “No nos unió un privilegio sectorial o personal, nos unió un proyecto, que es el mismo proyecto que tiene el Gobierno Nacional” (IDEA, jul/1994, p.25). Afirma que o CGT não estava de acordo com o primeiro projeto de flexibilidade trabalhista enviado para o Congresso, mas que em um segundo momento, após discutir o atual projeto “les puedo decir que, salvo dos o tres artículos, estamos en condiciones de anunciar que también se há llegado a un acuerdo de flexibilidad laboral para que podamos crear más fuentes de trabajo y que haya más inversiones” (IDEA, jul/1994, p.25). Reafirma, assim que o sindicalismo está fazendo tudo que pode para facilitar que venham investimentos e emprego para o país, “creemos que este es el sindicalismo que hoy se necesita, y no solamente acá, en el país, sino en el mundo entero” (IDEA, jul/1994, p.235).

A partir da fala desse líder sindical é possível notar que existe uma seleção muito bem pensada dos convidados aptos a participar das atividades do instituto, pois mesmo a palestra de um sindicalista não destoa da concepção geral defendida pelo IDEA. Sua postura amena e aberta a aceitar as propostas de flexibilização trabalhista mostra que o instituto tenta provar que é possível estabelecer consensos – uma de suas bandeiras – até com o movimento obreiro, historicamente conhecido pelo seu radicalismo. Nota-se, portanto, que o pluralismo das ideias defendido tanto pelos *TTs* do Brasil, como o da Argentina, está, na verdade, restrito a um conjunto limitado de oposições, pois os discursos apresentados neles nunca destoam excessivamente.

Duas edições (março e setembro) de 1995 vão abordar os benefícios da privatização para a economia argentina. Enfocam que empresas como Edenor, Telecom, Obras Sanitarias enfrentavam uma morosidade nos serviços prestados, dívidas,

equipamento precários sem funcionalidade e má administração. Na edição de março foram entrevistados os responsáveis pelas principais empresas públicas privatizadas, os quais enfatizaram as más condições que as receberam. No número de setembro, o jornalista Edgardo Silveti⁵⁹ aborda os benefícios que as privatizações trouxeram para o país. Para o autor, as privatizações além de enfrentar os problemas econômicos, respondiam também a uma demanda da população que exigia melhores preços e serviços. “La privatización salvó de la destrucción a las empresas públicas y de esa manera se rescató el patrimonio físico de las instalaciones antes de su deterioro total” (*IDEA*, set/1995, p.38). Segundo eles, os argentinos agora poderiam formular reclamações sobre os serviços, ter maior segurança, qualidade e rapidez nos atendimentos (caso da telefonia e da energia elétrica) e contar com mais investimento na melhora dos serviços prestados. “Con la privatización se destruyó el estatismo, y de esa manera se salvó al Estado como una organización que administra servicios básicos para la sociedad como justicia, educación, seguridad interna y externa” (*IDEA*, set/1995, p.39). O Estado deixou de administrar, segundo a revista “hipódromos, canales de TV, radios, caminos, usinas eléctricas, yacimientos de petróleo y gas, telecomunicaciones, gas potable, cloacas, puertos, compañías de aviación, plantas siderúrgicas, petroquímicas”.

As empresas privadas eram consideradas dessa forma, pelos entrevistados da revista, como espaços capazes de fazer renascer a excelência profissional, fugindo dos velhos vícios estatais. Em 1989, o presidente Carlos Menem aprovou o plano “Reforma del Estado y de Emergencia Económica”, uma série de leis que autorizavam o poder executivo a privatizar as empresas públicas em troca de títulos da dívida externa e a eliminar as regulações estatais de diversas atividades econômicas.

Procedió, entonces, con esos poderes extraordinarios y en plena crisis hiperinflacionaria, a privatizar las empresas estatales para cancelar deuda externa, a despedir a miles de trabajadores de las mismas, a “desregular” la actividad económica, suprimiendo el entramado institucional sobre el que funcionaban numerosas actividades económicas, con la excepción del sector automotriz y, paralelamente, a implementar una apertura comercial y financiera indiscriminada y asimétrica que eliminó la protección arancelaria de la economía doméstica y dio, en la práctica, preeminencia al capital extranjero sobre el nacional (FORCINITO; ESTARELLES, 2009, p.49).

Nesse momento de amplas mudanças estruturais, ainda se enfatizava, pelo instituto, a necessidade de debater o tamanho do Estado. Dessa forma, a questão das regulamentações econômicas do país foi analisada, por escritores, empresários e

⁵⁹ Jornalista especializado em temas econômicos, na época realizava pesquisas sobre o processo de privatizações na Argentina.

economistas, em um workshop preparatório do 34º *Coloquio Anual IDEA*, tendo como pergunta central - ¿Cuáles son los límites de la intervención del Estado en un contexto de apertura económica y mercado libre? (*IDEA*, jun/1998, p.54-57). A Argentina estava estabelecendo funções e políticas regulatórias para consolidar a nova organização da economia. Dessa forma, para formular respostas mais alinhadas às necessidades das pessoas, o IDEA defendeu a necessidade de avançar com regulações eficazes e guiadas por análises e gestão profissional, o que implicaria despolitizar muitos dos seus aspectos administrativos, assim como enfatizam que os empresários somente aceitaram regulações, não excessivas, justamente porque essas prejudicam o desenvolvimento do mercado.

A relação dos empresários com a democracia é bastante complexa na Argentina. Durante o século XX eles e, outros grupos privilegiados, somente aceitaram o regime democrático quando esse lhes oferecia possibilidades de impor seus interesses, mostrando assim um rechaço a esse tipo de governo. De acordo com Peter Birle (1997), em 1916, quando da posse do presidente Hipólito Yrigoyen, a oligarquia somente aceitou a democracia porque ela não ameaçava a ruptura com os seus interesses, nem uma transformação nas estratégias de desenvolvimento de sua preferência. Com a crise econômica do final da década de 1920 e a tentativa do governo de Yrigoyen de diminuir sua influência dentro do Estado, bem como de mudar os planos de desenvolvimento, as associações empresárias apoiaram unanimemente o golpe das Forças Armadas contra o presidente.

O mesmo aconteceu nos governos civis dali para frente, com os presidentes Perón, Frondizi, Illia e Isabelita Perón. “Para muchos empresarios la democracia no sólo era sinónimo de una política económica ‘populista’ y de partidos políticos que actuaban en forma ‘irresponsable’, sino también de una ‘amenaza’ creciente representada por los sindicatos y la CGE⁶⁰” (BIRLE, 1997, p.312). Os empresários questionavam seguidamente a autoridade e legitimidade dos governos civis, contribuindo para construir um clima de opinião favorável a novas intervenções. Já os governos militares aplicaram políticas de desenvolvimento próximas aos interesses da classe dominante e permitiam uma participação mais direta desses na política. A perspectiva de um sistema político “no democrático pero estable resultaba atractiva también porque un gobierno fuerte podría quebrar la hegemonía peronista dentro de los sindicatos y obligar al movimiento obrero a someterse a la disciplina y el orden” (BIRLE, 1997, p.313).

⁶⁰ Confederación General Económica.

A última ditadura (1976-1983), no entanto, vai promover uma mudança nessa cultura política e as interrupções autoritárias vão ser cada vez menos aceitas como saída para as crises políticas. Além da deslegitimação ético-moral das Forças Armadas, devido as inúmeras denúncias de violações dos direitos humanos, os militares também passaram a ser vistos, pelos empresários, como um aliado imprevisível e indigno de confiança, devido ao caos econômico em que entregaram o país e pelo desprestígio internacional ocasionado pela Guerra das Malvinas. “Para los empresarios, una nueva dictadura representaba ahora más un riesgo que una alternativa al gobierno civil” (BIRLE, 1997, p.315).

Nesse sentido, Birle (1997) afirma que em 1983, os empresários, diferentemente que nos períodos anteriores, aceitaram a democracia, mesmo sem poder, num primeiro momento, impor seus interesses⁶¹. Mesmo assim, pode-se afirmar, que essa anuência só foi possível porque ela não representava mais uma ameaça a seu *status quo*. “Eso se refiere tanto a la estrategia de desarrollo de los gobiernos civiles como al eventual desafío de los intereses empresariales por un contrapoder social fuerte” (BIRLE, 1997, p.316). Todos os atores que no passado podiam representar uma ameaça a seus interesses, ou desapareceram como consequência da ditadura do cenário político, ou se tornaram inofensivos.

Con las reformas estructurales llevadas adelante por Menem, la lucha de clases se normalizó. Como la presión de la competencia externa ya no dejaba espacio para trasladar simplemente los costos salariales a los precios, los empleadores exigieron – y obtuvieron – la reducción de los costos laborales a través de la rebaja de los aportes patronales a la seguridad social, el ajuste de los salarios a la evolución de la productividad y la disminución de las indemnizaciones por accidente y despido, así como también una amplia flexibilización de la legislación laboral (BIRLE, 1997, p.318).

Assim, as reformas neoliberais do governo Menem vão satisfazer as tradicionais demandas das associações empresariais e eliminar as suas desconfianças com a democracia, já que as transformações levadas a cabo por esse governo dificilmente seriam eliminadas pelos seus sucessores, devido a sua profundidade. As políticas liberais-conservadores também passaram a ter maior aceitação pela sociedade e pelos partidos políticos, isso dava aos empresários condições de canalizar a falta de grandes oposições em nome dos seus interesses, podendo impô-los no marco das regras democráticas.

⁶¹ Até 1985 o governo Alfonsín não permitiu a ingerência dos empresários na formulação da política econômica. Mesmo concedendo-lhes um maior espaço a partir de 1987, o grau influência não satisfazia os desejos do setor privado. Essa relação provocou muitos conflitos com o governo e estimulou a desestabilização do governo de Alfonsín, mas não colocou em cheque a estabilidade da democracia, “apenas” do governo (BIRLE, 1997, p.315).

O IDEA contribuiu, nesse sentido, para que esses interesses fossem largamente disseminados pela sociedade argentina, especialmente nos grupos que podiam exercer maior pressão frente as decisões do governo – os políticos e os empresários. Construir um certo consenso em prol das políticas neoliberais e a aceitação desse “amargo remédio”, por amplos setores sociais, para solucionar os problemas econômicos do país, só foi possível pelo trabalho sistemático de associações e *think tanks* como o IDEA.

3.4.1 Estabelecendo algumas comparações

Como essa tese tem por objetivo analisar, de forma comparada, a atuação dos *think tanks* de direita do Brasil e da Argentina, faz-se necessário entender o contexto de atuação desses institutos com base na história recente desses países, caracterizando os processos de redemocratização vivenciados por cada um, a forma como o sistema político passou para o controle dos civis e como esses dirigiram a democracia desde então. Assim, para seguir os procedimentos da história comparada é necessário compreender e explicar essas duas realidades, para poder entender o objeto de estudo.

A partir de dois textos, *Por uma história comparada das sociedades europeias* (1928) e *Comparação* (1930), Marc Bloch apresentou as linhas gerais para sistematizar e compreender os objetivos da história comparada. Para Bloch, comparar é “escolher, em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever as curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras” (BLOCH, 1998, p.121). Dessa forma, é necessário que de um lado exista certa similaridade entre os fatos, e de outro, certas dessemelhanças entre os ambientes. Bloch salienta que para a comparação ter maior eficácia, seria preferível comparar sociedades próximas no tempo e no espaço e que pudessem exercer entre si, influências recíprocas. Através da história comparada, seria possível estabelecer uma comunicação entre várias histórias que até então pareciam fundar-se no isolamento, ou seja, entre as histórias nacionais que dialogavam apenas consigo mesmo. Ela abre a possibilidade de colocar em xeque, ou confirmar, as ditas originalidades de cada sociedade, bem como invalidar ou discutir analogias forçadas (BLOCH, 1998, p.131/2).

Para Jurgen Kocka, um dos principais historiadores comparatistas da atualidade, a história comparada deve “discutir dois ou mais fenômenos históricos sistematicamente com respeito a suas similaridades e diferenças de modo a alcançar certos objetivos

intelectuais” (KOCKA, 2003, p.1-3). Para isso, Kocka estabelece alguns propósitos e funções da comparação nas pesquisas históricas, as distinguindo entre objetivos heurísticos, descritivos, analíticos e paradigmáticos. Heuristicamente, a abordagem comparativa permite identificar questões e problemas que se poderia negligenciar, ou até mesmo não conhecer. Descritivamente, ao serem contrastadas com outras histórias, as comparações ajudam a esclarecer os perfis de casos singulares, muitas vezes vistos como únicos. Analiticamente, a abordagem comparativa é indispensável para formular e responder questões causais. Paradigmaticamente, a comparação ajuda a distanciar-se dos casos que melhor conhecemos, como a história nacional (KOCKA, 2003, p.1-3). Dessa forma, a história comparada “pode ter um efeito de desprovincialização, uma liberação, um efeito de abrir os olhos”, na medida em que ultrapassa os meros espaços nacionais e regionais e pode ter um caráter tanto de sustentar noções de particularidade, como também de desafiar e modificar tais noções (KOCKA, 2003, p.1-3).

Maria Lígia Coelho Prado se utiliza da história comparada para pensar a América Latina numa perspectiva que permite questionar modelos eurocêntricos de interpretação. Para a autora, ao se comparar é preciso resistir a tentação de hierarquizar culturas e padrões de desenvolvimento, bem como superar “uma certa visão que transportava para o cenário latino-americano modelos de interpretação histórica já estabelecidos e próprios da história europeia” (PRADO, 2005, p.23). Nesse sentido, Prado considera mais eficaz compararmos países da América Latina entre si, do que países latino-americanos com europeus, para, justamente, evitar cair nas armadilhas de retratar um processo histórico e uma cultura como superior às demais (PRADO, 2005, p.23).

O objeto desse estudo foi construído seguindo essas proposições, pois estabeleceu-se uma problemática e dois espaços de análise. Esses países além de possuir uma proximidade geográfica, passaram por experiências históricas parecidas no período selecionado para a investigação. Assim, busca-se a partir da comparação, não se isolar na história nacional ou apenas relatar os casos de um ou outro país, mas a partir de uma questão em comum, compreender crítica e analiticamente como as experiências dos *TTs* brasileiros e argentinos se aproximam e se afastam.

Dessa forma, utilizando a perspectiva da história comparada, a metodologia desse trabalho seguiu a análise qualitativa das fontes. A partir de uma seleção de textos significativos e que fossem representativos dos demais, buscou-se uma compreensão crítica desses, observando as estratégias de comunicação e convencimento presentes nos textos. A investigação observou os elementos de repetição em seus discursos, quais

propostas e pontos eram mais enfatizados e como o neoliberalismo foi construído como elo de unificação entre as propostas dos institutos e dos indivíduos que os compõe.

Como elementos de comparação e de afastamento do IL, IEE e IDEA, pode-se estabelecer as seguintes conclusões. O IDEA foi criado duas décadas antes dos *ITs* brasileiros. Em 1960, o contexto que levou a fundação do IDEA não era o mesmo daquele que oportunizou o surgimento dos institutos brasileiros, mas atendeu a objetivos parecidos. A Argentina vivia um contexto de instabilidade política, com constantes golpes de Estado que impediram o término de muitos governos civis. Nesse sentido, um grupo de empresários resolveu criar uma associação, não classista, para profissionalizar a gerência de empresas e reivindicar menos intervenção do Estado na economia e o fim das políticas populistas, encaradas por eles, como as responsáveis pela desestruturação do país. Assim, manter um discurso coeso para fazer frente às políticas peronistas e influenciar, enquanto grupo, na tomada de decisões era um dos objetivos do IDEA. A partir de 1983, o instituto, buscava fazer um balanço das políticas adotadas até então na Argentina e apresentar o livre mercado como uma fórmula para alcançar a estabilidade política e econômica para o país.

O contexto de surgimento dos institutos do Brasil é diferente do da Argentina, devido, principalmente, ao período em que eles foram criados. Tanto o IL como o IEE, foram fundados momentos antes da redemocratização do Brasil, em 1983 e 1984 respectivamente. Em um contexto de mudanças significativas, diferentes grupos, partidos e movimentos sociais, passaram a se organizar para ter voz ativa nos espaços de decisões. Nessa “guerra de ideias”, os institutos de direita ocuparam um lugar central, ao associar as suas concepções, à defesa do neoliberalismo, à liberdade e ao respeito ao Estado democrático de direito. Ao mesmo tempo em que apoiavam na imagem do “novo”, apontavam que as alternativas de esquerda estavam superadas e não deram certo nos locais em que foram aplicados, associando a elas o autoritarismo de países como Rússia, China e Cuba, e o “atrasado” modelo de intervencionismo estatal. Assim o IL e o IEE foram fundados para propor uma alternativa que, segundo eles, se afastava dos regimes ditatoriais da direita e da esquerda, e valorizava a liberdade do indivíduo acima de tudo. É partir desse núcleo de ideias que iniciam sua atuação no Brasil, vinculando suas perspectivas com o moderno, ao que deu certo (em referência política ao Chile, EUA e Inglaterra) e associando o projeto neoliberal ao discurso de ser a única forma de governo possível para o país.

De acordo com Gonzalo Delamaza (2013), a reconstrução democrática na América Latina foi um processo guiado pelas elites políticas. Para o autor, que analisou

como se formam e reproduzem as elites políticas nos contextos das redemocratizações, as saídas pactuadas para a democracia, casos do Chile e do Brasil, e o predomínio de um elitismo democrático “crearon las condiciones para el tránsito de los integrantes de la sociedad civil al Estado, restringiéndolo principalmente a su segmento de mayor educación y perfil tecno-político” (2013, p.2). Mesmo tendo como foco de análise o caso chileno, as características da construção de uma democracia conduzida pelas direitas políticas podem ser observadas em outros países da América Latina. As semelhanças do Brasil com o Chile, nesse caso, são maiores que com a Argentina, pois essa não contou com uma saída pactuada para a democracia, e sim com uma ruptura com o governo autoritário, o que dificultou as alianças entre os militares e a elite, mas isso não significa que a abertura argentina foi um processo exclusivamente popular, pois a redemocratização era uma pauta de amplos setores sociais.

O elitismo democrático, citado por Delamaza, estabeleceu as oportunidades e as restrições de acesso às posições de poder, sendo a acumulação de um capital educacional e cultural elemento necessário para conceder autoridade técnica ao ocupante do cargo público. Essa condição enfraqueceu a capacidade representativa da política, pois estabeleceu que apenas aqueles que tiveram um acesso privilegiado à educação pudessem governar. Por outro lado, também reduziu o alcance das discussões políticas, pois “reservou” os assuntos de interesse público a especialistas legitimados pelo conhecimento dominante e pelo dos seus próprios pares. Essa profissionalização da política “favorece el vínculo entre las elites políticas y un segmento altamente calificado y profesionalizado de la sociedad civil organizada, que comparte orígenes sociales y capital cultural” (2013, p.2).

As transições democráticas da Argentina e do Brasil apresentam características distintas. O Brasil passou por uma *transición por consenso*, pela qual, militares, políticos e uma pequena fração da sociedade civil, negociaram uma saída pactuada para a democracia, dando garantias para as Forças Armadas de que essas não sofreriam punições pelos seus crimes. A Argentina, pelo contrário, viveu uma *transición por colapso*, sem realizar acordos políticos com o governo autoritário e estabelecendo certa autonomia para definir os caminhos da futura democracia. No entanto, enquanto no Brasil as Forças Armadas praticamente se retiraram do cenário político, não provocando abalos na recente democracia, na Argentina os militares se mostraram dispostos a resistir ao controle civil, promovendo alguns levantes armados na tentativa de reverter seu desprestígio e sua situação de réus. Para O'Donnell (1998), as transições *não pactuadas* têm maiores chances de produzir uma democracia mais completa, mas também maiores riscos de

sofrer uma reversão autoritária, como foram as tentativas de alguns militares argentinos de retomar suas posições de comando.

Nesse contexto, pode-se estabelecer alguns pontos de aproximação e outros de afastamentos entre os três *TTs* analisados. Quanto ao tipo de instituição, nota-se que as atividades do IEE se concentravam na formação interdisciplinar de jovens empresários, com um plano bem estruturado de conteúdos a serem desenvolvidos, a partir de uma série de autores liberais que deveriam ser analisados e debates sobre temas chaves da sociedade. Essa formação, diferentemente da oferecida pelo IDEA, não se constituía em um curso de pós-graduação e seus membros não recebiam um título acadêmico por ela. Se caracterizava sim, por ser um espaço onde indivíduos pudessem criar vínculos, que poderiam existir previamente ou não, e formular consensos, principalmente sobre questões político-econômicas, de como o Brasil e o mundo deveriam ser dirigidos. Pode-se afirmar que as pessoas que ingressavam nesse círculo já possuíam um direcionamento ideológico compatível com o do IEE, de forma contrária eles não seriam escolhidos para integrar o mesmo. Logo, a formação oferecida pelo IEE, tinha por finalidade fazer com que os seus membros incorporassem seu projeto institucional, como um plano individual. O IEE se voltava para formação de pessoas chaves que pudessem exercer influência pelos meios que circulavam e assim levar para outros grupos de empresários, advogados, jornalistas, professores, a ideologia disseminada pelo instituto. O objetivo era sair do IEE como apóstolos e ir disseminando suas ideias em outras entidades.

O IDEA por outro lado, tem um programa de formação muito mais aberto, possuindo uma Escola de Negócios, com cursos de graduação e pós-graduação, atraindo desde graduandos ou bacharéis em cursos como Administração, Contabilidade, Direito, Engenharias e Economia, até homens de negócios que buscavam atualização profissional. Mesmo sendo aberto ao público, seu currículo, em geral, também apresenta um direcionamento específico, tendo um ensino voltado para a compreensão e a defesa da economia de mercado. Já o IL não possui um centro de treinamento para homens de negócios, mas oferecia cursos de formação de curta duração para públicos selecionados, como militares, advogados, empresários e jornalistas. Esse instituto, ao contrário do IEE e do IDEA, que tinham turmas regulares para seus cursos, os desenvolviam apenas quando firmavam parcerias ou eram contratados para tal finalidade. Os diferentes formatos apresentados pelo IEE, IL e IDEA nesses ciclos de formação, tinham como projeto comum, convencer e conquistar adeptos para a causa liberal, bem como capacitar os seus estudantes a defenderem com propriedade essas propostas e ideias.

Os três institutos também creditavam a realização de eventos uma importância central. A maioria dos encontros promovidos por eles eram reuniões pequenas, para um público de 20 a 50 pessoas, destinadas a indivíduos e grupos específicos. Tanto o IDEA, como o IL e o IEE realizavam palestras mensais direcionadas a seus membros e/ou pessoas convidadas, as quais eram coordenadas por especialistas das áreas de economia, política, administração, jornalismo, empresários, ou pelos próprios membros dos *TTs*. Esses encontros tinham uma dupla função: aproximar os indivíduos que circulavam em volta das ideias liberais e dos institutos, para, dessa forma, estabelecer uma rede de contatos e de apoiadores e, atualizar informações e conhecimentos sobre determinados temas. O IDEA e o IEE, por exemplo, faziam eventos mensais para pensar seus fóruns anuais e escolher as temáticas que seriam desenvolvidas nesses. O IDEA também promovia mensalmente almoços para os empresários argentinos, nos quais, geralmente palestrava algum empresário ou político do país.

Dos três institutos o que mais se dedica a produção escrita é o IL. Suas publicações assumem diferentes formas, desde a tradução de autores liberais até a formulação de propostas de políticas públicas, passando por propostas que abrangiam livros, libretos, panfletos, resumos dos autores e conceitos do liberalismo/neoliberalismo, revistas, circulares, entre outros. Já a maior parte dos escritos do IEE são pequenos ensaios, com uma discussão mais simples e sem tanto aprofundamento dos conteúdos, se comparado com o IL e o IDEA. Esse último, igualmente se destaca, por publicar vários materiais, dos quais o mais importante é a *revista IDEA*, além da editoração de alguns livros e periódicos de curta circulação, mesmo assim, o volume de produção do IL é mais expressivo. As publicações desses *TTs* assumiram diferentes formatos, desde informativas, até propositivas, ou seja, elencavam como o Brasil e Argentina vinham sendo dirigidas, criticando a intervenção do Estado em diversas áreas e formulando propostas que substituíssem esse formato, pelo de livre mercado.

Enquanto os textos do IEE, visualizados nas obras *Pensamentos Liberais*, acabavam não tendo tanta profundidade intelectual, fato que não se observou nos demais livros que o instituto mandou editar, os artigos do IL e do IDEA seguem uma linha de abordagem diferente. Voltados mais diretamente para a formulação e distribuição de ideias, era importante estabelecer um ponto de argumentação e convencimento melhor elaborados, assim, o IL em maior grau e o IDEA em menor, se voltaram para a produção de textos que serviriam como base para a elaboração de projetos de lei, para a construção de informações jornalísticas e até para a utilização em ambientes universitários. Para isso contrataram um corpo de intelectuais que pudessem dar maior sustentação teórica as suas

propostas. Já o IEE, utilizava seus próprios membros para construir pequenos textos explicativos - com exceção dos livros e propostas em que contratou especialistas para formular - esses breves artigos não tinham o mesmo arcabouço intelectual, nem se destinavam a construir propostas tão elaboradas, como as visualizadas nas publicações de *Notas e de Políticas Alternativas* do IL.

Importante destacar que os membros e os escritos dos três institutos utilizavam, na maioria das vezes, a denominação “liberal” e não “neoliberal”, para se autodenominar e para intitular as propostas que defendem, no entanto, o modelo de sociedade e de economia que advogavam ser a mais adequada para seus países, assim como os autores que se baseavam, em sua maioria, pertencem ao neoliberalismo. Acredita-se que a utilização do termo liberalismo é feito no sentido de produzir um entendimento mais amplo do que se queria pregar, e se afastar de uma imagem negativa que o termo neoliberalismo havia se associado (como produtor e responsável pelo aprofundamento das desigualdades sociais).

O segundo capítulo se dedicou especialmente a mostrar parte das produções dos institutos e como esses constroem suas argumentações em torno da defesa do livre mercado. Foi possível perceber que existe uma base comum entre as ideias defendidas pelos três institutos, podendo-se elencar cinco temáticas mais exploradas por eles: Estado; neoliberalismo, reforma trabalhista, educação e privatização. Salienta-se que não se encontrou nenhuma grande divergência entre as propostas apresentadas pelos três institutos.

O Estado é encarado, em diversas situações, como o grande inimigo pelos membros desses institutos, sendo reforçada constantemente a necessidade de reestruturá-lo e enxugar suas funções. Os *TTs* acreditam que ele se ocupava de atividades que vão além de sua capacidade e atribuição, por isso acaba sendo ineficiente em todas elas. Assim, defendiam que as atividades econômicas que estavam na mão do Estado fossem privatizadas, passando a ser dirigidas por empresas privadas. Essas, não possuindo os mesmos vícios daquele, poderiam exercer uma administração mais eficiente e não seriam tão facilmente corrompidas.

O Estado também não deveria intervir na economia, nem tentar dirigi-la, deixando que essa se auto regulasse de acordo com as normas do mercado. De todas as intervenções estatais, a tentativa de guiar a economia era considerada a mais perversa e que mais afetava a liberdade do indivíduo. Pelo discurso dos *TTs*, a liberdade econômica seria o eixo central para todas as demais, essas só existiriam numa sociedade que respeitasse o livre mercado.

As legislações trabalhistas do Brasil e da Argentina também eram duramente criticadas pelo IL, IEE e o IDEA. Para esses, as leis de proteção ao trabalhador eram atrasadas e não condiziam com a nova ordem econômica e política desses países. Assim, propõem a flexibilização dessas leis, com a livre negociação entre patrões e empregados, tirando do Estado o papel de árbitro dessas negociações. Os *TTs* também combatiam a manutenção dos centros educacionais (escolas e universidades) pelo Estado, defendendo que esses fossem dirigidos por empresas privadas e que o governo apenas auxiliasse economicamente a educação dos cidadãos carentes.

A ideologia defendida pelos *TTs* e a construção de uma forma de discurso que levasse a elaboração de certos consensos sobre a realidade social (apesar de saber que eles não são absolutos e que não atingem todos os indivíduos), demonstram a capacidade de certos grupos de fazer prevalecer suas visões de mundo a partir da naturalização e universalização dos seus pontos de vista.

Dessa forma, podemos afirmar que desde o fim da ditadura civil-militar no Brasil, até o início dos anos 2000, foi reservado às classes dominantes o papel chave da condução do processo político. Para o caso da Argentina, excetuando seu primeiro governo democrático (que pode ser definido como de centro-direita), visualizamos que a partir de 1989, ela também contou com essas características. Nesse sentido, o Estado conseguiu restringir seu acesso a setores específicos da sociedade, como membros da elite, de famílias tradicionais e alguns integrantes da classe média, principalmente aqueles que se dedicaram a acumular um legado educacional e cultural que servisse como um elemento de diferenciação social. Logicamente os interesses dessa classe opunham-se aos interesses dos grupos subalternos.

Isso não significa que membros mais populares não conseguissem pleitear e alcançar altos postos políticos. A partir dos anos 2000 vários países da América Latina, o Brasil com Lula e Dilma, a Venezuela com Hugo Chaves e Nicolás Maduro, a Bolívia com Evo Morales, a Argentina com Nestor e Cristina Kirchner, o Equador com Rafael Correa, o Uruguai com Tabaré Vázquez e José Mujica e o Chile com Bachelet, vivenciaram uma guinada de esquerda ou centro-esquerda, passando a eleger líderes políticos ligados a movimentos sociais, sindicais, ou indígenas. No entanto, essa mudança não teve capacidade de renovar com maior profundidade o legislativo, sendo este ainda dominado por uma elite política e burocrática. Como parte do jogo político a direita teve que fazer alianças, ceder e flexibilizar muitos de seus projetos, em prol de políticas governamentais dirigidas a grupos populares e de classe média. Atualmente, vivemos um movimento retroativo desses governos mais populares, com uma direita que acendeu

novamente ao poder, com um discurso que exalta a competência econômica, a redução dos gastos do Estado e que repudia os projetos dos governos anteriores por considerá-los populistas. Ao mesmo tempo, boa parte dos membros do legislativo continuam os mesmos e dispostos a aprofundar as reformas conservadoras que não foram possíveis nos anos anteriores.

Dessa forma, por mais que possamos identificar certo padrão no direcionamento do Estado pelas direitas, tanto no Brasil como na Argentina, ou do acesso facilitado dessas aos espaços decisórios, não podemos generalizar esse modelo como único e constante, havendo períodos onde a relação entre Estado e sociedade civil é mais dinâmica, com debates e discussões de políticas públicas que englobam diferentes atores sociais, e outros onde o canal de diálogo é fechado. As relações entre Estado e sociedade se modificam a cada ciclo político, e por mais que os grupos de direita, assim como os de esquerda, tentem impor um projeto hegemônico estável, eles estão sujeitos a crises e a remodelações que podem tanto mantê-los como tirá-los do poder.

4. ANÁLISE DOS FUNDADORES, DIRIGENTES E INTELLECTUAIS DO IL, IEE E IDEA

Esse capítulo tem como propósito analisar os indivíduos que fundaram e dirigiram o IL, o IEE e o IDEA. Dessa forma, pretende-se elencar elementos da trajetória desses homens, que revelem o seu lugar social, sua atuação profissional e dentro dos institutos, bem como a maneira que esses membros se relacionavam entre si e com a política. A partir desses dados, busco verificar a origem social desses indivíduos, assim como entender qual motivação os levou a se agruparem dentro de *TTs* de direita, defensores e propagadores do livre mercado.

Essa análise está condicionada ao limite das fontes encontradas, assim não se busca fazer uma prosopografia do grupo em questão, pois os materiais disponíveis sobre esses indivíduos não são suficientes para o escopo de um estudo prosopográfico, apesar de nos basearmos em parte dos seus métodos para construir esse capítulo⁶². Desse modo, buscamos analisar a atuação política de um coletivo de atores que dirigiram e formularam ideologicamente as ideias desses três *think tanks*, procurando identificar sua origem social, sua formação acadêmica, sua profissão, se eram executivos de grandes empresas ou donos das mesmas, se participavam de outras associações, sua atuação política dentro dos *TTs* e fora deles, as relações que estabeleciam uns com os outros e como os mandatários políticos do país.

Não foi possível apresentar a mesma quantidade de dados para todos os indivíduos, devido as informações disponíveis nas fontes consultadas. Assim haverá uma disparidade entre as informações de alguns indivíduos se comparados a outros. A quantidade de dados encontrados para cada membro dos institutos nos parece estar associado ao grau de exposição que alguns tinham na mídia e na política, seja como representantes das organizações empresariais ou como agentes divulgadores dos *TTs*.

As fontes utilizadas para a elaboração desse capítulo são de origem diversa, foram utilizadas massivamente as informações contidas nas páginas da internet sobre os

⁶² A prosopografia é caracterizada como um método utilizados nas ciências humanas para produzir biografias coletivas, de um corpus de indivíduos que integram um ator coletivo, seja ele político, social ou econômico, a quem se investiga questões em comum, como a origem social, a ocupação, o patrimônio, o nível educacional, entre outros dados. Processadas essas informações é possível descobrir o perfil desse conjunto de pessoas e analisar as relações entre eles, ou entre eles e outros atores sociais (FERRARI, 2010, p.530). Stone (1971) identifica dois problemas que esse tipo de análise pode responder 1) descobrir a origem social dos indivíduos e os interesses que constroem sua retórica política, 2) analisar o rol dos indivíduos na sociedade, seu status de grupo e suas mudanças ao longo do tempo (FERRARI, 2010, p.531).

indivíduos consultados. Dentre as plataformas pesquisadas destaca-se os sites dos institutos em sua versão atual e antiga (utilizamos da plataforma Internet Archive, Wayback Machine, para acessar suas versões anteriores), alguns dicionários eletrônicos, como os verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC – FGV, o banco de dados de jornais e revistas da Biblioteca Nacional – Biblioteca Nacional Digital, além de livros e periódicos científicos. Para os integrantes do IDEA foram consultadas também algumas revistas de economia e negócios tradicionais na Argentina, como a *Revista Mercado*, a *Revista Competencia* e *Revista Prensa Economica*, e a *Revista IDEA*, consultadas na Biblioteca Nacional Mariano Moreno e na Biblioteca del Congreso de la Nación (Buenos Aires), além da pesquisa realizada no acervo do CESPA (Centro de Estudios de la Situación y Perspectivas de la Argentina) que continham uma série de recortes de jornais e revistas do país sobre as empresas e empresários da Argentina, bem como, foram consultados os livros comemorativos das entidades.

O grupo selecionado para a análise está concentrado nos indivíduos que ocupavam posição na diretoria dos institutos e seus principais intelectuais. Para o caso do IEE foram abordados apenas os presidentes do instituto, pois como as comissões eram trocadas todos os anos acreditamos que a amostragem baseada nesses indivíduos pode demonstrar significativamente o perfil daqueles que o integravam. Para o IDEA foram abordados, além dos diretores, aqueles que ocuparam outros cargos de coordenação do centro por três ou mais diretorias. Para o IL, além dos fundadores e presidentes foram destacados seus principais pensadores.

4.1 Perfil dos fundadores do ILRJ, seu presidentes e intelectuais

Delinear a história do neoliberalismo no Brasil passa, obrigatoriamente, por muitos dos indivíduos que iremos abordar nesse capítulo. Seu engajamento na defesa e propagação do livre mercado são notáveis e estão diretamente associados à sua posição social, posto que são indivíduos das classes dominantes e média-alta. A sustentação dos seus interesses econômicos está intrinsecamente ligada a ideologia que defendem.

Diferentemente dos *TTs* norte-americanos e europeus que foram formados por iniciativa de intelectuais, no Brasil e em países da América Latina, muitos deles foram idealizados por empresários e altos executivos de grandes empresas nacionais e internacionais. Esses acreditavam que ainda não havia no Brasil um corpus intelectual que pudesse liderar essa empreitada, assim, seria papel dos institutos liberais ajudar a

subsidiar a formação de novos liberais, bem como, construir um aporte de ideias que lhes dessem sustentação.

Os empresários no contexto da redemocratização, tiveram que reestruturar seus órgãos de representação, “foram também desafiados pela dinâmica da ação de outros setores sociais organizados e tiveram que revitalizar seus espaços próprios de ação coletiva, além de criar novas organizações de amplo espectro” (MINELLA, 1994, P.505). Suas antigas formas de interagir com o Estado, especialmente nos governos autoritários, tiveram que ser repensadas, pois “o empresariado viu-se na contingência de conviver com novas realidades políticas, que, dentre outros aspectos, abriram o espaço do debate público e onde a existência de outros sujeitos sociais — e seus interesses — não poderia ser ignorada” (MINELLA, 1994, P.505).

Nesse ambiente, onde novos atores sociais entram em cena e brigam por representação, os grandes empresários passaram a “atuar e a veicular de forma direta e aberta um conjunto de posicionamentos e demandas através da grande imprensa e nos meios de comunicação em geral” (MINELLA, 1994, P.505). Reiterando o que já abordamos inicialmente os empresários vão redefinir suas ações no campo corporativo e político, buscando determinar uma postura (mesmo que sempre haja divergências) comum que os identifique enquanto grupo.

É surpreendente o número de artigos publicados diretamente por empresários na imprensa, no país. Manifestando-se diretamente — ou através de seus intelectuais orgânicos —, o empresariado revela-se de alguma forma (ora com sutilezas e entreditos, ora de forma nua e crua). [...] Em muitas ocasiões, é esse discurso que influencia (ou determina) a agenda política, aquilo que pode e deve ser discutido prioritariamente. Isso influi ou até condiciona os "discursos" e as energias mobilizadoras de outros sujeitos sociais. Em suma, gera ou condiciona novos comportamentos (MINELLA, 1994, p.505/6).

Levando em consideração que seus discursos poderiam ter um grau de impacto nos meios políticos muito maior do que a análise de um jornalista ou de um especialista em economia por exemplo, os empresários passaram a usar a mídia, os canais de comunicação dos sindicatos patronais e os institutos que dirigiam para expressar suas posições sobre os problemas sociais e a forma como o Estado deveria dirigir a economia. Visualiza-se, portanto, a necessidade desses se colocarem como atores ativos na batalha por corações e mentes, na recém instalada democracia brasileira.

Assim, para entender quem são os sujeitos que idealizaram o instituto liberal, e passaram a difundir o neoliberalismo como o modelo mais propício para guiar o Brasil

no pós ditadura civil-militar, inicia-se essa análise, pela peça central desse processo, Donald Stewart Jr.

Donald Stewart Jr nasceu em 1931 no Rio de Janeiro e morreu no ano de 1999 no mesmo Estado. Filho de canadenses, foi engenheiro civil, empresário e ativista liberal. Era dono da construtora Ecisa (Companhia de Engenharia, Comércio e Indústria S.A.) pioneira na construção de *shoppings centers* no país. Figurando como o principal articulador da criação do Instituto Liberal, Stewart criticava as ideias estatizantes da sociedade brasileira e as ações do Estado que denunciava como corruptas, burocráticas e com taxações pesadas para os empresários. A partir da leitura de “O caminho da Servidão” de Hayek e posteriormente de escritos de Mises iniciou sua militância em prol da disseminação das ideias liberais, as quais, segundo ele, não eram conhecidas nem divulgadas no Brasil.

Inspirado nas ideias do inglês Antony Fisher, e dos institutos fundados por ele (*IEA* e *Atlas*), cuja atuação já foi abordada no primeiro capítulo, Stewart vai idealizar uma fundação que pudesse publicar obras de autores liberais e neoliberais e divulgar esse modelo de sociedade para diferentes canais da sociedade brasileira. Essa empreitada lhe rendeu reconhecimento internacional dentro de *TTs* e de círculos liberais, o que resultou na sua aprovação como membro do mais importante instituto neoliberal do mundo, a *Sociedade Mont Pèlerin*. “Em 1996, Donald Stewart Jr., [...], foi eleito para um mandato de seis anos na Diretoria da Sociedade Mont Pelerin” (GROS, 2003, p.150). Além dessa, era membro de destacados *TTs* internacionais, com o mesmo propósito, como o Cato Institute, a Heritage Foundation, a Atlas Foundation, o Fraser Institute, o Liberty Fund e o Institute of Economic Affairs, além de manter relações com instituições liberais latino-americanas na Argentina, Chile, Peru, Venezuela, México e Guatemala⁶³.

Além de presidir o ILRJ até sua morte e o Conselho de Mantenedores em diversos períodos Stewart Jr manteve uma expressiva produção intelectual dentro do instituto. Ele traduziu para o português o livro “Ação humana” e “Intervencionismo – uma análise econômica”, de Ludwig von Mises, (nesse último fez uma tradução comentada) e escreveu os livros “O que é o liberalismo?”, “A organização da sociedade segundo uma visão liberal” e “A lógica da vida”, além de ensaios e artigos publicados pelo IL⁶⁴.

⁶³ Informação retirada de <https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/donald-stewart-jr/>. Acesso em: 20/07/2018.

⁶⁴ Informação retirada de <https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/donald-stewart-jr/>. Acesso em: 20/07/2018.

Segundo uma entrevista realizada no canal do Instituto Ludwig Von Mises Brasil, a primeira ideia de fundar um *TT* neoliberal no país partiu de José Stelle⁶⁵, um dos pioneiros tradutores da obra de Hayek para o Brasil, no início de 1980. Stelle teria primeiramente procurado ajuda do empresário Paulo Ayres Filho que havia participado da fundação do IPÊS e era um conhecido neoliberal. Ayers Filho, por sua vez, por estar desiludido com os rumos do país não apoiou Stelle na sua empreitada, no entanto, o indicou a entrar em contato com o empresário, também neoliberal Henry Maksoud⁶⁶. Sua tentativa mais uma vez foi frustrada, Maksoud “ofereceu-lhe apenas uma posição como tradutor e redator da revista *Visão*, que, a seu ver, poderia exercer mais influência no Brasil do que o pretendido instituto. Desapontado, Stelle aceitou a oferta, e logo iniciou seus trabalhos como redator de *Visão*” (ROCHA, 2017, p.103). Stelle ainda procurou outros empresários na tentativa de criar um *TT* pró-mercado, mas foi apenas em 1982 que viu sua ideia tomar corpo quando recebeu de Stewart o convite de traduzir a obra de “Direito, legislação e liberdade” de Hayek.

Foi Stelle quem sugeriu a Stewart o nome Instituto Liberal⁶⁷ e apresentou a ele o professor Og Leme (o qual abordaremos mais adiante), conhecido como um dos Chicago Boys brasileiros, o qual havia trabalhado com Roberto Campos e tinha sido aluno de Hayek e Friedman. Stelle por não conseguir de Stewart um papel de destaque dentro do IL e tendo que atuar como subordinado as ordens do Conselho de Mantenedores, rompe com esse e abandona o instituto apenas um ano após a sua criação, mudando-se em seguida para o EUA⁶⁸. De acordo com Stelle, Stewart queria controlar todas as ações do instituto e tinha resistência as metodologias propostas por ele, querendo conquistar o apoio dos “de cima” primeiro e da população depois. Já Stelle, que conhecia os métodos dos *TTs* dos EUA, achava que deveria ser feito um plano mais abrangente, com diversos seminários voltados a públicos formadores de opinião e não apenas aos empresários. Assim, por uma falta de sintonia e talvez porque Stelle tinha muitas ambições dentro do IL, não aceitando um lugar secundário, acabou se desligando do mesmo.

⁶⁵ Stelle, radicado nos Estados Unidos desde 1985, foi tradutor e editor de opinião da revista *Visão*; cofundador do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e coordenador da publicação de algumas das principais obras de F. Hayek no Brasil. Stelle se graduou em Economia nos EUA na década de 1970, onde teve contato com as obras dos neoliberais Ayn Rand, Hayek, Mises entre outros.

⁶⁶ Informação retirada do Podcast 127 realizado pelo Instituto Ludwig Von Mises Brasil, nesse é entrevistado José Stelle <https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=327> Acesso em: 20/07/2018.

⁶⁷ O que mais tarde percebeu ser um erro, porque, segundo ele, o nome do instituto deveria ser neutro para não entregar ou mostrar de princípio a ideia que queria passar.

⁶⁸ Informação retirada do Podcast 127 realizado pelo Instituto Ludwig Von Mises Brasil, nesse é entrevistado José Stelle <https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=327> Acesso em: 20/07/2018.

Outra iniciativa de tentar fundar um *TT* neoliberal no Brasil veio do empresário Nanhum Manela, a qual surgiu numa das viagens de Hayek ao país, quando “empresários e intelectuais brasileiros aproximaram-se do Prêmio Nobel com o objetivo de conseguir orientação e ajuda para desenvolver iniciativas a favor da disseminação das ideias liberais no país” (ONOFRE, 2018, p.283). Hayek vai então indicar Anthony Fisher para ser o interlocutor dos brasileiros na Mont Pèlerin e para ajudá-los a construir um *TT*. Os primeiros nomes a contatar Fisher foram, o dono da empresa de roupas íntimas DeMillus, Nahum Manela e José Stelle, os quais, “escreveram para Fisher em busca de conselhos, contatos, expertise e apoio financeiro para sua tentativa de fundar um instituto em São Paulo (ONOFRE, 2018, p.283)”.

Fisher faz um passo a passo das iniciativas necessárias para criar um *think tank*. Segundo ele, para a organização de um instituto desse tipo, seria necessário, a priori, buscar o apoio de empresários e intelectuais. Os primeiros constituiriam um grupo de mantenedores, capazes de dar apoio financeiro e prover a estrutura legal e administrativa da organização. Já os intelectuais, integrariam o que ele chamou de *Academic Advisory Board*. Conseguir o apoio desse grupo seria, para o britânico, a principal dificuldade para a formação do instituto (ONOFRE, 2018, p.283).

Manela tentou fundar o Instituto Brasileiro de Estudos Econômicos e Sociais (IBEPES), procurando Paulo Ayres para dirigir o instituto, o qual acabou desistindo do projeto, por não conseguir recursos suficientes para abri-lo⁶⁹. De acordo com Onofre (2018, p.284-5) Fisher trocou várias correspondências com Stelle incentivando-o a não desistir do projeto, afirmando que São Paulo e Rio de Janeiro precisavam de instituições no formato do IEA que fomentassem publicações sobre a estrutura econômica e social do país, as quais deveriam ser escritas por intelectuais especializados no assunto. Essa seria, para Fisher, “a melhor e mais econômica estratégia de promoção dos valores do liberalismo” (ONOFRE, 2018, p.285). O mesmo afirmou não poder, naquele momento, investir dinheiro na criação de um instituto no Brasil, mas se prontificou a procurar pessoas que pudessem auxiliar na construção de um *TT* em São Paulo.

Logo após a elaboração do relatório, no início de 1983, Fisher viajou ao Brasil para se encontrar com Nanhum Manella e Og Leme, economista formado pela Escola de Chicago que auxiliava o empresário na formação do think tank. Durante os dias em que ficou no país, Fisher reuniu-se com grupos de empresários e estudantes interessados em divulgar as ideias do liberalismo econômico no país. Nos encontros buscava atrair apoio para a investida do

⁶⁹ “Em correspondência para José Stelle, em 1982, Fisher aconselhou o brasileiro, que contribuía com o projeto de Manela, a não desistir da empreitada depois da saída de Ayres. De forma ácida, o britânico escreveu que iniciativas como aquela estavam dando certo em vários países e que o problema estava no antigo diretor do instituto. Para ele, Ayres nunca tinha se envolvido em um projeto semelhante e, por isso, duvidava da sua capacidade para levar adiante tal iniciativa (ONOFRE, 2018, p.284)”.

dono da rede DeMillus. Mas, no final do ano, no relatório do Atlas, a organização de Nanhum Manela já constava como inativa (ONOFRE, 2018, p.285).

Nesse mesmo ano a iniciativa de Stewart teria sucesso, o que foi comemorado por Fisher, que se aproximou dele e de Stelle para auxiliar na fundação do Instituto Liberal, proporcionando contatos com *TTs* dos EUA e da Inglaterra que ofereceriam suporte para a estruturação do mesmo. “Fisher apontou novamente para o que entendia ser a grande dificuldade do projeto: conseguir apoio dos intelectuais brasileiros. A experiência de Manela, na sua avaliação, havia fracassado por isso” (ONOFRE, 2018, p.286). Sem o suporte dos meios acadêmicos o instituto não conseguiria elaborar estudos consistentes intelectualmente.

O contato com Fisher fez com que o IL integrasse a rede Atlas desde a sua fundação, essa deu suporte as suas atividades e colaborou com o *know how* necessário para a sua consolidação. “A ajuda do presidente do IEA dava-se em três frentes: fornecendo expertise e logística, aproximando o IL dos outros *think tanks*⁷⁰ e apoiando com recursos e publicações” (ONOFRE, 2018, p.287). A rede Atlas financiou uma série de iniciativas do IL, principalmente a publicação de livros e artigos em português, editadas por institutos da rede, essa também se ofereceu para financiar cursos superiores a estudantes brasileiros nos EUA.

Voltando a pensar a ligação entre os empresários liberais brasileiros, uma relação importante de se estabelecer é a existente entre Henry Maksoud e Donald Stewart Jr. Maksoud⁷¹ era proprietário da empreiteira Hidroservice - que figura como a maior empresa de projetos de engenharia durante a ditadura civil-militar -, do hotel de luxo Maksoud Plaza, e do grupo editorial Visão⁷², além de ser ativo divulgador das ideias de livre mercado no Brasil. Os dois eram parceiros de negócios, a Ecisa de Stewart construía obras projetadas pela Hidroservice, e muitas das atividades do IL eram realizadas no hotel Maksoud em São Paulo.

⁷⁰ Fisher aproximou “os brasileiros do Instituto Liberal e os presidentes e diretores de *think tanks* da rede Atlas. Apenas nos primeiros meses, Fisher entrou em contato com nomes como L.N. Jensen (diretor do IBM), Mari Ann Blatch (vice-presidente de relações públicas da Reader’s Digest), Bill Hammett (diretor do Manhattan Institute), David Theroux (presidente do Pacific Institute) e John Goodman (presidente do National Center for Policy Analysis) (ONOFRE, 2018, p.288)”.

⁷¹ Henry Maksu nasceu em 1929 no Mato Grosso do Sul e é formado em engenharia civil e elétrica pela Universidade Makensie.

⁷² Henry Maksoud, adquiriu o grupo editorial Visão em 1974, o qual era responsável pela publicação da revista Visão (carro-chefe do grupo) e dos periódicos ‘*Dirigente Construtor*’, ‘*Dirigente Rural*’, ‘*Dirigente Industrial*’, ‘*Quem é quem*’, ‘*Dirigente Municipal*’ e ‘*Perfil*’ (CAMPOS, 2012, p.291).

Dono da Editora *Visão*, Maksoud publicava textos de Hayek, Friedman e Rothbard, sendo um dos precursores na divulgação desses autores no Brasil. A revista *Visão* e em especial os editoriais escritos por Maksoud ficaram conhecidos pela sua defesa apaixonada ao livre mercado. Ele também financiou a primeira tradução de Hayek para o Brasil, do livro “Fundamentos da Liberdade”, feita por Stelle, e escreveu livros de sua autoria sobre neoliberalismo, publicados pela sua editora.

Maksoud foi responsável e financiou as três vindas de Hayek para o Brasil, de 1976 a 1981, com o propósito de divulgar as ideias desse intelectual para o país e em especial para os círculos acadêmicos. O empresário brasileiro era um grande admirador de Hayek e acabou amigo do famoso economista, quando ingressou na Sociedade Mont Pèlerin. As conferências de Hayek passaram por São Paulo (no Maksoud Plaza), Rio de Janeiro (na Fundação Getúlio Vargas), Brasília (na Universidades de Brasília) e em Santa Maria (na Universidade Federal de Santa Maria). “Durante suas palestras e entrevistas, Hayek abordou inúmeros assuntos, da questão democrática a crise econômica, da necessidade de controlar a inflação ao conceito de justiça social” (ONOFRE, 2018, p.269). Stewart participou de duas dessas conferências realizadas pelo austríaco em São Paulo e foi a partir desse momento que, segundo Onofre (2018, p.294) ele se convenceu da importância de divulgar essas ideias para o Brasil.

Maksoud apresentou, no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, uma proposta para a Constituição Brasileira, baseada nas teorias de Hayek, essa no entanto, não foi aceita pelos constituintes. O mesmo, segundo Rocha (2017), comprou um horário na *teve Bandeirantes* em 1988, e passou a apresentar o programa *Henry Maksoud e você* no intuito de divulgar o neoliberalismo para o público brasileiro. Esse teve aproximadamente 170 edições no qual “o apresentador não apenas divulgada as ideias falando diretamente para os telespectadores, mas também entrevistava personalidades se valendo de um corpo-a-corpo por trás das câmeras procurando influenciar as pessoas de modo mais direto a aderirem ao ideário pró-mercado” (ROCHA, 2017, p.105).

Também é importante nesse histórico dos atores que trabalharam em prol do neoliberalismo no Brasil citar o economista Eugênio Gudin (1886-1986). Formado em Engenharia Civil, foi gerente de empresas de capital inglês no país. “Seduzido já à meia-idade pelo encanto sóbrio da economia política, desde o início ele fez da defesa da ‘economia livre de mercado’ o alvo principal de sua importante atividade de publicista” (CRUZ, 1995, p.33). Desde sua obra “Ensaio sobre os problemas econômicos da atualidade” de 1944, denunciava o intervencionismo do Estado na economia e o protecionismo no setor de exportação e importação.

Colunista de O Globo, desde 1957, Gudín escrevia artigos semanais para defender um conjunto de ideias e perspectivas que estabeleciam a ordem liberal como o horizonte do politicamente desejável para o país. Apoiou e trabalhou como defensor do golpe e da ditadura civil-militar de 1964. Em 1974 foi precursor do movimento iniciado contra a estatização da economia, campanha que vai ser amplamente divulgada e discutida nos principais jornais do país (o *Estadão*, o *Jornal do Brasil* e a revista *Visão*) e que vai envolver os maiores empresários do Brasil criticando a política do governo Geisel, proposta no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O discurso de Gudín no Hotel Glória é tomado como um marco desse movimento.

De acordo com Rocha (2018), as ideias de Hayek, Mises e Friedman, passaram a circular no Brasil, entre alguns empresários e intelectuais, desde as décadas de 1950 e 1960. Dentre eles, destaca-se Eugênio Gudín, que participou da 9ª reunião da *Sociedade de Mont Pèlerin* em 1958 e “o empresário Paulo Ayres Filho, que possuía um contato importante com a Foundation For Economic Education desde 1959 (Spohr, 2012) e que se tornou posteriormente membro da *Sociedade de Mont Pèlerin*” (ROCHA, 2018, p.62). Para a autora, o ideário pró-mercado passou a ser divulgado no país, “inicialmente de forma pragmática em meio ao combate contra o comunismo, especialmente durante a década de 1960” (ROCHA, 2018, p.59), pela direita conservadora, essencialmente católica. Entretanto, essa direita só vai adotar suas propostas de forma orgânica, após a redemocratização do país, “quando se formou de fato um amálgama liberal-conservador” no Brasil (ROCHA, 2018, p.59).

Voltando a Stewart, é interessante entender a relação desse empresário com o Estado. De acordo com Campos (2012), a Ecisa e a Empresa de Serviços Urbanos SA (Esusa) foram as duas empreiteiras cariocas de construção civil que tiveram maior força durante a ditadura civil-militar (1964-1985). A Ecisa foi fundada em 1949 no Rio de Janeiro por Julio de B. Barreto, seis meses depois de sua criação, Donald, ainda estudante, na Escola Nacional de Engenharia, ingressou na empresa e tornou-se seu presidente. A empresa era responsável pela construção de obras portuárias e metroviárias, e posteriormente da edificação de *shoppings centers*⁷³. Na década de 1970, a Ecisa chegou

⁷³ De acordo com Campos, 2012, p.85 “A firma foi responsável por obras como a Rio-Bahia, estação de tratamento do Guandu, Brasília, o paulista hospital das Clínicas, o edifício-sede do Banco do Brasil em Brasília, trecho da ferrovia do Aço, além de rodovia na Tanzânia. Suas especialidades, no entanto, eram as obras portuárias e metroviárias, tendo a Ecisa participado de terminais para a Petrobrás, porto de Maceió, obras em estaleiros, terminal de contêineres em São Paulo, ampliação de porto no Paraguai, além de trechos dos metrô do Rio e de São Paulo. Apesar da forte atuação no setor de obras públicas, outro ponto forte da

a figurar entre as 10 maiores e mais importantes empreiteiras do país e participou ativamente de obras públicas, com o financiamento do Estado durante toda a ditadura civil-militar. A Ecisa foi uma das principais empresas brasileiras a se associar com empreiteiras norte-americanas para construção de obras na região nordeste do Brasil, nos projetos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A participação de empresas dos EUA nas obras capitaneadas pelos militares era exigência da United States Agency for International Development (Usaid)⁷⁴, agência que financiava vários desses projetos. Durante esse período, o setor de construção pesada teve, por parte das políticas estatais, “forte beneficiamento e proteção a esse ramo industrial, sob a justificativa de se tratar de um setor de segurança nacional e também com a seletiva tese da defesa da empresa nacional” (CAMPOS, 2012, p.512).

Dessa forma, percebemos como Stewart se favoreceu com as políticas de desenvolvimento do Estado, antes de criticá-lo como fonte de incompetência e corrupção. Problemas com atrasos de pagamento das agências estatais e contratos que não foram cumpridos até o final, vão fazer com que esse empresário se afaste dos negócios com o Estado, acirrando seu discurso crítico a ele na transição política, quando a crise econômica se acentuou. “(...) Aquele era um momento em que alguns empreiteiros se viram marginalizados do grupo dirigente no bloco de poder, sobrepujado pelo empresariado bancário e financeiro” (CAMPOS, 2012, p.158). Stewart chegou a processar a Açominas e o Metrô-Rio por não cumprirem os prazos de pagamentos com a Ecisa. Decretou concordata em 1979 e falência em 1983, devido a falta de cumprimento com os contratos por parte do Estado. Mesmo após essa suposta falência continuou figurando como um dos empresários mais ricos do Brasil e desistiu de todos os negócios que envolviam a iniciativa pública, a Ecisa continuou crescendo nos anos 1990.

Donald Stewart Jr., manteve sólidas relações de amizade com intelectuais como o argentino, radicado nos EUA, Alexandro Chaufen (primeiro latino-americano a presidir a *Mont Pelèrin*, atualmente presidente da Atlas), o qual se destacou pela fundação de instituições de ensino superior na América Latina, que têm uma educação voltada e focada nos preceitos liberais, como é o caso da Universidade Marroquín na Guatemala. Nessa estudou Gloria Álvarez, ativista liberal e líder do movimento Cívico Nacional da Guatemala (BARBOSA, 2017).

companhia eram as edificações comerciais urbanas e sua exploração, como o *shopping center* Conjunto Nacional de Brasília e supermercados no Rio, pertencentes à empresa”.

⁷⁴ Para saber mais ler Campos (2012)

Os institutos liberais se expandiram e criaram ramificações em outros Estados como uma estratégia de aproximar as ideias liberais dos principais empresários e pensadores de cada região do país. Nesse sentido, Donald Stewart Jr propôs a muitos dos associados do ILRJ e a seus conhecidos, que fundassem instituições parecidas nos seus Estados, esses deveriam fazer uma lista dos possíveis apoiadores e financiadores dos centros liberais. Stewart acreditava que a aproximação direta e o corpo a corpo seriam mais efetivos que apenas um instituto concentrado no Rio de Janeiro. Como os fundadores eram reconhecidos no mundo dos negócios ou herdeiros deles seria mais fácil aproximar alguns indivíduos dos institutos, mesmo que esses não tivessem afinidade ideológica num primeiro momento com o livre mercado, a qual esperava-se ser construída com o trabalho dos IL's.

Em sua homenagem o IL, com o apoio da Foundation for Economic Education (FEE), criou em 2004 o *Prêmio Donald Stewart Jr*, destinado a estudantes universitários de 16 a 26 anos que escrevessem um significativo artigo sobre temas liberais. Os vencedores ganhavam um curso de uma semana em um *think tank* norte americano, nos primeiros anos realizado na FEE. O prêmio, com seu nome, marca sua importância na trajetória do instituto.

Outro nome importante na história do ILRJ é o de Og Francisco Leme, intelectual engajado com a transmissão das ideias liberais e neoliberais para o Brasil e um dos principais pensadores do instituto⁷⁵. Og Leme nasceu em São Paulo em 1923 (e faleceu em 2004), é formado em Direito pela Universidade de São Paulo (1951) e em Ciências Sociais e Políticas pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1945). Pós-graduado em Sociologia e Antropologia Social pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1947), Mestre (1956) e Doutor (1960) em Economia pela Universidade de Chicago, onde foi aluno de Milton Friedman, Frank Knight, Gregg Lewis, George Stigler, entre outros. De acordo com J.O. de Meira Penna “Og obteve nos Estados Unidos o benefício de se descontaminar do vírus da AIDS ideológica que infesta os corredores daquela famosa instituição”⁷⁶ – referindo-se à faculdade de direito da Universidade de São Paulo.

⁷⁵ Por intelectual adotamos a definição elaborada por Antonio Gramsci (2006). Gramsci defende que todo grupo social/classe, possui um estrato intelectual para formular seus projetos de mundo e legitimar sua posição de classe, sendo assim os porta-vozes dos seus interesses econômicos, políticos e sociais. Para o autor “Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2006, p.15).

⁷⁶ Fonte: <http://www.jornalmostarda.jex.com.br/cultura/og+leme+e+o+liberalismo+moderno>. Acesso em 04/08/2018.

Leme trabalhou como professor universitário de Economia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na FGV e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Também foi professor de Pensamento Social na Universidade Santa Úrsula do Rio de Janeiro e do Instituto Rio Branco. Além de ter trabalhado como economista da ONU, durante seis anos⁷⁷. No resumo de sua biografia no site do ILRJ, consta que Leme exerceu durante dezoito anos as funções de diretor em três importantes grupos empresariais brasileiros: foi economista da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e diretor do Departamento de Economia da Federação do Comércio de São Paulo (Fecomercio). Og Leme também foi membro da Sociedade Mont Pèlerin, o que nos mostra a importante vinculação dos componentes do instituto com aquela entidade.

Depois de finalizar sua formação nos EUA, trabalhou alguns anos (no início da década de 1960) na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em Santiago, no Chile. Nesse período teve embates teóricos com o economista argentino Raúl Prebisch⁷⁸, conhecido como defensor das ideias keynesianas para a economia da América Latina. Nesse período a CEPAL também se caracterizava por defender projetos desenvolvimentistas e não liberais para a região, o que nos faz entender a curta permanência de Leme nessa instituição. De acordo com J.O. de Meira Penna, “Og costumava imputar a Raúl Prebisch a culpa pelos desastres que interromperam o ‘milagre brasileiro’ a partir do governo de Geisel”⁷⁹.

Og Leme voltou para o Brasil em 1964 e passou a integrar, desde esse ano, os quadros do IPES/RJ. “No IPÊS, atuou no GED [Grupo de Estudos e Doutrina] e foi professor do Curso Superior de Estudos Financeiros (CURSEF)” (MORAES, 2016, p.88). O economista passou a ocupar a Assessoria Econômica do Ministro do Planejamento Roberto Campos durante a gestão do General Castello Branco. Posteriormente, de 1966 a 1971, criou e dirigiu o Centro de Treinamento e Pesquisa para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC), órgão ligado ao Ministério do Planejamento. Sua passagem pelo

⁷⁷Fonte: <https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/og-f-leme/>. Acesso em 04/08/2018.

⁷⁸ Raúl Prebisch (1901-1986), formado em Economia pela Universidad de Buenos Aires (UBA), trabalhou na CEPAL de 1949 até 1986, com alguns períodos de afastamento onde ocupou outros cargos, como a direção *Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento* (UNCTAD) de 1963 até 1969. Após sua passagem pela UNCTAD, Prebisch retornou à CEPAL para encarregar-se da direção do Instituto Latino-Americano e do Caribe de *Planejamento Econômico e Social* (ILPES), organismo de pesquisa e capacitação que faz parte da CEPAL. Em 1976, criou a Revista da CEPAL, da qual foi editor até sua morte. Essa publicação serve até os dias de hoje como fórum acadêmico para o debate de ideias geradas na CEPAL e a disseminação dos trabalhos de pesquisadores sobre enfoques, estratégias e políticas que contribuam para o desenvolvimento com igualdade na região. Prebisch foi um dos intelectuais mais destacados da CEPAL.

⁷⁹ Fonte: <http://www.jornalmostarda.jex.com.br/cultura/og+leme+e+o+liberalismo+moderno>. Acesso em 04/08/2018.

IPES e por cargos administrativos dentro dos governos militares mostram sua filiação e apoio ao golpe e a ditadura civil-militar de 1964.

Og Leme ingressou no IL em 1983, a convite de Donald Stewart Jr., tornando-se membro do corpo técnico do ILRJ logo de sua fundação até sua morte. Podemos considerá-lo como o principal intelectual do IL, dada sua sólida formação, as instituições e cargos que ocupou anteriormente, além de ser responsável pela captação de outros intelectuais liberais para dentro do IL, “nele [Leme], Donald Stewart encontrou o lastro intelectual em que apoiaria o Instituto”⁸⁰. De acordo com o historiador Flávio Casimiro,

Diante da articulação intelectual realizada por Og Francisco Leme, outras peças importantes passaram a compor o grupo fundador do Instituto Liberal, como foi o caso de José Luiz Carvalho e Antônio Carlos Porto Gonçalves. Convidados a fazer parte do projeto de fundação do Instituto Liberal por Og Francisco Leme, os professores José Luiz Carvalho e Antônio Carlos Porto Gonçalves representaram, assim como o próprio Og Leme, o núcleo intelectual do IL, formado pela Escola de Economia da Universidade de Chicago. Nesse sentido, podemos perceber a forte influência da instituição acadêmica estadunidense como direção intelectual e referencial teórico fundamental para a organização da ação ideológica promovida pelos intelectuais orgânicos vinculados ao Instituto (CASIMIRO, 2011 p. 35).

Leme foi responsável pela editoração do *newsletter*, *IL Notícias* (e-mails informativos enviados aos membros do instituto) e participou da elaboração da série *Políticas Alternativas, Ensaios & Artigos, Países, Notas*, entre outras produções do IL. Durante a década de 1990 foi diretor dos Colóquios do *Liberty Fund* no Brasil e representante desse *TT* neoliberal, com sede em Indianápolis, EUA, no país. Autor dos livros “A ordem econômica” e “Entre os cupins e os homens” (1988) editados pelo IL e de dezenas artigos, sobre a temática do liberalismo, do governo, das reformas constitucionais, do desenvolvimento econômico, entre outros.

De acordo com o site do IL, Leme foi responsável pela divulgação do livre mercado para “os principais centros acadêmicos, entre empresários, juristas, economistas, militares e, inclusive, no Clero brasileiro⁸¹”. Essa mesma fonte salienta o excelente orador que Leme era “Nos debates de que participava – com destaque para o *Fórum da Liberdade*, organizado pelo IEE – sua confiante argumentação desarmava seus opositores, ainda que “com extremo cavalheirismo”⁸². De acordo com Arthur Chagas Diniz, “o professor Og Leme era um liberal absolutamente bem fundamentado” e junto

⁸⁰ Fonte: <https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/og-f-leme/> Acesso em 04/08/2018.

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

com Donald Stewart se constituía na “pedra de toque do Instituto Liberal” (CASIMIRO, 2011, P.33).

Elemento essencial na formulação das ideias e propostas do instituto, destacou-se como autor, revisor de textos e como diretor de várias propostas editoriais do IL. Crítico do processo da redemocratização, afirmava que o país não aprendeu as lições necessárias e estava à margem da história. De acordo com suas palavras, “por insistirmos em um processo de redemocratização política simultaneamente com um ostensivo, xenófobo e provinciano fechamento econômico, estamos nos condenando, [...] ao atraso econômico e à melancólica frustração da nossa abertura política” (LEME, 1988, p.10). Nesse sentido, Leme afirma, que a Constituição de 1988, se cumprisse seus objetivos “conspirará contra o futuro das atividades empresariais privadas, contra a economia de mercado cerceando expressivamente o potencial brasileiro de crescimento econômico” (LEME, 1988, p.14) e tolhendo a liberdade econômica e política do país.

Leme também defendeu a existência do neoliberalismo e a utilização do seu termo para classificar intelectuais e políticas de livre-mercado que passam a ser utilizadas a partir da década de 1970, no mundo ocidental, em contraposição a muitos de seus pares que negam a utilização dessa definição. “Independentemente do que esses irresponsáveis possam pensar, creio que faz sentido falar-se em um neo-liberalismo. Para tanto, há razões conceituais, empíricas e, entre essas últimas, uma importantíssima lição da história” (LEME, s/d, p.1). Para o autor,

[...] a meu ver faz sentido falar-se em neoliberalismo. Mas não é no sentido em que uso o vocábulo que ele se tornou popular. Sua popularização é fruto da campanha difamatória movida internacionalmente pelos inimigos da liberdade contra a evidência histórica cada vez mais clara de que é a economia de mercado, e não o arbítrio das autoridades públicas, que leva à prosperidade; de que é liberalização do intercâmbio internacional que gera a globalização e conduz à paz e à riqueza, e não o fechamento das fronteiras comerciais. Essa pessoas, viúvas e órfãos do socialismo/comunismo, inconformadas com as lições da história, empenham-se agora em negar os méritos da economia de mercado e denegrir o liberalismo. Na sua esmagadora maioria não têm idéia do que seja o liberalismo clássico; logo, como podem falar com um mínimo de sentido sobre a volta do liberalismo clássico nas vestes de um suposto neoliberalismo? (LEME, s/d, p.1).

Leme defende que as críticas ao neoliberalismo e à globalização advém das “viúvas do socialismo”, que encontraram nesses termos os “xingamentos que substituem a sua carência de argumentos racionais” (LEME, s/d, p.7). Assim, para o autor as críticas ao livre mercado não se comprovam empiricamente e são, na verdade, fruto de um rechaço de movimentos que haviam perdido seu espaço após o fim do socialismo. Para o mesmo “há um neoliberalismo, coerente com as idéias do liberalismo clássico do século

XIX, enriquecido e ampliado do ponto de vista conceitual e enormemente fortalecido com as lições da história” (LEME, s/d, p.7).

Outro intelectual de destaque no ILRJ foi José Luiz Carvalho, que ingressou no IL a convite de Og Francisco Leme e passou a fazer parte do instituto desde sua primeira reunião. Leme e Carvalho se conheciam da Universidade de Chicago. Carvalho é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (1965) e mestre em Economia pela FGV/RJ (1967), nessa instituição foi aluno do professor Mário Henrique Simonsen⁸³, quem muito influenciou seu pensamento e sua carreira. Também é mestre pela Universidade de Chicago (1970), doutor em Economia também pela Universidade de Chicago (1972), pós-doutor na mesma universidade (1975) e livre docente pela UFRJ (1978).

Em entrevista concedida o historiador Flávio Casimiro, Carvalho afirmou que “[no Brasil] não tinha ideia do que era a escola de Chicago [...]. Em Chicago tive a oportunidade de estudar com seis prêmios Nobel: Milton Friedman, George Stigler, Robert W. Fogel, Robert A. Mundell e Gary S. Becker” (CASIMIRO, 2011, p.36). Quando retornou ao Brasil, atuou como professor de Economia da FGV (1974-1981), passando pela UFF (1981-1984) e pela UERJ (1981-1989). Seu último emprego, onde atuou de 1991 até sua aposentadoria foi Universidade Santa Úrsula do Rio de Janeiro, nesse além de professor, foi Diretor do Instituto de Ciências Econômicas e Gestão (ICEG).

Carvalho fazia parte da diretoria do IL e do comitê editorial de algumas de suas publicações, como *Notas* e a revista *Think tank*. Era autor de textos de divulgação do pensamento do instituto, em sua maioria relacionados ao meio ambiente, ao mercado e à educação. A importância e o reconhecimento desse autor dentre da rede de *TTs* neoliberais pode ser dimensionada por também ser membro da seleta *Sociedade Mont Pèlerin*. De acordo do Casimiro,

em 1981, José Luiz Carvalho foi convidado por Og Francisco Leme, [...] para participar de um projeto de criação de um instituto que objetivava a difusão de ideias liberais no Brasil. O projeto acabou não funcionando como planejado, sendo abandonado pelos dois. Menos de dois anos depois, Og Francisco Leme faz um novo convite a José Luiz Carvalho para participar de um novo projeto, encabeçado por um empresário do ramo de engenharia chamado Donald Stewart Jr. Era o projeto de fundação do Instituto Liberal. “Og me chamou [José Luiz Carvalho] para ajudar na construção, fazer parte de um grupo que ia refletir sobre problemas ligados à realidade brasileira, com uma perspectiva

⁸³ Mário Henrique Simonsen (1935-1997) foi engenheiro e economista. Participou ativamente da Ditadura civil-militar de 1964, tendo sido presidente do Banco Central no governo Castello Branco, Ministro da Fazenda do governo Ernesto Geisel, e Ministro do Planejamento no governo Figueiredo. Também foi professor universitário da FGV, da UNB e membro do IPÊS e do Mobral.

liberal. Foi quando eu conheci o Dr. Donald Stewart Jr (CASIMIRO, 2011, p.36).

Assim como os demais membros do IL José Luiz Carvalho também é crítico à Constituinte de 1988 e a ampliação dos direitos sociais. De acordo com Carvalho, a “associação de direitos sociais com [os direitos do] cidadão não tem absolutamente nada a ver, foi a forma [que o governo encontrou] de ganhar a simpatia da população” e a “forma de explorar, no meu entender, o ranço contra o autoritarismo” (CARVALHO, apud, CASIMIRO, 2011, p.45-46).

De acordo com Casimiro (2011), tanto Carvalho, como Diniz eram críticos do termo “neo” do neoliberalismo. Para eles, essa seria uma “qualificação pejorativa atribuída ao ‘liberalismo’ que eles [opositores] defendem”. José Luiz Carvalho chegou a afirmar que o termo é uma moda que “não corresponde ao liberalismo que defendem e que não “existe essa coisa chamada neoliberalismo” (CASIMIRO, 2011, p.73). Por mais que a maioria das publicações do IL traga o termo liberalismo e não neoliberalismo e que boa parte dos seus intelectuais se definam como tal, a negação do termo e de sua associação com o conceito causa certo estranheza, visto que ambos realizaram seu doutorado na Universidade de Chicago, com autores que fizeram parte da reformulação do liberalismo e da construção do neoliberalismo. Ao mesmo tempo, a desconsideração do termo, está relacionado com aos ataques que seus opositores lhes deferiram, como Leme citou anteriormente.

As relações que vão se estabelecendo entre membros antigos e novos do IL são importantes para entendermos a rede de conexões que fortalece e sustenta suas propostas de livre mercado. Carvalho, por exemplo, participou, como membro avaliador, da banca de doutorado de Ubiratan Iório de Souza (1984), o qual vai fazer parte do IL a partir da década de 1990 e integra uma geração de pensadores liberais que vão guiar o instituto nessa década.

Arthur Chagas Diniz ingressou no ILRJ em 1988, ocupando a vice-presidência desse, desde seu ingresso no instituto. Após a morte de Stewart Jr assumiu a presidência do mesmo, na qual permaneceu até 2013, quando passou a atuar como colunista do site do IL. Diniz é formado em Engenharia Civil e Eletrônica pela Escola Nacional de Engenharia da UFRJ, atuou como diretor comercial da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de 1960 até 1964 e como vice-presidente de marketing do “Jornal do Brasil” de 1967 a 1988, nesse criou a *Revista Domingo*, voltada a formar um público feminino para o *Jornal do Brasil*. Também trabalhou no Ministério do Planejamento de 1965 a 1967.

Diniz foi convidado por Og Leme para fazer parte do IL, o qual conhecia desde os anos 1970, quando trabalharam juntos no Ministério do Planejamento. Ele ficou responsável por elaborar a série *Notas*, que tinha no conselho editorial além de Leme, Antônio Carlos Porto Gonçalves, Roberto Fendt Jr. e Luiz Zottman. De acordo com entrevista realizada por Casimiro (2011), Arthur Chagas Diniz afirmou que

Há uns vinte anos, mais ou menos, o professor Og Leme me disse: “tem uma instituição, CIPE (Center for International Private Enterprise), norte-americana, que quer patrocinar um boletim onde se analisem os decretos e os projetos de lei que estão circulando e você faria o projeto de viabilidade, para mostrar a eles quanto custaria, como é que vai ser etc”. Como eu tinha uma empresa de consultoria, desenvolvi esse projeto e aprovaram e, assim, nós fundamos [a *Notas*]. A primeira peça que nós tivemos nesse âmbito foi o projeto *Notas*. *Notas*, antes, era um folheto isolado e nós mandávamos para todos os deputados, senadores, gente do poder executivo, empresários, era uma tiragem de cerca de 10 mil exemplares de *Notas*. Evidentemente, como tudo que vem dos Estados Unidos, eles já dizem que você cria o produto, eles pagariam inicialmente, mas depois, pouco a pouco, ou a população aceitava e você tinha recurso para bancar, ou eles saíam. Eles financiaram os primeiros dois anos 100%, depois 75%, depois 50%, até que, depois, saíram e foram desenvolver outros trabalhos, em outros lugares, o que eu acho absolutamente correto” (CASIMIRO, 2011, p. 64).

Og Leme, José Luiz Carvalho e Antônio Carlos Porto Gonçalves representaram o núcleo intelectual “duro” do instituto. Os três fizeram sua formação na Universidade de Chicago, o que proporcionou a coesão intelectual que o instituto tanto necessitava em seus primeiros anos e coordenaram os projetos responsáveis pela difusão de uma proposta neoliberal para o Brasil. Esses *experts* davam forma e embasavam os posicionamentos do instituto. Mantinham uma ativa publicação de textos na área de política e economia, assim como participavam de palestras e eventos de diferentes naturezas.

Outro pensador de destaque nesse cenário, foi Antônio Carlos Porto Gonçalves (nascido em 1946), que também ingressou no IL a convite de Og Francisco Leme. O currículo do mesmo destaca sua participação como editor da série *Notas* do ILRJ, o que nos revela como esse projeto necessitou de um núcleo consistente de pensadores para dar suporte legal e intelectual às propostas de políticas públicas do instituto. Gonçalves conta em palestra, disponível no Youtube⁸⁴, que quando estava no 5º semestre de engenharia participou de um evento, promovido por Og Leme, que objetivava recrutar estudantes para fazer pós-graduação na Universidade de Chicago, o que o levou a completar sua formação nessa instituição.

⁸⁴ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ENB2O1Y8GXA>. Acesso em: 10/06/2019.

Gonçalves é Bacharel em Engenharia Industrial e Metalúrgica pelo Instituto Militar de Engenharia (1969), Mestre (1973) e Doutor (1974) em Economia pela Universidade de Chicago. Atou como diretor e como consultor econômico de várias empresas na década de 1980 e no início de 1990. Ingressou na FGV em 1983 como professor de Economia dos cursos de graduação e pós-graduação, dentro dessa instituição ocupou vários cargos de direção e atualmente é professor do curso de Direito. Também é professor na UFF desde 1981. Pelo que consta no seu curriculum Lattes podemos observar que o mesmo possui pouca produção bibliográfica, apesar de constar muitas palestras e apresentação de trabalhos.

Outro intelectual do ILRJ é Roberto Fendt Jr, o qual participou da direção do instituto desde a sua fundação, chegando a ser vice-presidente do mesmo e fazia parte do Conselho editorial da revista *Think Tank*. Fendt é economista, graduado pela UFRJ, Mestre e Doutor (1971-1974) pela Universidade de Chicago, foi professor de Economia da USP e na FGV no início de sua carreira, posteriormente se dedicou à área de Comércio Exterior. Foi Secretário de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda e Diretor do Banco do Brasil (CACEX). Presidiu o Comitê de Assuntos Internacionais da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior (ABECE) e o Conselho de Comércio Exterior da FECOMERCIO. Foi superintendente de Estudos e Pesquisas da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX) e vice-presidente de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Economia da FGV. Também foi Diretor Executivo do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) de 2013 até 2017 e atualmente figura como secretário Empresarial Brasil-China – de 2015 em diante. Além disso consta ter sido membro de Conselhos de várias empresas e organizações

É autor ou coautor de diversos livros e capítulos, publicados no Brasil e no exterior, sua obra mais famosa é o livro “Mercado Aberto e Política Monetária” publicado pela editora Ibmecc em 1977. Apesar de ter uma significativa produção de textos não encontramos seu nome no curriculum Lattes, acreditamos que isso ocorreu porque sua dedicação à produção acadêmica está concentrada na década de 1970.

Outros intelectuais também foram importantes nas primeiras duas décadas de existência do IL, como é o caso de Ubiratan J. Iorio de Souza, Antonio Paim, Ubiratan Borges de Macedo. As produções do IL, escritas por Eduardo Gianetti da Fonseca, Ricardo Vélez Rodrigues, Roberto Fendt Jr, Ney Prado, Antonio Paim, Ubiratan Borges de Macedo, Ubiratan Iorio de Souza, além dos três pensadores citados acima (Leme, Carvalho e Gonçalves) figuravam como as produções mais acadêmicas, de autores

nacionais, produzidas pelo instituto. A maioria desses professores, estavam vinculados a universidades privadas do Rio de Janeiro, como a Gama Filho, a Fundação Getúlio Vargas, a Santa Úrsula e o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, essas concentravam boa parte dos autores vinculados as teorias liberais do Brasil. Para Dardot e Laval,

No momento certo, todos os países tiveram seus best-sellers elogiando a revolução conservadora norte-americana e o retorno do mercado, e denunciando com veemência os custosos abusos da função pública e do “Estado de bem-estar”. Essa imensa onda de novas evidências fabricou um consentimento, se não da população, ao menos das “elites” que tinham o monopólio da palavra pública, e permitiu que aqueles que ainda ousaram opor-se fossem estigmatizados como “arcaicos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.206).

Dessa forma, podemos afirmar que os pensadores foram fundamentais para legitimar as propostas neoliberais, exaltando os países que aplicaram tais políticas e as aclamando como sinônimo de modernidade e progresso. A maioria dos intelectuais brasileiros reiterava a ideia de que não havia um corpo de pensadores liberais no país e que foi preciso estudar em instituições dos EUA, em especial na Universidade de Chicago para conhecer as obras dos autores neoliberais. Por mais que alguns indivíduos já tivessem um primeiro contato com textos desses pensadores, afirmam que as universidades do Brasil não estavam preparadas para esse debate.

É correto afirmar que a divulgação massiva do receituário neoliberal passa a ser efetiva no país a partir da metade da década de 1970. No entanto, essa insistência de que no Brasil não se conhecia as propostas liberais, ideia largamente difundida pelos integrantes do IL e do IEE, precisa ser relativizada, pois os meios acadêmicos e políticos, já haviam produzido pensadores neo/liberais reconhecidos, como Eugenio Gudin, Roberto Campos, Paulo Ayres, Mario Henrique Simonsen e José Merquior, além de outros intelectuais que vão integrar o IL desde o seu início e já tinham uma trajetória consolidada nesse período, como Og Leme. Outros ainda, muitos dos quais vão ocupar posto de intelectuais orgânicos do instituto, terminaram sua formação acadêmica nos anos 1970, dos quais citamos José Luiz Carvalho, Antônio Carlos Porto Gonçalves e Arthur Chagas Diniz, todos estes já conheciam e divulgavam a teoria neo/liberal no Brasil

Podemos avaliar essa posição dentro de duas perspectivas, a primeira diz respeito à tentativa de auto proclamar sua importância enquanto intelectuais neoliberais no Brasil, tanto justificando a atuação do IL, como se colocando como os primeiros e mais relevantes intelectuais pró mercado desse período. Em segundo lugar, podemos supor que os autores ligados às escolas Austríaca e de Chicago ainda não tinha entrado no currículo dos cursos de economia no Brasil, porque essas ideias começam a ser mais

respeitadas intelectualmente nos anos 1970. Por mais que autores como Hayek, Mises e Friedman estivessem dentro de espaços universitários há algumas décadas, suas concepções demoraram para ter um aval acadêmico e realmente circular como conteúdo programático dentro das universidades. Por isso, não se estranha que na década de 1970 e de 1980 esses autores não fossem trabalhados nas universidades brasileiras. Isso não quer dizer que autores e concepções do liberalismo clássico e keynesiano não fossem abordados nos meios universitários.

Um empresário de renome que participou da fundação do ILRJ e dos institutos do Rio Grande do Sul, foi Jorge Gerdau Johannpeter. Esse nasceu no Rio de Janeiro em 1936, é empresário, dono e presidente do Grupo Gerdau, principal indústria siderúrgica da América. Viveu sua infância e adolescência no Rio Grande do Sul e formou-se em Direito pela UFRGS em 1961. Descendente de imigrantes alemães, é bisneto do fundador da empresa Gerdau (Johannes Heinrich Kaspar Gerdau). Com sua administração a empresa se expandiu e se transformou num dos grandes conglomerados siderúrgicos do mundo. Em 1983 recebeu da *Revista Visão* o prêmio “Homem de Visão”. Gerdau participou da fundação do IL em 1983 e contribuiu com a criação do ILRS e do IEE, atuando no conselho consultivo dos mesmos e como patrocinador ativo de suas atividades. Foi presidente, de 1990 a 1992 do Conselho Nacional dos Institutos Liberais, órgão que servia para manter unidade e coerência de posição entre todas as suas filiais. Atualmente é membro do *Instituto Millenium*.

Também fez parte do Conselho da FIESP e do Conselho Consultivo do escritório David Rockefeller Center for Latin American Studies no Brasil, mantido pela Universidade de Harvard. Fez parte dos conselhos de administração de alguns governos, inclusive nas administrações do PT, tendo sido presidente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselhão, presidido por Dilma Rousseff. Além de empresário de destaque no cenário nacional e internacional, Gerdau também dirige atividades culturais e educacionais, desses citamos a participação no movimento Todos pela Educação, o qual fundou em 2006 e presidiu por 10 anos, no Conselho da Fundação Iberê Camargo e no Conselho da Fundação da Bienal do Mercosul.

Gerdaui foi um dos protagonistas da campanha contra a estatizaçãõ da economia citada há pouco. Ele e mais sete empresários fizeram um manifesto⁸⁵ em 1978 criticando o II PND lançado no governo Geisel. De acordo com Cruz (1995, p.36), de 1974 a 1976 “o tema da estatizaçãõ da economia brasileira tomou as páginas dos principais jornais do país, agitou os meios empresariais e atormentou os altos escalões governamentais” num momento em que a economia já mostrava sinais de crise e que a bonança trazida nos anos de milagre econõmico havia se esgotado. Muitos empresários (em geral cautelosos) se engajaram nas denúncias contra o Estado interventor, apesar da campanha ter nascido e se sustentado na grande imprensa (CRUZ, 1995, p.70).

Do grupo de empresário que dirigiu o ILRJ, Odemiro Fonseca participou por 12 anos da direçãõ do ILRJ, e de 1994 a 1996 foi seu presidente, no curto período em que Donald Stewart Jr não esteve ocupando a mesma. Fonseca é administrador formado pela FGV/SP, com MBA pela Wharton School e trabalhou 16 anos no mercado financeiro. Foi fundador e presidente da Associação Nacional de Restaurantes (ANR), co-fundador da cadeia de restaurantes Viena-Rio e professor da PUC-Rio e da IBMEC. Fonseca iniciou sua carreira em 1965 no segmento bancáριο e em 1969 foi contratado pelo Citibank. Depois de fazer um MBA em bancos e serviços financeiros na Wharton, estava disposto a abrir um banco no país. No entanto, voltando para Brasil decidiu ser um homem de negócios e abrir um restaurante, junto com seu cunhado. O grupo Viena Rio cresceu a ponto de ter cerca 2.300 funcionários servindo a praticamente um milhão de clientes todo mês e crescendo em paralelo com o negócio dos shoppings. O último dado que se encontrou dele na internet informa que é CEO do Grupo Viena e do Bob’s. Atualmente é membro do *Instituto Millenium*. Escreve diversos artigos de opiniãõ sobre economia para alguns jornais e para os sites do IMIL e do IL.

⁸⁵ Assinaram o Manifesto dos Oito: Antonio Hermínio de Moraes, Cláudio Bardella, Jorge Gerdaui, José Mindlin, Laerte Setúbal Filho, Paulo Vellinho, Paulo Villares e Severos Fagundes Neto, representantes do setor de bens de capital.

4.2 “Se soubermos comunicar, convenceremos”⁸⁶, balanço dos diretores e pensadores do ILSP

Roberto Konder Bornhausen, figura como um dos membros mais expressivos do ILSP. Nascido em 22 de outubro de 1933, no Rio de Janeiro é formado em Agronomia pela UFRJ. Seguiu a profissão de banqueiro, fazendo carreira no Unibanco aonde assumiu diferentes posto estratégicos, chegando a presidência do mesmo. Foi nomeado principal executivo desse grupo financeiro em 1973 e assumiu a presidência da diretoria executiva em 1976, cargo que ocupou até 1988, quando passou à vice-presidência do conselho do Unibanco⁸⁷. De 1991 a 1997, após a aposentadoria de Walter Moreira Salles, Bornhausen assumiu a presidência do conselho de administração do Unibanco. A última informação que consta dele informa que o mesmo atua como presidente do conselho da Unibanco Holding.

De uma família tradicional de Santa Catarina, é filho de Irineu Bornhausen⁸⁸ e Marieta Konder⁸⁹. Enquanto sua mãe era de uma das famílias mais importantes da oligarquia política catarinense, seu pai, “Irineu Bornhausen foi um bem-sucedido empresário, tornando-se acionista majoritário do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina, até sua incorporação ao Bradesco em 1965”⁹⁰. A partir daí, diversos outros negócios, inclusive jornais e emissoras de rádio e televisão, passaram a integrar o patrimônio dos Konder-Bornhausen. Irineu seguiu a tradição da família da esposa e iniciou sua carreira política em 1923, ao eleger-se vereador em Itajaí pelo Partido Republicano Catarinense e desde ali se candidatou e assumiu vários cargos. Em 1930 os

⁸⁶ Frase de Roberto Konder Bornhausen, ao afirmar que a missão dos IL's no Brasil era esclarecer sobre os benefícios do Liberalismo. Para o mesmo, se o IL soubesse comunicar suas ideais de forma correta, convenceria a população a adotar o neoliberalismo (BORNHAUSEN, 1994).

⁸⁷ O Unibanco é uma instituição bancária brasileira, criada em Poços de Caldas, Minas Gerais no ano de 1924 por João Moreira Salles. Foi controlado até 2008 pelo Grupo Moreira Salles, (quando se fundiu com o Banco Itaú, criando o Itaú Unibanco Banco Múltiplo), esse grupo mesclava capital internacional e nacional e possui uma diversidade de investimentos e vínculos no campo político e na área estatal, concentrando um total de 15 empresas.

⁸⁸ Nasceu em Itajaí (SC) em 25 de março de 1896, filho de João Bornhausen e de Guilhermina Bornhausen, colonos descendentes de suíço-alemães chegados ao Brasil na primeira leva de imigração germânica. Viveu uma infância pobre, ajudando os pais na agricultura. Mais tarde, trabalhou no comércio em estabelecimento da família, foi varredor de loja e garçom. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bornhausen-irineu>. Acesso em: 06/06/2018

⁸⁹ Filha mais nova do mestre-escola Markus Konder, imigrante alemão e patriarca da família. Entre os irmãos de Marieta, seus cunhados, destacaram-se especialmente Adolfo Konder, deputado federal (1921-1926), governador de Santa Catarina (1926-1930) e constituinte de 1934; Vítor Konder, ministro da Viação (1926-1930), e Arno Konder, diplomata. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bornhausen-irineu>. Acesso em: 06/06/2018

⁹⁰ Fonte - <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bornhausen-irineu>. Acesso em: 06/06/2018

Konder foram afastados do poder em decorrência da Revolução de 1930⁹¹. Irineu foi eleito prefeito de Itajaí em 1936 e permaneceu no cargo até 1939, quando renunciou a seu posto. Em 1945, com a desagregação do Estado Novo, Irineu Bornhausen e os Konder participaram da criação da União Democrática Nacional (UDN), cuja seção estadual e nacional, Bornhausen viria a presidir várias vezes. Foi governador do Estado de Santa Catarina (1951-1955); Senador de SC (1959-1967) e em 1965 filiou-se a ARENA. Irineu e Marieta tiveram três filhos: Roberto Konder Bornhausen, Paulo Konder Bornhausen⁹² e Jorge Konder Bornhausen⁹³. “O clã dos Konder Bornhausen apoiou, em março de 1964, o movimento político-militar que depôs o presidente João Goulart. Posteriormente, com a extinção dos partidos políticos e a instauração do bipartidarismo, integrou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena)”⁹⁴.

Roberto Konder Bornhausen foi presidente da Associação dos Bancos no Estado de São Paulo (FEBRABAN), da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) e comandou a primeira diretoria da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) (MINELLA, 1994, p.516). Além de se ocupar da direção empresarial do setor bancário, esse indivíduo também manteve uma produção intelectual, ao fazer pareceres e análises, divulgados em entrevistas, palestras e artigos, sobre sua atividade profissional e sobre a política e a economia brasileira.

De acordo com Minella (1994), o apoio de Bornhausen ao liberalismo manifestou-se desde fins da década de 70, quando esse passa a defender o que chamou de "liberalismo social", o qual seria caracterizado pelo "princípio da responsabilidade social e do compromisso da empresa para com os valores da comunidade a que pertence" e por defender "a primazia da oferta e da demanda, a liberdade de mercado e a eficiência como

⁹¹ Afastados do poder pela Revolução de 1930, os Konder mantiveram-se em oposição ao governo de Getúlio Vargas, cultivando uma duradoura rivalidade com os Ramos, a outra oligarquia estadual, encabeçada por Nereu Ramos, governador e interventor em Santa Catarina de 1935 a 1945. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bornhausen-irineu>. Acesso em: 06/06/2018

⁹² Foi deputado estadual (1955-1959) pela UDN.

⁹³ Foi Vice-governador, de Santa Catarina (1967-1971) pela ARENA, eleito indiretamente devido a cassação de Francisco Roberto Dall'Igna pelo AI-2. Presidente do Banco de Santa Catarina (1974-1978), indicado por seu primo, então governador Antônio Carlos Konder Reis (1974-1978). Governador de Santa Catarina (1979-1982) pela ARENA, eleito indiretamente, como Governador Biônico, por indicação do Presidente Ernesto Geisel. Senador por SC (1983-1991) pelo PSD. Ministro da Educação (1986-1987). Secretário de Administração do governo federal de Collor de Mello (1992), embaixador do Brasil em Portugal (1996-1998). Senador por SC (1999-2006) pelo PFL. Foi presidente do PSD e do PFL, mas acabou se desfiliando do DEM (partido que sucedeu o PFL) em 2011. Seu filho, Paulo Roberto Bornhausen, herdeiro político do pai e avô, também faz parte da política catarinense, tendo sido Deputado Federal (1995-1999) pelo PFL, Deputado Estadual (1999-2003) pelo PFL/DEM, Deputado Federal (2007-2015) pelo DEM e PSB. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-konder-bornhausen>. Acesso em: 06/06/2018

⁹⁴ Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-konder-bornhausen>. Acesso em: 06/06/2018

critério de concorrência" (BORNHAUSEN, 1979 *apud* MINELLA, 1994). "No contexto da crise que o país vivia em 1982, Bornhausen sustentava a validade do liberalismo, atribuindo os seus desajustes a fatores externos: limitação do conhecimento humano e egoísmo humano" (MINELLA, 1994, p.516). Essa linha de pensamento, retorna o que foi exposto sobre o seu discurso no capítulo dois - a ideia de o que falta no Brasil é uma educação que se atenha aos valores do liberalismo, pois se esse fosse debatido e avaliado com atenção seria aceito como solução lógica para os problemas do país.

Assim, quando participa da criação e passa a integrar o ILRJ e depois fundando o núcleo de São Paulo, Bornhausen segue e aprofunda sua militância no projeto neoliberal, a qual havia iniciado nos anos 1970. Membro de uma família de elite, de políticos e banqueiros, esse também banqueiro de destaque no cenário nacional e com uma atuação política (embora não diretamente partidária) que não pode ser desprezada, atuava em defesa dos interesses desses grupos e tinha no IL um aliado importante na propagação e na defesa do livre mercado. Dentro do IL ocupou diversos cargos, sendo membro da diretoria do ILSP desde sua fundação, presidente e vice-presidente do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo (o qual revezada com Simeira Jacob), pelo menos até o ano 2000⁹⁵; também foi presidente do Conselho de Mantenedores dos Institutos Liberais (1994-1996).

Roberto Bornhausen participou de vários movimentos, enquanto representante de entidades de classe dos bancários, como membro do IL, ou de outra organização, sempre mantendo uma mesma linha de atuação. Como mencionado anteriormente, Bornhausen se dedicava a produção intelectual, elaborando materiais escritos de diferentes formatos no intuito de embasar suas ideias e advogar em prol do livre mercado, são muitos os exemplos que revelam suas estratégias argumentativas⁹⁶, os quais foram publicados em diversos jornais do país, e nas produções do IL. No seu artigo "Estado e Iniciativa Privada" afirma que "sem livre mercado não há iniciativa privada forte, e sem esta não existe economia saudável, pelo menos enquanto se queira preservar a liberdade como valor inalienável da vida brasileira" (BORNHAUSEN, 1984)⁹⁷.

⁹⁵ Salienta-se que as informações referentes as diretorias ocupadas dentro dos IL's e o tempo que cada membro a ocupou não são muito precisas, pois tanto as fontes primárias como secundárias (dos textos de Gros e Casimiro principalmente) não trazem especificados esses dados. Dessa forma tanto Bornhausen, com os demais indivíduos envolvidos nas diretorias dos IL's 'podem ter ocupado outros cargos não mencionados nessa tese.

⁹⁶ Para saber mais sobre as posições de Bornhausen e de outras lideranças bancárias do país ver os trabalhos de Minella (1992, 1993, 1994, entre outros).

⁹⁷ http://www.janela.com.br/antiores/Janela_1984-06-15.html. Acesso em 12/07/2018

Durante a Constituinte de 1988 fez parte de algumas associações como a *União Brasileira dos Empresários* (UBE), a *Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais* (CEDES), além de ser membro do IL e de outras organizações dos banqueiros. Esses centros buscavam a união dos empresários em prol do livre mercado e a aprovação de uma constituição liberal para o país. Essas instituições eram utilizadas para dar peso às propostas da classe dominante, agrupando o maior número de associações e confederações possíveis, bem como cooptando indivíduos renomados na sociedade para tentar influenciar os constituintes.

Juntamente com Roberto Bornhausen, o empresário Jorge Wilson Simeira Jacob foi responsável pela criação do ILSP no ano de 1987, o qual também havia participado da fundação do ILRJ. Esse foi presidente do instituto até 1989 e do Conselho Nacional dos Institutos Liberais de 1996 a 1998. Não se envolvia na produção e escrita de material pró livre mercado, mas esteve na diretoria do ILSP até o final da década de 1990. Por ser um empresário de destaque tinha relações profissionais e pessoais com os empresários que fundaram o ILRJ e o ILSP. Jacob também foi presidente da *Associação Brasileira de Bancos Comerciais* (ABBC), entidade criada em 1983 para fazer oposição à federação dos grandes bancos e banqueiros do país e a sua concentração nas decisões referentes ao setor financeiro. Essa associação visava defender os pequenos e médios bancos e descentralizar as decisões do setor financeiro (MINELLA, 1994, p.511).

Diferentemente dos outros empresários do instituto, Jacob contou com muitos problemas e insucessos profissionais. O dono do Grupo Fenícia, herdou do seu pai em 1957, quando ainda era menor de idade, a loja de tecidos Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Lins, interior de São Paulo. Em seguida mudou o rumo dos investimentos e fundou as Lojas Arapuã, que se tornaram líderes na venda de móveis e eletrodomésticos no final dos anos 1980 e em meados dos anos 1990 no Brasil. A Arapuã chegou a rivalizar com grandes redes do setor, como as Casas Bahia e o Ponto Frio, e em 1996 contava com 265 lojas, mais de 2 mil funcionários e faturou R\$ 1,6 bilhão. Apenas dois anos mais tarde, em 1998, a empresa faliu. Até hoje o grupo acumula dívidas milionárias com seus credores e ex funcionários, nenhuma dessas foi quitada ou mesmo paga parcialmente. Jorge e outros dois membros da família, Renato e Antônio Carlos Jacob chegaram a ser condenados em 2001 por crime de colarinho branco. Atualmente a empresa, que foi obrigada a mudar de nome para Kosmos comércio de Vestuário, tem algumas lojas de roupas baratas em São Paulo e em Belo Horizonte⁹⁸. Mesmo com esses problemas o nome

⁹⁸ <http://blogdoleo1.com/index.php/2017/08/27/lojas-arapua/>; <https://www.istoedinheiro.com.br/o-dono-da-arapua-quer-voltar-aos-negocios/>

de Jorge W. Simeira Jacob consta como proprietário e sócio de diversas empresas⁹⁹ principalmente no setor de vestuário e de empréstimos.

Outro nome do ILSP, que mesclou sua atuação entre o mundo acadêmico e dos negócios é de Jacy Souza Mendonça. Esse nasceu na cidade de Rio Grande/RS, em 1931, possui graduação em Direito pela PUCRS (1954), doutorado em Direito pela UFRGS (1968) e é Livre Docente pela mesma universidade. Foi presidente (1995-1997) e vice-presidente (1993-1995) do ILSP. Sua produção intelectual dentro desse instituto se concentra nos temas da reforma tributária, liberalismo e justiça social. É autor de uma cartilha voltada para o público infantil e patrocinada pela Siemens, Nestlé e C&A, intitulada “O Cidadão”, lançada em 1994 pelo ILSP, a qual analisaremos no quarto capítulo.

Mendonça foi professor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (FDSBC), da UCS, PUCRS e UFRGS (onde lecionou como assistente do professor Armando Pereira da Câmara) e da PUCSP, durante as décadas de 1960 e 1970. Também foi promotor público no Estado do Rio Grande do Sul. Em 1969, começou a trabalhar na Volkswagen, tendo sido promovido sucessivamente até assumir o cargo de Diretor de Recursos Humanos e Jurídico da empresa e posteriormente da *holding* que ela integrou, a AUTOLATINA. Aposentou-se em 1992, mas manteve as atividades de professor universitário¹⁰⁰. Foi vice-presidente da FIESP e presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Atualmente é professor titular da PUCSP e do Centro Universitário Capital (UNICAPITAL). Mesmo tendo larga experiência universitária, possui baixa produção acadêmica, a qual se concentra em alguns artigos e livros publicados na área do Direito, da Filosofia do Direito e do Liberalismo.

Além de ter integrado ativamente o ILSP, Mendonça participou da Ação Democrática Renovadora (ADR), instituição gaúcha, fundada em 1965, na sede do IPESUL, como uma entidade cívico-patriótica inspirada nos ideais da “Revolução de março de 1964”. Seu objetivo era “combater as ideias extremistas, de modo especial o comunismo” e esclarecer a população sobre os temas atuais para que os democratas pudessem fortalecer seus argumentos contra o comunismo, acreditando assim ter uma missão pedagógica. Em 1988, a ADR participou da elaboração do documento “Alerta à

⁹⁹ <https://www.consultasocio.com/q/sa/jorge-wilson-simeira-jacob>

¹⁰⁰ Fonte: <http://www.jacymendonca.com.br/p/curriculum.html>. Acesso em: 24/08/2018

nação em defesa da democracia”¹⁰¹, o qual avisava a população da necessidade de continuar na luta contra o comunismo e em defesa da democracia. A ADR vai fechar suas portas em 1991 (MORAES, 2016, p.118-121).

Outro indivíduo que mesclou a vida empresarial com a acadêmica foi Carlos Roberto Faccina, ele é licenciado e bacharel em Filosofia e História pela PUCSP, especializado em Negócios e Relações Humanas pela Universidade de Pittsburgh, Mestre e Doutor em Ciências pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP). Foi diretor do ILSP, vice-presidente de 1992 a 2000 e presidente do instituto de 2000 a 2003. Iniciou sua carreira como professor do departamento de Economia da Universidade Mackenzie, na qual trabalhou de 1978 (data aproximada) a 2004. Ingressou na Nestlé em 1983 onde permaneceu até sua aposentadoria em 2007, ocupando vários cargos, entre eles a direção da Fundação Nestlé de Cultura. Publicou dois livros, “O Profissional Competitivo” e “Metodologia Científica”. Atualmente presta assessoria empresarial na empresa Intuitiva Business, da qual é dono, e é palestrante de assuntos como Carreira, Desenvolvimento Gerencial, Cultura, Recursos Humanos e Empresariais.

De acordo com Gros (2003), a partir de 1989, quando Carlos Faccina era diretor das Relações Universitárias do instituto, a relação do ILSP com as universidades se tornou prioridade. Seguindo a mesma linha de interpretação, já vista aqui, o ILSP buscava combater a ideologia marxista dentro das universidades, a qual seria responsável pela marginalização do liberalismo nos espaços acadêmicos. Assim, o IL patrocinou e desenvolveu atividades que dessem maior exposição à teoria liberal nas instituições de ensino superior, e desenvolveu projetos que aproximavam os centros universitários das empresas, “com a realização de palestras, convênios de pesquisa, concursos de monografias, etc. para um público selecionado de estudantes, professores, coordenadores e diretores de universidades” (Gros, 2003, p.136). Na qualidade de professor da Universidade Mackenzie e da Faculdade Armando Álvares Penteado, a circulação de Faccina nos espaços acadêmicos era facilitada e reconhecida.

Ainda cabe citar dois diretores do IL. Roberto Caiuby Vidigal (nascido em 1944) foi presidente do ILSP de 1989 a 1992. Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade São Luiz de São Paulo, com especialização no Institut Europeen D’ Administration da França. Foi presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) em 1989, diretor e membro do conselho de várias empresas,

¹⁰¹ Documento elaborado pela União Nacional de Defesa da Democracia (UDNN), pela ADR, pela Associação Brasileira em defesa da democracia (ABDD -RJ), a União Cívica Feminina (UCF) e o MRF (SP) (DREIFUSS, 1989, p.173)

como a Techint Engenharia e Construção SA, a Ternium Brasil AS, a Confab Industrial SA, o jornal *Estado de S. Paulo* e a *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. Não tivemos mais informações sobre a sua atuação no IL. Outro personagem que não tivemos muitas informações foi Ivan S. Pinto, que foi diretor do ILSP em 1988, vice-presidente em 1993 e 1995 e presidente em 1997.

Do corpo de pensadores que integraram esse instituto, destaca-se Ney Prado, que foi vice-Presidente do ILSP de 1993 a 2000 e pode ser enquadrado como um intelectual orgânico do IL. Prado foi professor de Ciência Política da FGV/SP e da Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECME), é ex-integrante do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG), e ex-chefe da Divisão de Estudos Políticos do Colégio Interamericano de Defesa em Washington, EUA. É aposentado como Desembargador Federal do Trabalho e atualmente atua como professor do curso de especialização em Direito do Trabalho e Direito Constitucional do Centro de Extensão Universitária, instituição formada e dirigida por Ives Gandra da Silva Martins

Foi membro de conselhos técnicos e consultivos de várias instituições, como a *FECOMERCIO/SP*, *FAESP*, *FIESP*, além de integrante da Academia Nacional de Direito do Trabalho, da Academia Paulista de Ciências Jurídicas, da Academia Paulista de História e presidente da Academia Internacional de Direito e Economia; mostrando uma expressiva circulação nos meios empresariais e intelectuais de São Paulo.

Foi secretário geral da Comissão de Estudos Constitucionais, nomeado pelo presidente da República para elaboração do Anteprojeto Constitucional em 1985/1986. Coordenada por Afonso Arinos de Melo Franco¹⁰² e composta por 50 membros¹⁰³, a comissão foi convocada por José Sarney para escrever um Anteprojeto Constitucional para o país. Esse acabou não sendo enviado oficialmente a Assembleia Nacional Constituinte, presidida por Ulysses Guimarães, que preferiu redigir o texto constitucional a partir de propostas apresentadas por suas próprias comissões e subcomissões, por considerar que o Executivo estava se intrometendo no trabalho dos constituintes.

Prado é crítico assíduo da constituição de 1988 e da legislação trabalhista, elementos que concentram a maior parte de suas publicações e palestras. Seu livro “Razões das Virtudes e dos Vícios da Constituição de 1988”, lançado em 1994, afirma que “a promulgação da nova Constituição provocou enorme insegurança jurídica,

¹⁰² Jurista, ex-deputado federal e ex-senador.

¹⁰³ Desses 50 membros destaco o nome de Bolívar Lamounier, Celso Furtado, Cristovam Buarque, Gilberto Freyre, Hélio Jaguaribe, Jorge Amado, Miguel Reale, Miguel Reale Júnior.

dificultou a governabilidade, inibiu os negócios e os investimentos internos e externos e gerou uma série de conflitos sociais (GROS, 2003, p.212)”.

Sua obra cita alguns vícios constitucionais que estariam presentes na nossa carta magna, seriam eles os vícios de ilegitimidade, falta de autenticidade, conservadorismo e preconceito. A Constituição seria conservadora, para Prado (1994), porque ela não reconhece o fim das ideologias e do nacionalismo e continua apostando no aumento do Estado, isso representaria uma proposta atrasada e não progressista para o país. Ela não acompanharia a mudança econômica mundial, com a transnacionalização do capital, e o fim das políticas distributivas. Também apresentaria traços de preconceito porque condena, em nome do anti-autoritarismo instituições como as Forças Armadas, as polícias civis e militares e os empresários, entre outros. De acordo com Prado (1994) “a Carta de 1988 impôs a todos restrições capazes de imobilizar a política”.

A tendência estatizante da Constituição fica evidente, para Prado, na manutenção da intervenção do Estado em esferas da vida econômica e social que deveriam ser responsabilidade privada. Em lugar de limitar a ação estatal à saúde, à educação e à previdência, ela foi ampliada para a ciência, a tecnologia, a cultura, a arte, o esporte e o lazer (GROS, 2003, p.215).

Prado, de forma bem articulada, elaborou um discurso que combatia a constituição e as ações do Estado voltadas a promover serviços gratuitos à população e a direcionar a economia. Se constituiu, dessa forma, como um pensador e autor chave para o instituto, o qual, acumulou também no seu histórico respeitabilidade dentro do espaço jurídico.

Outro nome importante e que idealizou uma série de propostas de divulgação das ideias liberais é Fernando Ulhoa Levy, ele foi presidente do ILSP de 1992 a 1995, é empresário, formado em Economia, com pós-graduação em Administração e dono da Levy Corretora de Valores. Foi dirigente do *Cursilho de Cristandade* de São Paulo por nove anos, ligado a Igreja Católica, diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, vice-presidente do *Instituto Roberto Simonsen* (da FIESP), fundador do Observatório Social do Brasil e da FIESP de Diadema. Em entrevista ao programa de TV “Memórias do Poder Legislativo” afirmou que não defende o Estado Mínimo, “mas um Estado leve, que não pode ser inchado como é hoje”, criticando o número de funcionários públicos e os supostos “privilégios” que esses teriam em relação aos demais

trabalhadores. Nessa mesma linha, também criticou a legislação trabalhista, afirmando que é ela atrasada e muito cara para o país, assim como, prejudicial aos empresários.¹⁰⁴

De acordo com Denise Gros (2003, p.137), a gestão de Fernando Ulhoa Levy no ILSP foi marcada por projetos que prestavam assessoria e capacitação a professores primários. As análises do IL sobre educação no Brasil, em parte discutida no segundo capítulo, sugerem que os alunos não terminariam a educação básica preparados para enfrentar o mercado de trabalho, que os professores têm baixa qualificação e que o ensino, principalmente da disciplina de História é ideologizado. Assim, o instituto de São Paulo elaborou uma proposta educacional que tinha como propósito “afastar-se das ideologias, permitindo um aprendizado livre de dogmas, um pensamento e um agir independentes, aptos a incorporarem uma perspectiva social humanista” (Idéia Liberal, n. 32, 1992). Esse será aprofundado no quarto capítulo.

Esses projetos educacionais, aliados a outros como foi o caso da campanha de estímulo à cidadania, pela qual foram confeccionadas duas revistas em quadrinho para distribuir nas escolas, “Turma da Mônica – Cidadania” do cartunista Maurício de Souza e “O cidadão” de Jacy de Souza Mendonça (as quais serão discutidas no próximo capítulo), revelam a intensão do instituto de conquistar apoiadores desde os primeiros anos do ensino escolar, assim como fornecer materiais didáticos que pudessem dar suporte à construção de uma educação liberal. O estabelecimento de parcerias com as secretárias de educação de São Paulo para formar professores e distribuir materiais didáticos com base nos princípios de livre mercado nos mostram também como os indivíduos que dirigiam os institutos tinham acesso privilegiado aos espaços de proposição de projetos educacionais.

Esses projetos de capacitação de educadores tinham por base eliminar ou amenizar as influências marxistas na educação, fornecendo outra base de entendimento da sociedade. As propostas do instituto para as redes de ensino básico visavam fortalecer e/ou ensinar uma perspectiva também ideológica de mundo e “doutrinar” os professores com base na teoria neoliberal. Para o IL a doutrinação é vista apenas como algo do outro, do “inimigo esquerdista”, mas quando se trata das suas concepções, elas são vistas como naturais e abordadas como projetos emancipatórios, como se fossem uma verdade escondida dos estudantes e que precisava ser revelada. Suas propostas indicam uma análise bastante maniqueísta da sociedade e da educação, onde, os projetos pedagógicos

¹⁰⁴ Fonte: <http://apespnet.com.br/fernando-levy/>. Acesso em 21 de setembro de 2018

existentes até então, são vistos como uma força negativa que impedia o conhecimento e a divulgação das ideias liberais.

4.3 “Éramos tachados de xiitas”¹⁰⁵ – análise dos fundadores e dirigentes do IEE e ILRS

Para entender a divulgação do neoliberalismo para o Rio Grande do Sul e a criação do IEE e do ILRS nesse Estado é preciso conhecer a vinculação da família Ling com essa ideologia. Os irmãos Winston, Willian e Wilson Ling são filhos dos imigrantes chineses, Sheun Ming Ling (nascido em 1921 em Pequim) e Lydia Wong (1928). Esses chegaram no Rio Grande do Sul em 1951 e em seguida (1953) se casaram e tiveram 4 filhos, 3 deles estão envolvidos na construção e consolidação dos institutos liberais no Brasil. Sheun Ling decidiu imigrar para fugir da revolução comunista liderada por Mao Tse-tung. Na China trabalhava numa empresa de óleo vegetal e no Brasil seguiu a mesma carreira, sendo incorporado a Incobrasa – primeira indústria extrativista de óleo de soja no país, com tecnologia chinesa. De acordo com um dos seus filhos, a empresa que ele trabalhava comprou um pequeno negócio no Brasil e Sheun foi transferido para cá¹⁰⁶. Sua trajetória está ligada ao pioneirismo no desenvolvimento da soja no Brasil, em 1955 iniciou sua carreira empresarial com a aquisição de uma indústria de óleos vegetais. Em 1959 funda a Olvebra, a qual, em 1988, é dividida em 2 empresas: a Olvebra sob controle da família Tse, de quem eram sócios, ficou com a área de soja e alimentos e a Petropar

¹⁰⁵ Frase de Willian Ling ao se referir ao trabalho realizado pelo IEE e pelo ILRS, na defesa do livre mercado.

¹⁰⁶ De acordo com William Ling “Seus antigos colegas de trabalho na COVO adquiriram a Incobrasa uma empresa de óleo vegetal com sede em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Considerado um jovem executivo muito competente, com alto potencial e confiança, nosso pai foi convidado a integrar o grupo e se mudar para o Brasil. Sem família e sem nada a perder, ele acabou aqui. Ele tinha 30 anos, pouco dinheiro e não sabia falar uma palavra em português”. Fonte: <http://www.ethicsandentrepreneurship.org/2012/12/19/interview-with-william-and-wilson-ling/> e <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2013/08/e-uma-industria-e-nao-sabe-o-que-e-crise.html>. Acesso em 28/09/2018

sob direção dos Ling com a área de petroquímica e fertilizantes¹⁰⁷. Seus filhos Willian e Wilson assumiram a empresa em 1995¹⁰⁸.

Podemos notar que o discurso da fuga da China devido ao governo comunista, se contrapõe a sua transferência de emprego para o Brasil. Não sabemos ao certo se a motivação inicial foi abandonar sua terra natal por questões políticas, ou por ambição pessoal de ter uma oportunidade de mudança de vida em outro espaço. Ou se esse discurso, essa memória, se tornou efetiva quando Sheun Ling passou a se identificar com as propostas liberais.

Winston Ling (nascido em 1955) participou da fundação do ILRJ em 1983, encabeçou a criação do ILRS (hoje chamado Instituto Liberdade) o qual dirigiu de 1986, ano de sua fundação até 1989, e foi um dos idealizadores do IEE. Empresário e um dos proprietários da empresa Petropar, hoje chamada de Évora, mora atualmente em Xangai, na China, onde trabalha com importação e exportação de produtos do Brasil e da China. Winston Ling é formado em Economia pela UFRGS e em Engenharia de Produção pela PUCRS e Mestre em Economia pela Universidade de Chicago. Na década de 1990 morou nos EUA e em 2002 mudou-se para Xangai. Durante a década de 1980, quando viveu no Brasil, após ter concluído sua formação em Chicago, sua vida foi marcada pelo engajamento na propulsão das ideias liberais para o país, envolvimento esse que não foi deixado de lado com sua mudança de país.

Winston afirma em um *podcast* do Instituto Mises Brasil¹⁰⁹ que a principal batalha que o instituto enfrentou nos primeiros anos depois de sua fundação foi convencer os empresários do Rio Grande do Sul da importância de lerem os livros traduzidos pelo ILRJ. A sua fala centraliza a relevância dos TTs fundados pela sua família e o trabalho

¹⁰⁷ De acordo com William Ling “Nosso pai começou o negócio com Charles Tse, seu chefe e mentor no CVOC, onde passou a maior parte de sua carreira na China. Eles compraram a IGOL, uma pequena fábrica de processamento de soja em Santa Rosa, na Região Missioneira do Rio Grande do Sul. Eles aumentaram o negócio de forma agressiva por meio de aquisições. A IGOL tornou-se um dos maiores produtores de óleo e farelo de soja na América do Sul. Mais tarde, tornou-se um conglomerado industrial diversificado e foi renomeado como Grupo Olvebra. Em 1988, o Grupo Olvebra foi dividido em dois ramos diferentes. Cada uma das famílias controladoras, Tse e Ling, acabou com um grupo de empresas em um processo muito amigável”. Fonte: <http://www.ethicsandentrepreneurship.org/20121219/interview-with-william-and-wilson-ling/>. Acesso em 28/09/2018

¹⁰⁸ Informações retiradas de: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/04/petropar-passa-a-sechamar-evora-4122703.html>; <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,se-misturar-emocao-e-negocios-estrage-imp-,896007>; <https://www.youtube.com/watch?v=6g2mW4tiTNQ>. Acesso em: 28/09/2018

¹⁰⁹ Podcast são conteúdos de mídia (geralmente apenas de áudio), que abordam temas abrangentes e ficam armazenados em alguma mídia digital. Os podcasts do Instituto Mises Brasil são conduzidos por Bruno Garschagen (Bacharel em Direito e Mestre em Ciência Política) e se referem a uma série de entrevistas com empresários, políticos, jornalistas, economistas e intelectuais que promovem/promoveram as ideias liberais no Brasil, assim como debates teóricos sobre o livre mercado. Atualmente a página do IMB conta com 336 entrevistas. <https://www.mises.org.br/Podcasts.aspx?&page=0>

realizado na tentativa de convencer a elite/os empresários gaúchos a adotar o livre mercado. Winston conta que numa viagem de empresários do Estado para uma feira em Taiwan, organizado pela FIERGS, junto com o Secretaria da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul e na qual seu pai ajudou nos preparativos, ligou para todos os executivos, oferecendo o livro “A revolta de Atlas” de Ayn Rand para lerem durante o trajeto. Ling diz que convenceu os empresários a comprar o livro justificando que a viagem era muito longa e seria interessante eles terem uma distração. Salienta ainda que um dia antes da viagem, ligou para todos e lembrou da importância de levar o livro no avião, o que acabou ocorrendo¹¹⁰.

Seguindo essa mesma linha, sua entrevista ainda relata que enquanto dirigentes dos institutos do Rio Grande do Sul, ele e seus irmãos, também propuseram a discussão de um livro por mês para os membros dos *TTs*. Esses ligavam todas as semanas para os associados para conferir se estavam realizando as leituras sugeridas. Dessa forma, afirma que o corpo a corpo foi fundamental para enraizar e consolidar a necessidade de ler e conhecer as propostas dos autores liberais¹¹¹.

Ao tratar das atividades realizadas pelo instituto e comparando suas ações com a dos IL's dos outros Estados, Winston relata que a parceria com Donald Stewart Jr. e o ILRJ foi fundamental, pois algumas ações, como os ciclos de palestras, realizados no Rio de Janeiro, mantinham uma parceria direta com o instituto do Rio Grande do Sul. A partir dessa proximidade, praticamente todas as conferências e cursos realizados lá, aconteciam também no Rio Grande do Sul, coisa que não ocorria com os outros institutos da rede¹¹².

O mesmo aponta que o ILRS contratou um jornalista especialista em relações públicas, para divulgar as ideias do instituto. Esse era encarregado de distribuir matérias e fazer a propaganda do centro para os demais jornais do Estado. Winston salienta a sua luta para constituir uma massa crítica e incentivar a formação de intelectuais liberais para poder profissionalizar os institutos, porque em sua maioria os *TTs* eram criados por empresários, que não tinham a expertise necessária para produzir materiais bem fundamentos teoricamente. “Era preciso profissionalizar, ou seja, ter intelectuais que fizessem essa ponte”. Winston afirma que praticamente não tinha contato com intelectuais das universidades do Sul e que foram eles que passaram a entrar em contato com o instituto, quando esse passou a divulgar suas atividades. Desses cita o nome de Alfredo Peringer e o deputado federal Onyx Lorenzoni. Em relação aos *TTs* criados depois dos

¹¹⁰ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=6g2mW4tiTNO&t=2052s>. Acesso em 28/09/2018

¹¹¹ Idem

¹¹² Idem

anos 2000 comenta que a internet fez uma diferença fundamental, sendo o grande diferencial dessa época e dos novos institutos¹¹³.

Winston também aponta algumas falhas no funcionamento e na direção de alguns IL's, critica, por exemplo o ILSP, o qual, segundo ele tinha mais recursos e mais associados que o instituto do Rio Grande do Sul, mas que era liderado por sociais-democratas, não havendo liberais lá. Ling afirma que o ILSP acabou publicando coisas que fugiam da direção proposta pelo ILRJ, assim como acabou gastando muito dinheiro em coisas desnecessárias, como a construção de uma sede luxuosa e investindo numa base de dados eletrônicos, exagerados na época¹¹⁴. Também critica o órgão que centralizava as ideias dos IL's - Conselho Nacional dos Institutos Liberais - por acreditar que a centralização limitou a atuação dos institutos regionais e a realização de atividades diferentes e inovadoras.

Winston ainda salienta que esses e outros problemas, como uma boa organização interna e a pouca captação de intelectuais para trabalhar nessas filiais levaram ao fechamento dos IL's espalhados pelo país. Desses, apenas o instituto do RJ e o do Rio Grande do Sul continuam ativos. A decisão de mudar o nome para Instituto Liberdade ocorreu, porque segundo ele, o nome Instituto Liberal estava muito queimado e não passava mais legitimidade. Então acharam melhor alterar o nome, do que recuperar a confiança no antigo. Afirma, entretanto, que atualmente o IL recuperou sua respeitabilidade.

Dos demais balanços que faz sobre os institutos, argumenta que o IL e o IEE tiraram algumas lições dos *TTs* liberais da Argentina. Na década de 1980, os centros trouxeram muitos intelectuais argentinos para dar palestras nos IL's, porque esse país contava com vários exemplares desse tipo de organizações. No entanto, também aprenderam com os exemplos negativos dos *TT's* vizinhos, já que esses brigavam muito entre si e eram personalistas, onde o que apareciam eram as ideias de um intelectual X e não da problemática liberal em si. Afirma assim, ser necessário “evitar fogo amigo” e apoiar as propostas coirmãs que existem para fortalecer a ideologia neoliberal¹¹⁵.

Sua última atividade pública foi seu envolvimento na campanha do candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL). De acordo com reportagens que saíram nos maiores jornais do país, foi Winston Ling quem apresentou o ministro da economia Paulo Guedes, ao novo presidente, apostando que, com essa parceria, o Brasil poderia se

¹¹³ Idem

¹¹⁴ Idem

¹¹⁵ Idem

tornar a nova China. “Se o plano Paulo Guedes for implementado, vamos estar anos luz à frente dos nossos vizinhos. O Brasil será a nova China e os capitais do mundo vão vir para o Brasil. Os cérebros e investidores virão”¹¹⁶. Winston defende que com desregulamentação, mudança na área tributária e redução de impostos o país vai poder se equiparar ao resto do mundo.

Quando o encontrei [Bolsonaro] pela primeira vez, em 2016, dei dois livros sobre o liberalismo: A Lei, de Frederic Bastiat, e Seis Lições, de Ludwig Von Mises. Eu via a movimentação do Bolsonaro e senti que ele tinha popularidade e que teria chance de ser presidente. Sou do tipo que gosta de se aproximar das pessoas e evangelizar sobre o liberalismo. [...] Eu acreditava que, se ele tivesse alguma chance de ser presidente, era hora de começar a pensar no programa econômico e organizar um grupo de conselheiros com empresários e economistas liberais¹¹⁷.

Essa aproximação dos liberais com o candidato eleito mostra como os valores do liberalismo são flexíveis e é contraditória a sua defesa da “liberdade”. Com uma pauta essencialmente conservadora e preconceituosa Bolsonaro, por prometer implantar uma economia de livre mercado, capitaneou o apoio dos neoliberais, o que confirma a tese do paradoxo ortodoxo que debatemos no primeiro capítulo. Ou seja, o importante para boa parte desse grupo é a economia de mercado, a suposta liberdade, que vem junto com o pacote de sua teoria, fica em segundo plano ou é ignorada.

Além de Winston, destacam-se também, na divulgação do livre mercado seus irmãos, Wilson e William. Wilson Ling, (nasceu em 1961), é bacharel em Análises de Sistemas e tem MBA pela Universidade de Chicago. Presidiu o ILRS de 1993 a 1997. Os irmãos Willian e Wilson Ling administraram várias empresas do grupo Petropar, antes de assumir a direção do mesmo, na metade dos anos 1990, na qual ficaram até meados dos anos 2000. Atualmente fazem parte do Conselho de Administração da Évora S.A.

William Ling, (nascido em 1957 em Porto Alegre) é graduado em Administração de Empresas e mestre pela Universidade de Stanford (EUA). Fundador do IEE e seu diretor de 1984-1986, atua como Conselheiro no Instituto Millenium, no Instituto Liberdade, na FEDERASUL e no Conselho Empresarial da Fundación Internacional para la Libertad, de Madrid, Espanha. De acordo com ele,

O Instituto de Estudos Empresariais (IEE) estabeleceu-se em 1984 para preencher o vácuo deixado por pseudo-lideranças empresariais. Ao adotar

¹¹⁶Fonte: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/com-plano-guedes-brasil-sera-nova-china.70002593661>. Acesso em: 10/11/2018

¹¹⁷ Idem

postura transparente e objetiva em favor das idéias de liberdade e democracia, o IEE renovou o discurso dos empresários. Ao longo de sua existência o IEE tem apresentado alternativas concretas para equacionar os problemas do Brasil, sustentando-se em um claro entendimento das causas destes problemas e em um firme compromisso com valores e princípios claramente explicitados (LING, 1992)¹¹⁸.

Dessa forma, William Ling afirma que a economia dirigista teria produzido empresas atrofiadas e dependentes do Estado, fato que beneficiou os pseudoempresários que ele explica serem aqueles que “se acostumaram a operar em mercados protegidos, com financiamentos públicos subsidiados, e margens de lucro garantidas pelas tabelas de preços” (IEE, 2014, p.21). Elogia as políticas neoliberais adotadas nos governos de Thatcher (Inglaterra), Regan (EUA) e Pinochet (Chile) e as considera um exemplo a ser seguido no Brasil.

Contudo salienta a dificuldade de fazer os empresários brasileiros mudarem de postura em relação a economia e a política. Afirma que “os primeiros anos de IEE foram marcados pelo enfrentamento do ceticismo e da resistência dos empresários: éramos tachados de xiitas” (IEE, 2014). Ou seja, eram acusados de serem defensores incansáveis e extremados do livre mercado, da mesma forma em que não economizam críticas à política nacional. Os empresários de então [anos 1980], segundo Ling, desconfiavam de quem defendia a abertura econômica, a eliminação de subsídios e a promoção da competição e da meritocracia: afinal, quanto menos concorrentes, melhor. “Achavam um assombro sermos a favor do funcionamento do comércio nos finais de semana e da presença de empresas multinacionais em todos os setores da economia (IEE, 2014, p.25)”.

Não sabemos até que ponto esse desprezo inicial às ideias do livre mercado era realmente efetivo, ou se foi um discurso construído para salientar a importância dos institutos e valorizar pessoalmente cada membro deles. Esse grupo circulava pelos ambientes da elite, já que faziam parte dela, assim eram facilmente ouvidos pelos seus pares. Mesmo que a concordância tenha demorado para se efetivar, acredito que esse discurso tem uns pontos de exagero, como as expressões “éramos tachados de xiitas” ou “achavam um assombro”. William Ling descreve no livro comemorativo de 30 anos do IEE, o que esse significou na sua vida:

O IEE foi a experiência mais determinante na minha vida. Nele formei a base conceitual que me possibilitou, anos mais tarde, assumir a liderança dos negócios de minha família e transformá-los numa organização que prospera

¹¹⁸Fonte:

https://web.archive.org/web/20000818051429/http://www.iee.com.br:80/institucional_historia.htm. Acesso em 10/08/2018

nos mercados mais competitivos do planeta, e tem como principal força uma cultura que reúne os valores que gostaria de ver adotados no Brasil. Valores como a confiança, o respeito ao indivíduo, a responsabilidade individual com imputabilidade, a transparência e o compromisso com a verdade, a subsidiariedade e a determinação de buscar sempre o melhor para o maior número possível de pessoas. (IEE, 2014, p.25)

Assim, a história da sua participação no IEE, confunde-se com a da sua própria vida e os valores aprendidos e compartilhados nessa instituição são expressados como fundamentais para a postura que iria assumir pessoalmente e nos negócios. A família Ling fundou e dirigiu os dois principais institutos neoliberais do Rio Grande do Sul nos anos 1980. Outros institutos mais contemporâneos também contam com a participação deles ou de seus descendentes. Antony Ling, por exemplo, filho de William Ling é um dos fundadores do Estudantes pela Liberdade, centro do qual se originará o MBL¹¹⁹.

A família Ling também fundou em 1995 o Instituto Ling, uma instituição cultural, situada na cidade de Porto Alegre, que entre outras atividades distribuí bolsas de estudos no exterior, a nível de pós-graduação. No site da instituição consta que nos seus 22 anos de atividade já foram concedidas 302 bolsas de estudos de mestrado e pós-graduação no exterior, representando um investimento de US\$ 5,9 milhões¹²⁰. As bolsas são distribuídas para as áreas de: Administração, Direito, Engenharia, Jornalismo e Liderança.

Além da família Ling, outros indivíduos foram importantes para a consolidação do IL e do IEE, com cargos de direção nesses, como foi o caso de Roberto Rachewsky, empresário na área de comércio exterior. Rachewsky figura, junto com William Ling como fundador do IEE, do qual foi vice-presidente de 1984 a 1985 e presidente na gestão seguinte de 1986 a 1987. Também auxiliou na fundação do ILRS e foi vice-presidente do mesmo nos anos finais da década de 1980. Participou da diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Porto Alegre, da Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil e do Rio Grande do Sul (ADVB-RS) e da Federasul. Atua como conselheiro do IEE e do Instituto Atlantos (do qual é co-fundador e presidente do Conselho Deliberativo), também é membro do Grupo Pensar. Escreve artigos de opinião

¹¹⁹ Fábio Ostermann, Juliano Torres e Anthony Ling foram os fundadores do Estudantes pela Liberdade, versão brasileira do Students for Liberty, “uma organização-chave na articulação entre os *think tanks* conservadores americanos – especialmente os que se definem como libertários – e a juventude “antipopulista” da América Latina. Mr. Chafuen, presidente da Atlas Network desde 1991, é o seu mentor”. Fonte: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: 28/08/2018

¹²⁰ Fonte: <https://www.institutoling.org.br/index.php/conheca-o-instituto-ling/>. Acesso em 28/08/2018

para vários *TTs* neoliberais brasileiros, entre eles, os já citados e o Instituto Millenium e o Mises Brasil.

Rachewsky conta que participou ativamente do Diretório Acadêmico de Administração, Economia e Ciências Atuariais da UFRGS, em 1974, enquanto cursava a graduação. De acordo com ele, sua atuação nesse o levou a ser fichado no DOPS como subversivo (IEE, 2014, p.28), devido a panfletos que havia impresso e distribuído criticando o intervencionismo do ministro da economia Delfim Netto. “A situação era tensa, o que me levou a abrir um processo para esclarecer as acusações que me faziam e, conseqüentemente, para “limpar” a minha ficha. Em 1976, fui chamado no DOPS para um interrogatório” (IEE, 2014, p.28). Na seqüência foi inocentado e recebeu um atestado de bons antecedentes emitido pelo órgão de repressão.

Foi na faculdade de Administração e Economia da UFRGS que conheceu e se tornou amigo de William Ling. Com ele dividiu a tarefa de recrutamento de demais jovens ao IEE, “coube-me convidar empresários do comércio e de serviços, e ao William, o pessoal da indústria e da agricultura” (IEE, 2014, p.29). No primeiro ano foram definidos os objetivos do instituto, sendo efetivadas muitas reuniões para pensar sua estrutura. Logo em seguida, na gestão de Rachewsky coube a consolidação do IEE e o início da interação com a comunidade empresarial.

Foi constituída uma sede para o IEE e criada uma estrutura administrativa e operacional, chefiada à época pelo incansável Nino Anele; foi também criado um jornal próprio, chamado Proposta, que contava com jornalistas contratados para esse fim. Iniciamos um trabalho conjunto com o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, do qual também tive o prazer de ser um dos fundadores, junto com Winston Ling, irmão do William (IEE, 2014, p.29).

Visualizamos nos depoimentos de Ling e Rachewsky, a conexão existente entre os dois institutos, que contaram com indivíduos e ideias em comum. Pôde-se perceber que os membros mais destacados do IEE, passavam, depois de frequentar aquele, a fazer parte do ILRS. De acordo com Rachewsky: “O IEE e o Instituto Liberal iniciaram, nos idos da década de 1980, uma mudança cultural” (IEE, 2014, p.30). O autor salienta a importância desses *TTs* para os jovens da época, os quais tiveram acesso e conhecimento das ideias liberais graças ao trabalho de produção e divulgação intelectual do IEE e do IL.

Carlos Biedermann também participou dos dois centros. Biedermann nasceu em 1954 na cidade de Porto Alegre, é formado em Administração de Empresas (UFRGS), Ciências Contábeis (UNISINOS) e Administração Pública (UFRGS) e tem pós-Graduação em Mercado de Capitais pela FGV. Filho de Anton Karl Biedermann,

empresário e dirigente de esportes no Rio Grande do Sul, foi um dos fundadores da PricewaterhouseCoopers (PwC Brasil), empresa controlada pela sua família até hoje. Atualmente é consultor em governança corporativa, presidente do Conselho Deliberativo do Grêmio FBPA, vice-presidente da FEDERASUL e ex vice-presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Carlos Biedermann, foi um dos fundadores da Associação de Jovens Empresários do Rio Grande do Sul, dirigiu o IEE de 1988 a 1989 e em seguida passou a fazer parte do ILRS, do qual foi diretor de 1989 a 1992. O mesmo reiterou o discurso de William Ling, ao afirmar que, “naqueles anos de volta à democracia, éramos considerados radicais, um grupo de xiitas que agia completamente diferente do modelo e dos conceitos da época” (IEE, 2014, p.33), justamente porque, segundo ele, poucos conheciam o liberalismo, as ideias dos economistas austríacos e os livros da Ayn Rand. De acordo com Birdemann a sua vida mudou após o ingresso no IEE. Ele que antes de assumir a direção participou da gestão de 1987 a 1988 comanda por Carlos Smith, afirma que

Aquela diretoria de 1987/1988 foi emblemática. Criamos os pilares básicos do que ainda hoje é o IEE: o júri simulado, os eventos de treinamento, os seminários, o *Fórum da Liberdade*, mas, muito além disso, estabeleceram-se os princípios de irmandade que vão muito além da identidade de princípios, de ideais, de conhecimento; significam uma relação de cumplicidade e de comprometimento que se perenizam, mesmo que muitas vezes a proximidade não seja a mesma. Muito do que hoje é o IEE se deve aquele grupo de amigos (IEE, 2014, p.33).

Para Biedermann o maior legado das gestões que participou foi a criação do *Fórum da Liberdade*, evento símbolo do IEE até hoje. Para ele “o Fórum é extremamente importante como instrumento de divulgação de ideias, mas ele é mais importante como instrumento de formação das pessoas” (IEE, 2014, p.30).

Terminado o Fórum e a nossa gestão, nossa vontade de trabalhar pela causa continuava imensa e juntamos as duas diretorias, de 1987/1988 e 1988/1989, e fomos fazer a nossa revolução no IL. Assumi a presidência, e, junto com aqueles amigos, ficamos um bom tempo criando coisas novas – o Projeto Modernidade, os eventos com políticos, os fóruns de discussão temática e especialmente o programa de TV “O Rio Grande Questiona”. Estivemos no ar todos os domingos à noite por mais de dois anos (IEE, 2014, p.34).

Nessa passagem, Biedermann reafirma a conexão entre os dois institutos e o intercâmbio de membros que ocorria de uma para outra, boa parte dos seus integrantes fazia parte primeiramente do IEE e depois se associava ao ILRS. Esse último acaba operando como um ambiente que aprofundava as propostas do IEE, atuando como uma agente que tinha um projeto de formação e debates continuados sobre a teoria liberal.

Enfoca, também, algumas das atividades realizadas pelos institutos, que evidenciam a realização de frequentes discussões, que tinham por intenção, por um lado, de se estabelecer na agenda dos homens de negócios do Estado e, por outro, convencer, a partir da repetição, que as suas propostas estavam em consonância com as ideias de renovação político-econômicos mais atualizadas do mundo ocidental.

Outro diretor do ILRS foi Leônidas Zelmanovitz, que ocupou a presidência desse de 1992 a 1993, e que como vários outros membros, também fez parte do IEE. Nasceu em 1961, é bacharel em Direito pela UFRGS, Mestre em Economia Austríaca pela Universidad Rey Juan Carlos de Madrid e Doutor (2011) em Economia Aplicada pela mesma universidade. Foi fundador e presidente da empresa Mercúrio D.T.V.M S.A. onde trabalhou até 2001, quando a empresa foi vendida. Desde 2001, trabalha na Liberty Fund Inc, em Indianapolis/EUA, um *TT* neoliberal dedicado à produção de conteúdos e divulgação da ideologia de livre mercado, a qual tem conexões com o IL e o IEE.

Zelmanovitz é membro da *Mont Pèlerin Society*. Intelectual, com publicação sistemática de artigos científicos na área de economia, sua principal produção é o livro, fruto da sua tese de doutorado “The Ontology And Function Of Money – The Philosophical Fundamentals of Monetary Institutions”, lançado em 2015.

Carlos Fernando Souto, também foi presidente do IEE de 1994 a 1995 e do ILRS de 1997 a 2001 e atualmente é membro do Instituto Millenium. Souto é bacharel em Direito pela UFRGS (1989), especialista em Filosofia e Economia Política pela PUCRS (1995), além de possuir cursos de curta duração pela Fundação Friederich Naumann da Alemanha (1997) e na Harvard Business School (2001 e 2005). Foi presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais, vice-presidente da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), e membro do conselho da Associação Comercial de Porto Alegre. Trabalhou na Veirano Advogados (1997-2012) e atualmente é sócio do escritório de advocacia Souto Correa.

Souto afirma que desde o seu surgimento, até a década de 1990, o IEE era uma das poucas vozes dissonantes contra o estatismo imperante no país. Assim como os demais depoimentos contidos no livro comemorativo dos 30 anos no IEE, Souto também declara que o instituto mudou a sua forma de ver e entender o mundo, comenta que aos 24 anos de idade, depois de formado, ingressou no IEE e passou a ler autores até então desconhecidos para ele, como Hayek, Mises, Rand, Rothbard, entre outros. De acordo com o mesmo “parecia que temas obscuros finalmente eram brindados pela luz do dia” (IEE, 2014, p.66). Souto comenta que pode repensar, a partir de sua estadia no instituto, algumas questões que havia aprendido no curso de Direito:

Enquanto lia nos livros de direito que a igualdade consistia em tratar desigualmente os desiguais – daí, por exemplo, o pressuposto da legislação trabalhista -, aprendia no IEE que igualdade não deveria ser a igualdade dos resultados, ou de oportunidades, mas, sim, a igualdade de todos perante a lei, sem distinção (IEE, 2014, p.66).

Segue discorrendo que pôde reexaminar alguns conceitos, como justiça social e função social da propriedade, pois “a propriedade deve servir aos interesses de quem a tem, e não a funções deliberadas por legisladores” (IEE, 2014, p.66). Assim como pôde reconsiderar os debates sobre o direito ao lucro, defendendo que ele nada mais é do o “prêmio dado a quem atendeu alguma necessidade de alguém” e não um roubo, como salientado em alguns espaços. Ou seja, “graças ao lucro, poder-se-ia efetivamente atender necessidades recíprocas e, com isso, incentivar a ‘justiça social’” (IEE, 2014, p.66).

Carlos Souto ainda relata como foi sua experiência na organização do Fórum e seu contato com os conferencistas que participaram daquela edição.

Nosso *Fórum da Liberdade* naquele ano de 1995, dado esse contexto, teve como tema globalização e livre-comércio. Recebemos personalidades mundiais, como o escritor e hoje prêmio Nobel Mario Vargas Llosa; o prof. Israel Kirzner, uma das maiores autoridades sobre a Escola Austríaca de Teoria Econômica; o ministro chinês Zheng Hongye, chairman do Conselho de Promoção de Comércio Internacional da China (reitero: estávamos em 1995!); os saudosos jornalista, filósofo e diretor de teatro Paulo Francis; o empresário e fundador do Instituto Liberal Donald Stewart Jr.; e o então deputado federal Roberto Campos, entre tantos outros (IEE, 2014, p.68)

Segundo Souto, Paulo Francis, Campos e Llosa não se conheciam pessoalmente, foi o Fórum que oportunizou esse encontro. Todos esses pensadores, citados acima, são importantes dentro da construção e difusão das propostas liberais, trazê-los para o Fórum significava um reconhecimento duplo. Tanto do instituto que atesta a importância deles, como dos palestrantes que se deslocavam para o evento por considerá-lo uma referência nas discussões da área.

Além desses diretores, outros nomes foram importantes para a estruturação e a consolidação dos *TTs*. Carlos de Freitas e Castro Smith é Bacharel em Direito pela PUCRS, foi presidente do IEE na gestão de 1987 a 1988, e convidado a participar do instituto por Renato Malcon. Smith é um dos principais acionistas da Ciacorp e da SmithCo, foi sócio e administrador do Shopping Moinhos de Vento, do Hotel Sheraton e do Blue Three de Porto Alegre, além de ter sido sócio de Jorge Gerdau, de quem foi genro até alguns anos atrás.

No livro que marca os 30 anos do IEE, Smith relata que os encontros com os companheiros do grupo ocorriam duas vezes por semana: “para sonhar, criar e realizar. Eram momentos de rupturas de limites e de formação de caráter” (IEE, 2014, p.31). Nessas reuniões, informa que começaram a pôr em prática as propostas idealizadas pelos autores que liam e as ações de treinamento e preparação arquitetadas pelos diretores do IEE, por ele chamados de “guerrilheiros da liberdade”. Projetos como, “a implantação de júri simulado, *Fórum da Liberdade*, programas de TV, encontros e fóruns com políticos para a divulgação da ideia liberal, convites especiais a pensadores de porte nacional ou internacional para eventos internos aos membros” (IEE, 2014, p.31), aconteceram em apenas um ano.

Assim como Souto, André Loiferman também participou da direção dos institutos. Loiferman é formado em Engenharia Civil pela UFRGS e em Administração pela PUCRS, foi presidente do IEE de 1990 a 1991 e também fez parte do ILRS. É dono da Construtora Brasília Guaíba Obras Públicas S.A., empreiteira com foco na realização de obras públicas (estradas, usinas, represas, portos, oleodutos, pontes e aeroportos), fundada por seu pai em 1960 e que se fundiu com uma joint venture francesa (Spie Batignolles) na década de 1970, uma das líderes mundiais em engenharia na época.

Loiferman participou de várias associações empresariais no Estado do Rio Grande do Sul, é membro por exemplo do Sindicato da Indústria da Construção de Estradas Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral no Estado do Rio Grande do Sul (SICEPOT-RS) e do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS). Também é membro da Junior Achievement Brazil, uma organização educacional que ensina empreendedorismo aos jovens. Em 2006 recebeu da FIERGS o prêmio Engenheiro do ano.

Afirma que na sua gestão como presidente do IEE foram realizadas duas viagens internacionais para envolver o instituto com as ideias em voga no primeiro mundo, as quais contaram “com a participação do IEE pela primeira vez na conferência da *Sociedade Mont Pelèrin* em Munique, na Alemanha, e a visita de uma delegação de membros do IEE à Argentina, para conhecer as experiências pró-mercado e privatizações que o governo Menem estava realizando sob os auspícios do ministro Alvaro Alsogaray” (IEE, 2014, p.40).

A participação dos membros do IEE na conferência da *Sociedade Mont Pèlerin* é de destacada importância, visto que essa se constitui na principal entidade de proposição de ideias e de defesa do livre mercado, e porque é uma instituição bastante rigorosa para a aceitação de novos membros e para a participação de indivíduos nas suas reuniões. O

fato de componentes do IEE terem acesso às suas atividades revelam como esse se constituiu em um importante *TT* na América do Sul para a defesa do neoliberalismo. Não por acaso os poucos membros brasileiros da *Sociedade Mont Pèlerin* estão concentrados, no IL e no IEE.

O intercâmbio na Argentina também é uma experiência que comprova como o exemplo dos países vizinhos era valorizado pelos neoliberais do Brasil. O Chile e a Argentina eram exemplos bastante usuais das reformas que, segundo os institutos, o país precisava passar. Menem, que a pouco havia alcançado a presidência do país, já era visto como um visionário e Alvaro Alsogaray representava a realização prática dessas mudanças.

Outro dirigente do IEE foi Daniel Tevah, o qual presidiu o instituto no ano de 1991 a 1992. Esse é sócio do Grupo Tevah, loja de roupas masculinas, fundada pelo seu pai. Foi presidente da Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil (ADVB) e atualmente coordena uma agência de turismo. Em 2018 se candidatou a Deputado Estadual pelo PHS, não sendo eleito. Tevah afirma que quando ingresso no IEE percebeu que não entendia de economia e que suas convicções sobre o Estado e o capitalismo estavam equivocadas, percebendo que o maior prejudicado pela intervenção na economia era o povo, que o governo dizia tanto defender (IEE, 2014, p.42). De acordo com o mesmo

O IEE me permitiu abrir os olhos para a absurda intervenção do Estado na economia e os males daí decorrentes. Comecei a entender o que queriam dizer aqueles economistas que defendiam o livre mercado. Até então, como qualquer outro brasileiro, eu achava que o governo existia para proteger o povo da “ganância dos capitalistas sem coração, ávidos por obter o máximo de lucros às custas da miséria do povo”. E até, de certa forma, simpatizava com aqueles que pregavam uma distribuição mais justa da riqueza, o socialismo. Afinal, por que existiam alguns que tinham tudo e outros que nada tinham? Como era possível conviver com tamanha injustiça social? Pensava: “Ainda bem que existe o governo para colocar limites nas pretensões desta gente que só quer lucrar o máximo possível no menor tempo possível”. O IEE permitiu que eu perdesse a inocência de raciocínio, possibilitando-me analisar profundamente a realidade e descobrir quem eram, na verdade, os verdadeiros vilões. E, à medida que mais eu estudava e mais entendia os caminhos da economia, mais queria aprender para abrir os olhos dos outros, de quem era enganado pela falsa visão de que o capitalismo era o sistema econômico mais injusto que existe (IEE, 2014, p.42/3).

Nesse relato percebe-se como o IEE é interpretado como um agente da verdade, um instituto que tem o poder de abrir os olhos dos jovens que se deixaram convencer pelo discurso do Estado, que se vendia como um elemento de diminuição das desigualdades e como promotor da justiça social. O IEE seria o responsável por mostrar como essas promessas são falsas e só servem para cobrar e aumentar impostos, os quais não aplacam os problemas sociais de pobreza e desigualdade social. Percebe-se, por esse discurso, que

o instituto promove uma doutrinação bem-sucedida dos princípios do neoliberalismo, reduzindo todos os problemas sociais a uma relação de consumo e meritocracia. Desconsiderada, assim, os problemas de acesso ao consumo de uma parcela significativa da população e a estruturação de um sistema que não permite avanços sociais.

Outro presidente do IEE no ano de 1989 a 1990 foi Eduardo França de Araújo. Formado em Tecnologia de Processamento de Dados (1979) pela UFRGS, com curso de especialização na FGV, foi convidado para ingressar no IEE em 1986 por William Ling. Santos salienta a importância do instituto para sua formação como liberal e como um abrir os olhos para a política e a economia brasileira e mundial. “Após as primeiras reuniões e eventos, contatos com os associados e as primeiras leituras, percebi que, naquele momento de muitas incertezas e grandes desafios, o IEE poderia me ajudar no entendimento do contexto, na formação dos pontos de vista e na avaliação das alternativas para o futuro” (IEE, 2014, p.37).

André Gomes Burger, foi presidente do IEE entre 1992 e 1993. É economista formado pela UFRGS, com mestrado em administração e dono da Audaka Consultoria Econômico Financeira. A convite de André Loiferman, foi com mais sete jovens empresários, passar uma temporada de um ano em Buenos Aires, para estudar a teoria econômica da Escola Austríaca. Essa atividade, promovida pelo ILRS, em parceria com o IEE, levou um grupo formado por economistas, advogados e jornalistas para realizar um curso na ESEADE (Escuela Superior de Economía y Administración), na época dirigida por Alberto Benegas Lynch (IEE, 2014, p.55).

No seu retorno a Porto Alegre assumiu a presidência do IEE. Na sua gestão foi criado um programa de incentivo, com o patrocínio do extinto Banco de Boston, que fomentava a participação e o estudo dos membros do instituto em instituições do exterior. “Os mais bem-sucedidos participariam de cursos no exterior em instituições como a FEE, IHS, Cato, Heritage e PERC. Acredito que isso tenha sido o embrião do atual sistema meritocrático em vigor no Instituto (IEE, 2014, p.57).

No ano seguinte, Roy Warncke Ashton, presidiu o instituto (1993 a 1994). Ashton é engenheiro civil e escritor de romances e atualmente vive na Alemanha. O mesmo informou, que a partir da viagem anteriormente citada por Burger e Loiferman, foi possível contatar os palestrantes para o VI *Fórum da Liberdade* e para os subsequentes eventos. Esse contato com os TTs norte-americanos “facilitou em muito o processo de convencimento de expoentes como Buchanan e Epstein para que viessem a Porto Alegre. No Liberty Fund em Indianápolis, numa conversa com Emílio Pacheco e Bill Dennis,

surgiu pela primeira vez a ideia para a série *Pensamentos Liberais*, que iniciariamos no ano seguinte, após o Fórum sobre a ‘Educação em Crise’” (IEE, 2014, p.60).

Da sua gestão, Ashton destaca a presença de importantes nomes internacionais para os eventos internos do instituto. Dentro os intelectuais que frequentaram o IEE naquele ano estavam: Jacob Hornberger, Walter E. Williams, Francis Fukuyama, Hans-Hermann Hoppe, Walter Block e Emilio Pacheco. Ashton também destaca as presenças nacionais, de Jorge Gerdau Johannpeter, Henry Maksoud, Paulo Rabello de Castro e Donald Stewart Jr, tanto como palestrantes, quanto ouvintes dos debates propostos pelo instituto (IEE, 2014, p.61).

Roy Ashton aponta que uma de suas críticas ao trabalho do IEE “era que se estudava pouco, que tínhamos de ter mais conhecimento e informação para poder debater com pessoas do nível daquelas que estávamos convidando para nossos eventos” (IEE, 2014, p.61). Os artigos da série *Pensamentos Liberais* deveriam cumprir essa função de “incentivar esse estudo mais intenso e dedicado” (IEE, 2014, p.61). Esses artigos, como já foi comentado anteriormente e discutido no segundo capítulo, são mais opinativos do que baseados numa discussão aprofundada dos autores que fazem parte da lista de leituras do IEE.

Mais duas informações são importantes no relato desse associado. A criação em 1994 do Prêmio Incentivo IEE, que logo passaria a denominar-se Prêmio Asa Delta, com o patrocínio do Banco de Boston, que patrocinava com uma viagem de estudos aos EUA, membros do instituto que produzissem o melhor artigo sobre livre mercado. O segundo desses dados revela, que a partir da presença de Roberto Campos ao *Fórum da Liberdade* de 1994, “surgiu a ideia de criar um instituto de ciência política que levaria seu nome, o Instituto Roberto Campos. Este seria flanqueado pelo IL e pelo IEE e teria como foco a discussão política em torno do liberalismo, em especial do liberalismo econômico” (IEE, 2014, p.63/4). No entanto, Roberto Campos estipulou como condição, que todo material a ser publicizado, fosse por ele revisado, o que acabou por dificultar uma publicação intensiva, a que se pretendia esse instituto, já que o economista se encontrava enfermo. Em 2001 com a sua morte, foram encerradas as poucas atividades do IRC.

De outros membros, que ocuparam a direção do IEE, conseguimos poucas informações, como é o caso de Dib, Souza e Silber. Jorge Antônio Dib, presidiu o IEE entre 1995 e 1996, possui graduação em Administração de Empresas pela PUCRS (1989) e Mestrado em Administração pela UFRGS (1994). É empresário e trabalhou em empresas como Google, Sodexo, Grupo Michelin e Grupo RBS e atualmente é sócio da empresa de consultoria Roi Latam. Dib também é membro do ILRS. Julio Fortini de

Souza, foi presidente do instituto entre 1996 e 1997. É formado em Engenharia Civil pela UFRGS (1986) e Doutor em E T S de Ingenieros Agronomos, pela Universidad Politécnica de Madrid (2014), é Diretor comercial da Ecoplan Engenharia Ltda. Pedro Alberto Tedesco Silber presidiu o IEE na gestão de 1997 a 1998, é engenheiro civil e dono da Construtora Tedesco S.A. Foi membro da diretoria do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (SINDUSCON-RS) e da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Silber destaca que a realização mais expressiva dos anos que participou do IEE foi o lançamento da Revista Leader,” com tiragem inicial de 5.000 exemplares e periodicidade trimestral, dirigida a um público-alvo selecionado entre líderes empresariais, formadores de opinião, imprensa, políticos e universitários” (IEE, 2014, p.78).

Outro depoimento importante foi dado por Felipe Sampaio Goron, que foi presidente do IEE na gestão de 1998 a 1999. O mesmo é graduado e Mestre em Administração pela UFRGS, trabalhou na direção comercial de alguns jornais do Estado e de Santa Catarina e atualmente é diretor de Marketing do Grupo RBS. Goron conta que durante a sua gestão em 1998 aconteceu um importante debate sobre os rumos do instituto. Por ser um ano eleitoral, muitos dos membros e ex membros do IEE se filiaram ao Partido da Frente Liberal (PFL) e se lançaram como candidatos. Esses pleitearam utilizar o nome do instituto nas suas campanhas e a estrutura do IEE como um espaço para fazer seus debates, em um cenário, considerado por Goron como tenso, já que havia a possibilidade de ganhar as eleições o candidato do PT, Olívio Dutra.

Entendendo que essa perspectiva era desastrosa, traria um enorme retrocesso e era contra todos os nossos valores, um grupo significativo de associados entrou para a política, filiando-se ao PFL/RS. Instalou-se então um grande debate no Instituto, o que tornaria o meu processo de eleição bastante complexo, uma vez que eu era declaradamente contra envolver o Instituto em política. De um lado, havia a busca da solução dos nossos desafios por meio da politização do IEE; do outro, o entendimento de que esse papel não era do IEE, que não deveria ter nenhum vínculo político, mas sim dos associados que entendessem que esse era o caminho (IEE, 2014, 82).

Nesse sentido, acabou prevalecendo a corrente que mantinha o instituto independente de vínculos partidários diretos, apesar do empresário reconhecer a necessidade dos indivíduos se engajarem na política, principalmente para evitar o que ele classificou como “catástrofe” e “retrocesso”, acreditava que o IEE não podia se partidariar, pois assim perderia sua essência. O que chama a atenção na fala de Goron é o modo apocalíptico como aborda o partido adversário, segundo ele “a eleição do PT representava um risco concreto ao modelo de sociedade no qual acreditávamos” (IEE, 2014, p.83).

O último presidente do IEE, do período analisado, foi Sérgio Grinberg Lewin, que presidiu a instituição de 1999 a 2000 e o Instituto Liberdade (antigo ILRS) de 2004 a 2007. Advogado, possui especialização em Direito da economia e da empresa pela FGV– RJ (1999). Atualmente é sócio do escritório de advocacia, Silveiro Advogados Associados e colaborador da Unisinos. Para o mesmo,

O IEE ainda não mudou o país? Embora muitas das ideias que eram consideradas traição da pátria há alguns anos tenham sido aplicadas e outras, apesar de toda a resistência, acabarão se impondo mais cedo ou mais tarde, por certo ainda estamos muito longe do país que idealizamos. Mas não há ninguém que tenha passado pelo IEE que não tenha mudado a si próprio. Isso prova a importância do Instituto e explica como essa entidade pôde chegar aos 30 anos com tanto sucesso e sendo tão reverenciada por todos aqueles que ajudaram a construir sua história. E agora vou falar não para você, que está lendo este artigo, mas para o arqueólogo que o ler daqui a mil anos. Ele certamente dirá: como estava à frente do seu tempo aquele pessoal do IEE! Que lástima o tempo desperdiçado até a vitória de suas ideias (IEE, 2014, p.87).

Nessa passagem o autor coloca o IEE como um idealizador do futuro, como promotor de ideias, que se antes puderam ser condenadas como erradas, um dia serão reconhecidas como visionárias e as mais corretas para reger a nação. As falas dos integrantes do IEE sempre se dão num tom profético de extrema convicção de que somente o livre mercado apresenta um cabedal político e econômico capaz de levar ao progresso da sociedade. Obviamente temos que levar em conta que todo militante de uma causa acredita ser o dono da razão e o que se pode perceber nos membros do IEE e do IL é justamente o engajamento e a militância para com as ideias neoliberais.

Em diversos momentos, nos discursos apresentados aqui, o liberalismo é apontado como um argumento lógico, enquanto o socialismo/comunismo é considerado algo ideológico. O fato de não se entenderem como ideológicos e culpar “o outro” por ser, mostra como os integrantes desses *TTs* tentam fugir de determinados estereótipos, por acreditar que quem defende uma determinada ideologia acaba se cegando para os demais argumentos. Postura que acabou se visualizando nos membros desses institutos, pois ao repercutirem um discurso apaixonado pelas suas convicções e um ataque a quem defende outra perspectiva de sociedade, acabam se fechando para outros debates e discursos. Nessa tese, defende-se que o liberalismo e o neoliberalismo são sim uma ideologia, uma concepção de mundo que guia a vida e o comportamento das pessoas que se identificam com ela. Tentar negar essa perspectiva também é uma questão ideológica.

4. 4 “Achicar el Estado es agrandar la nación”¹²¹ - os representantes do IDEA

Os indivíduos que dirigiram o IDEA de 1983 a 2000 seguem características parecidas com aqueles que coordenaram os TTs do Brasil, fazem parte da classe dominante, têm posições de destaque dentro das empresas que trabalham e veem nos institutos uma forma de defender seus interesses econômicos e se projetar socialmente. Analisaremos aqui, apenas aqueles que participaram das direções do instituto no período analisado, não enfocando aqueles que a presidiram nas duas décadas anteriores.

Oscar Saggese, nasceu em 1928 e foi diretor do IDEA de 1983 a 1985. Tem doutorado em Química e iniciou sua vida profissional como professor, em seguida migrou para o setor empresarial, tendo sido gerente geral de Petroquímica Río Tercero (antes e depois de sua privatização), diretor do grupo Atanos e YPF e das empresas Vialorenz e Indupa. Foi um dos criadores, em 1990, da Fundación Ciencias Exactas y Naturales (FUNDACEN), fundação sem fins lucrativos ligada a Facultad de Ciencias Exactas y Naturales de la Universidad de Buenos Aires (FCEN-UBA) e presidente da Comisión Nacional de Energía Atómica (CONEA).

Saggese foi Secretário de Indústria e Comercio Exterior em 1989, indicado para esse cargo pelo primeiro Ministro da Economia do governo de Menem, Miguel Roig, o qual foi presidente de IDEA de 1981 a 1983. Uma reportagem do Jornal Clarín, de 1989, afirma que Saggese gozava de reconhecimento e prestígio entre os empresários, tanto por sua gestão em importantes companhias nacionais como por sua direção no instituto IDEA, onde foi tesoureiro, vice-presidente e presidente. Seu trabalho em IDEA é definido como: “en esa entidad desarrolló un intenso trabajo, comandando la capacitación de los cuerpos gerenciales de nuestro país, tanto en la parte técnica como en los aspectos sociales, culturales y políticos” (*Clarín*, 27/06/1989, p.10).

A história da nomeação de Miguel Roig ao Ministério de Economia é interessante por revelar o peso que as grandes empresas possuem na política. A indicação do nome de Roig foi feita por sugestão do grupo Bunge & Born, onde o engenheiro civil e economista ocupava o cargo de Presidente Executivo, para planejar e implementar um plano econômico de tendência neoliberal (Plan BB). Roig acaba falecendo 5 dias depois de assumir o cargo oficialmente e foi substituído pelo vice-presidente da Bunge & Born,

¹²¹ Frase retirada da Revista IDEA, de autoria de Carlos Daniel Tramutola, presidente do IDEA de 1989 a 1991 “Los empresarios, así como otros sectores de la sociedad, tenían un lema: achicar el Estado es agrandar la nación” (IDEA, 05/1990, p.86)

o economista Néstor Rapanelli, que ficou no posto até o final de 1989. Durante o século XX Bunge & Born foi a corporação econômico-industrial mais influente do país.

La llegada de Menem y el anuncio de las primeras medidas de gobierno fueron acogidas con gran aceptación por el conjunto del arco empresarial. El giro iniciado por la nueva administración a poco de asumir, que incluía la designación de un empresario de gran prestigio al mando del Ministerio de Economía, era percibido por el mundo empresarial como la realización de todo aquello que habían demandado en los años previos a la debacle hiperinflacionaria (BELTRÁN, 2011, p.248).

A ligação entre empresas/empresários, política/políticos e instituições mostram como essa relação tem sido eficiente para propor e impor um modelo de política e sociedade via governo. O Ministro da Economia e o Secretário de Indústria e Comércio Exterior, ambos executivos de grandes empresas, haviam sido presidentes do IDEA. Essa instituição e o capital simbólico que ela representa ao agrupar os homens de negócio do país, os aproximam do poder político, pois contavam com uma rede de contatos e de relações que se sustentava e realimentava da troca de prestígio e apoio entre os que ocupam posições políticas, os empresários e os TT's.

Em 1984, sobre a coordenação de Saggese, foi lançada uma série de artigos intitulada “*Agenda IDEA*”, escritos por empresários e especialistas, esse tinha por objetivo “contribuir con la administración que orienta la vida del país” (*MERCADO*, 19/07/1984, p.61). Esse material, que de acordo com o instituto contava com “pluralismo ideológico”, foi oferecido ao Presidente da Nação e outros funcionários estatais e tratava-se de “una contribución de la entidad al análisis de temas fundamentales que tienen que ver con el razonamiento del corto plazo del país” (*MERCADO*, 19/07/1984, p.61).

Os temas abordados nessas análises referiam-se a “Deuda externa y economía mundial”, “Educación cuaternaria” e “Inflación y economía del Estado”. De acordo com a revista *Mercado* essa iniciativa “básicamente se trata de aportar el punto de vista de un grupo destacado de dirigentes” (*MERCADO*, 19/07/1984, p.61) ao governo. De forma parecida com o que o visualizamos com o IL no Brasil, o IDEA também tem publicações destinadas ao corpo político e espera com essas influenciar nas decisões governamentais.

El equipo económico era controlado en los principales cargos por los ejecutivos del grupo Bunge y Born, Roig (quien fallecía a la semana de asumir) y Rapanelli en el cargo de ministro, Ferreres en la secretaría de Coordinación Económica. El secretario de Industria y Comercio, Saggese, estaba vinculado con IDEA y había desarrollado su carrera profesional en empresas estatales y de importantes contactos con empresarios privados. La otra parte del equipo, Frigeri, Curia y Solá, provenían del PJ y los dos primeros habían formado parte de equipo económico de campaña. Reproduciendo el esquema de Economía, en el BCRA Menem nombraba a individuos con estrechos vínculos con el mercado financiero local con González Fraga, en primer lugar, y, tras su salida,

con Iannella. La vicepresidencia era ocupada primero por Erman González, hombre que había acompañado a Menem en su gobernación en la provincia de La Rioja, y, posteriormente, por Roque Fernández, del CEMA (CAPUTO, 2012, p.105

Na gestão seguinte a de Saggese, assumiu Cirilo Ciordia, engenheiro e diretor da empresa Rigolleau. Esse foi presidente do IDEA de 1985 a 1987. Não encontramos muitas informações de Ciordia, somente algumas poucas linhas relacionadas a seu trabalho no instituto. Durante sua gestão começou a funcionar o mestrado em Administração na Escola de Negócios do IDEA, projeto que vinha sendo elaborado desde 1984. Para a implantação do mestrado foi preciso firmar relações com universidades dos EUA (Harvard, MIT, Stanford, Columbia, Pennsylvania), onde esses cursos já tinham uma trajetória reconhecida. O mestrado foi elaborado em parceria com a Wharton Business School da Universidade de Pennsylvania, por esse acordo de cooperação os professores da Wharton dariam cursos no IDEA, e os professores de IDEA se especializariam nessa universidade para futuramente assumir o mestrado. Os materiais didáticos também seriam advindos dessa instituição.

O mestrado iniciou em 1988 e contava com 4 trimestres de 6 semanas cada um, com dedicação plena. “Como estos períodos coinciden con el receso en el Hermisfério Norte, se emplearán, cuando sea el caso, para recibir a profesores visitantes de universidades del exterior”, principalmente da Wharton Business School. “Se cumple así una vieja aspiración que estuvo a punto de cristalizar un par de veces anteriores: tender una especie de puente entre la universidad y la empresa, usuaria de gran parte de los recursos que aquélla prepara” (*MERCADO*, 29/10/1987, p.98).

O próximo empresário a assumir o IDEA foi Rubén Puentedura, o qual nasceu em 1937, foi presidente do IDEA de 1987 a 1989 e seu diretor executivo de 1994 a 2004. Puentedura é Engenheiro Químico (Universidad Nacional de Tucumán, 1959), com pós graduação em International Management na Columbia University e em Políticas Públicas na Universidad Torcuato di Tella. Foi presidente e gerente geral da PASA Petroquímica Argentina SA (1987-1994) e trabalhou em várias outras empresas, todas em cargos de chefia, como a Esso SAPA, a Exxon Corporation, da Unistar S.A., a Fundación BIO e a Air Liquide Argentina. Foi diretor do Banco Inving, presidente da Cámara de la Industria del Petróleo e da Cámara de la Industria Química e encabeçou a realização do primeiro Repositorio de Datos Petrolíferos do país (2008). Também foi membro do Consejo Empresario Argentino (CEA), instituição da qual vamos nos deter um pouco mais abaixo.

Este restringido Consejo, que reúne a algunas de las más grandes y tradicionales empresas del país, pertenecientes a cada uno de los diferentes

sectores de negocios de la economía, se caracteriza como la entidad patronal más selecta y más ligada, políticamente, por sus tomas de posición y por las actividades que organizó, a los períodos duros de los dos últimos regímenes militares, con Krieger Vasena primero y, sobre todo, con Martínez de Hoz. [...]. En 1976, Federico Zorraquín era vicepresidente del Consejo Empresario y, [...] en 1987, asumió la presidencia de este consejo, [...] y cuyas posiciones económicas liberales muy ortodoxas, así como sus estrategias, divergen de las del grupo de los CI, interlocutor del gobierno radical y de la renovación peronista (OSTIGUY, 1990, p.34).

Puentedura aparece com bastante frequência nas revistas e jornais do país entre o final da década 1980 e início da década de 1990, dando entrevista sobre a sua atuação enquanto empresário e sobre os negócios das indústrias petroquímicas do país. Sua participação no CEA é expressiva porque esse, além de ter sido construído dentro do IDEA, tinha, segundo Rainani Barbagna, executivo de Ducilo (uma das empresas que integrava o CEA) e presidente do IDEA de 1972 a 1974, como objetivo, conquistar influência direta sobre o poder político¹²².

O executivo Carlos Daniel Tramutola, foi presidente do IDEA de 1989 a 1991. Nasceu em 1943, é Engenheiro Industrial pela UBA (1966), com pós-graduação pela Cornell University e cursos de especialização em Stanford e em MIT. Foi vice-presidente da Siderca Propulsora Siderúrgica (pertencente ao Grupo Techint), diretor executivo da Strat (empresa de consultoria da qual era dono) e da Aguas Argentinas (ex empresa pública, da qual assume a coordenação logo após a sua privatização). Foi membro e presidente (1984-1985) da Asociación Cristiana de Dirigentes de Empresas (ACDE), do Instituto Latinoamericano del Fierro y del Acero (ILAFA), da Unión Industrial Argentina (UIA) e da Cámara Argentina de la Construcción (1987-1988). Membro do G-50 (Grupo de Empresarios Latioamericanos), foi professor de Economía na Universidad Nacional de La Plata (UNLP) e na Universidad Católica Argentina (UCA). Foi eleito por duas vezes empresário do ano, pela revista América Economía e pela Academia Nacional de Ingeniería¹²³. Fundador da Fundación Cimientos, entidade que distribui bolsas de estudos a estudantes carentes.

Assim como Puentedura, Tramutola também é uma figura bastante presente nas revistas e jornais do país, suas entrevistas em revistas voltadas para a área econômica, como a revista *Mercado*, *IDEA*, *Empresa* e os jornais *Clarín* e *La Nación* são frequentes. Predominantemente, são entrevistas sobre a sua atuação enquanto executivo, o setor industrial, o mercado econômico e a competitividade dos negócios que gerenciava, nessas análises acaba abordando questões sobre a economia da Argentina, os planos econômicos

¹²² Fonte: <http://revistaryr.org.ar/index.php/RyR/article/viewFile/557/579>. Acesso em 24/11/2018

¹²³ Fonte: <https://www.fundacionkonex.org/b1731-carlos-daniel-tramutola>. Acesso em 23/11/2018

da nação e a abertura de capital ao mercado estrangeiro. Nessas enfocava a importância da redução de impostos para as empresas, a necessidade de Argentina se abrir para o capital internacional e o fim do intervencionismo do Estado na economia. Tramutola é definido pela revista *Mercado* como um dos mais prestigiados consultores de empresas da Argentina.

A edição de maio de 1989, da revista *IDEA*, traz uma entrevista com o então novo presidente do instituto Carlos Tramutola¹²⁴, nela é salientado os momentos difíceis que o país passava e a necessidade de reforçar a ação do instituto, no intuito de contribuir para a boa formação dos empresários e para uma discussão aprofundada sobre os problemas socioeconômicos do país (*IDEA*, may1989, p.6-8).

Para Tramutola, “los empresarios, así como otros sectores de la sociedad, tenían un lema: achicar el Estado es agrandar la nación” (*IDEA*, may/1990, p.86). Ou seja, defendiam que reduzindo o tamanho do Estado se proporcionaria o enriquecimento do país a partir dos investimentos privados feitos pelo capital nacional e internacional. Para esse executivo,

En el campo dirigenal, el empresario es agente del cambio y transformador de la sociedad. En este sentido, si bien ya se ha hecho mucho, bien o mal, aún queda otro tanto por hacer. Tal como reclamar, proponer soluciones para los grandes males del país, como por ejemplo la reasignación de recursos en forma más productiva. Es decir, trasladar recursos de sectores improductivos, como por ejemplo el Estado, a otros más productivos. O la eficientización del Estado, para que logre recuperar su autoridad moral (*IDEA*, 05/1990, p.87).

Em uma entrevista a revista *IDEA*, intitulada Diálogo Presidencial, no qual participaram Jorge Aguilar, fundador e primeiro presidente do Instituto e Carlos Tramutola, é salientado o princípio número um do instituto: a profissionalização dos empresários. Aguilar enfoca a baixa capacitação dos homens de negócios argentinos antes da criação do IDEA e a necessidade de criar um instituto que enfrentasse esse desafio. Diferentemente do IEE, enfocam menos a questão econômica da formação liberal e mais a profissionalização técnica, apesar de ficar claro, em várias de suas mensagens, que o ideal para a gerência de empresas era uma economia de livre mercado, sem interferência e subsídios do Estado e exclusivamente controlada pelo setor privado (*IDEA*, jun/1990, p.34).

Nessa mesma entrevista, Tramulota afirma que mesmo após 30 anos de atuação do IDEA, eles não podem se declarar totalmente satisfeitos pois “el empresario argentino aún no tiene la gran formación que desearíamos, para el país que queremos, IDEA há

¹²⁴ Seu filho, intitulado com o mesmo nome do pai, é filiado ao PRO e foi subsecretário de Espacio Público do governo de Mauricio Macri, quando esse era prefeito de Buenos Aires.

contribuido en una forma importante para que el nivel de preparación sea razonable” (*IDEA*, jun/1990, p.34), mas ainda havia muito a caminhar. O politólogo Pierre Ostiguy (1990, p.274) salienta que muitas posições políticas de Tramutola não podem ser identificadas como liberais, pois o mesmo criticou, por exemplo, o Plano Primavera, proposto por Alfonsín, que propunha uma abertura tarifária no país. Tramutola, nessa oportunidade, visava defender seus interesses setoriais e manter os embargos do governo que protegiam a indústria nacional. Essa posição nos mostra que existiam divergências entre os membros do IDEA e que nem todos eram abertamente liberais nesse período, no entanto, a maioria dos empresários que ainda defendiam o protecionismo na década de 1980, vão aderir ao neoliberalismo de 1990 em diante.

O seguinte presidente de IDEA foi Félix de Barrio, o qual assumiu sua direção de 1991 a 1994. Barrio é formado em Química pela Universidad Nacional de La Plata, trabalhou na Coca Cola, na Montevideo Refrescos e foi presidente da Aseguradora de Créditos y Garantías e da Liquid Carbonic Argentina. Também era membro do Consejo Empresario Argentino e foi diretor da Câmara de Comércio dos EUA na República Argentina e fundador da Fundación Leer, em 1997.

Numa entrevista à revista *IDEA*, de 1989, Barrio faz uma série de colocações sobre as mudanças que o país deveria passar. Nessa enfoca a necessidade de vender as empresas públicas e sugere que essa proposta já era aceita pela maioria da população. Esse período era para ele, o momento de encarar algumas verdades duras, com a necessidade das privatizações, até pouco tempo inaceitáveis pela sociedade e pelos políticos. “Que debemos privatizar todo lo privatizable. Hace muy pocos años hubiera sido impensable esta expresión” (*IDEA*, set/1989, p.46). Também enfoca que para essas mudanças acontecerem era necessário que os empresários fizessem concessões, como deixar de receber subsídios e favores do governo. Para Barrio, seria ilusório pensar que se poderia passar de uma economia fechada, cheia de privilégios, a uma economia aberta e competitiva, sem custos para ninguém e salienta que a transição implicaria prejuízos que deveriam ser encarados em prol de futuro melhor. Nesse sentido, pergunta “¿Qué responsabilidad nos cabe y hasta dónde estamos dispuestos a asumirla?” e “¿En qué medida estamos dispuestos a hacer concesiones?”. Por essas expressões, deixava claro que a adesão às políticas de livre mercado deveriam ser efetivadas com ações e não apenas aceitas no plano discursivo.

Barrio reiterava que o papel do empresário na sociedade era criar riqueza e emprego, coisas que só seriam possíveis com acumulação de capital e lucro, em suas

palavras “Crear riqueza para mi significa crear más y mejores puestos de trabajo, colaborar con la comunidad que nos rodea y asumir la responsabilidad social que nos corresponde como empresarios. Por supuesto nada de esto será posible si no hay acumulación de capital y si no se legitima la ganancia” (*IDEA*, 09/1989, p.49).

Em um painel realizado por IDEA, em parceria com o Instituto Nacional de la Administración Pública (INAP) intitulado “Argentina competitiva, Estado y empresas, los desafíos del cambio” e que teve Carlos Menem como presidente de honra, Barrio na condição de dirigente do instituto, elogiou as políticas adotadas por esse, afirmando que as mesmas eram defendidas pela entidade a bastante tempo.

Puesto que nuestro país protagoniza desde hace tres años un profundo proceso de transformaciones económicas y de reorganización del Estado, desarrollando conceptos cuya aplicación fuera propiciada por IDEA a todo lo largo de su existencia. Por esa razón es lógico que apoyemos la gran mayoría de las medidas impulsadas por el gobierno de nuestro huésped de honor, el Dr. Carlos Saúl Menem, cuya presencia agradezco porque confiere especial transcendencia a este acto de una entidad empresaria apermanentemente comprometida con los grandes objetivos de la sociedad argentina. Cabe destacar que, desde el mismo inicio de su gestión como responsable del Poder Ejecutivo Nacional, hemos seguido con el mayor cuidado de modernización tan resueltamente emprendido, y ante la evidencia de que no se trataba de meros ajustes epidérmicos, sino de una profunda operación de cirugía mayor, nuestra entidad encaró el análisis de las alternativas de renovación de paradigmas antes comentado (*IDEA*, 05/1994, p.60).

Nesse evento, Barrio elogia Menem por efetivar reformas concretas na política e não apenas medidas que maquiavam a situação da crise vivida pelo país, essa modernização estaria ao encontro das propostas dos homens de negócios da Argentina e eram reconhecidas por esse grupo e pela entidade que sempre as teria buscado. Menem foi assim uma grata surpresa para os interesses dos empresários já que era de um partido que historicamente esteve ligado ao desenvolvimentismo e quando assumiu o poder adotou o neoliberalismo.

Carlos Alberto Leone, substituí Barrio na presidência do IDEA, a qual exerceu de 1994 a 1998. Engenheiro Eletromecânico formado pela Universidad de Cuyo, com curso de especialização na Inglaterra, foi presidente da Acindar, empresa na qual ingressou em 1965 e ocupou vários cargos, da Paraná Metal e diretor/fundador da International Assistanc. Participou de várias instituições, sendo presidente do Instituto Argentino de Siderurgia, vice-presidente do Centro de Industriais Siderúrgicos e do

Instituto Latino-americano de Ferro e Aço e Diretor da FIEL. Também foi diretor do Banco de la Nación Argentina e Secretario de Industria Comercio y Minería ¹²⁵.

Em entrevista à revista *IDEA* fala das mudanças ocorridas na sua gestão, as quais focaram no reposicionamento do instituto frente a algumas questões. Leone expressa a preocupação do instituto em participar mais ativamente nas decisões governamentais, via recomendações que partissem do IDEA e de seus membros e a necessidade de atualizar as discussões sobre temas econômicos e sociais para aprofundar o debate dentro do centro.

Hemos asistido a un re posicionamiento de IDEA. Todo comenzó en el '92 cuando un grupo de personas que de alguna manera habíamos estado ligados a la institución, nos reunimos para analizar la situación de IDEA en aquel momento y las dificultades que se presentaban en el Master. Hay que ubicarse en esa época, con todos los cambios que se estaban produciendo en el país y en el mundo: globalización, privatizaciones, apertura de la economía, etc., eran los elementos que estaban modificando profundamente el panorama empresario. Nosotros decíamos que IDEA era una institución empresaria, pero no gremial, y que por lo tanto su opinión debía tener peso sin buscar ninguna ventaja sectorial sino – por el contrario – generar temas que sirvieran para la Argentina del futuro. Es decir, traer temas con anticipación (*IDEA*, nov/dic/1998, p.50).

Dessa forma, o IDEA reforça a concepção de que não é uma entidade sindical e não busca alcançar vantagens para alguns setores, mas sim, que deseja contribuir com o futuro do país, antecipando necessidades que esse viria a ter. Consideram, da mesma forma que o IEE, suas análises como imparciais e desprovidas de interesses particulares, voltadas para o crescimento do país.

O último diretor do instituto, do período estudado, foi Jorge Romero Vagni, que nasceu em 1946 em Buenos Aires. Vagni é Engenheiro Industrial formado pelo Instituto Tecnológico de Buenos Aires, com especializações em universidades locais e dos EUA e exerceu a presidência de IDEA de 1998 a 2000. Foi Diretor geral da Sociedad Comercial del Plata (SCP)¹²⁶ - pertencente ao grupo Soldati -, um dos grupos empresariais com maior participação no processo das privatizações dos anos 1990, nos setores de energia e petróleo. Também foi vice-presidente da Compañía General de Combustibles, gerente

¹²⁵ Fonte: <http://ahorainfo.com.ar/2009/09/mpa-carlos-leone-y-jose-ignacio-de-mendiguren-mesa-de-actualizacion-de-politica-industrial/>. Acesso em 26/11/2018

¹²⁶ SCP controla as seguintes empresas: Compañía General de Combustibles (CGT); Interpetrol; Transportadora de Gas del Norte (TGN); Gas Natural BAN; Gasoduto DasAndes; Aguas Argentinas; Aguas Provinciales de Santa Fe; Aguas de Córdoba; Tren de la Costa; Del Plata Propiedades; CPC (Fusión de McKee del Plata Gesiemes y Comercial del Plata Construcciones); Agar Cross; Central Termica Guemes; Ferroexpreso Pampeano.

geral da Esso Argentina e presidente da Esso Paraguai. Atualmente está associado com as empresas de produção de Biodiesel: Green Line Latinoamérica e Waste to Energy.

Além desses atores, que foram presidentes do IDEA, nos deteremos brevemente em outros membros do instituto que ocuparam altos cargos na diretoria do mesmo. Como são muitos indivíduos, optamos por comentar a bibliografia e a participação daqueles que apareceram ao menos três vezes, durante o período estudado, nos cargos de vice-presidente, secretário e tesoureiro, deixando de abordar aqueles que constam como diretores gerais, mesmo arriscando deixar alguns nomes importantes de fora da análise.

Da mesma forma que não fizemos uma descrição mais aprofundada de membros como Guillermo Kuhl (membro da Unión Industrial Argentina, do Instituto Nacional de Tecnología Nacional, Ministro de Industria y Minería (1981) e diretor de Saab-Scania; Sevel y Socma) e de Miguel Roig, já citado anteriormente, por ter participado ativamente dessa entidade em anos anteriores. Assim, aqueles que visualizamos com ativa participação na direção do IDEA de 1983 a 2000 foram Javier I. Gamboa; Rafael Gaviola; Juan Pedro Thibaud; Juan Pedro Munro; Enrique Ruete Aguirre; Pedro Lella; Patricio Perkins e Ignacio Gonzáles García.

Javier Ignacio Gamboa, foi vice-presidente do IDEA de 1983 a 1986 e ocupou o cargo de diretor de 1987 a 1989. É contador formado pela UBA e mestre em Business Administration pela Universidad de Pensilvania. Gerenciou e presidiu as Alpargatas, foi vice-presidente no Banco Nacional de Desarrollo (1976 a 1978) e do Banco Francés del Rio de la Plata e também trabalhou em outras empresas como a Ducilo (de 1957 a 1962), a Siam Di Tella. Foi vice-presidente da Asociación Cristiana de Dirigentes, presidente da Petrolar e membro da FIEL.

Rafael Gaviola, é engenheiro químico pela Universidad Nacional do Litoral, pós graduado pela Temple University dos EUA, exerceu a vice-presidência do IDEA de 1983 a 1986 e ocupou o cargo de diretor de 1987 a 1991. O engenheiro Juan Pedro Thibaud, foi vice-presidente do IDEA de 1986 a 1987 e diretor em 1983, 1988 e 1989. O também engenheiro Patricio Perkins, presidiu a empresa Aguas Argentinas S.A. e a Hughes Tool Company e foi vice-presidente do IDEA de 1996 a 1998. O Dr. Ignacio Gonzáles García, sócio da Harteneck, López y Cia, foi secretário de IDEA de 1995 a 1998, diretor 1994 e vice-presidente em 1999.

Juan Pedro Munro, foi presidente da Massalín Particulares, responsável pelos negócios da Philip Morris na Argentina, contador formado pela UBA e Mestre em Business Administración pela Universidade da Columbia. Membro do Consejo

Empresario Argentino e da FIEL. Foi tesoureiro do IDEA de 1986 a 1990 e ocupou o cargo de diretor de 1983 a 1984 e de 1991 a 1994. Pedro Lella, foi diretor e presidente da Alpargatas S.A. e da Esso. Economista formado pela UBA com mestrado e doutorado em Economia pela Universidade de Syracuse, EUA. Foi membro da Unión Industrial Argentina, tesoureiro do IDEA de 1995 a 1997 e diretor em 1997.

Enrique Ruete Aguirre, director do Banco Roberts, presidiu o Consejo Empresario Argentino. Natural de Montevideo e naturalizado argentino, é formado em Administração de Empresas pela Universidad Católica Argentina (UCA). Trabalhou na Esso, na Techint e em 1971 iniciou suas atividades no grupo Roberts S.A. Foi membro de uma série de instituições como o Consejo Empresario de América Latina (CEAL), da Fundación para a Modernización del Estado e do Altos Estudios Empresariales (IAE). De acordo com a Revista Prensa Económica, Aguirre foi considerado um dos empresários mais reconhecidos do país em 1996. Participou da vice-presidência do IDEA de 1991 a 1992, além de ter sido secretário de 1989 a 1990 e diretor de 1988 a 1994.

A análise da bibliografia desses indivíduos, mostra como eles circulavam por diversas entidades para além de sua vinculação com o IDEA. Nas próximas páginas, faremos uma breve discussão sobre algumas delas e seu peso enquanto fundações na tentativa de pautar os debates políticos. A movimentação desses empresários nas principais entidades do país, sejam elas de classe, ou em formato de *TTs*, revela a importância que essas instituições tinham dentro do sistema econômico-empresarial da Argentina e como sua atuação, em várias frentes, colocava os interesses da classe dominante no centro do jogo político.

Em 1985 um grupo denominado “Capitanes de la industria” (CI) desponta como liderança empresarial para pensar e influenciar o período democrático da Argentina, esses designaram “a un grupo de grandes industriales, entre los más importantes del país, de capital nacional, que mantiene una interrelación directa como grupo (por lo menos para el período que va de aquel año a 1989) con el Estado” (OSTIGUY, 1990, p.12). Esse reúne um conjunto de empresários nacionais, cujo coordenador informal foi o engenheiro Guillermo Livio Kuhl, que foi Presidente de IDEA de 1977 a 1979, dirigente da Unión Industrial Argentina (UIA)¹²⁷ e Ministro da Industria y Minería (1981) do governo militar.

¹²⁷ Fundada en 1887 “la Unión Industrial Argentina (UIA) es la mayor y más antigua entidad de los empresarios fabriles del país. [...]Ella fue (y es) la expresión de un reducido grupo de grandes empresarios, normalmente con intereses diversificados, ligados a los sectores tradicionales de la clase dominante local,

Se tratava da primeira iniciativa, em um governo democrático, desde o lançamento do regime de substituição de importações nos anos 1930, que a burguesia nacional ocupava tão abertamente um papel de protagonista no cenário político. Esta burguesia, ou classe dominante nacional, capitalista, ‘es en la actualidad diferente en su composición de los antiguos intereses nacionales, llamados entonces oligárquicos, los que, aliados con el capital extranjero, dominaron al país en momentos del apogeo del modelo agroexportador’ (OSTIGUY, 1990, p.17).

O grupo dos capitães da indústria era composto por 19 grupos econômicos e 20 capitães da indústria¹²⁸, desses constatou-se que sete (7) pertenciam ao IDEA: Miguel Roig, Néstor Rapanelli, Guillermo Kuhl, Enrique Pescarmona, Javier Gamboa, Carlos Tramutola e Agustín Rocca. O CI reunia grandes empresas, que por sua vez também podem ser considerados como grupos econômicos, os quais, muitos eram membros do seletto Consejo Empresario Argentino (CEA), identificado com a ditadura militar e fundado dentro do IDEA.

El Consejo Empresario Argentino [...] reúne a las empresas o grupos económicos entre los más importantes del país y pertenecientes a diferentes sectores de la economía. Es un reagrupamiento muy selecto, de acceso extremadamente reducido; en 1982, sus miembros eran 32. Este consejo representa sin embargo, más particularmente, tanto por la composición de sus miembros como por sus tomas de posición, a los grupos económicos más tradicionales y/o conservadores del país (OSTIGUY, 1990, p.89).

Os Capitães da Indústria, no entanto, se diferenciavam, pelo menos teoricamente do CEA, por apresentarem uma versão mais democrática e menos conservadora sobre a política e a economia. Esse conjunto de empresários que a imprensa intitulou de CI é identificado de uma forma geral com o liberalismo ortodoxo, mas moderados e conciliadores em algumas pautas – reiteraram, por exemplo, a Alfonsín, seu compromisso

que han logrado ocupar el espacio de representación de la industria para defender sus propias posiciones” (SCHVARZER, 1996, p.123).

¹²⁸ Os 19 grupos econômicos e os 20 Cis são: Manuel Gurmendi (ACINDAR); Ricardo Gruneisen (ASTRA); Jaime Nuñez (BAGLEY); Sebastián Bago (BAGO); Julio Hojman (BGH); Eduardo Braun Cantilo (ASTARSA); Alejandro Bulgheroni e seus filhos Carlos e Alejandro Bulgheroni (BRIDAS); Miguel Roig e Néstor Rapanelli (BURGE Y BORN); Gerardo Cartellone (CARTELLONE); Guillermo Livio Kuhl (SAAB SCANIA e CELULOSA JUJUY); Martín Blaquier (LEDESMA); Amalia Lacroze de Fortabat (LOMA NEGRA); Francisco Macri e Jorge Haiek (GRUPO MACRI – SEVER INCL. FIAT); Manuek Madanes (GRUPO MADANES – FATE, ALUAR); Vittorio Orsi e Oscar Vicente (PEREZ COMPANC); Enrique Pescarmona (IMPSA/PESCARMONA); Javier Gamboa (ALPARGATAS – GRUPO ROBERTS); Carlos Tramutola, Roberto Rocca e Agustín Rocca (TECHINT). (OSTIGUY, 1990, p.36-7).

de defender a democracia, pois só a partir dela poderiam conquistar o desenvolvimento de suas empresas (OSTIGUY, 1990, p.41).

Em 1985, uma delegação dos mais importantes empresários nacionais e de representantes de empresas americanas da Argentina acompanhou o presidente Alfonsín em uma viagem aos EUA, com o objetivo de atrair capital estrangeiro para a exploração de petróleo no país (OSTIGUY, 1990, p.41), assim como o seguiram em outras viagens oficiais internacionais. Esses líderes empresariais, também referendaram a aprovação do Plan Austral, discutida com o ministro da Economia J. Sourrouille, e participaram das investigações às empresas públicas e das decisões para acelerar seu processo de privatização, entre outras atividades¹²⁹ que vão marcar o governo do primeiro presidente eleito pós ditadura.

O grupo dos “Capitanes de la Industria” se origina do “grupo de los 9”¹³⁰, constituindo-se numa versão ampliada do mesmo e incorporando novos elementos em relação ao original, três desses eram do IDEA (Javier Camboa, Guillermo Livio Kuhl e Enrique Pescarmona). O grupo do 9 surgiu em 1983, em meio à redemocratização com o objetivo de aconselhar o governo e os líderes partidários, suas ações e posições eram divulgadas pelos principais meios de comunicação (*Clarín, Prensa Económica*, etc) e em geral, tinham um caráter protecionista em relação à indústria nacional e à abertura econômica. No entanto, de acordo com Ostiguy (1990, p.83), essa posição não pode ser entendida como anti-liberal, mas especificamente pensada para o momento histórico em que se vivia, esses podem ser mais bem caracterizados como defensores de um modelo intermediário entre intervencionista e liberais.

Oito membros, do Grupo dos 9, vão fazer parte do CI. A conformação do CI se deu em 1984, mas sua primeira aparição pública ocorreu em 1985, esse grupo, diferente do primeiro, foi criado por iniciativa governamental (da UCR e de Alfonsín) para aproximar a cúpula do poder estatal aos maiores grupos empresariais/econômicos da Argentina. Muitos deles estiveram estritamente associados a ditadura militar como a Acindar, Pérez Companc, Bidas, Astra, Techint, Macri e Massuh (OSTIGUY, 1990, p.71-81).

¹²⁹ Para saber mais consultar o livro de OSTIGUY, 1990. Nesse o autor trata com detalhes as reuniões entre o grupo dos CI e os representantes do governo e todas as propostas e decisões que esses participaram.

¹³⁰ São eles: Sebastián Bagó (Laboratorios Bagó), Carlos Pedro Blaquier (Ledema), Eduardo Braun Cantilo (Astarsa), Javier Camboa (Alpargatas), Guillermo Livio Kuhl (Celulosa Juluy), Manuel Madames (Grupo Madames), Pascual Matellone (Mastellone), Jaime Núñez (Bagley) e Enrique Pescarmona (IMPSA/Pescarmona).

Chama a atenção que tanto o Grupo dos 9 como o Consejo Empresario Argentino foram criados dentro do IDEA. O primeiro foi pensando a partir dos encontros que esse instituto promovia, como almoços, jantas e o evento anual e vai se delineando desde o início dos anos 1980. A partir desses encontros se estabeleceram vínculos, os quais já podiam existir anteriormente e se constituíam identificações entre posições e propostas. Esse buscava se afastar das políticas do então ministro da economia Martínez de Hoz e das posições defendidas pela Unión Industrial Argentina (UIA), de fato nenhum desses 9 empresários participava da UIA, nem da CEA (agregiações econômicas/empresariais que sustentaram o governo militar até a sua queda). No entanto, essa distância entre as instituições é relativa, visto que Guillermo Kuhl circulava constantemente pela UIA, buscando estabelecer acordos entre os dirigentes de empresas (OSTIGUY, 1990, p.85-90). O Grupo dos 9 buscou diferenciar-se publicamente dos empresários que constituíam o CEA e a UIA, enfatizando que tinham outro modelo de desenvolvimento e de orientação econômica, assim como de alianças políticas.

El grupo de los 9 estaba ansioso, en primer lugar, por ofrecer como grandes empresarios una imagen políticamente aceptable en el nuevo marco que emergía, en segundo lugar, deseaba aprovechar la ocasión para presentarse como interlocutor políticamente apropiado (en términos de pasado) y compatible con las dos principales fuerzas políticas que iban a constituir, en un futuro inmediato, el tablero – y uno de ellos el gobierno – de un sistema político abierto (OSTIGUY, 1990, p.90).

Dessa forma, o grupo dos 9, e seu sucessor, o CI, podem ser interpretados como uma forma exitosa de substituir o papel desempenhado pelo CEA na última ditadura militar, servindo como “interlocutor y asesor para los dirigentes del Estado en lo que hace a su relación, crucial, con el poder económico” (OSTIGUY, 1990, p.91). Ou seja, foi a forma de um “novo grupo” empresarial se afirmar enquanto principal interlocutor das mudanças políticas advindas com a redemocratização.

O CEA foi fundado em 1967, surgindo no IDEA e funcionando como um braço dessa instituição até 1970, quando se torna um conselho autônomo. Era um grupo seletivo, escolhido por um comitê interno (em 1976 possuía 30 membros, em 1982, 32 e em 1984, 31) e tinha por objetivo agrupar os empresários mais importantes do país dos diferentes setores da economia, como indústria, finanças e agricultura. Esse tinha o propósito de aconselhar o governo como um todo, se assemelhando com os propósitos de CI em 1984, o primeiro, no entanto, tinha uma postura mais liberal (OSTIGUY, 1990, p.92-94). Os membros em comum do CEA e do IDEA entre 1989 a 2000 eram Juan Munro, Félix de

Barrio, Rafael Gaviola e Rubén Puentedura, salientando que nem todos fizeram parte dessa durante todo o período.

As articulações entre os CI, o Grupo dos 9 e o CEA, com os membros do IDEA, mostram como esses indivíduos ocupavam posições chaves dentro da sociedade argentina, podendo aconselhar e influenciar direta e indiretamente o Estado devido a sua articulação em grupo e o capital simbólico e material que possuíam. Além de fazer parte do IDEA, se integravam em outras associações com o objetivo de fazer pressão aos poderes constituídos.

As empresas que vão formar o CI, integravam quase que totalmente o CEA, o que nos faz pensar sobre se houve uma mudança de postura ou se esses se adaptavam ao momento político que se vivia¹³¹. Ostiguy (1992, p.112) afirma que a oposição entre o Grupo dos 9 e o CEA foi de caráter tático e não conjuntural - ligada ao momento da transição autoritária ao regime democrático - pois no final de 1984 as empresas que formavam os dois grupos se uniram para conformar o CI. As diferenças entre esses grupos obviamente existiam e não podem ser diminuídas, o que o CI propôs não foi tanto reunir empresários que possuíam as mesmas posições, mas reagrupar as empresas privadas nacionais em um conjunto que pudesse, ter no governo, e ser para o governo, um interlocutor ativo.

Alfonsín tinha dois interesses com a formação do CI e a aproximação com os empresários: primeiro um objetivo político de “romper la alianza histórica entre grandes intereses económicos y militares, que siempre habían derrocado a los gobiernos civiles” e segundo um objetivo econômico ao conquistar “estableciendo contacto, diálogo, confianza en las nuevas instituciones, en el Gobierno, etc” (OSTIGUY, 1990, p.325) e por conseguinte o investimento econômico no país. Os empresários, por sua vez, tinham interesse nessa aproximação para estreitar relações entre os políticos e ter acesso aos debates e decisões governamentais. Esse grupo, vai aproximar-se em 1988 de Carlos Menem, candidato mais cotado para vencer as eleições presidenciais, o que vai garantir a nomeação do Ministro da Economia indicado por eles, Miguel Roig e posteriormente Rapanelli, ambos altos executivos da Bunge e Born e diretores de IDEA. Menem foi mais bem-sucedido, em relação a Alfonsín, nas relações pessoais e de aproximação com os grandes grupos econômicos da Argentina. Enquanto o presidente da UCR buscava induzir os empresários a investir no país, a tática do presidente peronista foi de “delegar o poder del Estado en materia económica directamente al más importante representante

¹³¹ As que pertenciam tanto ao CEA como ao CI são os seguintes grupos: Acindar; Bunge e Born, Astra, Loma Negra, Techint, Grupo Macri e Massuh.

del poder económico, para que pueda convencer a sus pares de hacer lo que el gobierno radical quería que hicieran” (OSTIGUY, 1990, p.330). Essa intromissão política no Estado por parte dos interesses econômicos dominantes, ocorre pela primeira vez de forma democrática na Argentina, desde 1930, sem restrições.

En este punto uno podría preguntarse si se trata aquí de una victoria de la democracia (que logra ahí estabilizarse, a menos que el patrón descrito se revierta substancialmente) o de una victoria de los intereses económicos dominantes (que no solamente ya no tienen que temer a la democracia sino que la pueden utilizar de manera tan instrumental, por lo menos al Estado) (OSTIGUY, 1990, p.336.).

Essa consideração é muito válida para pensar até que ponto essa entrada direta nos negócios do Estado foi um avanço ou um retrocesso para a democracia. Até que ponto esse não foi o objetivo dos grandes grupos empresariais, com o apoio dos sucessivos golpes de Estado: estar ativo na influência do Estado independente do governo. Claro que essas afirmações estão condicionadas aos governos e ao momento histórico vivido. De acordo com Azpiazu, Basualdo e Khavisse (2004, p.205)

En diciembre de 1983, se inició la actual etapa política. El debate y la disputa social están centrados sobre el carácter que debería asumir el proceso democrático. Las fracciones dominantes que lograron asentar las bases de un nuevo patrón de acumulación durante la dictadura intentan consolidarlo ahora mediante el proceso democrático, con consenso social y político. Este objetivo, que constituye sin duda una aspiración histórica de los sectores dominantes, implica institucionalizar una democracia formal (AZPIAZU, et al, 2004, p.205)

Isso tudo acontecia ao mesmo tempo em que os setores populares e os trabalhadores perdiam em termos de participação social e em termos de direitos trabalhistas e salariais. Dessa forma, a ditadura foi bem-sucedida no seu propósito central de refundar estruturalmente a sociedade argentina, tanto em termos políticos, como econômicos e sociais, visto que “entregou” para a classe dominante os rumos da democracia.

Nesse sentido, Ana Castellani e Alejandro Gaggero (2011, p.263) afirmam que as políticas públicas implantadas desde meados da década de 1970 até o final dos anos 1980 dão conta de um crescente processo de transferência de recursos públicos para as grandes empresas privadas através de mecanismos como: “la fijación de precios diferenciales en las operaciones de compra/venta realizadas por la empresas y reparticiones públicas, y las políticas de financiamiento preferencial a la industria encuadradas en el régimen de promoción industrial”. O resultado dessas políticas, foi a hiperinflação desencadeada no ano de 1989, a qual vai justificar as mudanças na

orientação do papel do Estado enquanto agente econômico. O novo consenso que vai orientar a atividade econômica na década de 1990 tem como características o desmantelamento das empresas públicas, a abertura e a desregulamentação do mercado, que levaram a implementação de reformas estruturais e o Plano de Convertibilidade de Menem (CASTELLANI; GAGGERO, 2011, p.265).

As reformas adotadas nos anos 1990 devem ser entendidas a partir dos processos políticos e econômicos que caracterizaram os anos anteriores, “si bien el liberalismo constituía desde hacía décadas una alternativa sostenida por algunos sectores, en los ochenta se convirtió en la única opción posible para la mayor parte de los actores económicos” (BELTRÁN, 2011, p.225). Beltrán afirma que com a experiência das políticas implantadas pela ditadura militar, alguns empresários se tornaram críticos das políticas de mercado, no entanto a medida que o fim da década de 1980 se aproximava os consensos sobre a necessidade de reformar o Estado se consolidavam. Isto é fundamental para compreender a década de 1990 e a ação política do empresariado que “adoptó el liberalismo en su versión neoliberal como su propio credo” (BELTRÁN, 2011, p. 226).

O neoliberalismo serviu como um veículo unificador dos empresários, que até então mostravam interesses diversos, suas associações nessa ocasião, estabeleceram uma aliança entre si para posicionar-se no espaço público de forma unificada. A ação política dos empresários, dessa forma, afim de influenciar diretamente nas decisões dos agentes governamentais excederam a prática econômica e se dirigiram a debater/pensar o Estado como um todo (BELTRÁN, 2011, p. 223).

Nos anos 1990 as organizações tradicionais de representação de interesses empresariais, como a Sociedad Rural Argentina (SRA) e a Unión Industrial Argentina (UIA), perderam espaço para relações mais pessoais e associações recentes, “el centro de la escena pasó a estar ocupado por grandes empresarios individuales con grande capacidad de lobby” (BELTRÁN, 2011, p. 234). Essas associações mais antigas, que haviam se constituído como críticas ao peronismo e ao intervencionismo estatal, nos anos noventa se “encontraron ante el dilema de tener que apoyar a un gobierno peronista que repentinamente enarbolaba las mismas banderas que ellas habían sostenido por décadas” (BELTRÁN, 2011, p. 235).

Beltrán (2011) expõe um paradoxo interessante nesse consenso dos grupos econômicos pró livre mercado, pois muito deles perderam economicamente com essas políticas, muitas empresas que anteriormente eram protegidas agora se viram obrigadas a competir com capitais estrangeiros com maior poder econômico. No entanto, mesmo perdendo posições no mercado, não fizeram uma crítica ao governo e ao modelo adotado

continuando a dar suporte a essas políticas. Isso pode ser explicado pela naturalização do modelo neoliberal, o qual se estabeleceu pelos marcos interpretativos dominantes, tornando inquestionáveis certos pressupostos básicos do sistema.

Los marcos interpretativos organizan la experiencia y sirven como guía para las acciones. La elaboración de esquemas de interpretación comunes respecto a un tema particular permite la movilización y la acción política, en tanto los actores políticos logran identificar ese aspecto como una problemática que los afecta a todos. En este sentido, la forma que adquieren los marcos supone no sólo la posibilidad de realizar acciones coordinadas, sino también la capacidad de percibir una cuestión determinada como un problema. En este sentido, la aceptación o naturalización de determinadas percepciones, es decir, la creencia de que se trata de aspectos naturales e inamovibles antes que del resultado de procesos sociales, puede hacer que los actores no “vean” aspectos que los perjudican o que, de “verlos”, nieguen sistemáticamente sus impactos negativos. En consecuencia, que un problema determinado sea visible no depende de la gravedad de sus efectos sino de la forma en que se localiza el problema desde la perspectiva de los marcos interpretativos dominantes. El derrotero de los puntos de vista empresarios en los años noventa es un buen ejemplo, en este sentido, de la fuerza que adquieren estas visiones en determinadas circunstancias, condicionando las acciones incluso de aquellos que, en el origen, fueron sus principales promotores (BELTRÁN, 2011, p. 248).

A partir dessas considerações de Beltrán é possível entender como uma proposta se consolida como uma ideia dominante. O convencimento de que uma teoria e/ou modelo se constituem como o ideal de desenvolvimento pode ser defendido mesmo quando esse não apresenta os resultados esperados. Se existe um certo consenso intelectual e social de que aquele sistema é o mais correto e natural, os marcos interpretativos dominantes consolidam sua aplicação e impedem ou dificultam sua crítica.

Após as redemocratizações dos países da América Latina, alguns temas fundamentais para os empresários deixaram de sofrer críticas. Nenhum grupo, por exemplo, questionava a existência e o papel das empresas privadas para o bom funcionamento da economia, questionamento relevante nas décadas anteriores. Não havia, nesse momento, um modelo alternativo a ordem capitalista, o que ajudou no estabelecimento de consensos e no fortalecimento do prestígio social dos empresários (BIRLE, 1997, p.329).

4.5 Semelhanças e diferenças entres os três institutos

Ao analisar o grupo de dirigentes do IL, IEE e do IDEA podemos estabelecer muitas semelhanças, o que nos revela que sua posição social, origem familiar e conexão com grupos análogos direcionavam a sua postura política e ideológica, as quais

buscaremos resumir nas próximas páginas. Apesar de notar mais proximidades do que diferenças, essas não podem ser negligenciadas, pois dentro de um grupo que defende e se entende como liberal/neoliberal, existem os mais e menos radicais, aqueles que militam pela causa e os mais pragmáticos que a entendem como uma forma de alcançar algum objetivo material.

Como já esclarecemos no início do capítulo, o que podemos apresentar aqui, sobre os membros dos institutos e a relação que esses tinham uns com os outros, seu histórico familiar, bem como sua atuação nos *TTs* e nos meios políticos, está condicionado as informações disponíveis nas fontes. Tenho ciência de que há muitos detalhes que não foram tratados nessa tese, mas como todo o trabalho acadêmico, esse não pretende esgotar as discussões sobre o tema.

É possível afirmar que todos, ou praticamente todos, os membros dos três institutos eram de família abastada financeiramente e alcançaram altas posições nas empresas que trabalharam ou dirigiam. Mesmo que não seguissem o negócio da família, seu nome, origem e posição social lhes proporcionava postos de destaque no mercado de trabalho. A origem familiar era condição essencial para ingressar no IEE, sendo esse instituto direcionado para herdeiros de médias e grandes empresas. O IDEA, por mais que não tivesse essa cláusula explícita também congregava executivos das grandes empresas argentinas e sua direção era ocupada por aqueles indivíduos de maior destaque. O IL de forma parecida foi fundado por uma fração da elite brasileira e reunia indivíduos de grande capital econômico.

Quanto a sua filiação e engajamento com o neoliberalismo e os institutos, encontramos pessoas que tem um envolvimento maior que outras, isso justifica as informações sobre alguns desses indivíduos serem mais completas que a de outros. A família Ling e Stewart Jr, por exemplo centralizaram muitas das atividades do IEE e do IL e são referência tanto para situar os institutos em âmbito nacional como para o entendimento da propagação do neoliberalismo para o Brasil.

Notamos que os indivíduos pertencentes ao IL e o IEE são mais coesos na defesa do neoliberalismo do que os associados ao IDEA, talvez devido ao fato que os dois primeiros institutos foram criados especificamente com esse objetivo e o terceiro se transformou em um centro pró livre mercado entre a década de 1980 e início dos anos 1990. Nesse último período, a política econômica de Menem, alcançou ampla aceitação entre os empresários e a sociedade argentina. Como vimos, a crise econômica que assolou esse país nos anos 1980, proporcionou a criação de um consenso sobre a necessidade de reformar o Estado sobre a ótica neoliberal, assim, mesmo aqueles setores relutantes às

suas políticas acabaram aderindo as suas propostas, posição visível dentro do IDEA e com alguns empresários, da velha guarda, que até então não tinham adotado por inteiro as suas proposições, como era o caso de Guillermo Kuhl e Carlos Tramutola. Assim, visualizamos dois períodos no IDEA, um discurso mais conciliador no período da redemocratização, que apesar de majoritariamente liberal, era mais pragmático e ameno e nos anos posteriores, abertamente adepto ao livre mercado.

Para o Brasil essa afirmativa também é válida, pois a adoção ao Neoliberalismo apenas vai ser efetivada, como discurso e prática, entre o final da década de 1980 e começo da década em 1990, em um contexto global de adoção de políticas do livre mercado. Da mesma forma que na Argentina, observou-se um consenso entre os empresários em torno da ideologia neoliberal, integrar-se na economia de mercado significava estar em consonância com os novos tempos e em articulação com o capital internacional.

Dos três institutos, o IL é o que mais se preocupou em ter um corpo de intelectuais para dar suporte às suas atividades e publicações, mas eles não chegaram a dirigir o *TT* até o final da década de 1990, os quais ficaram sob o comando de empresários. O IDEA mantinha um grupo de profissionais que guiavam principalmente a revista e a pós-graduação, (apesar de não termos nos detido muito neles nessa tese), os quais também não chegaram a assumir a coordenação dos institutos, apesar de coordenarem seus principais projetos. Já o IEE, apesar de apostar na formação de dirigentes empresariais, não tinha pensadores contratados para elaborar essa função, os mesmos eram convidados para cursos esporádicos e palestras, sem ter uma vinculação exclusiva com o instituto.

Como trabalhamos com um grupo grande de indivíduos é provável que eles tenham diferenças políticas e em torno de como os institutos deveriam ser dirigidos. O Instituto Liberal por ter várias ramificações não conseguiu controlar todas as dimensões das suas atividades, o ILSP, por exemplo, tem a peculiaridade de não seguir à risca os propósitos idealizados pela matriz, apresentado uma versão mais flexível da catequese liberal imposta pelo ILRJ. No IEE, notamos o desejo de alguns membros, em transformá-lo em uma entidade política partidária em 1998; o mesmo também, para evitar problemas com posicionamentos destoantes ou extremados, não permite a nenhum membro falar em nome da instituição, apenas particularmente. Já, o IDEA, por possuir uma publicação mensal e contar com muitas entrevistas e artigos de opinião, muitas vezes pode sair do estabelecido e falar de outros modelos, mas isso não significa uma desvinculação ao livre mercado. Esses exemplos provam que os conflitos sempre estão presentes, mas são abafados do público em geral para manter a coerência dos centros.

Outra semelhança importante é a conexão que os membros dos três institutos tinham com outras instituições principalmente associações empresariais, muitas delas com caráter sindical e *TTs* vinculados ao livre mercado. Muitas dessas organizações tinham caráter sindical e uma participação política mais direta que o IL, IEE e IDEA. Na Argentina, muitos membros do IDEA estavam vinculados à UIA, ao CEA, e à SRA e no Brasil à FIESP, FIERGS, FARSUL, FECOMERCIO, entre outras. Como vimos no final do subcapítulo anterior a vinculação dos membros do IDEA com associações empresariais da Argentina aumentava seu poder de influência no espaço público. Assim quanto mais ligações com federações, corporações e *think tanks* mais esses indivíduos se colocavam como experts para opinar e direcionar os debates sobre políticas econômicas do Estado

Os autores até aqui trabalhados enfocam que os empresários saíram abertamente à defesa de seus interesses após o fim das ditaduras civil-militares, vinculando-se diretamente a associações de classe e a *think tanks* buscando fazer lobby/pressão em prol de seus interesses. Minella, por exemplo, enfoca que

Visto em conjunto, diante os anos 80, o empresariado dinamizou seus órgãos de representação, chegando, inclusive, a inéditas e públicas disputas — caso da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), dentre outros —, e aglutinou seus interesses em novas organizações — Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e Instituto Liberal —, para mencionar apenas alguns exemplos, além das associações do empresariado financeiro (MINELLA, 1994, P.505/6).

Com base no trabalho de Minella (1994), Costa (2005) e Diniz (2010), é possível perceber como a direita civil, compreendida por empresários e associações empresariais, busca intervir no Estado e guiar o processo democrático. Entendemos esse grupo como uma parte da sociedade que devido a seu padrão econômico e importância frente ao mundo dos negócios tem uma influência política relativamente maior do que grupos mais despossuídos economicamente e movimentos sociais de cunho popular.

Os empresários não conseguiam aceitar o movimento operário/sindical, que se afluía naqueles anos, como algo legítimo e próprio das disputas democráticas. Assim, esses movimentos eram considerados como desordeiros, protagonizados por elementos de má índole que não tinham interesses sindicais e sim políticos. Dessa forma, a direita passou a utilizar a “qualificação genérica de “política” para toda ação que extrapolava aquilo que os diretores entendiam como razoável”, da mesma forma “existia uma dificuldade em reconhecer que tal questão não mais poderia ser resolvida pela simples repressão” (COSTA, 2005, p.431).

Visualizados também a vinculação que boa parte dos membros dos três institutos tiveram com as últimas ditaduras civil-militares desses países. Notamos que os empresários e intelectuais que dirigiram o IL, ou foram apoiadores, ou trabalharam diretamente dentro do governo autoritários. No IDEA, de forma parecida, identificamos uma série de empresários e instituições vinculadas a ela, como a CEA, que deram sustentação as últimas ditaduras militares. Uma parte dos membros do IEE também não tecia críticas a esse período, apesar de, pela sua idade, não terem uma vinculação direta com elas.

Outra semelhança entre os institutos é o fato de que muitos de seus membros serem professores universitários, e que há uma recorrência das faculdades que agregam/contratam esses profissionais. No Brasil, destacam-se a Universidade Santa Úrsula, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) e na Argentina a Universidad Católica Argentina (UCA) e a Universidad del CEMA (UCEMA). O que nos revela a vinculação de muitos de seus intelectuais e alguns empresários com o mundo acadêmico, local de importância impar para a consolidação do livre mercado.

5. IL, IEE E IDEA - ATUAÇÃO POLÍTICA E DIVULGAÇÃO DO LIVRE MERCADO

O quarto e último capítulo dessa tese tem como foco entender as formas de atuação dos três *think tanks* abordados nesse trabalho. A partir de uma série de ações que compreendiam a realização de grandes eventos, a aplicação de projetos educacionais e de cursos direcionados a públicos específicos, bem como de consultorias de diversos tipos, os institutos buscaram não apenas influenciar a opinião pública, mas também se constituírem como elementos centrais no debate sobre alternativas políticas e econômicas dos seus países.

Dessa forma, serão analisados para o IEE o *Fórum da Liberdade* e para o IDEA o *Coloquio Anual IDEA*, eventos símbolos desses institutos, assim como serão abordadas outras ações que demonstram a tentativa de aplicação prática de suas ideias. A partir desses seminários serão apresentados os temas abordados nesses encontros e seus principais palestrantes, bem como a utilização desses espaços para o estreitamento de laços entre empresários, intelectuais e políticos. O IL, por outro lado, não tinha um congresso da mesma envergadura que o de seus pares, apesar de contar com ciclos de palestras que trazia personalidades importantes para conferenciar. Entretanto, sua atuação para fora de seus muros se mostra mais enfática do que as visualizadas no IEE e no IDEA, assim, destacaremos a forma como o IL atuava para se aproximar e manter relações de parceria com universidades, instituições militares, políticos, meios de comunicação e o judiciário.

Consideramos que tanto os grandes eventos abertos a um público em geral, quanto os cursos de formação para públicos selecionados, assim como os projetos que envolviam a proposição de propostas de políticas públicas e as publicações desses *TTs*, além de outras ações que reforçaremos ao longo do capítulo, fazem parte de uma estratégia para alcançar a legitimação da ideologia neoliberal no Brasil e na Argentina.

5.1 Instituto Liberal seus ciclos de formação e sua aproximação com diversos públicos

As fontes utilizadas para a elaboração desse subcapítulo estão, em sua maioria, nos livretos produzidos pelo instituto e foram retiradas das cartilhas *Ideia Liberal* e *IL*

Notícias, além de fontes secundárias e do site da entidade. Salientamos que muitas das atividades que serão abordadas nesse capítulo já foram brevemente comentadas ao longo da tese. Por uma questão de organização separamos a análise entre pensamento (segundo capítulo), idealizadores (terceiro capítulo) e atuação (quarto capítulo), no entanto, é importante salientar que essas categorias se mesclam e se complementam, sendo difícil e improdutivo desassociá-las totalmente.

Entre as variadas formas de atuação do IL, as atividades de propaganda, voltadas para sustentar o livre mercado eram frequentes, coordenadas e de diferentes formatos. Os exemplos desse tipo de publicidade são vários, entre eles os citados boletins informativos, os quais eram enviados mensalmente para meios de comunicação, instituições de ensino superior, entidades empresariais e bibliotecas públicas, abordando algum assunto sobre a perspectiva neoliberal.

Traduções e publicações de autores clássicos do liberalismo/neoliberalismo também eram uma das linhas mestras dos institutos. Em um primeiro momento, foram priorizados os autores da Escola Austríaca de Economia, mas nos anos 1990 uma gama de intelectuais ligados as outras escolas liberais foram publicadas. Produzir uma bibliografia especializada de textos acadêmicos sobre o livre mercado era uma estratégia que visava fortalecer intelectual e academicamente a área, assim como colocava em relevo o nome e o trabalho do instituto. Em 1991 o livro “A ação humana” de Ludwig von Mises, editado pelo ILRJ, acabou recebendo o prêmio internacional *Sir Anthony Fisher*, do *TT* norte-americano *Atlas Foundation*, como a mais destacada publicação sobre o pensamento liberal daquele ano na América Latina (IL Notícias, 1991).

Muitas das atividades realizadas pelos Institutos Liberais do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul foram formuladas em conjunto com *TTs* internacionais. Nos primeiros anos de funcionamento desses *TTs*, elas foram de extrema importância para impulsionar as atividades do IL. Entre as parcerias de maior sucesso estão os projetos compartilhados com a *Atlas Foundation* e o *Liberty Fund*. O *Liberty Fund* foi criado pelo empresário norte-americano Pierre F. Goodrich em 1960, com o intuito de financiar pesquisadores e *TTs* identificados com o neoliberalismo e o conservadorismo, chegou a patrocinar em torno de 100 eventos por ano, os quais se dedicavam a debater as teorias liberais e as propostas de políticas de livre mercado para diferentes países. Esses colóquios não eram públicos, mas encontros restritos que reuniam especialistas de diferentes áreas do conhecimento, como Filosofia, Economia, Ciência Política, Direito e História, os quais buscavam auxiliar na formação de um corpo técnico capacitado a subsidiar o movimento liberal (GROS, 2003).

O *TT* norte americano *Liberty Fund*, passou a patrocinar eventos do ILRJ a partir de 1990 e do ILRS desde 1995. Os colóquios realizados em parceria entre os dois institutos tratavam de temas que abrangiam várias preocupações dos liberais, como o direito à propriedade privada, problemas da legislação ambiental, liberdade individual, democracia e liberalismo, crescimento econômico e justiça. Os palestrantes internacionais desses encontros eram geralmente ligados a *Liberty Fund*, a *Universidad Francisco Marroquin* (Guatemala), ao *Instituto Libertad y Democracia* (Peru), entre outros *TTs* do México, Venezuela, Chile e EUA (IL Notícias, 1995). A comissão diretiva do ILRJ também se deslocava para acompanhar eventos promovidos pelas *Liberty Fund* em outros países, participaram por exemplo de colóquios nos EUA, na Guatemala e no Canadá.

Dos colóquios promovidos em parceria com esse instituto, é importante destacar o evento de 1992, intitulado “Liberdade, propriedade privada e meio ambiente”, ocorrido no mesmo ano da Eco-92 (conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, preocupada em debater os problemas da poluição, do aquecimento global e a promoção de ações para a conscientização e a preservação do meio ambiente). O IL indo na contramão das ideias da Eco-92, reuniu entre seus palestrantes advogados, economistas, empresários e especialistas norte-americanos, os quais criticaram os ecologistas que propuseram aquele encontro. Segundo o instituto, eles estariam conspirando “contra o mercado, contra os direitos e as liberdades individuais e contra o progresso das nações, em nome da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais” (IL Notícias, 1992). De acordo com Gros,

Houve, ainda, outro encontro em agosto de 1992, sobre Uma Constituição para uma Ordem Liberal-Democrática. Nesse colóquio estiveram presentes os representantes do Liberty Fund e palestrantes dos EUA, da Universidad Francisco Marroquin, da Guatemala, do Instituto Libertad y Democracia (Hernando de Soto) do Peru e da Venezuela (IL Notícias, n. 9, 1992). Em setembro de 1993, o colóquio Liberty Fund discutiu Liberdade, Justiça e os Limites do Conhecimento, com a presença de intelectuais do México, do Chile, da Guatemala e da Venezuela (IL Notícias, n. 22, 1993). A reunião de 1994 foi sobre Liberdade, Economia e Direito (IL Notícias, n. 34, 1994). No ano seguinte, o encontro do Liberty Fund foi realizado no Rio Grande do Sul e discutiu as Raízes do Liberalismo Clássico no Brasil (IL Notícias, n. 34, 1995). Em 1996, os debates do Colóquio organizado pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro concentraram-se no pensamento de Hayek: Liberdade e Ordem numa Sociedade Livre (IL Notícias, n. 58, 1996). A partir desse ano, a diretoria do Liberty Fund decidiu patrocinar dois encontros por ano no Brasil: um em conjunto com o Instituto Liberal do Rio de Janeiro e outro com o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (IL Notícias, n. 55, 1996). De fato, no primeiro semestre de 1997 a reunião foi realizada pelo Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, com o tema Os Pensamentos Liberais nas Revoluções Brasileiras (IL Notícias, n. 64, 1997). Esses encontros continuam acontecendo até hoje. O último realizado no Rio Grande do Sul foi em dezembro de 2001 (GROS, 2003, p.131).

Além dessa parceria, o ILRS também manteve vinculação com os neoliberais argentinos, em especial com os professores da Escuela Superior de Economía y Administración de Empresas (ESEADE), o qual era dirigido por Eduardo Benegas Lynch¹³², membro do conselho diretivo da Sociedade Mont Pèlerin. Por meio dessa parceria os professores da Eseade ministravam cursos anuais de Economia e Filosofia para pessoas selecionadas pelo instituto (GROS, 2003).

Ao longo da tese fomos pincelando alguns dados sobre a Sociedade Mont Pèlerin, sua importância para a sistematização da ideologia neoliberal, o agrupamento de intelectuais em torno dela e seu papel para a divulgação das teorias de livre mercado. Ter membros dos *TTs* vinculados a essa entidade demonstrava a visibilidade que os institutos adquiriram por essa sociedade, alguns indivíduos do IL e do IEE, os quais já especificamos no terceiro capítulo, foram aceitos como componentes de tal instituto. Por isso foi de extrema relevância que a reunião regional da Mont Pèlerin de 1993 tenha ocorrido no Rio de Janeiro, de 5 a 8 de setembro. Ao todo já haviam acontecido 29 reuniões gerais e 21 regionais desde 1947. O evento que aconteceu no Rio de Janeiro contou com a presença de 316 participantes (metade desses do Brasil), de 22 países, dos quais 59 eram membros da Mont Pèlerin, “80% do público do encontro era composto por acadêmicos, contados professores universitários, pesquisadores e profissionais ligados a think tanks” (ONOFRE, 2018, p.328)

A conferência da Mont Pèlerin no Brasil foi vista pelos membros do IL como uma oportunidade para ampliar a influência do *think tank* pró mercado nas universidades. Para estimular a participação do público acadêmico, o IL intensificou suas atividades de propaganda dentro das universidades, visando informar da importância de um evento desse calibre no Brasil e isentou o pagamento da taxa de inscrição aos professores do ensino superior, visto que a mesma custava 1.500 dólares (em valores de hoje). Para garantir a gratuidade, sem precedentes na história dessa organização, Donald Stewart Jr. teve que explicar aos dirigentes da Mont Pèlerin essa atitude, garantindo que o custeio da isenção sairia de patrocinadores brasileiros, já que o valor da inscrição poderia inviabilizar a participação dos professores no evento. Com essa atitude cerca de 80 professores universitários compareceram ao encontro da Mont Pèlerin (ONOFRE, 2018).

¹³² Alberto Benegas Lynch, pai de Eduardo Benegas Lynch, vai ser um dos responsáveis pela introdução dos conceitos da Escola Austríaca de Economia, na metade do século XX, na Argentina. Esse, entendia que a difusão do neoliberalismo deveria ocorrer mediante a difusão de suas ideias e não através da participação política direta. Alberto B. Lynch fundou o *Centro de Difusión de la Economía Libre*, e seu filho Eduardo B. Lynch a ESEADE (BUREN, 2013).

No Rio de Janeiro, estiveram presentes alguns dos principais expoentes do pensamento liberal do período, como: os representantes da Escola da Virgínia, James Buchanan e Gordon Tullock, figuras da Escola Austríaca como Murray Rothbard e Israel Kirzner, entre outros pensadores como David Friedman e Jesus Huerta de Soto. Entre os brasileiros do Instituto Liberal, tiveram participação nas mesas de debate: Roberto Campos, Og Leme, Henri Maksoud, Paulo Ayres, entre outros (ONOFRE, 2018, p.330)

Odemiro Fonseca (1993) intelectual do IL preparou um texto para a reunião da Mont Pèlerin. Esse faz um histórico da primeira reunião da Sociedade e de seus participantes, passando pelo papel de Erhard e Ropke na recuperação econômica alemã no pós-guerra e o ataque que os pensadores neoliberais sofriam dos governos e intelectuais que acreditam nas políticas dirigistas. Em 1993, esse instituto contava com 540 membros, sendo 25% deles dirigentes de TTs de várias regiões do mundo. Para Fonseca (1993, p.26) “a Mont Pèlerin é de fato um enorme grupo de estudo, no qual papers são apresentados e discutidos. A Sociedade não tem publicações e não emite opiniões. Oferece apenas local e agenda para seus membros se encontrarem e confrontarem suas ideias”. O autor nessa passagem tenta diluir o caráter ideológico e o esforço dessa entidade em ser um impulsionador da construção de uma visão de mundo, delegando a ela uma simples e despreziosa descrição de grupo de estudos.

Seguindo a análise das formas de atuação do IL, exploraremos os cursos de formação realizados pelo instituto. Os meios acadêmicos, assim como profissões consideradas “chaves” - advogados, juristas, jornalistas e militares - eram os alvos preferenciais desses seminários. O IL entendia a área jurídica como um campo essencial de influência, pois esses formulavam projetos de lei, propostas de políticas públicas e aplicavam as regulamentações contidas na carta magna, assim, quanto mais identificados com o liberalismo e convencidos de suas ideias eles fossem, mais sua atuação, no exercício de sua profissão, estaria direcionada aos interesses do livre mercado.

Os vínculos com o campo jurídico foram articulados no processo da redemocratização e da formulação da nova constituinte e se intensificaram nos anos 1990. O ILSP publicava artigos mensalmente no jornal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) buscando debater o papel da justiça numa sociedade liberal e influenciar as discussões sobre a legislação brasileira. Em 1991, o instituto criou a subcomissão “Direito e reforma constitucional”, responsável pela organização de debates sobre temas constitucionais, conduzidos por juristas de renome e pela realização de palestras sobre o

livre mercado, tanto para estudantes, como para os profissionais do Direito (GROS, 2003).

O IL organizou, durante a década de 1990, palestras para advogados, juristas, professores e estudantes de Direito, intensificando uma relação que se fortaleceu por ter entre seus membros e simpatizantes, profissionais destacados como Ney Prado e Ives Gandra Martins, ambos de orientação conservadora e ligados a ditadura civil-militar de 1964. A Universidade Santa Úrsula, como o apoio do ILRJ, passou a realizar desde 1996, cursos sobre economia e direito para juízes federais, atividades parecidas também se realizaram nos institutos de São Paulo e do Rio Grande do Sul (IL Notícias, 1996). O instituto ainda elaborou propostas para uma reforma liberal da constituição de 1988, concretizada no documento “Diretrizes para a Revisão Constitucional” de 1993 e pela série *Notas* do ILRJ, apresentada no segundo capítulo. Outra atividade que oportunizava difundir o neoliberalismo nos meios acadêmicos foi a realização de um concurso de monografias, em 1993, em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC), para estudantes de Direito sobre o tema da revisão constitucional.

O IL também promoveu, de 1990 a 1994, o prêmio Fenícia de Imprensa, voltado para estudantes de jornalismo e o prêmio Alfred Marshal de monografias, de 1989 a 1997, patrocinado pela Nestlé, destinado a estudantes de graduação, o qual atraía principalmente alunos de economia e direito. Ambos laureavam os melhores artigos sobre a defesa do livre mercado, com temas pré-definidos ou livres e tinham como banca julgadora professores das principais universidades de São Paulo.

Além dos espaços jurídicos, o ILRJ e o ILSP também se dedicaram a desenvolver cursos e palestras para os meios militares, realizados em seminários de formação de oficiais e na Escola Superior de Guerra (ESG), tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo (IL Notícias, 1996). Podemos visualizar vários vínculos entre os institutos liberais e os militares. Na direção do ILSP, por exemplo, quem ocupou o cargo de diretor executivo até 1992 foi o general reformado Manoel Augusto Teixeira, responsável pelo “planejamento estratégico do Exército Brasileiro de 1983 a 1986 e pela aproximação dos empresários com a Escola Superior de Guerra, cuja divisão de Estudos Econômicos dirigiu no período de 1971 a 1973 (GROS, 2003, p.132)”. Também visualizamos outras relações que nos indicam a aproximação entre os militares e o instituto, Donald Stewart Jr e José Osvaldo de Meira Penna, respectivamente diretores do ILRJ e do IL de Brasília, haviam feito cursos de especialização na ESG e Ubiratan Borges de Macedo, um dos intelectuais do IL, era professor da ESG.

Donald Stewart Jr. conferiu uma palestra na ESG em setembro de 1987 sobre concorrência e livre iniciativa. Stewart criticava veementemente o Estado, seus monopólios, o controle sobre a produção e a economia, além de assegurar que se no Brasil houvesse concorrência e livre iniciativa nossa situação econômica seria melhor. Culpava o Estado por não deixar os cidadãos produzirem livremente e exigir uma “carta-patente” que autorizasse os negócios no país, isso para Stewart fomentava a corrupção e os apadrinhamentos, pois só conseguiriam adquiri-las quem fosse “amigo do rei” (STEWART JR/ILRJ, 1987).

Estamos nos referindo à intervenção do Estado sem focar nenhum período em especial – quer o regime pré-64, quer o regime militar, quer a Nova República – porque o que tem acontecido é uma constante. Seja na Velha, na Nova República, seja nos governos anteriores ao Movimento de 64, não houve realmente modificação. O intervencionismo tem sido sempre solução adotada na ilusão de que assim se poderão resolver os problemas acumulados (STEWART JR/ILRJ, 1987, p.21).

Stewart completou sua fala afirmando que o Brasil precisava que as “elites intelectuais compreendessem as vantagens de adotarmos as regras da sociedade livre, livre politicamente e livre economicamente”, deixando de lado a intervenção do Estado, para que o futuro do país não fosse roubado, como o passado e o presente haviam sido (STEWART JR/ILRJ, 1987, p.22/3). A palestra de Stewart na ESG revela a necessidade do IL apresentar conceitos básicos do liberalismo aos militares, pois quanto mais os grupos formadores de opinião estivessem convencidos das vantagens do livre mercado, maior seria a pressão exercida nos governos para que esses deixassem o dirigismo estatal de lado. Convencer e tentar criar consensos básicos em torno de alguns preceitos sobre o funcionamento da economia e da sociedade foi uma das bem-sucedidas atuações do IL.

Outros grupos como empresários, jornalistas e professores universitários também mereciam destaque nas ações do IL. Cada instituto desenvolvia atividades autônomas voltadas para o público que visava influenciar. Não temos informações sobre todas elas, por isso focamos a análise nos *TTs* do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Cursos sobre a doutrina liberal, frequentemente divulgados no *IL Notícias*, eram realizados, pelos institutos do Rio de Janeiro e de São Paulo, dentro de empresas, de redações de jornais e nas sedes dos *TTs*, sendo ministrados por professores universitários vinculados ao IL ou contratados para tal objetivo. Também houve a tentativa de entrar nos debates do meio sindical, fazendo cursos de formação com lideranças desse movimento. Infelizmente não tivemos mais informações sobre onde elas ocorriam e qual

tema era tratado, possuímos apenas uma nota que informa a realização dessas atividades no Rio de Janeiro e em São Paulo (IL Notícias, 1994).

Levando essas formas de atuação em conta, podemos afirmar, de acordo com Dardot e Laval (2016, p.190), que a grande virada para uma sociedade neoliberal só foi possível mediante a implantação de uma “nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção”. Essa mudança de paradigma foi facilitada pelo trabalho sistemático de *TTs* e meios de comunicação, os quais, por meio de atividades, como as descritas acima, construíram um suporte social para a anuência dessa reorientação. Nesse sentido, os autores alertam que não houve um simples “retorno ao mercado” e ao liberalismo clássico. Nessa nova política tem destaque o caráter disciplinar “que dá ao governo um papel de guardião das regras jurídicas, monetárias, comportamentais, atribui-lhe a função oficial de vigia das regras de concorrência no contexto de um conluio officioso com grandes oligopólios”, além de poder “criar situações de mercado e formar indivíduos adaptados às lógicas de mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.191). As práticas e dispositivos induzidos ou implantados diretamente pelos governos fazem parte de uma “estratégia neoliberal” para a implementação de uma nova racionalidade, que consiste em um “conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.191).

Nesse sentido, a influência nos meios de comunicação foi determinante para que as concepções do neoliberalismo fossem pouco a pouco sendo internalizadas pela população. Assim, se constituiu em uma prática comum do IL a publicação de artigos de opinião nos principais jornais do país, tanto assinados diretamente pelo instituto, como escritos por membros específicos. “Em 1995, a atividade de divulgação do liberalismo no meio jornalístico foi feita através da distribuição quinzenal de artigos de cunho liberal para 100 jornais do Estado de São Paulo” (GROS, 2003, p.133). Além da publicação em importantes periódicos do país, os IL’s também dirigiram programas de rádio e TV. O ILSP tinha um programa semanal de rádio intitulado “Rádio Livre”, no qual debatia questões atuais sobre economia e fazia entrevistas com expoentes do liberalismo, o mesmo ficou no ar de 1990 a 1994, era patrocinado pelo Unibanco e transmitido para onze Estados (Ideia Liberal, 1994). O ILRS investiu num programa de TV que foi ao ar durante dois anos no final da década de 1980. Intitulado “O Rio Grande questiona” e apresentado por Carlos Biedermann, diretor do IEE e do IL, realizava entrevistas com políticos, sindicalistas, membros do governo e empresários (IEE, 2014). O Instituto

Liberal do Rio Grande do Sul, não ficou atrás dos seus análogos do Rio de Janeiro e de São Paulo em termos de atividades de propagação do neoliberalismo, pois promovia uma série de cursos e palestras e atuava como parceiro e/ou patrocinador de muitos outros, chegando a sediar um dos colóquios patrocinados pelo *Liberty Fund* no Brasil

Outra atividade de inserção de leituras liberais no cotidiano dos gaúchos foi o Projeto Biblioteca Aberta (Literatura para as sociedades abertas do Rio Grande do Sul), iniciado pelo ILRS e seguido pelo Instituto Liberdade. Esse projeto constituiu em distribuir para diversas bibliotecas do Estado uma série de obras de cunho liberal, entregando 145 títulos de história, economia, política e filosofia, para 80 bibliotecas públicas e comunitárias, em todas as regiões polo do Estado do Rio Grande do Sul. O projeto funcionava via doação de empresas que podiam abater esse valor no imposto de renda, via Lei de Incentivo à Cultura 8313/91 (mais conhecida como Lei Rouanet), em projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura. Consta no site do Instituto Liberdade que as empresas que aderiam as doações foram: Gerdau, Randon, Tintas Renner, Ipiranga, Caixa RS e Unifertil. Nas palavras do instituto.

Travamos uma disputa de idéias da sociedade contemporânea, uma disputa pelas idéias que irá favorecer os progressos da liberdade, nesta e nas próximas gerações, ou o contrário. Temos um compromisso com a disseminação do conhecimento e com a oferta, em particular aos jovens, aos professores e aos trabalhadores, daquilo que de melhor o ocidente liberal produziu em literatura, economia, política, história e filosofia. O Rio Grande do Sul é um Estado de forte herança autoritária. Sucessivamente marcado pela tradição dos caudilhos; posteriormente pelo positivismo castilhistaborgista; depois pelo populismo getulista e seus descendentes, o Estado guarda, ainda, traços de uma cultura que desacredita a iniciativa e a independência dos indivíduos e da sociedade em favor da ação paternal e protetora do Estado. Com base nesta cultura se constroem mitos que prejudicam, largamente, o desenvolvimento do Estado. O projeto “Biblioteca Aberta” tem um foco muito simples e direto: oferecer um acervo dos mais significativos livros editados no Brasil, a partir – *latu sensu* – de uma perspectiva liberal, às bibliotecas públicas, universitárias e comunitárias do Estado (INSTITUTO LIBERDADE, acesso em: 20/01/19).

Segundo o instituto o mundo contemporâneo vive uma batalha de ideias entre aqueles que defendem a liberdade e aqueles que a repelem. Nesse contexto, o ILRS teria como missão difundir conhecimento. Uma das formas de fazer isso seria disponibilizando livros que esclarecessem as vantagens de se viver numa sociedade liberal, valorizando as ações individuais e buscando vencer os velhos hábitos e pré-conceitos de buscar no Estado um protetor/benfeitor. Dessa forma, o instituto buscava influenciar a população gaúcha a adotar os preceitos do livre mercado, ao destinar a eles uma leva significativa de obras liberais.

No anexo II e III dessa tese, constam as 80 bibliotecas contempladas nesse projeto e a lista de livros doados. A citação acima indica que todos os livros destinados

ao projeto estão vinculados ao pensamento liberal contemporâneo. Analisando a lista percebe-se que alguns deles fogem dessa lógica, claramente a maioria dos livros são de autores vinculados as correntes liberais, o que corresponde a 90% desses títulos, no entanto cerca de 20 deles (10%) são de autores como Norbert Elias, Eric Hobsbawm, Norberto Bobbio e Pierre Bourdieu. Espantosamente até “O manifesto do Partido Comunista” de Karl Marx e Friedrich Engels consta nessa lista, acreditamos ter sido um descuido que autores diretamente ligados a correntes marxistas apareçam nesse escopo, talvez por ser tratar de um catálogo extenso alguns livros ficassem a critério das editoras ou de terceiros escolherem

O ILRS ofereceu, na década de 1990, alguns cursos sobre “Direito e Economia” e “Formação de Lideranças”, buscando atrair um público acadêmico e fomentar a discussão sobre livre mercado nos espaços jurídicos e econômicos do estado. O curso teve convênio com a Unisinos e com Associação dos Juizes Federais do Brasil e do Rio Grande do Sul (IL Notícias, 1995). A aproximação com a PUCRS também é bastante marcada, principalmente a partir de 2008 quando o Instituto Liberdade (antigo ILRS) passa a ter sede nessa instituição. O *Fórum da Liberdade*, que nos primeiros anos ocorria no Hotel Plaza de Porto Alegre, também passou a ser realizado na PUCRS, nos anos 2000. Para Casimiro, “o chamado eixo gaúcho entre os APHs [Aparelhos Privados de Hegemonia] de doutrinação neoliberal, composto pelo IEE e IL-RS / Instituto Liberdade, pode ser considerado como o mais ativo nas tarefas de recrutamento, doutrinação e propaganda neoliberal (CASIMIRO, 2016, p.307)”¹³³.

Podemos afirmar que essas atividades que contam com a distribuição de livros, para as bibliotecas municipais, as quais computam um público não acadêmico, e aquelas que eram direcionadas aos espaços universitários, tinham intenções parecidas, mas voltadas para grupos diferentes: construir e fortalecer a aceitação do livre mercado na sociedade. O IL utilizava de diferentes aparatos que lhes eram disponíveis para internalizar a ideologia neoliberal.

Para lograr esto, una ideología debe guardar silencio sobre las diferencias o disimular los conflictos, proporcionando así una base de unidad entre diversos grupos potencialmente antagónicos. La función de la ideología, pues, tiene dos aspectos; no es solamente informar y revelar, sino también oscurecer y ocultar. Cumple su función social, no sólo con sus informes, sino también con los silencios que impone (GOULDNER, 1976, p.280).

¹³³ Para saber mais da atuação do Instituto Liberdade, no período posterior ao trabalhado nessa tese ver Flávio Casimiro 2016, p.296-302.

Assim, aquilo que os institutos declaravam em suas formações, artigos e livros, é igualmente importante a aquilo que se oculta e ao que não se permite refletir a respeito. A concretização de uma ideologia passa pela crítica aos seus opostos e pela supressão de suas contradições, nesse sentido, aquilo que o neoliberalismo não resolvia ou não conseguia apresentar de forma coerente, era camuflado atrás da ideia de que o mercado tudo regulava e equilibrava, condenando-se aqueles que duvidavam de seu poder de atuar como um “remédio” aos problemas sociais. Os *think tanks* dos “evangelistas do mercado” [...] “fizeram refluir e definhar os sistemas ideológicos contrários, a começar pela social-democracia” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.206).

Dessa forma, umas das preocupações centrais do IL era com o combate a ideologia marxista e a sua disseminação nos cursos superiores do Brasil. Para eles, as ideias socialistas, desenvolvimentistas e intervencionistas de Keynes eram as únicas em destaque nos cursos de graduação do país, sendo as correntes liberais relegadas a um segundo plano e “demonizadas”. Assim, mudar a chave de interpretação da sociedade dentro das universidades era imprescindível. Para isso a valorização de intelectuais liberais e de cursos que focassem no debate do livre mercado eram fortemente estimulados pelo IL. Convênios foram estabelecidos com diversos professores e universidades para expandir os debates sobre o livre mercado, entre eles foram firmadas colaborações com USP, UFRJ, UERJ, Unicamp, PUCSP, IBMEC, Santa Úrsula, Faculdade Armando Álvares Penteado, PUCRS e a Mackenzie. Essas visavam formar um público leitor de autores liberais/neoliberais e que viesse a defender esses preceitos nas universidades e no mercado de trabalho (INFORME LIBERAL, 1995).

A parceria entre as universidades poderia ser para projetos de rápida aplicação ou interações de longo prazo com intelectuais específicos. Por exemplo, com a Mackenzie, a PUCSP e a Faculdade Armando Álvares Penteado, o ILSP, nos anos de 1988 e 1989 estabeleceu projetos no formato Empresa-Escola, pelo qual empresários faziam palestras para estudantes dos cursos de Administração e esses faziam visitas nas empresas dos conferencistas (IDÉIA LIBERAL, 1989/ GROS, 2003).

Também foram firmados convênios de pesquisa entre o Instituto Liberal de São Paulo e algumas universidades. Com o Departamento de Filosofia da Unicamp, em 1988, para desenvolver o projeto Emergência de Novos Discursos Políticos nas Ciências Sociais (Idéia Liberal, n.3, 1988); com a Fundação Instituto de pesquisas Econômicas (FIPE) da USP, foram estabelecidos dois projetos de pesquisa em 1989. O primeiro deles – Correntes do Liberalismo Econômico, coordenado pelo Professor Eduardo Gianetti da Fonseca – resultou na publicação, pelo ILSP, do livro Liberalismo x Pobreza, além de palestras sobre teoria econômica liberal e cursos para jornalistas, patrocinados pelo ILSP. A outra pesquisa realizada pela FIPE com o apoio do

ILSP estudava as experiências de desregulamentação de determinados setores da economia norte-americana e as perspectivas de aproveitamento dessas experiências no Brasil (Idéias Liberal, n.9; n.11, 1989)” (GROS, 2003, p.136).

Outra instituição parceira do IL foi a Universidade Santa Úrsula, a qual desde 1995 contava com um mestrado em economia e tinha como professor José Luiz Carvalho, e como convidados frequentes para palestrar, outros intelectuais do IL como Og Leme e Roberto Fendt Jr. Esse mestrado recomendado pelo instituto tinha uma abordagem voltada para a estudo da Escola Austríaca de Economia (IL NOTÍCIAS, 1996). O curso de economia da IBMEC, coordenado pelo economista e membro do IL Ubiratan Jorge Iório de Souza, foi propagandeado e recomendado pelo ILRJ, a partir de 1997, quando o mesmo começou a funcionar.

Além disso, o IL também encorajou grupos de alunos dentro das universidades a fundar núcleos de discussão e divulgação das ideias liberais (IL NOTÍCIAS, 1993). Essa proposta se assemelha com a recente iniciativa do *TT Estudantes pela Liberdade* que articula grupos dentro da juventude e das diferentes universidades do país para realizar encontros de estudantes conservadores e liberais, disputar chapas de centros acadêmicos e mostrar força política como um núcleo organizado. Como já vimos no terceiro capítulo, algumas direções do IL se dedicaram a intensificar a relação entre a academia e os *think tanks*, sempre com o objetivo de condenar o marxismo e apresentar o neoliberalismo como uma corrente não ideológica, e, por isso, detentora da verdade. Carlos Faccina quando foi diretor do ILSP, por exemplo, buscou realizar convênios de pesquisa e a aproximação entre empresas e universidades, assim como patrocinou algumas atividades, como palestras e cursos de curta duração. Assim, para Paulani,

No plano político e no plano das ideias, porém, o neoliberalismo alcançou hoje um êxito num grau insuspeitado, com o qual os seus fundadores provavelmente jamais sonharam. E fez isso simplesmente disseminando a ideia de que não há alternativas para seus princípios, e que todos, confessando ou negando, tem que se adaptar às regras que deles derivam (PAULANI, 2005, p.127).

Os meios acadêmicos seriam uma das últimas fronteiras que ainda resistiam a aceitar essa “verdade”, por isso a universidade era o espaço primordial, de acordo com os neoliberais, para conquistar adeptos. Ainda assim, o IL se preocupou em planejar atividades para o ensino básico. Já foi abordado no terceiro capítulo que o ILSP desenvolveu um projeto de capacitação para professores da rede básica de ensino, e para o Sesi e Senai. A análise do IL sobre a educação brasileira repete pontos já discutidos nessa tese, o instituto o considera pouco voltado para o mercado de trabalho,

“ideologizado”, repleto de críticas a sociedade capitalista e desatualizado ao abordar teorias ultrapassadas, que incentivassem a dependência do Estado, entre outros pontos.

O curso de especialização proposto pelo ILSP e aprovado pela Secretaria de Educação de São Paulo, tinha como público professores da rede pública e privada do Estado e era ministrado por especialistas do IL ou contratados para esse fim, chegando a abranger 153 delegacias de ensino, em três anos (IDÉIA LIBERAL, 1994). Esses se propunham a derrotar a ideologia vigente ao sugerir a transposição do ensino pensado até agora pelas perspectivas liberais. A disciplina de História era considerada a mais propícia a defender concepções da esquerda política, por isso, apresentar “atualizadas” concepções de História, novas formas de pensar e interpretar a sociedade, fugindo das interpretações de “luta de classes” e de “dominação”, eram essenciais para proporcionar o rompimento com as perspectivas socialista e comunistas (IDÉIA LIBERAL, 1992).

Seu objetivo era “(...) alargar o horizonte cultural dos profissionais da educação, aprimorar seus fundamentos teóricos, oferecer conteúdos alternativos contra o dogmatismo e a ideologização dos currículos e aproximar os professores dos temas da modernidade” (IDÉIA LIBERAL, 1990). Essa proposta contou com duas frentes, o aperfeiçoamento dos professores do ensino básico e a produção de materiais didáticos e pedagógico contendo novos enfoques.

O conteúdo desses cursos, preparado pela equipe do Instituto Liberal de São Paulo, abrangia desde a revisão dos currículos das disciplinas tradicionais oferecidas nas escolas, como português e matemática, até a discussão de temas da teoria política, Filosofia, Economia e História, segundo o enfoque liberal. O programa de produção do material didático e pedagógico sob novos enfoques era desenvolvido por uma equipe de especialistas contratados, que também prestava assessoria pedagógica a prefeituras, escolas, delegacias de ensino, etc. A equipe organizava, também, debates teóricos e metodológicos sobre disciplinas específicas, para oferecer aos professores visões teóricas alternativas. Em 1992, por exemplo, os seminários dedicaram-se ao debate de diferentes concepções sobre História, considerada pelo Instituto como a disciplina em que mais se faz sentir o problema da ideologização do currículo (GROS, 2003, p.138)

Esse programa ganhou especial atenção com a presidência de Fernando Ulhoa Levy e contava com a parceria e o financiamento de várias empresas. A partir de 1993 o ILSP passou a oferecer cursos a professores do Sesi e a capacitar as lideranças do Senai. No ano seguinte firmou parceria com o Instituto C&A de Desenvolvimento Social para o desenvolvimento de projetos na área educacional, o qual resultou o financiamento conjunto do Programa Permanente de Capacitação de Professores do ILSP. Os dados divulgados pelo ILSP indicam que entre as atividades que envolviam cursos, seminários e orientações, teriam atingido oito mil pessoas, entre professores, coordenadores e

diretores de escola, e em 1995 teriam alcançado 10 mil profissionais da educação. Em 1995, o MEC reconheceu e estimulou o trabalho do IL na formação de professores, nesse ano o “novo Secretário de Educação de São Paulo propôs ao ILSP a renovação da parceria na reciclagem de professores da rede pública estadual, o que foi feito principalmente através da assessoria pedagógica às secretarias municipais de educação e ao Sesi (GROS, 2003, p.139)”. O financiamento da C&A não seguiu adiante e o IL passou a prestar consultoria apenas quando solicitado, não propondo mais projetos de longa duração.

Nesse sentido, é importante destacar duas publicações voltadas ao público infantil/alunos do ensino básico e que se direcionavam a destacar os problemas do dirigismo estatal na vida social, para as crianças. As obras são, a cartilha *O Cidadão*, escrita por Jacy de Souza Mendonça (vice-presidente do ILSP) e a história em quadrinhos *Turma da Mônica - Cidadania*, formulada pelo cartunista Maurício de Souza.



MENDONÇA, Jacy de Souza. *O Cidadão*. São Paulo, Inconfidentes – Instituto Liberal, 1994.

Consultado em: PUCRS – Biblioteca Central

Figura 1

A história em quadrinho *O Cidadão* conta com 52 páginas e é bastante ilustrada e colorida. Teve patrocínio da Siemens, Nestlé e C&A e foi distribuída em escolas, instituições governamentais e empresas (INFORME LIBERAL, 1996). A capa, de fundo amarelo, retrata várias famílias, um conjunto de cidadãos, sorridentes. A mesma inicia afirmando que “você é importante para o mundo”, primeiro com símbolo de uma digital, depois com o de um coração. De forma didática a cartilha busca explicar o funcionamento da sociedade, mostrando que as pessoas são dotadas de inteligência, capacidade de interpretar o mundo e são livres para se destacarem e serem melhores que os seus

semelhantes. “Você tem direito a ser melhor e ninguém pode impedi-lo” (ILSP, 1994, p.17).

Segue afirmando que todos temos responsabilidades com a nossa vida e com a vida dos outros, por isso há limites que nos impedem de fazer tudo que desejamos. O conjunto de pessoas que estabelece o que é permitido ou não, são os cidadãos, que vivem de acordo com os costumes e as tradições. Desse conjunto de regras são estabelecidas as leis e divisão dos poderes. Assim, explica os tipos de governo existentes (monarquia e república, presidencialismo e parlamentarismo) e como se efetiva a divisão de poderes no Brasil, enfatizando a importância da participação política, do voto e de cobrar os candidatos eleitos suas promessas. Elucida que somos guiados por uma Constituição, a qual “apesar de algumas incoerências até graves, parte do fato de que você é livre e de que os outros são livres” (ILSP, 1994, p.25).

Quando discute como ocorre a divisão do trabalho na sociedade capitalista, instrui que todos os trabalhos devem ser respeitados e viver em harmonia e que o papel dos sindicatos é manter essa boa relação entre comandantes e comandados. “Os sindicatos dos trabalhadores e as organizações dos empregadores não existem para lutar entre si mas para buscar o melhor para as duas partes e não devem servir a outros propósitos” (ILSP, 1994, p.36).

Sobre as formas de governo, a cartilha explica que antigamente os governos tendiam a assumir as tarefas de produzir os bens necessários à sociedade, em formas de economia socialista ou de planejamento centralizado. “Por isso, precisavam limitar a liberdade das pessoas sempre mais e mais duramente; e precisaram tornar o governo único proprietário de tudo e único patrão de todos, extinguindo, assim, o direito à propriedade” (ILSP, 1994, p.38). Salientam que a forma natural de organizar a produção é respeitando a liberdade, deixando cada um produzir o que quiser, de acordo com as necessidades e os direitos dos outros. Quem decretaria o sucesso ou não do produto seriam os consumidores e a capacidade do produtor de se fazer competitivo no mercado. “É isso que assegura o melhor de todos. É a economia de mercado. É a economia liberal” (ILSP, 1994, p.41). Ao Estado caberia produzir somente aquilo que estivesse aquém da iniciativa privada. “O que se exige dos governantes é que não façam o que pode ser feito pelo mercado” (ILSP, 1994, p.48).

Por fim, justificam a necessidade de se pagar impostos, devido as despesas básicas do Estado que precisam ser financiadas por todos. No entanto, especificam que eles “devem corresponder apenas à quantia necessária para financiar as tarefas do Estado, no interesse de todos, e cobrir as despesas do próprio governo” (ILSP, 1994, p.45).

Afirmam que é com os impostos que os governantes poderão lhe assegurar a ordem social, a distribuição da Justiça, a segurança, a educação, a saúde e a previdência social. “Educação, saúde e previdência podem também ser assumidas pela iniciativa privada, de forma melhor e mais barata” (ILSP, 1994, p.47). Unindo-se todos esses elementos, com o cuidado com a natureza, a sociedade teria uma vida feliz e harmônica.



A turma da Mônica – Cidadania. 1993

Consultado em:
<https://spotniks.com/essa-e-melhor-historia-da-turma-da-monica-que-voce-ja-leu/>. Acesso em 05/01/19

Figura 2

A outra história em quadrinhos voltada para as crianças foi a edição especial de A turma da Mônica – Cidadania, encomendada pelo ILSP. Com tinha 58 páginas, teve uma tiragem de 500 mil exemplares e foi patrocinada pelo Unibanco, Bradesco, Citibank, Metalac e Shopping Eldorado. A revista foi distribuída na rede escolar de São Paulo durante a Semana da Cidadania, promovida pelo IL em 1993 e 1994. A historieta inicia abordando que moramos num país muito bonito, fértil e sem nenhum problema natural (terremoto, vulcão, furacão). Mas uma parte da população tenta levar vantagem em tudo, “a lei do mais esperto está presente em todo lugar”, no trânsito, numa brincadeira simples, nas filas, no funcionalismo público, etc, o que acaba por refletir nos nossos representantes no Congresso.

Nesse país mora um monstro chamado inflação, que se alimenta do nosso dinheiro. “E de onde vem essa inflação? Tudo começa porque o governo gasta mais do que arrecada” (ILSP, 1993, p.20). Dessa forma, explicam que o Estado assumiu muitas funções que não seriam de sua responsabilidade como educação, saúde, previdência, esporte, turismo, transporte, exploração de petróleo. “Com tantas atribuições, o governo precisa arrecadar mais, por isso, aumenta os impostos” (ILSP, 1993, p.23), que se fazem

presentes em tudo que consumimos (carro, combustível, alimentos, roupas), e é devido a eles que ocorre a sonegação. Apesar desse montante de impostos, o Estado por ser mal empresário, não gere bem os seus recursos o que se faz sentir no “baixo nível de ensino, péssimo atendimento médico, aposentadoria insuficiente, estradas esburacadas e perigosas e violência” (ILSP, 1993, p.30/1).

“E qual a solução?”. Muitos cidadãos acabam esperando um salvador da pátria, um homem que milagrosamente conserte todos os problemas do país, a cartilha explica como é errado e enganoso acreditar que um indivíduo possa resolver nossos problemas. A mudança e a conscientização devem partir de cada pessoa. “Se cada um der a sociedade o melhor de si...Todos receberão o melhor que cada um pode dar!” (ILSP, 1993, p.46). Assim, com o exercício da cidadania e o uso das ações corretas que não busquem levar vantagens pessoais, o Brasil pode crescer como nação.

Essas duas cartilhas têm muitos pontos em comum, exaltam a capacidade individual e de um grupo de cidadãos de fazer a diferença tanto pessoal, quanto socialmente. Criticam o Estado, sua pretensão de dirigir a economia e seu acúmulo de funções, o qual, segundo o IL, além de proporcionar serviços de baixa qualidade, aumentam os impostos e causam inflação. Assim, apresentam o liberalismo como uma solução eficaz para resolver os problemas do Brasil, tanto na parte econômica como moralmente. A cartilha Cidadania enfoca particularmente essa questão, elencando a cidadania ao projeto liberal.

Com essas historietas o IL buscava introjetar algumas compreensões prévias de modelo de sociedade ideal desde a infância. Essas, assim como outras ações do instituto, ajudaram a promulgar uma preconceção/senso comum sobre o funcionamento do Estado no Brasil. É de uso corrente a ideia de que tudo gerido pelo Estado é de má qualidade, ou lento e burocrático, assim como a ideia que a máquina pública é inchada e desnecessária. Essas são noções repetidas automaticamente, sem muita reflexão ou crítica sobre elas, estabelecendo-se a associação de que o público está aquém do privado.

Pensando sobre os diferentes papéis delegados ao Estado no século XX, Peter Evans (1992) salienta que a teoria do pós-guerra, apresentava o desenvolvimentismo dirigido pelo Estado como solução para os problemas estruturais dos países subdesenvolvidos, tendo este, como principal obrigação, acelerar a industrialização, modernizar a agricultura e a urbanização. A imagem do Estado como problema surgiu, entre outros motivos, pela incapacidade deste de cumprir essas funções. Juntamente com os fracos resultados do desenvolvimento dirigido pelo Estado, houve mudanças no clima

ideológico e intelectual, onde se questionava quais os limites do papel do Estado e se caberia a ele ser um agente econômico. Os defensores do Estado mínimo advogavam que o Estado não deveria se intrometer na regulamentação econômica, apenas cumprir as funções de regulador entre os contratos, proteger os direitos individuais e de propriedade.

Para Peter Evans, o Brasil não seguiu o “tipo ideal de Estado desenvolvimentista” (1992, p. 139) principalmente devido a sua incapacidade de constituir um corpo técnico eficiente, pois muitos dos cargos administrativos burocráticos eram ocupados por indicação de políticos, devido a acordos entre eles ou a laços familiares e de amizade, e não pelo entendimento profissional do cargo. “Incapaz de transformar a burocracia como um todo, os líderes brasileiros tentaram criar ‘bolsões de eficiência’ no interior da burocracia, modernizando o aparelho de Estado antes por acréscimo do que através de uma transformação mais ampla” (EVANS, 1992, p. 140). Ou seja, se ampliaram as vagas para o serviço burocrático, mas não se estruturou um sistema de eficiência e de compromisso a longo prazo com o órgão administrativo. O BNDES é um dos exemplos desse bolsão de eficiência, assim como a Petrobras foi por um longo tempo. O Brasil não conseguiu, dessa forma, construir uma estrutura burocrática regular, sendo essa facilmente alterada com as trocas de poder.

A Argentina, por outro lado, devido a instabilidade política que a marcou por praticamente todo o século XX, enfrentou mais empecilhos que o Brasil para a aplicação de um projeto de desenvolvimento estável e não contou com uma organização burocrática eficiente para efetuar-lo. Para Portantiero (1997, p.532), “durante 10 años, el peronismo había conseguido dar expresión política coherente a una etapa de desarrollo de la sociedade argentina”, mas a partir de sua derrota nenhum governo conseguiu sustentar um projeto durável, pois a dificuldade da burguesia urbana e rural de elaborar uma coalizão estável, tornou impossível impor um projeto hegemônico ao país.

As propostas de políticas públicas, que começaram a ser publicadas em 1990, se constituem em outra forma de ação e influência bastante expressiva do instituto. Voltada para um público específico de deputados e senadores, contou com mais de 80 edições até o final da década abordada nessa tese. Além do ILRJ que era o principal responsável por essas publicações, o ILSP e o ILRS também realizaram palestras que abordavam as políticas já sancionadas na Constituição e outras que estavam passando por discussão no congresso. O ILSP realizou de 1990 a 1992, sete Fóruns Liberais sobre Políticas Públicas, financiados por empresas como a Sogeral, a Companhia de Seguros da Bahia e a Febraban, onde participavam ministros, secretários de Estado e grandes empresários

(GROS, 2003, p.142). Nesses encontros a legislação era vista como um empecilho para o crescimento do país, sendo enfocada a necessidade de sua “modernização”.

No final da década de 1990 o IL passou a sofrer com a queda dos patrocinadores, principalmente após a morte de Stewart. Os empresários acreditavam que como as reformas liberais estavam sendo concretizadas no Brasil, já se havia ganho a batalha ideológica e não seria mais necessário investir na disseminação dessas ideias (ROCHA, 2018).

Uma das atividades do Conselho Nacional dos Institutos Liberais, o qual era responsável por manter a mesma linha de atuação dos institutos espalhados pelo país, era a cooptação de novos membros que fizessem parte do público-alvo do *TT*. Em 1993, esse conselho propôs o “levantamento de uma listagem de três mil pessoas que comporiam o público-alvo dos institutos, as quais deveriam ser divididas em duas categorias de formadores de opinião, “liberais” e “*prospects*” (ROCHA, 2017, p.109).

Liberais: público-alvo cuja definição ideológica seja reconhecidamente consistente com nosso ideário (...). *Prospects*: pessoas em que se identifica possibilidades de conversão ao liberalismo. O grupo *prospects* deve ser integrado por pessoas não infensas a ideia liberal ou que estão no muro. Um bom exemplo desse tipo de pessoa são os políticos do PSDB. (...) Levando-se em conta que o público-alvo é integrado por formadores de opinião, cada Instituto deverá procurar listar os liberais e os *prospects* em seu Estado dentro das seguintes categorias: deputados federais e senadores; governadores de Estado e Secretários; Prefeitos influentes de grandes municípios; Deputados Estaduais mais representativos; Professores Universitários; Jornalistas; Dirigente de Entidades Empresariais; Empresários militantes; Líderes sindicais; Líderes estudantis; Líderes de entidades civis (STEWART JR, 1993 *apud* ROCHA, 2017, p.109).

De uma maneira coordenada, os IL's estaduais se empenharam em procurar indivíduos propícios a se converter ao neoliberalismo, para comporem o grupo de apoiadores estratégicos de suas propostas. “Dos três mil formadores de opinião a serem influenciados 1.200 eram políticos, entre os quais eram destacados os senadores e deputados federais (300) e os prefeitos (200), 400 eram empresários e 400 eram professores universitários” (ROCHA, 2017, p.110). Ter entre seu grupo de influência políticos era essencial, para pôr em prática as políticas de livre mercado e intelectuais, para fortalecer cientificamente a área e produzir estudos que ratificassem as suas conclusões.

O que pretendíamos mostrar com esse subcapítulo foi o intenso trabalho do IL em se inserir em diversos espaços, em sua maioria, de elite e com potencial efetivo para serem persuadidos e doutrinados. Essa perspectiva de um trabalho de longo prazo e sistemático que utiliza diversos instrumentos para convencer, buscava assentar as bases

para o Brasil do presente e do futuro, onde as políticas neoliberais fossem aceitas e defendidas pela ampla maioria da população. Mais do que isso, que outras alternativas políticas fossem vistas como inviáveis e ultrapassadas, assim como fosse internalizada essa nova racionalidade do mundo. Entendendo essa racionalidade como uma ideologia, podemos afirmar que

La ideología asume especial importancia como mecanismo simbólico mediante el cual pueden integrarse los intereses de esos diversos estratos sociales; al compartirla, los diversos estratos dominantes pueden dar respuestas compatibles a las cambiantes condiciones sociales. La ideología que defienden las clases políticas y administrativas es un mecanismo que refuerza su lealtad a la clase dominante o por el cual puede debilitarse. La solidaridad de las clases dominantes y su influencia sobre las clases política y administrativa dependen ahora de las ideologías a las que se adhieren, y se reciben la mediación de ellas. De esto modo, la ideología asume un nuevo papel histórico en el mantenimiento de las solidaridades sociales y el control de clase (GOULDNER, 1976 p. 289).

Pensando a ideologia como um sistema de símbolos que servem para interpretar e dar razão ao mundo e para manter o controle de uma classe sobre outra, mais por meio do convencimento no plano das ideias, do que por repressão física, podemos afirmar que os *TTs* neoliberais, entre os quais o IL se encontra tiveram um papel central para a articulação e o fortalecimento da direita contemporânea em todo o mundo. O que unificava essas direitas era justamente a coesão de suas ideias e propostas de mundo em torno do livre mercado.

5.2 O IEE e o Fórum da Liberdade

Assim como o IL, o IEE também se preocupou em realizar uma série de atividades que dessem visibilidade ao instituto e às suas ideias, bem como buscaram se inserir em espaços que lhes proporcionassem estabelecer vínculos com diferentes áreas para conquistar adeptos e apoiadores para a causa liberal. Assim, analisaremos nesse subcapítulo as ações do IEE votadas para influenciar o debate político e para se construir como um elemento de credibilidade para formular propostas econômicas e sociais para o Estado.

Na versão antiga do site do IEE e no livro comemorativo dos 30 anos da entidade, constam uma série de atividades realizadas para seus membros e pessoas convidadas, elas abrangiam: jantares-debates organizados semanalmente; encontros bimestrais para debater um livro de algum autor liberal; júris simulados; conselho de economia (encontro onde associados faziam proposições sobre a situação econômica do país, de acordo com

sua área de atuação); cursos e seminários (como complemento à formação dos associados) e mini-colóquios, realizados em parceria com o Instituto Liberal. Todos esses encontros eram fechados a um público selecionado e abordavam, em diferentes formatos, a formação para uma consciência e uma atitude liberal. As atividades externas, abertas ao público eram duas - o *Fórum da Liberdade* e o *Fórum Universidade Empresa*, esse último era realizado dentro de uma universidade gaúcha e dirigido ao público jovem¹³⁴.

Apesar da maioria das atividades serem concentradas em Porto Alegre, havia encontros especiais que ocorriam, todos os anos, em outras cidades. Já receberam seminários do IEE os municípios de Gramado, Bento Gonçalves, Garopaba, entre outros. Esses eram importantes para difundir o trabalho do instituto para além da região metropolitana e atrair novos simpatizantes.

Em termos de publicação, o IEE lançou a revista *Leader* (1997-2003) e editou alguns livros, em parceria com o ILRS, algum *TT* internacional, ou sozinho. Pela Editora Ortiz o IEE mandou editar os seguintes livros: 1) “A arrogância fatal. Os erros do socialismo” de Friedrich Hayek, lançado no VIII *Fórum da Liberdade*, de 1995, com tiragem de 900 exemplares¹³⁵. 2) “Defendendo o Indefensável”, de Walter Block, em 1993. 3) “Educação em Crise” de Mário Jaramillo, Juan Bendfeldt, Maria T. I. Barros e Maria D. C. Fuestes, em 1994. 4) “A Virtude do Egoísmo”, de Ayn Rand, em 1991. 5) “Liberdade e a Lei”, de Bruno Leoni, em 1993. 6) “Economia e Meio Ambiente”, de Donald Fetridge, Douglas Smith, John Chant, Ricard Stroup, Terry L. Anderson, Walter E. Block, em 1992. Este último livro é o resultado do acordo estabelecido entre o *The Fraser Institute*, do Canadá, o IEE e a Editora Ortiz para introduzir no Brasil material complementar aos debates da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente - ECO 92. 6) “Ecologia de Livre Mercado” de Terry Anderson e Donald Leal, em 1992, editado pela Expressão e Cultural em conjunto com ILRS e o IEE, 7) “Brasil livre, proposta de revisão constitucional” de Ives Gandra Martins, em 1992¹³⁶.

A maioria desses livros era lançado antes do *Fórum da Liberdade*, para serem usados como suporte nas discussões do evento ou para serem referência a algum debate

¹³⁴Fonte:

https://web.archive.org/web/20000818051451/http://www.iee.com.br:80/institucional_atividades.htm.

Acesso em: 20/01/2019

¹³⁵ Informação retirada da contracapa do livro. O mesmo ainda informa que os direitos da tradução do livro para a língua portuguesa são de Henry Maksoud.

¹³⁶Fonte:

https://web.archive.org/web/20000818051451/http://www.iee.com.br:80/institucional_atividades.htm.

Acesso em: 20/01/2019

chave encabeçado pelo instituto. De autores clássicos do liberalismo a estudos dirigidos, muitas vezes encomendados pelo *TT*, esses tinham como objetivo influenciar a opinião e guiar as ações dos participantes do Fórum e das autoridades políticas.

O *Fórum da Liberdade*, que ocorre anualmente desde 1988, é o evento símbolo do instituto. Por ele se concretizou o nome da instituição, que acabou angariando crescente visibilidade no cenário nacional devido, em parte, a importância que o evento adquiriu no âmbito político. O *Fórum da Liberdade* se constituiu como principal evento de perspectiva liberal do Brasil, teve suas ideias largamente difundidas pela mídia e ajudou a criar um consenso favorável a aplicação das políticas de livre mercado no país.

Para esse subcapítulo se utilizou como fonte principal o acervo online, armazenado no Youtube do 1º ao 11º *Fórum da Liberdade*. Foram visualizados mais de 40 episódios que variavam de 1 hora a 4 horas cada um. Desses, foram selecionadas as falas que considerei mais expressivas em cada Fórum, não tendo a pretensão de fazer uma abordagem detalhada de todas as palestras, para não deixar o texto maçante e repetitivo.

Pelos discursos de abertura do *Fórum*, proferidas pelos presidentes e vice-presidentes do instituto foi possível conhecer uma série de dados sobre a atuação do IEE na sociedade, principalmente no Rio Grande do Sul. As linhas abaixo além de salientar os pontos ideológicos tratados pelos conferencistas no evento, vão elencar algumas das atividades realizadas pelo IEE, as quais buscavam, de forma parecida com o IL utilizar-se do capital simbólico construído pelos membros do instituto – empresários e herdeiros de famílias abastadas do Rio Grande do Sul – para divulgar a doutrina neoliberal e apresentá-la como símbolo de progresso, modernidade e êxito.

No primeiro *Fórum*, intitulado “Questões Políticas, Econômicas e Sociais do Brasil” estavam presentes uma série de políticos e dirigentes de entidades empresariais do Brasil. Alguns dos palestrantes dessa edição foram: Roberto Campos (economista e senador), Henry Maksoud, Fernando Collor de Melo, César Rogério Valeste (presidente da FEDERASUL) e os diretores do ILRJ Donald Stewart Jr, Jorge Gerdau Johannpeter e do ILSP Roberto Bornhausen e Jorge Simeira Jacob. No anexo IV, detalhamos a relação de todos os palestrantes do Fórum de 1988 a 1998.

Carlos Smith, presidente do IEE, fez o discurso de abertura, sua fala exalta a sociedade capitalista, as benesses tanto econômicas, como sociais do liberalismo e condena os países que se guiam por outras propostas de governo, especialmente pelo socialismo. Smith afirma que o que contribuiu para o progresso do homem foi o lucro e

o desejo de acumular riqueza, destacando que “a humanidade chegou ao capitalismo como uma evolução natural, quase darwiniana”¹³⁷. Segue salientando que,

Lênin disse que as revoluções são as locomotivas da história. E esse prodigioso século XX que fez mudar o mundo para melhor, mais que os 7 mil anos que separam a dinastia de Menés no Egito, até 1900, foi provocada pelo capitalismo que é a força mais revolucionária da história. E muito mais que o dogma de Trotsky, é uma revolução permanente. Só que sem sangue, sem morte e sem torturas, baseada na ciência, na tecnologia e na força empresarial (SMITH/IEE, 1888).¹³⁸

Seu discurso apaixonado e militante afirma que o capitalismo transformou as sociedades para melhor, que suas bases estavam consolidadas e que seu estabelecimento era um caminho sem volta, visto que seu principal modelo alternativo, a URSS, se estava desintegrando naquele momento. Para o Smith, ser contra o capitalismo liberal era negar o futuro, o progresso da humanidade e a democracia. Entretanto, quando afirma que o capitalismo foi uma revolução implantada sem sangue e morte, desconsidera ou ignora processos histórico como o neocolonialismo, as guerras por petróleo, a repressão contra movimentos trabalhista e sociais, que através da força e da opressão implantaram projetos políticos e sociais que alimentaram grandes corporações capitalistas em detrimento de populações pobres.

Renato Malcon, vice-presidente do IEE, e coordenador do projeto “Estudo de apoio ao governo do Rio Grande do Sul”, apresentou esse trabalho na abertura do evento. O documento foi entregue a Pedro Simon (PMDB), governador do Estado na época, e aos participantes do I Fórum. Esse, segundo Malcon, mostrava a intenção do instituto em colaborar com o desenvolvimento do Estado e do país, ao propor modelos de ação política e oferecer a consultoria do instituto para a estruturação de planos de governo¹³⁹. Tratava-se de um

Plano de ação que busca estabelecer, preservar e desenvolver a liberdade no campo econômico e social. A liberdade de empreender, trabalhar, contratar, escolher e usufruir os resultados dessas ações é o principal insumo que habilita e incentiva o ser humano para a transformação de potencialidades em riquezas e de necessidades em satisfação (IEE, 1988)¹⁴⁰.

O estudo buscava fundamentar a ação política do governo do Estado sobre “conceitos que alicerçam as grandes transformações de caráter progressista do mundo

¹³⁷ Fonte: 1º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EDAIJ232yhk>, acesso em 21/01/2019

¹³⁸ Idem

¹³⁹ Idem

¹⁴⁰ Idem

inteiro” (IEE, 1988), estabelecendo uma noção clara a respeito da economia de mercado e da livre iniciativa na solução dos problemas socioeconômicos do Rio Grande do Sul, sejam eles de geração de riquezas ou de distribuição de rendas. O documento também demonstrou, sob a ótica empresarial, os pontos fortes e fracos do Estado no desenvolvimento da economia e na atração e incentivo a novos investimentos para a região¹⁴¹. Não tivemos acesso a esse documento na íntegra, apenas a parte que trata de sua proposta educacional, a qual já foi explorada no segundo capítulo.

Desse primeiro encontro destacamos a fala de Roberto Campos, que faz duas sugestões para a agenda liberal. Primeiro, a destruição dos mitos que enevoam o entendimento popular e segundo, a correção de deformações culturais que a viciam. Os mitos para Campos seriam os seguintes: mito do Estado motor da industrialização, do capitalismo selvagem, do modelo exportador e das riquezas minerais. Nesse sentido, o economista busca provar que é errônea a percepção de que só o Estado teria estrutura para industrializar o Brasil, trazendo alguns dados que supostamente provam o contrário. No segundo ponto, alega que é equivocado atribuir as injustiças ao capitalismo, pois, para ele o Brasil nunca foi capitalista, possuindo sim uma economia neomercantilista, sem concorrência e monopolista. Quanto ao modelo exportador concentrador de renda, sustenta que o Brasil é uma das economias mais fechadas no mundo e não exporta em abundância, por isso a concentração de renda não advém desses fatores. Ao se referir ao quarto mito, afirma que ocorre uma confusão entre recursos e riqueza, pois o país é rico em recursos naturais, mas pobre em renda, o que tornaria a primeira insuficiente para o desenvolvimento da nação. Para Campos de nada adiantaria ter riqueza, sem capital, tecnologia e acesso aos mercados¹⁴².

Henry Maksoud, nessa edição assim como nas outras que participou, fez uma fala bastante caricata e inflamada, com tiradas engraçadas e críticas que arrancavam gargalhadas e aplausos do público. Para Maksoud, o problema da elite brasileira é aprender, pois essa teria preguiça de se aprofundar nas discussões sobre política e sociedade, “ela é omissa e se mantém na ignorância porque aceita o que ditam o governo e os economistas”. Elogia a atitude dos membros do IEE em propor o Fórum e os exalta como pessoas responsáveis que estavam interessadas em aprender, assim como sugere que o Rio Grande do Sul exporte esses jovens para o restante do Brasil, pois talvez assim, o país melhorasse¹⁴³.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ Idem

O segundo *Fórum da Liberdade*, ocorrido em 1989, contou com uma particularidade importante. Convidou os candidatos à presidência da República para debater suas propostas nesse evento, para essa que seria a primeira votação para o poder executivo desde 1961. Esse debate, foi classificado pelo IEE como o primeiro da história brasileira ocorrido especificamente entre candidatos e a classe empresarial. Na ocasião o vice-presidente do instituto falou da oportunidade de poder “indagar, questionar, debater com os candidatos com liberdade de ideias, com o propósito de contribuir na busca de soluções para o país” (COSTA E SILVA/IEE, 1989)¹⁴⁴. Além dos candidatos presentes, proferiram palestras no evento Henry Maksoud, Paulo Rabello de Castro (Economista da Fundação Getúlio Vargas), Luiz Carlos Mandelli (Presidente da FIERGS), José Wilson Simeira Jacob e Jorge Gerdau Johannpeter.

O discurso do vice-presidente do instituto Flávio Sarmiento Leite do Couto e Silva, na abertura do II Fórum reitera os objetivos do IEE com a formação de novas lideranças empresariais, tendo como doutrina orientadora, a defesa e a manutenção dos valores de economia de mercado e da livre iniciativa. De acordo com o empresário, o IEE também se destinava a promover e integrar seus membros no âmbito social, cultural, econômico e profissional visando a unidade e o intercâmbio de ideias, bem como, se ocupando da análise de problemas e questões que afetavam diretamente a comunidade discutindo e oferecendo sugestões para o seu equacionamento¹⁴⁵. Nesse sentido, Costa e Silva salienta o comprometimento do IEE com a comunidade, retomando o estudo de apoio ao governo do Rio Grande do Sul, lançado um ano anterior e apresentando o novo trabalho do instituto para arrecadar fundos para o Hospital Santa Casa de Misericórdia. De acordo com o mesmo,

Em 1988 vimos a obra impar que o cardeal Dom Vicente Scherer realiza à frente da Santa Casa dessa cidade. Na premissa que bons sentimentos e solidariedade são espontâneos em indivíduos livres, não sendo necessário nenhum poder coercitivo para impô-los, decidiu o instituto se fazer presente. Necessitando a Santa Casa de Misericórdia de um aporte de 5 milhões de dólares no prazo de 5 anos para adquirir aparelhagem técnica junto a Alemanha e EUA de modo a modernizar seu nível técnico de atendimento, o IEE coordenou uma campanha junto a empresas obtendo quase todos os recursos necessários (COSTA E SILVA/IEE, 1989)¹⁴⁶.

O IEE conseguiu por meio de doações de empresas arrecadar uma quantia nada módica de quase 5 milhões de dólares a Santa Casa de Porto Alegre para a modernização

¹⁴⁴Fonte: 2º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=c02mdIG43jw>, acesso em 24/01/2019

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

do hospital. Essa atitude nos mostra como, em poucos anos, o IEE adquiriu importância junto ao meio empresarial ao conseguir angariar tantos fundos, ação que também funcionou como uma vitrine para o instituto demonstrar seu engajamento com os problemas do Rio Grande do Sul. Ao finalizar seu discurso, o vice-presidente ainda afirma que “O compromisso com a liberdade é causa primeira, fim e última, e razão de ser do Instituto de Estudos Empresariais (COSTA E SILVA/IEE, 1989)¹⁴⁷.”

Os presidenciáveis que participaram do debate promovido pelo IEE foram: Ronaldo Caiado (Presidente da União Democrática Ruralista e candidato pelo Partido Democrata Cristão/PDC); Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT); Mário Covas (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB); Leonel de Moura Brizola (Partido Democrático Trabalhista – PDT) e Roberto Freire (Partido Comunista Brasileiro – PCB). Fernando Collor de Mello não compareceu ao evento porque soube que encontraria Henry Maksoud no mesmo, os dois tiveram certa indisposição no *Fórum*, porque Maksoud fez críticas a sua palestra e afirmou que se Collor fosse eleito para presidente, com aquele discurso, ele se mudaria para o Paraguai.

O modelo do debate utilizado não foi o clássico que conhecemos hoje com candidatos que respondem perguntas selecionadas um após o outro. A distribuição dos presidenciáveis foi feita juntos aos palestrantes, para explanarem em 20 minutos uma temática pré-definida pelo instituto e depois responder perguntas do público.

O primeiro a discursar foi Ronaldo Caiado, sobre o tema inflação, esse fez uma fala em consonância com a perspectiva do instituto, mas seu discurso foi bastante vago, sem propor nada diretamente. Lula foi o segundo presidenciável a palestrar, no início de sua explanação salientou que não foi àquele debate a procura de votos, dado a sua origem e a proposta que defendia, mas reiterou que ele não era um candidato marxista, nem comunista. Salientou a seguir o crescente empobrecimento dos trabalhadores ao longo dos últimos anos e que para a economia do Brasil crescer era preciso distribuir renda, pois o Brasil já havia acumulado uma grande quantidade de riqueza. Defendeu também a necessidade de se fazer uma reforma agrária, não por ser contra a propriedade privada, mas para gerar mais riqueza e renda para a população, adotando o modelo de pequenas e médias propriedade existente na Europa¹⁴⁸.

Mário Covas falou logo após o Lula e sobre o mesmo tema: como criar e distribuir riquezas. Covas repete algumas observações feitas por Lula, salientando que o

¹⁴⁷ Idem

¹⁴⁸ Fonte: 2º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fGFx4iiId6E>, acesso em 24/01/2019

Brasil produz riqueza, mas não as distribuí eficazmente. Para ele, o país precisava retomar a capacidade de criá-las para poder distribuí-las e defende políticas sociais compensatórias para diminuir a distância existente entre ricos e pobres. Da sua fala, o que mais chamou a atenção foi a seguinte passagem: “Não podemos mais nós voltarmos a dois séculos atrás e imaginarmos que simplesmente basta crescer e que uma mão invisível chamada mercado vai fazer com que automaticamente ocorra uma distribuição, isso não ocorreu historicamente nesse país”. Salienta que o Brasil tem uma das piores distribuições de renda do mundo, por isso seria necessário direcionar o crescimento para resolver essa questão e redefinir a função do Estado que é visto hoje como um grande “bicho papão”¹⁴⁹. A crítica que Covas teceu ao mercado toca exatamente no ponto central da ideologia do IEE, que acredita que o livre mercado iria resolver ou equilibrar os problemas de distribuição de renda no país a partir da geração de riqueza e da meritocracia para alcançá-las.

O próximo candidato a conferenciar foi Roberto Freire, que também fez uma fala antagônica à perspectiva política do IEE e à maioria dos palestrantes. O último presidenciável a expor suas ideias foi Leonel Brizola. Parabeniza a atitude do instituto em fazer um debate com vozes dissonantes, no intuito de discutir alternativas para o país, afirmando ser necessário consolidar o Estado democrático e se livrar dos resquícios autoritários. Pede cuidado com as doutrinas que parecem religiões, referindo-se à demonização do Estado pelos empresários e pela elite do país. Salienta que é preciso priorizar a população nas decisões políticas e chegar a certo nível de igualitarismo social para alcançar o mercado e o desenvolvimento tão citados durante o Fórum¹⁵⁰.

Boa parte dos discursos do presidenciáveis iam de encontro às perspectivas políticas dos empresários reunidos no instituto e foram contrapostas pelos demais palestrantes do Fórum, que os consideraram intervencionista e defensores de um modelo atrasado de desenvolvimento. O candidato que melhor representava os interesses do IEE, era Collor de Mello, que acabou sendo eleito presidente.

Em 1990, ocorreu o III *Fórum da Liberdade*, intitulado “A Busca da Modernidade. O Desafio Latino-Americano”. Esse evento contou com uma expressiva participação de conferências internacionais, políticos e economistas responsáveis pela liberalização econômica nos países que atuavam. Os palestrantes dessa edição foram: Alvaro Alsogaray (Ministro do Governo Menem - Argentina), José Eduardo Andrade

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Fonte: 2º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=f7mtIq2MDH8>, acesso em 24/01/2019

Vieira (Presidente do Banco Bamerindus), Jorge Batle (Senador Uruguai), Armando de la Torre (Filósofo - Guatemala), Hernan Büchi (Ex-Ministro da Economia - Chile), Alberto Benegas Lynch (Economista - Argentina), Luiz Carlos Mandelli (Presidente da FIERGS), Paulo Guedes (Economista do IBMEC), Henry Maksoud e Jorge Gerdau Johannpeter.

O presidente e o diretor do IEE, Eduardo França de Araújo Santos e Peter Wilms, nos discursos de abertura criticaram o nacionalismo dos países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina, que de acordo com eles, levou as economias a uma miopia mercadológica e à miséria. De acordo com Wilms, “a procura do norte latino-americano está na integração mútua e na parceria com os mercados do primeiro mundo” (WILMS/IEE, 1990)¹⁵¹.

Salientamos, dessa edição, duas falas de intelectuais latino-americanos vinculados ao livre mercado. A primeira do argentino Alvaro Alsogaray, que fez um histórico da vida econômica da Argentina no último século e culpou o governo de Perón como o responsável pela implantação do estatismo no país. Nesse sentido, elogia Menem por abandonar as ideias peronistas e adotar o liberalismo, iniciando um realinhamento completo do país, rumo à modernidade. Para Alsogaray o país estava preparado para as mudanças adotadas pelo governo Menem, porque a população encontrava-se ciente do esgotamento de todos os demais modelos. A transformação do sistema argentino tinha por objetivo reduzir o Estado para chegar ao equilíbrio fiscal, o que contava com as seguintes etapas: implantação da economia de mercado e desregulação da economia; privatização das empresas públicas; redução da burocracia e do tamanho do Estado; limitação das funções do Estado a suas verdadeiras finalidades – justiça, relações internacionais, segurança interna e externa, um básico de educação e saúde pública e o abandono de toda atividade comercial, industrial e de prestação de serviços concentrada em suas mãos e sua conseqüente transferência às empresas privadas (ALSOGARAY/IEE, 1990)¹⁵².

O filósofo Armando de la Torre fez um discurso bastante eloquente, arrancando aplausos da plateia em diversas ocasiões. Torre afirma que os governos são os responsáveis pela desigualdade e pela má distribuição de renda no Brasil e na América Latina, devido a forma como conduziram a economia e restringiram a ação individual. A modernização de nossa sociedade estaria condicionada à adoção do livre mercado e à

¹⁵¹ Fonte: 3º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DbxOQ9x151w>, acesso em 25/01/2019

¹⁵² Idem.

desvinculação dos mitos de que o Estado proporcionaria justiça social, que para ele é algo que não existe, pois, toda justiça seria social, não tendo como separar uma de outra (TORRE/IEE, 1990)¹⁵³. Para Torre, o livre mercado é o melhor instrumento de distribuição de riqueza, pois ele oferece mais justiça, abundância de produtos e oportunidades, ao contrário de outros modelos como a social democracia, que redistribuí através do Estado, a riqueza que outros produziram.

Esses autores fazem parte do movimento apontado por Dardot e Laval, do grupo de intelectuais que contribuíram para a conversão das mentalidades. Esses passaram a atacar o Estado como agente de mudança e de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que construíam a ideia do mercado como solução mágica e natural para edificar sociedade ricas e desenvolvidas. Para os autores, a

[...] Estratégia eficaz de conversão de mentalidades que, a partir dos anos 1960 e 1970, tomou a dupla forma de uma luta ideológica contra o Estado e as políticas públicas, de um lado, e de uma apologia despudorada do capitalismo mais desbridado, de outro. Criou-se toda uma vulgata sobre o tema da necessária “desobrigação do Estado” e a incomparável “eficácia dos mercados”. Foi assim que, na virada dos anos 1980, o mito do mercado autorregulador pareceu estar de volta, a despeito das políticas neoliberais que visavam a uma construção mais ativa dos mercados (DARDOT; LAVAL, 2016, p.205).

Construída academicamente e dentro dos *TTs* neoliberais, a concepção da desobrigação do Estado por um lado e da responsabilidade individual por outro, acaba se tornando um discurso comum e amplamente aceito. O mercado e o indivíduo com a capacidade de se auto gerir deveriam tirar do Estado a carga de provedor de suas necessidades. Essas passam a ser vistas como uma conquista estritamente individual.

O IV *Fórum da Liberdade*, de 1991, “Os Caminhos para a Próxima Década. As Soluções Liberais e Sociais-Democratas”, contou com os seguintes painelistas, Hélio Jaguaribe (Cientista Político), Miguel Reale Jr. (Advogado e jurista), Ives Gandra Martins (Advogado e jurista), Paulo Rabello de Castro (Economista), Armando de la Torre, Roberto Salinas (Filósofo-México), André Lara Resende (Economista), Paulo Guedes (Economista) e Donald Stewart Jr.

O Fórum de 1991 contou com debates intelectuais bem expressivos, que contraporiam visões de neoliberais com as de social-democratas. Hélio Jaguaribe se destacou pela eloquência e pela fundamentação das ideias apresentadas e junto com Miguel Reale Jr fez um contraponto ao discurso antiestatista. Nenhum deles se colocou contra o liberalismo, apenas defenderam que o Estado teria algumas funções básicas e

¹⁵³ Idem.

que sua ausência ao prestar certos serviços seria prejudicial à população pobre do país. Miguel Reale Jr afirmou ser negativo o “estadofobia” em voga no Brasil dos anos 1990, salientando a importância do papel do Estado para o desenvolvimento do país e para orientar a economia, mas não para dirigi-la, nem para controlá-la. Já Ives Gandra Martins, contrariando seu colega jurista, declarou ser favorável ao Estado mínimo, pois para ele, “o Estado é um produtor de injustiças, um mal empresário, mal distribuidor de rendas, gerador de misérias e descamisados” (MARTINS/IEE, 1991)¹⁵⁴. Martins ainda salienta que o Estado é o responsável por todos os problemas do Brasil e não vai apresentar soluções para a crise que o país se encontra. Na mesma linha, Armando de la Torre com um discurso bastante inflamado e provocativo, combateu todas as proposições que defenderam a ação do Estado como agente de desenvolvimento e como instrumento que aplacava as desigualdades¹⁵⁵.

Em 1992 ocorreu o V *Fórum da Liberdade*, “Estado ou Mercado: Quem Melhor Defende a Ecologia”, cujos palestrantes foram: Richard Stroup (PhD em Economia pela Universidade de Washington), Terry Anderson (PhD em Economia pela Universidade de Washington), Magda Renner (Membro dos Anjos da Terra Internacional), Moacir Shroeder (Supervisor do IBAMA), José Luiz Carvalho (PhD em Economia pela Universidade de Chicago e membro do IL), Fernando Gabeira (Jornalista e Membro Fundador do Partido Verde), e Rui de Góes (Diretor do *Greenpeace*).

No V *Fórum*, foi lançado o livro “Economia e meio ambiente: a reconciliação”, cujos autores, em sua maioria se encontravam no evento. No discurso de abertura, Daniel Tevah, presidente do IEE, afirma que essa edição do Fórum se antecipava a Eco-92 ao trazer proposições inovadoras e quase desconhecidas no Brasil e mostrar que o liberalismo era o modelo que melhor preservava o meio- ambiente e não o Estado. José Luiz Carvalho criticou a forma alarmista com que a questão ambiental vinha sendo tratada por muitos países e ecologistas, temendo que esse “excesso” de preocupação, chegasse ao Brasil. Carvalho defende que a liberdade humana deve prevalecer aos direitos ambientais e na mesma linha dos autores internacionais afirma que o direito de propriedade adequa a proteção ambiental e que só ela pode realmente resguardar o meio ambiente, pois o proprietário teria interesse em defender o que é seu¹⁵⁶. Nesse debate

¹⁵⁴ Fonte: 4º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=QScU_0dh0Sk&t=3110s, acesso em 26/01/2019

¹⁵⁵ Idem

¹⁵⁶ Fonte: 5º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Da0HHn0dX30>, acesso em 27/01/2019

também ouve vozes destoantes como a de Rui de Góes e de Magna Renner que defenderam uma ação ativa do Estado na defesa do meio ambiente.

O VI *Fórum da Liberdade*, “O Desafio da Reforma Constitucional”, de 1993, contou com a presença de: Richard Epstein (Professor de Direito da Universidade de Chicago), Ives Gandra Martins (Advogado Tributarista), Nelson Jobim (Deputado Federal/PMDB), Roberto Campos (Deputado Federal/PDS), James Buchanan (Professor da George Mason University/Prêmio Nobel de Economia de 1986), Paulo Rabello de Castro (Economista, professor da FGV), Aloísio Mercadante (Deputado Federal/PT) e Henry Maksoud.

O diretor do instituto André Burger, expõe no discurso de abertura, que em outubro de 1992, o IEE iniciou um estudo coordenado por Ives Gandra Martins, que resultou no livro que foi distribuído no VI Fórum, “Brasil livre, proposta de revisão constitucional”, o qual também foi entregue ao presidente do Supremo Nacional e a todos os membros do Congresso Nacional. Essa proposta parte do texto da Constituição de 1988 e propõe alterações a ele. Na contracapa desse livro, consta que as seguintes entidades apoiaram a iniciativa do instituto, “recebendo o trabalho como colaboração de extremo valor para um consenso ulterior dos mais variados segmentos sociais (MARTINS, 1992, p.9)”. São elas: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, Associação Comercial de Porto Alegre, Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil/RS, Clube dos diretores lojistas de Porto Alegre e Instituto Visconde de Cairu.

Esse livro, em consonância com o *Fórum*, nos mostra como os *TTs* pró livre mercado do Brasil estavam empenhados a apontar os supostos erros da Constituição de 1988 e a propor alterações a ela. Já vimos anteriormente que o IL produziu a série *Notas*, estudos que enviava diretamente a parlamentares para influenciar suas decisões em propostas de políticas públicas e emendas constitucionais. “Brasil livre, proposta de revisão constitucional” vinha na mesma direção, enfatizava a necessidade de ampliar a perspectiva liberal da carta magna e de subtrair os elementos que relegavam ao Estado um papel fundamental na condução econômica do país, assim como defendiam a exclusão de suas responsabilidades na promoção de serviços básicos¹⁵⁷.

A Constituição foi muito criticada pelos empresários e pela elite do país, sob o argumento de que ela apresentava direitos em excesso e poucos deveres para os trabalhadores e cidadãos. A proposta apresentada pelo IEE buscava trazer sugestões,

¹⁵⁷ Fonte: 6º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oFcL1uHKOOQ&t=4978s>. Acesso em: 28/01/19

aprimoramentos e subsídios aos parlamentares, com poderes constituintes, e aos intelectuais do país. O instituto afirma que com tal iniciativa estava cumprindo um papel patriótico “ao provocar reflexão acadêmica e pragmática sobre a revisão de outubro de 1993” (MARTINS, 1993, p.13), e que como entidade tem o dever de levar os grandes temas nacionais ao conhecimento público.

A palestra de Nelson Jobim elucidava que a revisão foi um processo previsto na constituição de 1988 para, depois de um período de 5 anos de teste da nova carta, fazer possíveis adequações a ela, e não uma imposição dos grupos de pressão¹⁵⁸. Os partidos PT, PCdoB, PDT e PSB fizeram forte oposição a sua modificação. Apesar de grande expectativa que os liberais tinham nessa alteração, ela foi bem tímida, pois ao longo das 80 sessões para sua reavaliação, entre 1993 e 1994, foram acolhidas apenas 19 propostas de mudanças pelo relator Nelson Jobim, das quais 12 foram rejeitadas no primeiro turno pelo plenário. Apenas seis emendas foram aprovadas, das quais destacamos a redução do mandato presidencial de 5 para 4 anos e a suspensão dos efeitos da renúncia de parlamentar submetido a processo de perda de mandato.

O discurso de Jobim, ao contrário do de Martins defende a manutenção da maioria dos pontos da constituição, especialmente daqueles condenados por Martins e pelo livro encomendado pelo instituto. Para Jobim, o Estado deve regular as relações entre capital e trabalho, estabelecer normas para a defesa do meio ambiente, entre outros quesitos. O jurista, crítica a radicalização do discurso liberal ao tentar impor outra constituição, e apela para um debate conciliador que levasse em conta as diferenças sociais brasileiras¹⁵⁹.

O VII *Fórum da Liberdade*, de 1994, tratou o tema “A Educação em Crise” e teve como palestrantes: Juan Bendfeldt (Diretor do Centro de Estudos Econômicos e Sociais da Guatemala), Marco A. Garcia (Coordenador do programa de governo do Partido dos Trabalhadores), Paulo Maluf (Engenheiro civil e candidato à Presidência da República pelo PPR), Gary Becker (Prêmio Nobel de Economia), Paulo Rabello de Castro (Economista e professor da FGV) e Leonel de Moura Brizola (Candidato à Presidência da República pelo PDT).

Esse Fórum também contou com a participação do Ministro da Economia da Argentina Domingo Cavallo que fez uma fala abordando as transformações econômicas que o governo Menem vinha efetivando e comentou algumas ações desse para melhorar a educação daquele país, em consonância com o tema do evento. Juan Bendfeldt, um dos

¹⁵⁸ Idem

¹⁵⁹ Idem.

autores do livro “Educação em crise”, já debatido no segundo capítulo, salienta que o problema da educação pode ser resolvido quando for pensado como um problema econômico e de mercado e não pode ser interpretado como um assunto político e de Estado. Para Bendfeldt, o grande problema da educação financiada pelo governo é que todos pagam a conta, na forma de impostos, mas poucos recebem seus serviços e os que se beneficiam deles, contam com uma baixa qualidade da educação, já o mercado, funcionaria com mais eficiência, contratando pessoal qualificado e motivado. Bendfeldt também culpa a esquerda dos países latino-americanos pelo fracasso da educação, principalmente no nível universitário¹⁶⁰.

O VIII *Fórum da Liberdade*, “Globalização e Livre Comércio Internacional”, de 1995, contou com os seguintes painelistas: Mário Vargas Llosa (Escritor e doutor *honoris causa* pela Universidade Nova de Lisboa), Isarael Kirzner (PhD em Economia pela New York University), Paulo Renato Souza (Economista), Roberto Campos, Donald Stewart Jr. e Paulo Francis (Jornalista, filósofo e diretor de teatro).

No discurso de abertura, o presidente do instituto, Carlos Souto, afirma que não havia razão para respaldar as atrocidades intervencionistas do Estado, independente a quem elas tenham servido. Para Souto é injusto impor a todos os indivíduos o pagamento de benefícios concedidos a poucos, sempre sobre a bandeira cínica da função social insistentemente sustentada por todos aqueles que sugam o labor dos que ainda ousam arriscar na iniciativa privada (SOUTO/IEE, 1995).¹⁶¹

Mario Vargas Llosa foi a grande atração desse evento, para ele o êxito econômico de um indivíduo, ou uma empresa, resulta unicamente de seu talento e esforço, da competência aberta e não de privilégios. Esse sistema permitiria mobilidade social e daria oportunidade a todos de ascender ou descender em uma escala de sucesso de acordo com seu empenho e capacidade inventiva, que é o que constituiu o sustento básico da justiça na democracia (LLOSA/IEE, 1995).¹⁶² Esse tipo de argumentação se assenta na ideia largamente difundida pelos neoliberais sobre o empreendedorismo pessoal ou o empresariamento de si próprio, as quais comportam “técnicas e dispositivos de disciplina, isto é, de sistemas de coação, tanto econômicos quanto sociais, cuja função era obrigar os indivíduos a governar a si mesmos sob a pressão da competição, segundo os princípios do cálculo maximizados e uma lógica de valorização do capital” (DARDOT; LAVAL,

¹⁶⁰ Fonte: 7º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3hZ1ShoGZ0g&t=6989s>. Acesso em: 29/01/19

¹⁶¹ Fonte: 8º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZeqsUUnzoCc>. Acesso em: 30/01/19.

¹⁶² Idem.

2016, p.193). Nesse sentido, o axioma psicológico no neoliberalismo afirma que a desigualdade econômica beneficia os indivíduos porque inspira a agência pessoal e estimula o desenvolvimento do *self* empreendedor, que privilegia a produtividade, a inovação e a criação de riquezas (BETTACHE; CHIU, 2019, p.6)

No IX *Fórum da Liberdade*, “Desafio Brasileiro: Custo Brasil”, de 1996, os palestrantes foram: Emílio Odebrecht (Engenheiro Civil e dono do Grupo Odebrecht), José Alexandre Scheinkman (Economista da Universidade de Chicago), Paulo Guedes (Economista, diretor do Banco Pactual) e Paulo Rabello de Castro. Junto a essa edição foi lançado o livro *Custo Brasil* (o segundo da série *Pensamentos Liberais*), já apresentado no segundo capítulo.

Jorge Dib, diretor do IEE afirma que o gigantismo do Estado, ocupando funções que não são de sua alçada, geram o custo Brasil, com impostos e tributos em excesso que oneram tanto o produtor nacional, como a população que acaba não tendo acesso a bens de consumo, assim como entram o livre desenvolvimento do país¹⁶³. Entre os patrocinadores desse evento chama a atenção o apoio de duas empresas públicas, o Banrisul e a Caixa Econômica, justamente em uma edição que coloca sobre o Estado e as empresas estatais a culpa pelo que os empresários chamam de oneração fiscal e que fariam o custo Brasil ser tão elevado.¹⁶⁴

No X *Fórum da Liberdade*, “O Desafio de um mundo sem empregos”, de 1997, os conferencistas foram: Ruth Richardson (Ex-ministra da Economia da Nova Zelândia), James Heckman (Professor de Economia na Universidade de Chicago), Jorge Gerdau Johannpeter, Deepak Kumar Lal (Economista, professor da Universidade da Califórnia) e Roberto Campos.

Roberto Campos faz uma fala sobre a implantação do liberalismo e a flexibilização das leis trabalhistas nos países da América do Norte e da Europa, afirmando que medidas liberalizantes reduziram o desemprego naqueles locais. No Brasil, crítica o que chama de pesados encargos sociais do Estado previdência. Para Campos, sofremos de uma obsessão pelo “garantismo legal” e esse excesso de proteção resulta no

¹⁶³ Fonte: 9º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8T9BX8upFP8>. Acesso em: 31/01/19.

¹⁶⁴ Os patrocinadores do IX Fórum foram: Copesul, Gerdau, Ipiranga, Tedesco, Aplub, Petropar, Sebrae e Varig.

crescimento do mercado informal à margem das leis, já que metade dos trabalhadores brasileiros não gozam desses direitos¹⁶⁵.

Falamos muito das conquistas sociais o que pressupõe uma relação necessariamente adversária entre capital e trabalho, isso é resíduo da deformação ideológica provocada pelo marxismo. Mas no mercado objetivo, no mercado real, não existem conquistas e sim negociações, nas quais se dividem ganhos e perdas e as vezes todos ganham (CAMPOS/IEE, 1997).

De acordo com o economista, o Brasil não pode ficar de lamúria com o liberalismo que nunca tivemos e com a globalização que é inevitável. Campos, defende que o Brasil precisa de mais liberalismo e mais capitalismo, assim propõe a execução de reformas que alterassem a educação estatal (privilegiando o ensino básico); modificassem a legislação trabalhista, substituindo-a por um sistema de mediações, pois como estava posta naquele momento comportava mais uma “fábrica de conflitos que um engenho de soluções”; remodelassem a previdência social e englobassem a privatização massiva das estatais para aliviar a crise fiscal, reduzir a corrupção e democratizar o capital¹⁶⁶. A defesa dessa racionalização do Estado, pode ser entendida a partir das considerações de Dardot e Laval.

As políticas neoliberais não foram implementadas em nome da “religião do mercado”, mas em nome de imperativos técnicos de gestão, em nome da eficácia, ou até mesmo da “democratização” dos sistemas de ação pública. As elites convertidas à *racionalização* das políticas públicas desempenharam o papel principal com a ajuda, evidentemente, do conjunto de aparelhos de fabricação do consentimento que retransmitiram seus argumentos a favor da “modernidade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.232).

Assim, as políticas de livre mercado eram defendidas para além de sua ideologia como um movimento de racionalização e modernização da coisa pública. A eficiência administrativa passou a ser sinônimo de redução do Estado e do controle dos gastos públicos e não de uma escolha política. Tentar negar esse processo ou apostar em outros métodos era considerado uma heresia com as últimas atualizações do mercado e referendadas como verdades absolutas.

No X Fórum foi criado o Prêmio Libertas, que tinha por objetivo “destacar o indivíduo que é símbolo da livre iniciativa, age segundo a economia de mercado e com respeito ao Estado de direito, e é um exemplo para todos aqueles que acreditam que a liberdade é o mais precioso fruto da sociedade humana” (IEE, 1997). O primeiro agraciado com o prêmio foi o empresário Jorge Gerdau Jonahnpeter. Em 1998 o

¹⁶⁵ Fonte: 10º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Q9MnGBHEXJ0>. Acesso em: 01/02/19

¹⁶⁶ Idem

contemplado foi o empresário Paulo Afonso Feijó, em 1999 o empresário Anton Karl Biedermann e em 2000 William Ling¹⁶⁷. Esse prêmio tem uma característica singular, pois o IEE instituiu uma homenagem que pode ser considerada como uma autopremiação, já que os agraciados foram em sua maioria membros ou ex membros do IEE e do IL. Assim como vimos que o banco sueco concedeu o Nobel para economistas e intelectuais que defendiam o livre mercado, estilo de condecoração que foi seguido por vários *think tanks* neoliberais no mundo, incluindo o IEE; o prêmio *Libertas* cumpre a função de auto reconhecer e valorizar no outro, que é do seu meio, uma distinção, assim como, demonstrar a importância de certos indivíduos dentro do grupo.

O XI *Fórum da Liberdade*, “Os Limites do Poder, Poder e sociedades”, de 1998, teve como palestrantes: Jirí Kinkor (Economista da República Checa), Manoel Gonçalves Ferreira Filho (Professor na Faculdade de Direito da USP), Walter Williams (Professor de Economia na Universidade George Mason) e Alberto Benegas Lynch Jr. (Diretor da ESEADE – Argentina). Lynch repete o mantra liberal de que apenas a aceitação irrestrita ao livre mercado levaria os nossos países a alcançarem padrões parecidos com a Europa e os EUA e afirma que o liberalismo nada mais é do que o respeito irrestrito aos projetos de vida de outros. Para ele, as sociedades abertas são aquelas que geram mais oportunidades, mas não iguais, porque as oportunidades iguais eliminariam o esforço individual de buscar melhores resultados.¹⁶⁸

Observamos uma série de elementos que se repetem durante os *Fóruns*. Eles sempre reuniam uma série de personalidades do Estado e do país, contando com a presença de prefeitos, vereadores, deputados, reitores e representantes de entidades de classe, em sua maioria da região metropolitana de Porto Alegre, além de diversos indivíduos do meio empresarial. Até o período analisado, todos os governadores do Rio Grande do Sul se fizeram presentes no evento e realizaram uma fala em sua abertura (Pedro Simon, Sinval Guazelli, Alceu Colares, Antônio Brito e Olívio Dutra). Os presidentes da FEDERASUL, também sempre estiveram presentes no Fórum, como palestrantes ou como convidados, assim como outras entidades representantes dos empresários, comerciantes e produtores rurais do Estado. Além dos sindicatos patronais,

¹⁶⁷ Os agraciados com o Prêmio *Libertas* do 14º ao 31º *Fórum da Liberdade* foram: Carlos Smith, Armínio Fraga Neto, Leônidas Zelmanovitz, Ricardo Ranzolin, Renato Malcon, Margaret Tse, Salim Mattar, Paulo Guedes, Rodrigo Constantino, Hélio Beltrão, Paulo Uebel, Carlos Fernando Souto, João Roberto Marinho, Gustavo Franco, Walter Lídio, José Galló, David Vélez e Carlos Biedermann

¹⁶⁸ Fonte: 11º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bKK2sZt88QQ>. Acesso em: 02/02/19

os representantes da classe trabalhadora também eram convidados a se fazer presentes no evento. Obviamente todas essas “personalidades” recebiam um convite prévio para acompanhar a abertura e os debates do *Fórum*, essas participações demonstravam como ele se constituiu em um evento marco da cidade e que ver e ser visto nele era importante para fortalecer relações sociais.

Apesar de haver uma predominância de palestrantes que compactuavam com as propostas do instituto, o IEE convidava, em quase todas as edições, algum indivíduo que contrastava total ou parcialmente de suas ideias. Assim, ao longo desses anos, sindicalistas, políticos ligados a partidos de esquerda e centro esquerda, ambientalista, intelectuais e advogados de vinculação não liberal, contrapuseram em algum ponto a tese central do evento. O objetivo era mostrar uma certa pluralidade de ideias e a abertura ao diálogo com outras concepções de mundo, para dessa forma, tentar provar a superioridade das argumentações liberais.

Alguns nomes conhecidos como representantes do livre mercado no Brasil foram figuras repetidas no *Fórum*, os mais frequentes foram Henry Maksoud e Paulo Rabello de Castro, com 6 palestras cada, Jorge Gerdau Jonhannpeter e Roberto Campos com 5 participações cada, Donald Stewart Jr. com 4 eventos e Paulo Guedes com 3 painéis.

Outra característica tanto do *Fórum* como do instituto, é ser um ambiente essencialmente masculino, característica que podemos notar também no IL e no IDEA. De 1988 a 2000 apenas 3 mulheres palestraram no evento e somente uma delas era brasileira, de forma parecida, as diretorias do IEE também eram essencialmente masculinas e apenas 5 mulheres fizeram parte delas até 2000. Isso reflete uma característica bem marcada de gênero que reserva aos homens o mundo dos negócios e a eles os debates políticos, econômicos e sociais do país.

Levando esses dados em consideração, outro ponto relevante a ser destacado, é entender as bases que sustentavam os seus discursos, sejam os proferidos pelos membros do IEE ou pelos palestrantes alinhados a sua ideologia. Por uma série de dispositivos e repetições o instituto buscava construir consensos e certezas que referendassem a racionalidade neoliberal em que estavam submetidos.

Os elementos utilizados para construir a atmosfera de sustentação ao livre mercado são fundamentados nos seguintes pontos: 1) A insistência em condenar todas as formas de investimento do Estado em políticas sociais que beneficiavam os mais pobres. Para o IEE, essas medidas oneravam a população e não resolviam o problema das injustiças sociais, o Estado, assim, não teria por função ser um benfeitor ou diminuir as desigualdades. 2) O Estado era acusado de ser criador e perpetuador de injustiças, sendo

responsável por todas as estruturas erradas encontradas no país. 3) O combate a legislação trabalhista, considerada atrasada e equivocada, para o IEE essas leis geravam desigualdades e prejudicavam tanto o empregador, como o trabalhador. 4) O mercado com regulador natural da pobreza, da desigualdade e do desenvolvimento, ele por si só faria o país entrar em outro ciclo de produtividade e crescimento. 5) A defesa da propriedade privada acima de todas as questões, até mesmo das ambientais que eram vistas como uma preocupação exagerada e alarmista da realidade.

Percebemos com esses elementos e em outros que englobam a crítica ao salário mínimo, a licença maternidade, a escola e a saúde pública, uma mentalidade que remonta a uma “ideia escravista”, pois os direitos sociais eram vistos como privilégios que deveriam ser excluídos ou drasticamente reduzidos. Para o instituto, implantar políticas públicas para alterar a situação dos menos favorecidos economicamente seria mexer com a natureza das coisas, que para eles é representada pela desigualdade e pela capacidade individual de empreender e de ascender socialmente. Elementos como as desigualdades sociais e as diferenças de oportunidades quase nunca eram levadas em consideração.

[...] a exclusão social é uma questão política no sentido de que as políticas de desenvolvimento erigidas no país ao longo das décadas de 80 e 90 vêm intensificando a produção de segmentos cada vez mais excluídos do processo produtivo. Portanto, a exclusão social não é algo natural mas sim inscreve-se na lógica das políticas governamentais implementadas no Brasil a partir dos anos 80 (SERRA; SERRA, 1999, p.39).

O mantra neoliberal que se repetiu nos países ocidentais a partir dos anos 1980 questionava a regulação keynesiana macroeconômica, a proteção social, a existência das empresas públicas, o enquadramento do setor privado por regulações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e representação dos sindicatos. Em tom simplista e vitimista as sociedades eram vistas como sobretaxadas, estariam a mercê de corporações egoístas, funcionários públicos e pressões dos sindicatos (DARDOT; LAVAL, 2016, p.189).

A agenda neoliberal passou a ser implantada no Brasil pelo governo de Fernando Collor (1990-1992), a partir do Plano de Estabilização, também chamado de Plano Collor, o qual objetivava reduzir o déficit público e combater a inflação. Seu governo deu início ao processo de privatizações no Brasil, buscando romper os alicerces do desenvolvimentismo, “o programa de desestatização concentrou os seus esforços na venda de empresas estatais, com a inclusão, nos primeiros anos, de empresas siderúrgicas, petroquímicas e dos demais setores responsáveis pela indústria de base (BRANDÃO,

2017, p.18). Tal agenda, “caminharia no sentido da liberalização da economia, da desregulação, da associação com o capital estrangeiro, do combate ao intervencionismo estatal e da defesa das privatizações” (PICCOLO, 2010, p.81). Essas medidas foram seguidas nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso,

Diferentemente de Collor e Itamar Franco, o governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu articular um pacto político baseado em um amplo apoio das diferentes frações do capital nacional e internacional, industrial e financeiro, representadas por diversas entidades e instituições, tais como FEBRABAN, FIESP, CNI, Firjan, BID, FMI, Banco Mundial, entre outras. Tal apoio possibilitaria não apenas a continuidade, mas também o aprofundamento das reformas neoliberais iniciadas nos dois governos anteriores (BRANDÃO, 2017, p.21).

O projeto político/econômico de FHC foi baseado em dois pilares: um programa de estabilização macroeconômica - o Plano Real - e um de reformas do Estado, “que compreendeu, de um lado, a modificação da legislação trabalhista, previdenciária, tributária e administrativa e, de outro, a quebra de monopólios estatais, desregulamentação financeira, abertura econômica e privatizações” (BRANDÃO, 2017, p.22). Os ajustes neoliberais passaram a ser defendidos como necessários para o Brasil fazer parte do mundo globalizado.

As desestatizações promovidas pelos governos neoliberais brasileiros na década de 1990 beneficiaram um reduzido número de grupos econômicos privados nacionais e estrangeiros. O capital nacional predominou num primeiro momento, uma vez que existiam restrições na legislação para a participação do capital estrangeiro nos leilões de privatização. Nesse período, destacaram-se grandes grupos empresais, do setor industrial, como Votorantin, Suzano, Vicunha, Klabin, Odebrecht, Ipiranga, Gerdau, Andrade Gutierrez, Camargo Correia, e do setor financeiro, como Itaú, Bradesco, Real, Bamerindus, Econômico, Safra, Unibanco, Opportunity e Bozano, Simonsen. (BRANDÃO, 2017, p.25).

O governo FHC (1995-2002) acabou com as restrições sobre a quantidade de participação do capital internacional no processo das privatizações. No primeiro momento, elas eram limitadas a 40%, após a posse de Cardoso poderiam atingir qualquer patamar, a partir disso importantes setores do capital nacional buscaram aprofundar suas parcerias com as empresas multinacionais. Os setores financeiros, de eletricidade e de telecomunicações foram vendidos em maior número para o capital estrangeiro, o qual de 1995 a 2002 concentrou 52% das privatizações. A desestatização contribuiu para a desnacionalização da economia brasileira e para o aumento da vulnerabilidade externa do país.

5.3 O IDEA e o Colóquio Anual

Por último adentramos nas formas de atuação do IDEA, que compreendem, de forma parecida com o IL e o IEE, uma série de ações e atividades, que buscavam influenciar a forma como seus pares interpretavam a política e a economia. O IDEA se retrata como uma entidade educativa e cultural dos empresários argentinos, trabalhando para formar e atualizar quadros gerenciais, trocar experiências entre homens de negócios e torná-los protagonistas nas atuações econômicas, políticas e sociais do país.

[...] IDEA es una institución de empresarios conducida por los empresarios. No es sólo y simplemente que esto se concreta por medio de la reunión de directorio en la que una vez por mes nos encontramos unos 30 o 35 hombres de empresa. La participación y la presencia empresaria en el instituto pasa por la dinámica diaria de sus diez divisiones en donde cotidianamente se reúnen entre 250 y 300 empresarios que discuten temas y acciones relacionados con las alternativas que la realidad les presenta permanentemente. Este es el núcleo central de la participación (IDEA, may/1985, p.18).

O instituto trabalha com três pilares fundamentais: a Escola de Administração, os fóruns de discussão e a estrutura de divisões. As divisões são grupos de trabalhos que aprofundam e buscam encontrar soluções para algum tema, a mais destacada delas é a PyME (divisão de Pequeña y Mediana Empresa) que se propõe pensar formas de desenvolvimento e crescimento de pequenas e médias empresas na Argentina. A citação acima, retirada de uma fala do presidente da entidade Oscar Saggese mostra que o IDEA tem um grupo diretor de 35 homens que se encontra mensalmente para definir atividades e caminhos da entidade, mas o dia-a-dia dos institutos não está restrito a eles, conta sim com a circulação e participação semanal de centenas de empresários em atividades que abrangem suas dez divisões.

Dessas realizações vamos comentar as principais que tivemos acesso nas fontes. Nessas pudemos visualizar várias práticas que se assemelham as dos institutos do Brasil e algumas que se diferenciam. As fontes utilizadas nesse subcapítulo foram majoritariamente retiradas da *revista IDEA* que cobre os colóquios e os pré-colóquios do instituto, nessa não há a transcrição completa de todas as conferências do evento, apenas fragmentos e resumos das palestras, nem os nomes de todos os convidados, (por isso não foi possível fazer o mesmo anexo que apresentamos para o IEE com o nome de todos as palestrantes). Somente conseguimos o material integral dos Colóquios dos anos de 1994 a 1998. Mesmo assim, salientamos que o material disponível na *revista IDEA* é bastante completo e nos permite falar do evento com propriedade.

Mensalmente o IDEA organizava em algum hotel da cidade de Buenos Aires ou nas suas dependências um pequeno evento, geralmente um almoço. Nesses palestravam

economistas, políticos, advogados, intelectuais ou executivos, os quais debatiam problemas pontuais sobre a sociedade ou enfocavam algum tema para a formação política dos presentes. O público desses encontros era composto por empresários, membros ou não do instituto, políticos e por vezes intelectuais (IDEA, 2010). Além dos almoços o instituto contava com

[...] ciclos y talleres para que los equipos gerenciales de distintas organizaciones puedan conocer a fondo las últimas novedades que inciden en sus áreas de gestión, así como las tendencias que requieren anticipación o prevención por sus efectos sobre las empresas. Por lo general son reuniones mensuales (de marzo a noviembre), de tres horas de duración cada una, con una metodología muy interactiva y que están a cargo de reconocidos especialistas. Los ciclos de actualización “clásicos” son los de Comercio Exterior, Coyuntura Económica Argentina, Derecho del Trabajo y Panorama Político Laboral. En cuanto a los talleres que proponen las Divisiones, son de corta duración y tienen por objetivo tratar a fondo algún tema puntual que afecte a cualquier área de la empresa (IDEA, 2010, p.98).

Dessa forma, o instituto realizava ciclos de atualização que se dividem em várias temáticas, de acordo com o interesse dos participantes, eles poderiam ser focados em práticas gerenciais ou contemplar temas como política, economia, trabalho e comércio exterior. Em períodos eleitorais, haviam fóruns específicos que aproximavam os representantes do setor produtivo nacional com os políticos. Era comum candidatos à presidência da nação, ao governo das províncias, ou à câmara dos deputados serem convidados a palestrar num desses ciclos. Nesses, de um lado os empresários apresentavam suas expectativas para com os representantes do governo e de outro, os políticos buscavam aguardar com suas propostas e análises os empresários do país. Ao mesmo tempo que o IDEA oferecia seu espaço, seu público e seu nome para os aspirantes às cadeiras no governo, fazia dessas conversas uma estratégia para explicitar os projetos que seu grupo almejava e, por conseguinte mostrar que tipo de políticas contariam com seu apoio ou não.

A entidade também se propunha a ser um espaço de acordos e consensos entre empresários e trabalhadores. O pacto social entre as classes e as diferentes vertentes políticas do país, muito focado depois da redemocratização, foram pontos bastante destacados pelo IDEA nos anos 1980 e 1990. As reuniões que buscavam debater o “acordo nacional” contavam em sua maioria com representante de entidades de empresários e políticos e poucas vezes com representantes de sindicatos.

O IDEA mantinha uma fluída comunicação com as empresas filiadas “ya sea para aportarles información institucional, indicadores económicos y empresarios,

estudios sobre nuevas técnicas de *management* y gestión y trabajos profesionales sobre temas técnicos o cuestiones de interés nacional e internacional” (IDEA, 2010, p.31). O instituto também montava pequenas equipes para visitar as empresas associadas, nessas avaliava suas necessidades de capacitação gerencial e oferecia os serviços educacionais do IDEA. Entre o final dos anos 1980 e o começo dos anos 1990, por exemplo, a Escola de Negócios do IDEA desenhou para o Banco de la Nación Argentina um programa de educação a distância destinado a treinar técnicos de suas filiais, que pela primeira vez no país usariam computadores pessoais nos seus locais de trabalho.

Devido a existência da Escola de Negócios, com cursos de graduação, especialização e mestrado, o instituto mantinha estreita relação com entidades acadêmicas e empresariais nacionais e do exterior. O IDEA também realizava acordos de cooperação com organizações empresariais nacionais e estrangeiras para levar adiante projetos conjuntos de pesquisa. Um desses projetos, foi a pesquisa desenvolvida em parceria com o “Centro Interamericano de Capacitación en Administración Pública” (CICAP-OEA) do Uruguai. A investigação referia-se a “Capacitación e Cooperación Técnica sobre Administración Financiera para Obras Sanitarias del Estado”, esse visava produzir um modelo de administração eficiente para os organismos públicos da região, no caso específico do Uruguai para melhoria técnica das obras sanitárias (IDEA, set/1983, p.58). Outro projeto, dessa vez em nível nacional, foi o trabalho de pesquisa sobre a “Administración de la educación primaria en la Capital Federal y en Corrientes”, realizado em conjunto com duas fundações e concluído em 1989 (IDEA, oct/1989, p.2). Um último exemplo foi a parceria, em 1996, do IDEA com o Sebrae do Brasil, o qual comentaremos mais abaixo.

Como visualizamos no terceiro capítulo, o instituto promovia a articulação de atividades de interesse comum com diversas entidades do país, como la Asociación Cristiana de Dirigentes de Empresa (ACDE); a Asociación Empresaria Argentina (AEA); a Unión Industrial Argentina (UIA); a Bolsa de Comercio de Rosario; a Asociación Argentina de Consorcios Regionales de Extensión Agrícola (AACREA) e a Sociedad Rural Argentina (SRA), entre outras (IDEA, 2010, p.43). Cada uma dessas representava os interesses de um setor empresarial, agrícola ou bancário da Argentina e quase todas tinham um associado no IDEA também.

De forma parecida com o IEE, o carro chefe do IDEA são os Colóquios Anuais e como aquele, esse se considerava o evento empresarial mais importante da região. De acordo com um encarte de propaganda do Colóquio, o evento reúne dirigentes de setores

relevantes do âmbito nacional e internacional, para que, de forma independente discutam os temas mais importante que afetam o futuro do país. Percebe-se que da mesma forma que o *Fórum da Liberdade*, o *Colóquio IDEA*, se apresentava como um espaço de discussão autônomo e neutro. De acordo com eles, “los encuentros permitieron siempre un franco intercambio y una clara diferenciación de las áreas de consenso e disenso entre los participantes” (*IDEA*, ago/1983, p,56). O instituto afirma que o compromisso do colóquio é:

Debatir. Comunicar. Formar opinión. Difundir entre las instituciones y la opinión pública, por medio de diversas vías de comunicación, las conclusiones que en el Coloquio Anual y otros encuentros hayan surgido. Éste es el punto de partida de los cambios. El material informativo que se desprende del Coloquio se nutre de propuestas e invitaciones concretas a la acción, y éstas quedan incluidas en la agenda de IDEA para los encuentros y foros del año siguiente¹⁶⁹.

Os Colóquios reuniam de 150 a 300 participantes por ano (pelo menos até o final da década de 1990), em três ou quatro dias de evento. Eles ocorrem desde 1965, em diferentes cidades da Argentina, geralmente fora de Buenos Aires. De 1983 a 1999 os Colóquios aconteceram em Pinamar, Puerto Iguazú, Las Leñas, Mar del Plata e San Carlos de Bariloche, com predominância para essas últimas duas cidades. Até 1994 os Colóquios eram reservados apenas para os sócios da entidade, mas a partir de 1995 se tornam mais abertos e acessíveis a quem tivesse interesse de participar deles.

O público desses eventos era essencialmente composto de empresários da indústria, da agropecuária e dos setores financeiro e comercial, além de contar com autoridades governamentais, políticos, líderes sindicais, intelectuais e representantes da imprensa. Os organizadores do colóquio eram escolhidos pela direção do instituto, primeiramente um presidente do evento era designado e posteriormente esse montava uma equipe para lhe auxiliar na tarefa. Os responsáveis pelo evento eram, em sua maioria ex-presidentes do IDEA ou pessoas que haviam ocupado altos cargos de chefia no mesmo.

Ao longo de sua história, os Colóquios e fóruns empresarias receberam a visita de presidentes, vice-presidente e ex-presidentes argentinos, latino-americanos e da Espanha. O recordista de participações foi Carlos Menem que compareceu a sete Colóquios durante o exercício do seu mandato na década de 1990 (*IDEA*, 2010, p.114)¹⁷⁰.

¹⁶⁹ Folheto de divulgação do Colóquio, sem data.

¹⁷⁰ Também participaram do Colóquio IDEA ao longo dos anos, os ex presidentes argentinos: Fernando de la Rúa, Eduardo Duhalde, Arturo Frondizi, Raúl Alfonsín, Cristina Fernández de Kirchner. O ex presidente espanhol Felipe González; do Brasil Fernando Henrique Cardoso; do Chile Ricardo Lagos; do Uruguai

Além desses, os colóquios também contaram com a presença do chanceler japonês em 1971, em 1995 a primeira ministra da Nova Zelândia e em 1999 o primeiro ministro italiano. Economistas da FIEL e da Fundación Mediterranea e grandes empresários do país como Francisco Macri e Santiago Soldati também eram presença constante no evento

Podemos visualizar dois momentos nos Colóquios dos anos 1980 e 1990. Nos anos 1980 a abordagem estava direcionada a consolidar a democracia e a diminuir os impactos de possíveis desavenças políticas, para que elas não levassem novamente a sedução das soluções autoritárias, mesmo em grupos que anteriormente as apoiaram. Dessa forma, era preciso encontrar pontos de consenso que sustentassem a estabilidade política dentro da pluralidade de opiniões. Nos anos 1990, com o equilíbrio já consolidado, o discurso se voltou com mais intensidade para as reformas do Estado, que envolvessem a liberalização da economia e a privatização das empresas nacionais, o ponto de consenso desses anos era estabelecer o livre mercado como projeto permanente de desenvolvimento e sociedade.

Em 1983, ocorreu *XIX Coloquio Anual IDEA*, com o tema “La República consolidada II”, se tratava da segunda edição de um tema que já havia sido introduzido no ano anterior. Esse evento visava discutir os problemas institucionais do país e como ele ficaria após a democratização, abordando questões que afligiam os argentinos naquele momento. Assim, a gravidade da crise econômica teve papel catalizador nos debates, que buscavam encontrar soluções para reativar a economia e vencer a inflação, bem como pensar o dimensionamento do Estado no período democrático.

Nesse colóquio estiveram presentes representantes do partido radical: Juan Carlos Pugliese, Roque Carranza e Carlos Lacerca; do justicialista: Horacio Pericoli, Samuel Musikanski, Julio Barbalo e Ana Kessler; da Alianza Federal: Jorge Arballo, César Bunge e Julio Fernández Mendy; do MID: Héctor Valle, Octavio Frigerio e Horacio Rodríguez Larreta; da Unión de Centro Democrática: Armando Rivas e Alberto López e do Partido Demócrata: Julio Cueto Rúa. Esses participaram da mesa de abertura e fizeram algumas considerações sobre o momento político do país, um balanço dos últimos anos e porque se encontravam naquela situação. “Desde el comienzo, las apelaciones referidas a la unión nacional para superar los enfrentamientos sectoriales como condición necesaria de la estabilidad democrática abarcaron la totalidad del espectro político presente en el Coloquio” (*IDEA*, set/1983, p.18). Cada um dos partidos, no entanto, apresentou uma proposta para alinhar esse acordo, tendo distintas visões sobre a origem dos problemas

Julio María Sanguinetti; do Perú Alejandro Toledo; da Colômbia César Gaviria, entre outros (*IDEA*, 2010, p.114).

econômicos da Argentina e de suas soluções. Os dois principais partidos UCR e PJ, afirmaram a necessidade de um acordo que “significa diseñar un proyecto económico común a empresarios y trabajadores” (IDEA, set/1983, p.18). Preços, salários, inflação, dimensão do Estado e política de exportações eram os pontos centrais dos acordos que a nova política necessitava.

Em 1984 aconteceu o *XX Coloquio*, sob o lema “Estabilidad para el bienestar”. Essa edição, como as duas últimas, abordou temas que visavam fortalecer o sistema das instituições democráticas. Os anos da transição e pós redemocratização contam com um número expressivo de políticos, deputados, senadores e funcionários do poder executivo no evento, os quais buscavam fortalecer seus vínculos e interesses financeiros com os executivos do país. Os palestrantes de destaque dessa edição foram Raúl Prebisch, assessor do presidente da Nação, Enrique Fuentes Quintana, diretor do Banco da Espanha, Jorge Romero, subsecretário de Relações Internacionais, entre outros painelistas (IDEA, dic/1984, p.30).

Dentro do tema do Colóquio, dois pontos foram enfocados, o da inflação que devido seu caráter endêmico, perturbava qualquer projeto de crescimento do país, e o da inserção produtiva da Argentina no mundo, que contava com a necessidade de definir uma prática coerente que projetasse o país para fora e facilitasse a solução dos problemas que as restrições da dívida externa os colocava (IDEA, oct/1984, p.19). Para o instituto a inflação inibia o crescimento econômico e o estabelecimento de estruturas sociais que permitiam alcançar um maior bem-estar, além de ameaçar a paz social e a consolidação da democracia.

No Colóquio de 1985, intitulado “La Argentina eficaz, el reencuentro con el camino del crecimiento”, visualizamos uma das principais diferenças do Colóquio para o *Fórum da Liberdade*. No IDEA o público era dividido em grupos de trabalho e um material de referência era enviado anteriormente para estudo, com o objetivo de aprofundar o debate nos temas abordados e ter uma participação efetiva dos convidados nas discussões do evento. Uma das novidades do *XXI Coloquio* foi a realização de um encontro prévio de cada grupo de trabalho e o envio do material de estudo com bastante antecedência, os quais apontariam as diretrizes para as discussões. Nesse ano, os convidados que faziam as palestras principais também iriam participar dos grupos de trabalho

Juan Munro, presidente do Comitê Organizador do Colóquio expressou no discurso de abertura que o evento era pluralista, já que o IDEA, enquanto instituição “no

assume posiciones políticas o ideológicas y trata de asegurar un ambiente de debate amplio a través del cual puedan surgir o definirse ideas que contribuyan concretamente al desarrollo intelectual, social y económico de nuestro país” (*IDEA*, dic/1985, p.7). *IDEA* da mesma forma que o *IEE*, tenta afirmar o caráter imparcial de suas ideias, assim, ao buscar desvencilhar-se de lados políticos procura destacar que suas avaliações e opiniões, por serem teoricamente isentas de paixões ideológicas, inspirariam maior credibilidade para pensar soluções para o país.

O XXI Colóquio contou com vários palestrantes internacionais: Karl Deutsch (professor de Ciências Políticas da Universidade de Harvard), Juan Barrio de Frutos (administrador do Banco Central da Espanha), Guy Sorman (economista francês), William Cline (Economista do Institute for International Economics), Pedro Paulo Kuczynski (diretor do First Boston International) e Carlo Scognamiglio (professor e reitor da Universidade Internacional de Roma). Desses destacamos algumas considerações de Guy Sorman, que segundo o *IDEA*, é um dos pensadores que tem revitalizado as ideias liberais no mundo. Sorman afirma que o liberalismo não é uma ideologia e que “cuando se lo ve historicamente, podemos comprobar la superioridad de las sociedades que han dado preeminencia al individuo, donde el individuo es respetado como tal y como agente económico” (*IDEA*, dic/1985, p.12). Ao destacar a superioridades dessas ideias, afirma que nos lugares onde ele não foi implantado, não houve progresso social, cultural e econômico. Para Sorman, os liberais de bom senso não são anti-estatais, o que eles querem é uma definição clara daquilo que pertence ao Estado e do que pertence à sociedade privada, o Estado deveria apenas ser responsável pela lei, ordem e segurança, pois não estaria preparado para ser inovador e criador, sendo por essência burocrático. De acordo com o autor, “la ley debe garantizar la seguridad y el orden pero no debe intervenir en otro dominio” (*IDEA*, dic/1985, p.13). Sorman ainda salienta que um projeto autoritário não pode ser ao mesmo tempo liberal, porque não se pode separar o econômico do político, na América Latina alguns ditadores tentaram implantar essa formulação, o que para o economista é completamente equivocado.

Visualizamos por praticamente todo os liberais a afirmação de que o liberalismo não apresenta a si próprio como uma ideologia. Há uma tentativa contundente de se desvincular dela, pois essa pressupõe uma concepção que parece estática e apaixonada, sem permitir crítica a seus postulados. Consideramos, ao contrário, o liberalismo e o neoliberalismo como uma ideologia. Como enfatizam Dardot e Laval.

O neoliberalismo é muito mais do que uma ideologia partidária. Aliás, em geral as autoridades políticas que adotam as práticas neoliberais recusam-se a admitir qualquer ideologia. O neoliberalismo, quando inspira políticas concretas, nega-se como ideologia, porque ele é a própria razão (DARDOT; LAVAL, 2016, p.242).

Para Terry Eagleton (1997, p.17), foi no pós-guerra que “a crença de que a ideologia é uma forma esquemática e inflexível de se ver o mundo em oposição a alguma sabedoria mais simples, gradual e pragmática” passou de uma peça de sabedoria popular à posição de uma elaborada teoria sociológica. Essa ideia foi amplamente difundida para diferenciar a URSS dos EUA, afirmando que a primeira estaria aprisionada à ideologia e o segundo enxergaria as coisas como elas realmente são. Assim, entendida como um processo fechado, resistente a inovações e que exigia total adesão de seus devotos, a ideologia por trás do neoliberalismo é rechaçada. Como indicam Eagleton (1997) e Dardot e Laval (2016) o livre mercado é entendido pelo grupo que o constituiu como o próprio sentido da razão e da verdade.

Retomando a análise dos colóquios, passamos a abordar o de 1986, intitulado “Competitividad para el crecimiento”. Os conteúdos propostos nesse foram resultado de quatro meses de reuniões para quais o IDEA convocou empresários e representantes do pensamento político, econômico e social do país comprometidos com o tema da competitividade. Esses contaram antecipadamente com documentos e guias de trabalho, os quais resumiam aspectos sobre a geração, aplicação e multiplicação eficaz de recursos de capital e descreviam linhas gerais para um perfil estratégico (IDEA, nov/1986, p.6). Anteriormente aos eventos, havia encontros e palestras coordenadas por especialistas de várias áreas, chamados de “precolóquios”, com a finalidade introduzir o tema aos participantes e estabelecer alguns pontos chave para os conteúdos abordados.

O Colóquio seguinte, “La Argentina sin miedos: de la sociedad bloqueada a la sociedad flexible”, debateu como a sociedade argentina era fechada em seus vícios tanto públicos como privados, os quais, de acordo com o instituto, impediam sua inserção no mundo em mudança. “La flexibilidad, en el otro extremo, sugiere una sociedad viva, resistente a la tentación de una psicología en decadencia y de ruina, y dispuesta a responder con agilidad a los cambios que mejor convengan al interés nacional” (IDEA, nov/1987, p.6). Um dos conferencistas internacionais, o norteamericano Seymour Martin Lipset, professor de Ciências Políticas da Universidade de Stanford, afirmou que a Argentina necessitava de uma revolução liberal e para isso havia que organizar e mudar

a sociedade criando instituições e centros que promovessem a ideia do livre mercado. Nesse desafio os empresários e instituições como o IDEA teriam protagonismo.

La relación establecida entre el gobierno y los grandes empresarios durante los años de la transición democrática muestran a las claras el creciente poder de los capitalistas para incidir en la orientación de la intervención estatal. Por eso, el accionar del Estado se fue tornando cada vez más proclive al mantenimiento y difusión de los diversos mecanismos de transferencia de ingresos, que favorecían los intereses de este reducido y poderoso sector social (CASTELLANI, 2009, p.267).

Essa relação de aproximação e favorecimentos entre empresários e governos se tornaram constantes nas décadas de 1980 e 1990 e revelaram o poder de influência que as elites constituíram ao longo das últimas décadas. Na democracia ela foi tão eficaz como nos governos autoritários, conseguindo lograr de um aparato que favorecia seus interesses econômicos.

Os colóquios dos anos 1988 “Hacia la Argentina de los ‘90” e 1989 “Fase II: Las reformas estructurales” fazem um prognóstico para a próxima década e apontam os rumos da sociedade desejada pelo instituto. Um dos debates da XXIV edição era a necessidade da “eliminação dos regimes de privilégios”, que para o IDEA engloba os setores empresariais que contam com isenções fiscais; os sindicatos de trabalhadores e a rigidez dos contratos de trabalho; os interesses cooperativos e os setores estatais que oneram a população pelos seus custos e ineficiência, além de prejudicarem a competitividade empresarial (IDEA, dic/1988, p.18). Dessa forma, o governo deveria repensar as funções do Estado, reduzir seu tamanho, privatizar o privatizável e abandonar o discurso de que as políticas de assistência social e a distribuição de renda eram utilizadas em defesa dos interesses nacionais, para o instituto ela representavam um custo social elevado e não cumpriam o que prometiam.

Esses eventos abordaram debates sobre as mudanças que precisariam ocorrer na Argentina, essas deveriam se centrar em três questões básicas: as reformas estruturais do Estado; a análise do sistema financeiro e de seguros e a discussão sobre o mundo do trabalho e o sistema de aposentadorias. Félix de Barrio, diretor do *XXV Coloquio*, afirma que os empresários nunca foram tão protagonistas na agenda política como agora, por isso lhes caberiam uma série de responsabilidades, das quais a principal seria criar riqueza para oferecer mais postos de trabalho (IDEA, set/1989, p.49).

De acordo com Castellani (2009), o primeiro governo democrático sustentou os principais âmbitos de acumulação vigentes nos anos autoritários e ajudou a formar outros, devido as facilidades geradas para a inserção de certas empresas no mercado

internacional. No entanto, a crise fiscal impediu a adequada reprodução desses âmbitos, devido a fatal combinação de fatores como:

Crecientes transferencias a los acreedores externos y al capital concentrado local, deterioro de los ingresos públicos, y estancamiento de las principales variables macroeconómicas. Esta explosiva situación llevó al virtual colapso del Estado durante la crisis hiperinflacionaria de 1989, y al posterior dismantelamiento del complejo, cuyos componentes estatales quedaron mayoritariamente en manos de las propias empresas privadas que habían estado privilegiadamente vinculadas con ellos durante décadas (CASTELLANI, 2009, p.265).

Logo, as empresas que vão ser privatizadas nos anos 1990, passaram a ser controladas pelos grupos que obtiveram privilégios estatais nos anos da ditadura e da reabertura, se constituindo em grandes blocos empresariais privados graças ao apadrinhamento do Estado.

O discurso de encerramento do XXV Colóquio foi feito pelo presidente, recém empossado Carlos Menem, nesse ele afirmou que confia nos empresários “como protagonistas centrales de este cambio fundamental que nos impone la crisis; como motores claves de nuestro despegue; como garantes de un desarrollo sostenido, equitativo, justo, equilibrado, honesto, firme e imprescindible” (*IDEA*, oct/1989, p.2). Afirma que espera uma revolução produtiva do setor empresarial e que acredita na capacidade criadora dos homens de negócios. Mas para isso era preciso mudar os hábitos e costumes adquiridos nos anos de decadência e a crise moral que afetou o país. Para Menem,

Hoy la sociedad nos está exigiendo ejemplariedad y excelencia. Sé y conosco las dificultades que ustedes, hombres de empresa, están afrontando. Algunas son productos de las deformaciones históricas que queremos erradicar. Otras, son consecuencia de urgencias conyunturales que no admiten demora, pero que tendrán una duración muy limitada en el tiempo. Sé muy bien que Ustedes, principalmente Ustedes, serán los beneficiarios de un nuevo sistema económico, que rompa el círculo perverso de la especulación, la falta de riesgo, la carencia de esfuerzo recompensado correctamente (*IDEA*, oct/1989, p.3).

Nessa passagem Menem exalta os homens de negócio do país e afirma que eles serão os principais beneficiados pelo projeto de recuperação econômica que implantaria. Segundo Marcos Novaro (2011), nesse momento da história do país surgiu um fenômeno um tanto curioso. “La crisis y el empobrecimiento colectivo dieron lugar así a una valorización exaltada de quienes no los sufrían: los ricos, los empresarios, los inversores, en suma, los ‘exitosos’” (NOVARO, 2011, 226). De uma visão que criticava a “pátria financeira” no início da transição democrática, passou-se a um entendimento de que os

empresários eram os únicos modelos de sucesso em um país marcado pelo fracasso. “Por lo tanto, había que apreender de ellos, seguirlos y obedecerlos para dejar atrás las decadencias” (NOVARO, 2011, 227). Assim a democracia deveria ser guiada pelos interesses dos setores dominantes para alcançar o progresso.

No Colóquio de 1990, intitulado “Crecer”, a preocupação com a crise econômica, os poucos investimentos estrangeiros no país e a imagem negativa da Argentina no exterior, deram a mote dos debates. Formam discutidos uma série de requisitos para colocar o país novamente na rota do crescimento, entre eles a responsabilidade que empresários devem compartilhar com a sociedade para eliminar o flagelo da inflação. De acordo com Novaro (2011), a Argentina, mais do que qualquer outro país da região confirmou que os anos 1980 significaram “uma década perdida”.

El PIB per cápita disminuyó entre 1981 y 1990 a un promedio del 2,1% el anual; la deuda externa pasó a representar 70% del PIB y era aún mayor si se contabilizaba la acumulada con los jubilados, los contratistas y los proveedores del Estado. El empleo formal prácticamente no había crecido en esos diez años, y si tomamos en cuenta que el empleo público sí había aumentado y mucho, advertiremos la dimensión de la caída en el sector privado. También había crecido el empleo informal, un 2,8% anual, lo que ayuda a entender que el promedio de las remuneraciones laborales bajara alrededor de un 30% en la década. La pobreza que había retrocedido al 16,1% en el mejor momento del Austral, ascendió al 33,6% en 1987 y al 47,4% en octubre de 1989 (porcentaje que representaba alrededor de 20.000 000 de personas (NOVARO, 2011, 226).

Dessa forma, a crise econômica que assolou a Argentina nos anos 1980 marcou um processo de perdas significativas de capital e o empobrecimento galopante da população. O esgotamento dos processos de instabilidade política e econômica facilitaram a aceitação, quase sem resistências, do modelo neoliberal, que se apresentava como uma solução milagrosa para vencer o ciclo de desequilíbrio e estagnação que assolava o país.

Já o *XXVII Coloquio* de 1991, abordou a temática “Hacia una sociedad integrada”, debatendo a interação da Argentina com o Mercosul especialmente com o Brasil, assunto que já vinha sendo abordado em várias reuniões do instituto e em algumas reportagens da revista *IDEA*. Esse colóquio pode ser pensado como um plano de ação para a integração econômica dos dois países, onde foram levantados vários problemas e possibilidades para sua concretização. Num geral, a aliança dentro do Mercosul é vista de forma positiva e um incentivo para os países participarem da economia global, alcançando desenvolvimento e competitividade, no entanto, o instituto acreditava ser necessário cuidado para que a Argentina não ocupe o papel de provedor de alimentos, ficando em

segundo plano, e o Brasil de matérias primas, alcançando maior visibilidade. Outra preocupação da Argentina seria insistir “que el Brasil manifestara en la práctica una mayor adhesión a las reglas del mercado, a la transparencia económica y a la estabilidad” (*IDEA*, oct,1991, p.7).

Nesse Colóquio também foi debatida a necessidade de modificar a legislação trabalhista, pois para a classe empresarial ela abarca muitas regulações. Assim, seria imperativo implantar uma maior flexibilidade, descentralizar as decisões e dar autonomia as relações entre capital e trabalho, pois para o IDEA os trabalhadores e os empresários não precisavam mais da participação paternalista do Estado para supervisionar suas relações. Para o instituto essa proteção era necessária nas décadas passadas, mas hoje todos estariam emancipados e poderiam negociar seus contratos independentemente do Estado (*IDEA*, oct,1991, p.11).

Para os eventos de 1992 e 1993, encontramos poucas fontes, pois não conseguimos os números que cobrem o evento, apenas algumas colocações rápidas. No *XIX Coloquio*, de 1993 “Competitividad como desafío de la sociedad”. salientou-se que o país estava vivendo anos de profunda transformação econômica, de atitude e de mentalidade. “En los últimos años, el Gobierno Nacional y especialmente su equipo económico han concretado audaces reformas sobre las cuales IDEA desde hace años há venido reflexionado en este y otros foros” (*IDEA*, dic/1993, p.32). Para os empresários as mudanças significariam maior competitividade e uma abertura “sem medos” ao mercado externo. O instituto se mostrava bastante satisfeito com as reformas realizadas pelo governo nacional e isso se traduz na aproximação de Menem com o IDEA e sua intensa participação nas suas atividades.

O *XXX Coloquio* de 1994, “Productividad, eje del bienestar general”, salienta, na mesma linha do evento anterior, que o aumento da produtividade e da eficiência das indústrias do país proporcionaria maior bem-estar e o alcance dos níveis de vida que aspiram os argentinos. Um dos palestrantes do evento, Emilio Jorge Cárdenas (advogado e ministro de Obras Públicas do governo), fez um discurso otimista sobre as mudanças que o país passava sob a administração de Menem. Para Cárdenas “hay respecto del Presidente de la Nación una sensación generalizada de admiración, una sensación de cariño. Tiene, un poder de seducción muy especial y lo usa tanto en el interior como en el exterior” (*IDEA*, nov/dic1994, p.13). Para o ministro, a figura do presidente e as políticas liberais implantadas por ele fizeram com que a imagem da Argentina voltasse a ser respeitada no exterior, nesse sentido Cárdenas também elogia o ministro da economia Domingo Cavallo, responsável pelas transformações no campo econômico (*IDEA*,

nov/dic1994, p.13). O XXX Colóquio também contou com a presença do presidente da Nação, o qual fez o discurso de encerramento do evento.

Nos primeiros anos de sua implantação, de 1991 a 1994, o plano econômico de livre mercado e de convertibilidade de Menem-Cavallo obteve êxito e o crescimento do PIB provava, de acordo com os neoliberais, que a aposta tinha dado certo e que a Argentina entrava num novo patamar de desenvolvimento.

Según los defensores locales del paradigma neoliberal, la confianza de los inversores podría sostenerse en tres pilares: la credibilidad del compromiso gubernamental de mantener las políticas implementadas, la factibilidad de financiar los desequilibrios en el corto plazo, y la posibilidad de producir transformaciones estructurales (sobre todo en cuanto a la inversión y a las exportaciones) que permitieran el financiamiento genuino en el largo plazo. El plan de estabilización obtuvo en el inmediato resultados exitosos en el control de la inflación y el aumento de los niveles de actividad (CASTELLANI; GAGGERO, 2011, p.266).

A partir de 1994, com os efeitos da crise mexicana e da migração do capital financeiro para mercados mais seguros, começou a se visualizar as limitações do modelo implantado. Dali para frente houve um estancamento do plano de estabilização econômica e os limites daquelas políticas começavam a se tornar visíveis. O “Plan de Convertibilidad” que se estendeu até 2002, juntamente com a queda do “produto bruto interno, [de] las ventas totales de la cúpula empresaria y [de] los salários médios reales [...] ayudan a explicar el fracaso de la alternativa neoliberal para el desarrollo” (CASTELLANI; GAGGERO, 2011, p.267).

Em 1995, o *XXI Coloquio* “Empleo, responsabilidad de todos”, tratou do tema do emprego e da regulamentação do trabalho. O economista da FIEL, Juan Bour, conferencista do evento observou que o mercado de trabalho na Argentina apresentou várias mudanças nos últimos 4 anos, com o aumento da procura de emprego por um lado e a redução de postos de trabalho (como consequência da incorporação tecnológica) juntamente com uma maior demanda por profissionais qualificados, por outro. Essas questões estavam gerando preocupação sobre o aumento do desemprego nos anos seguintes. Para Bour “Un factor que puede resultar esencial en la explicación de la baja performance en materia de empleo observada en los últimos tres años, es la persistencia de regulaciones laborales que tornan poco flexible el mercado de trabajo en presencia de shocks inesperados de naturaleza macro o microeconómica” (COLOQUIO IDEA, 1995, p.16), os quais afetavam o equilíbrio das empresas de forma significativa. Nesse sentido,

Bour defende uma desregulamentação das regras trabalhistas como forma de gerar mais empregos.

Nesse evento o IDEA apresentou uma proposta, formulada pela Divisão Jurídica do instituto, para a “modernização” da reforma trabalhista. Com 56 páginas, esse documento fazia uma análise detalhada dos problemas que poderiam surgir no ambiente de trabalho e propunha soluções para eles. Primeiro exibiram um diagnóstico das atuais regras que regiam a justiça do trabalho e posteriormente apresentaram uma proposta de modificação abordando: contrato e jornada de trabalho, solidariedade entre patrões e empregados, jornada de trabalho, lei de emprego, acidentes, higiene e segurança, associações sindicais, convênios coletivos, conciliação e mediação. Os autores desse trabalho foram os doutores: Santiago A. Lynch, Fernando García Albarido, Jorge Meilán, María Paula Lopardo, Silvio Lerer e Carlos Lagomarsino. De acordo com o IDEA, a análise estava orientada a contribuir para a redução dos custos das empresas, facilitar a criação de postos de emprego e “generar para los trabajadores posibilidades concretas de crecimiento dentro de un marco legal más flexible y competitivo” (COLOQUIO IDEA, 1995, p.05).

De acordo com o instituto a globalização dos mercados, o regime competitivo das economias regionais e mundiais e os níveis de eficiência e qualidade que exigiam os consumidores, faziam necessária uma revisão crítica do regime legal laboral. Pois as normas rígidas e fechadas aumentariam os custos, já as flexíveis facilitariam a geração de empregos, uma vez que possibilitariam as empresas desenvolverem novas formas de trabalho, acesso a novos mercados e maior eficiência e competitividade (COLOQUIO IDEA 1995, p.05).

Esse documento alertava para o alto custo que representa para as empresas a grande quantidade de reclamações da Justiça do Trabalho e o montante anual que elas significam. De acordo com o instituto, os dados dos processos trabalhistas eram alarmantes, porque em apenas um ano, de 1993 a 1994, o número de litígios foi de 54.535, dessa forma, salientam a necessidade de regulamentar os acordos coletivos e diretos, sem auxílio da justiça e do Estado, para diminuir os custos de demissão e aprovar contratos mais curtos, com possibilidade de alteração. As partes deveriam acordar sua remuneração fixa e as horas extras. “De esta manera, respectando el principio de igual remuneración para puestos de igual o similar características, se podrá diferenciar a los trabajadores en función de la mejor calidad de prestación de la misma, la mayor eficiencia o productividad” (COLOQUIO IDEA, 1995, p.26).

O documento ainda considera discriminação as mulheres terem um capítulo separado na lei, pois “nada de lo especificado para las mujeres escapa la legislación laboral y por tanto su redacción es poco feliz”. Segundo a proposta de revisão laboral do IDEA, os artigos que preveem direitos específicos para o sexo feminino devem ser excluídos em sua totalidade e apenas garantir os direitos particulares para os casos de gravidez. As restrições legais às demissões por causa de gravidez, matrimônio, acidentes de trabalho, doenças, entre outros casos, que garantiam indenização extra também deveriam ser eliminadas e mantidas apenas as compensações tradicionais por demissão (COLOQUIO IDEA, 1995, p.28). A proposta apresentada pelo IDEA para a flexibilização das leis trabalhistas, se assemelham as recomendações do IL e do IEE.

O *XXXII Coloquio*, de 1996. “Mercosur, presente y futuro. El desafio del crecimiento”, contou com a presenças de autoridades políticas da Argentina e do exterior, entre elas estavam o vice-presidente do Brasil Marco Maciel, que fez, junto com o chanceler Guido Di Tella, a fala de abertura, e do vice-presidente do Uruguai Hugo Batalla, o qual discursou no encerramento do evento, antes do presidente da Argentina Carlos Menem. Os debates do Colóquio giraram em torno do Mercosul e das formas para consolidá-lo, sendo esse considerado um instrumento importante para potencializar as aspirações dos países membros perante os blocos da União Europeia e do Nafta.

O chanceler Guido Di Tella, na conferência de abertura afirmou que “pertencemos, todos, a una nueva ‘generación del 80’: la generación del 80 de este siglo está refundando lo hecho hace un siglo y que, casi, se había destruido” (COLOQUIO IDEA, 1996, p.20). Di Tella atesta que estava se formulando uma nova Argentina, juntamente como um novo corpus de liberais ilustrados que iriam resgatar a prestigiada “geração dos anos 1880” argentina e colocava a figura de Memen como central nesse processo. Marco Maciel, na mesma linha de Di Tella aponta com otimismo as políticas implantadas nos últimos anos no Brasil e na América Latina e salienta que o Mercosul é mais que um desafio econômico, significa que estamos enfrentando juntos problemas comuns e buscando soluções que nos interessam coletivamente (COLOQUIO IDEA, 1996, p.22).

Jorge Romero Vagni, presidente do IDEA afirma que o objetivo do Colóquio e do instituto é ajudar no processo de integração da região. Assim, os temas abordados e desenvolvidos nesse evento tratavam: do estímulo para que os governos desenvolvessem políticas ativas para a integração regional, da privatização dos bancos estatais, da desregulação das telecomunicações, da abertura do mercado energético argentino, frente ao fechamento do brasileiro e dos problemas estratégicos do Mercosul. O setor energético

foi alvo de várias discussões, já que a Argentina privatizou as empresas estatais que operavam no setor petrolífero e liberalizou seu mercado, oportunizando que qualquer empresa pudesse trabalhar no país. O Brasil, ao contrário, tinha o petróleo controlado por uma empresa pública, a Petrobras. Essa “pouca liberalização” da economia do Brasil era criticada pelos empresários presentes no evento. Esses monopólios, no entanto, já vinham sendo derrubados pelo governo de FHC, como afirma Brandão

Nos seus oito anos de governo, FHC conseguiu aprovar mudanças constitucionais importantes, entre elas, a eliminação de restrições em relação ao capital estrangeiro, a quebra do monopólio estatal sobre a exploração do petróleo – abrindo espaço para os leilões de poços e campos petrolíferos a partir da criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) – e o fim do controle estatal sobre o sistema de telecomunicações, possibilitando a venda de empresas públicas na área de telefonia. Foram, ainda, incluídos no PND, o setor elétrico, as concessões das áreas de transporte, rodovias, saneamento, portos, as telecomunicações. Iniciou-se, assim, uma nova fase da privatização no Brasil (BRANDÃO, 2017, p.22).

Dessa forma, a abertura reclamada pelos empresários argentinos já era uma realidade no Brasil, talvez a crítica está mais baseada no fato do país ainda manter, diferente da Argentina, uma parte do capital estatal, como acionistas e controladores, de empresas públicas, como era o caso da Petrobrás.

Nesse Colóquio também se firmou um convênio entre o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e o IDEA. O instituto acreditava que o trabalho realizado pelo SEBRAE era exemplar e por isso tratou realizar uma parceria com este, buscando uma troca de conhecimentos e experiências, no intuito de fortalecer as pequenas e médias empresas de ambos países. O acordo foi firmado com o presidente do SEBRAE Mauro Motta Durante, que também participou do evento, e enfatizou a importância da colaboração com o IDEA, essa cooperação visava integrar as ações das pequenas e médias empresas do Brasil e da Argentina “con el sentido de unión que establecen los acuerdos del Mersosur” (COLOQUIO IDEA, 1996, p. 13) e para incorporar as pequenas empresas à globalização.

O Colóquio de 1997, “El desafío de la integración en el mundo. Mercosur, Unión Europea y Nafta”, novamente aborda o tema da conexão da Argentina com os blocos econômicos do mundo, buscando encontrar caminhos para introduzir-se nos diferentes mercados e alçar importância dentro deles. Esse Colóquio contou com as conferências do ex presidente Espanhol Felipe González e do presidente do Consejo Empresarial Argentino, Santiago Soldati, uma mensagem final dos presidentes do Brasil e do Uruguai, Fernando Henrique Cardoso e Julio María Sanguinetti, que não puderam comparecer ao

evento e a conferência de encerramento do presidente Carlos Menem, presença já tradicional no evento. O discurso de abertura do fórum salienta que,

La transformación de las economías nacionales y su integración al mundo no sólo presupone definir nuevamente el papel que debe cumplir el Estado en la sociedad, transfiriendo al sector privado buena parte de sus antiguas responsabilidades, sino también profundizar los mecanismos de la desregulación y la apertura comercial. Pero estos pasos deben ir acompañados de profundos cambios en las pautas educativas, formativas y culturales de la sociedad, dejando definitivamente atrás a aquel Estado paternalista que coartaba la iniciativa y la libertad de los ciudadanos, cercenaba las libertades del individuo y pretendía cumplir la función de benefactor (Coloquio IDEA, 1997, p.11).

Assim, o IDEA afirmava ser necessária mudanças não apenas no econômico, mas nos setores educacionais e culturais da sociedade. Acreditavam em uma reestruturação da sociedade, começando pela transformação das mentalidades e dos valores pessoais, sendo essencial que os cidadãos não se iludissem mais com propostas populistas, socialistas e deixassem de apostar no Estado como promotor de bem-estar social. Bem como, ousassem a buscar soluções individuais e empreendessem na sua própria vida, como um homem-empresa. De acordo com Dardot e Laval (2016, p.322) um novo tipo de sujeito é forjado no final do século XX, engendrando a figura do “homem-empresa” ou do “sujeito empresarial”, os quais favoreceram a instauração de uma rede de “estímulos e comprometimentos que tem o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo”. Assim,

Alcançar o objetivo de reorganizar completamente a sociedade, as empresas e as instituições pela multiplicação e pela intensificação dos mecanismos, das relações e dos comportamentos de mercado implica necessariamente um devir-outro dos sujeitos. O homem benthamiano era o homem calculador do mercado e o homem produtivo das organizações industriais. O homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial (DARDOT; LAVAL, 2016, p.322).

Mais do que um “adestramento dos corpos” foi necessário, de acordo com os autores, uma “gestão de mentes”, que disciplinasse os sujeitos a funcionar no circuito da produção e do consumo. Dessa forma, dispositivos e estratégias educativas foram implementadas para moldar o novo ideal de homem, padrões que estabeleciam “os tipos de educação da mente, de controle do corpo, de organização do trabalho, moradia, descanso e lazer” moldaram a forma do homem contemporâneo se entender de se posicionar no mundo.

O Colóquio de 1998, “Los consensos básicos: desarrollo y sociedad”, procura estabelecer alguns consensos básicos que a sociedade deveria ter. Eles são fixados em três direções: consenso de valores, de regime político e de ação política. A democracia, para eles, é um consenso intocável e já teria sido alcançado na Argentina, os demais pontos seriam mais difíceis de conquistar apoio na integralidade, no entanto, segundo o instituto se caminhava para uma aceitação cada vez maior das políticas e valores de livre mercado. Foram palestrantes no *XXIV Coloquio* os ex-presidentes do Banco Central da Argentina (José Luis Machinea), do Chile (Alejandro Foxley) e do Brasil (Persio Arida), Menem novamente encerrou o evento.

A fala que abriu o Colóquio, preparada pelo instituto, faz balanço da política adotada nos últimos anos na Argentina, considerada revolucionária e premonitória de um futuro de sucesso, de estabilidade política e econômica. Percebe-se por essa fala e pela presença constante do presidente e seus ministros no Colóquio que o instituto nutria um apoio quase irrestrito ao governo de Menem, visto que, sua atuação é sempre elogiada como eficiente e precisa para colocar a Argentina no rumo certo. Para o IDEA

Noventa meses después del comienzo del mas profundo y revolucionario programa que se haya aplicado en el país en toda su historia y que permitió – entre otras cosas – alcanzar una economía consolidada, estabilidad cambiaria, crecimiento sostenido en los principales indicadores, con la mayoría de las empresas y actividades estatales ya privatizadas, procesos de desregulación en vastos sectores que anteriormente estaban protegidos y caracterizados, acompañando todo esto con una amplia apertura y un firme proceso de integración en el Mercosur (COLOQUIO IDEA, 1998, p.11).

O projeto de governo adotado nos anos 1990 é caracterizado como o mais revolucionário da história argentina. A política econômica estabelecida na gestão de Menem gerou, como afirmamos no terceiro capítulo uma aceitação generalizada da classe dominante argentina, a partir da naturalização dos conceitos neoliberais, mesmo que os seus negócios não apresentassem a rentabilidade esperada. Nos anos 1980, os empresários e suas corporações haviam sido os principais promotores do projeto liberal; já na década de 1990, as políticas de livre mercado se transformaram no projeto do próprio governo. “En el transcurso de los años ochenta los elementos esenciales del discurso liberal habían convertido en un sentido común para la mayor parte de los empresarios, y desde este marco se interpretaban la política y la economía” (BELTRÁN, 2011, p.256).

Si en los ochenta la visión antiestatista y la promesa de las reformas habían sido suficientes para aglutinar al empresariado, en los noventa, cuando la discusión debía acerca de medidas concretas y sus efectos, ese punto de acuerdo sólo acentuaba las diferencias en la medida en que cada sector e incluso cada firma individual dependía de su propia capacidad política.

Habiendo dejado atrás la crítica al Estado como eje aglutinador, los discursos empresarios perdieron fuerza en los noventa como generadores de un sentido político trascendente. Sólo a fines del período, la UIA intentó recuperar ese espíritu, pero no consiguió las mismas adhesiones que el discurso liberal había tenido diez años atrás (BELTRÁN, 2011, p.257).

Dessa forma, a adesão e o consenso às políticas neoliberais foram estabelecidas de uma forma que não provocasse críticas, pelos menos não abertas, a gestão que introduziu e efetivou as políticas que atenderam as demandas estabelecidas nos anos 1980 pelos empresários do país. Assim, no âmbito da naturalização, possíveis erros de administração ou perdas econômicas eram interpretados como parte do processo de estabilização do projeto adotado.

Como apontam Castellani e Gaggero (2011), os grandes prejudicados com essas políticas foram as classes trabalhadoras, pois se a estratégia anti-inflacionária teve êxito, produziu ao mesmo tempo distorções nos preços locais. Por exemplo “los precios al consumidor crecieron a tasas más elevadas que los mayoristas (en grande parte debido al aumento de las tarifas de los servicios públicos privatizados); entre estos, los agropecuarios más que los industriales, y los nacionales más que los importados” (CASTELLANI; GAGGERO, 2011, p.267).

Mesmo assim, Menem alcançou um alto índice de aprovação e de consenso por parte da sociedade argentina ao longo de seus dois mandatos. Segundo Pucciarelli o fenômeno do menemismo foi um acontecimento sem igual na história argentina, pois conseguiu o apoio de diferentes espectros políticos impensados até então. O resultado das eleições legislativas de 1991, que ocorreram após o governo anunciar as reformas estruturais que pretendia implantar na sociedade e que elegeram majoritariamente membros do PJ, provaram que as diferentes classes sociais foram “capturados ideologicamente por el clima de época y por la prédica antiestatista, antipolítica, privatizadora y pro mercado del menemismo y otros sectores neoliberales” (PUCCIARELLI, 2010, P.64).

Dessa forma, o menemismo somava três apoios políticos diferentes. O primeiro, da classe trabalhadora, historicamente identificada com o peronismo e que nutria por esse uma lealdade política, mas que acabou apoiando sua versão anti-obreira, apesar dos prejuízos que lhes causavam o plano de reformas e as privatizações. Em segundo lugar, contou com o apoio da classe alta e média alta (antigamente alinhados a uma direita liberal), que “vislumbró la posibilidad de legitimar con el voto de los sectores populares tanto sus planteos doctrinarios como sus reivindicaciones generales y la defensa de sus intereses inmediatos” (PUCCIARELLI, 2010, P.63). Era um voto de reconhecimento aos

benefícios que lhes foram outorgados pelos processos de privatização das empresas públicas. Em terceiro lugar, seduziu também os grandes conglomerados urbanos (historicamente simpatizantes da UCR), representados pela classe média, que se voltaram receptivos a ideologia da época e seduzidos pela liderança populista de Menem. O suporte dado por esses diferentes apoiadores políticos “comprobaron, en suma, que la transformación de los principios neoliberales en ‘pensamiento único’ no sólo consolidaba en el plano simbólico el cambio de la correlación de fuerzas que ya habían logrado imponer al resto de la sociedad” (PUCCIARELLI, 2010, P.64).

El menemismo se contituyó, así, en la avanzada política y el núcleo dinamizador de este proceso refundacional, la “revolución conservadora”, que, al integrar en un mismo esquema formas anteriormente escindidas o desarticuladas del poder económico, social, cultural, político y estatal, se transformó en un modelo inédito de dominación hegemónica global que prevaleció claramente durante toda la década de los noventa, se prolongó brevemente con otra fórmula de gobierno durante los años posteriores y finalizó en forma abrupta, de la peor manera, como consecuencia del levantamiento popular de fines de 2001 (PUCCIARELLI, 2010, P.65).

As promessas de modernização social e cultural e da intensa propaganda efetivada pelos meios de comunicação, ao “novo” e ao “transformador” modelo adotado na Argentina, favoreceram a legitimação das medidas conservadoras por uma massa heterogênea de apoiadores. Assim, a nova democracia deveria se afastar do modelo que tinha antes da ditadura de 1976 e adotar sua versão neoliberal.

5.4 Conexões e particularidades dos institutos

A união das direitas em entidades de classe que passaram a agir como grupos de pressão não é novidade da Nova República. Entidades como o brasileiro Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais e os argentinos Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas e Fundación Mediterránea são exemplos dessas agremiações, organizadas ainda na década de 1960, para defender seus interesses privados e lutar contra os perigos do socialismo/comunismo. De acordo com Ramírez (2006), os setores da classe dominante tiveram a necessidade de participar ativamente da luta política.

Como o conflito ideológico converteu-se numa das frentes de batalha mais importantes dessa época, a construção de um discurso mais ou menos homogêneo, que legitimasse as pretensões de grupo, foi uma de suas tarefas primordiais. Mediante esse mecanismo, os empresários podiam apresentar seus interesses particulares como se fossem de interesse geral e, assim, justificá-los,

possibilitando, dessa forma, uma construção hegemônica (RAMÍREZ, 2006, p.196).

Essas três organizações, financiadas por grandes grupos empresariais, chegaram a ocupar cargos na condução política e econômica desses países nos períodos que abarcaram as últimas experiências autoritárias, e no caso da Fundación Mediterránea os anos Menem. Conseguiram, a partir da atuação de seus membros em quadros governamentais, “privatizar” as instituições estatais, reorganizar e recompor o Estado.

Apesar de se tratar de outro momento, podemos afirmar que as motivações que levaram a formação do IEE, do IL e do IDEA são semelhantes, pois objetivam manter ou conquistar o poder político de decidir os rumos e os alcances da democracia no Brasil e na Argentina, limitando seu alcance a um caráter instrumental e divulgando seus interesses particulares como se fossem de todos. O que os diferencia dos *TTs* atuais, são as características que nos permitem identificá-los como uma nova direita, ou seja, o seu caráter mais democrático e a defesa de uma sociedade de mercado, a partir do abandono, do modelo dirigista do Estado. Salienta-se que o respeito às normas do Estado de Direito esteve condicionado ao fato dos grupos de esquerda não representarem mais uma ameaça aos seus interesses e não necessariamente a uma mudança de postura.

A atuação e a influência dos *think tanks* vem crescendo desde o momento em que se instalaram nesses países e sua expansão é notável na década de 1990 e nos anos 2000. Dessa forma, tanto os institutos analisados nessa tese, como os mais recentes reúnem “una serie de organizaciones transnacionales privadas que mantienen vínculos con *think tanks* y partidos derechistas o neoliberales locales [que] están llevando a cabo una (contra)ofensiva ideológica en el nivel continental” (FISCHER e PLEHWE, 2013, p.64).

Não podemos esquecer, todavia, que não foi apenas a força das ideias neoliberais que garantiu sua hegemonia. Elas se impuseram a partir do enfraquecimento das doutrinas de esquerda e do desabamento das alternativas ao capitalismo. Elas se afirmaram sobretudo num contexto de crise dos antigos modelos de regulação da economia capitalista, no momento em que a economia mundial era afetada pelas crises do petróleo. Isso explica por que, diferentemente dos anos 1930, a crise do capitalismo fordista dos anos 1970 resultou numa saída que aprofundou o capitalismo. O principal tema dessa guerra ideológica foi a crítica do Estado como fonte de todos os desperdícios e freio à prosperidade (DARDOT; LAVAL, 2016, p.207).

Ao que se refere a proposta desse capítulo que foi de analisar as formas de atuação dos *TTs* e investigar o conteúdo transmitido nos seus cursos e grandes eventos

percebemos, em consonância com o restante da tese, mais similaridades do que diferenças entre os institutos. Situiremos algumas das comparações mais importantes visualizadas nessa etapa.

Tanto o IL, como o IEE e o IDEA buscaram realizar uma série de atividades para seus associados e um público denominado estratégico. A organização de cursos voltados para difundir os preceitos do neoliberalismo foi uma prática comum dos três institutos, abarcando profissões como advogados, juristas, jornalistas, professores universitários, além de estudantes de economia, administração e militares (para o caso específico do IL). O objetivo era catequizar esses grupos e incentivar que eles defendessem nos seus espaços de trabalho as concepções liberais.

A aproximação com as universidades e com intelectuais liberais, muitos deles com doutorado pela Universidade de Chicago, também chama a atenção, pois poder unir as propostas dos *TTs* ao discurso acadêmico lhes dava legitimidade e a possibilidade de aumentar seu leque de membros. Além das universidades, o IL também lançou uma proposta para tentar influenciar os professores do ensino básico, com o projeto do ILSP de formação complementar para educadores, assim como idealizou livros infantis, buscando, a partir de uma linguagem simples e didática explicar o funcionamento da sociedade por uma perspectiva que propunha menos Estado e mais mercado.

Uma preocupação central dos três institutos era com a modificação da Constituição de seus países, principalmente nos pontos que abarcavam o tamanho do Estado e as suas possibilidades de influenciar a economia, os gastos públicos com serviços básicos e a legislação trabalhista e previdenciária. Nesse sentido, os institutos do Brasil elaboram suas próprias propostas de constituição. O IDEA, de forma parecida, propôs algumas alterações e emendas na carta magna da Argentina, principalmente no que se referia a flexibilização dos direitos trabalhistas. Assim, a aproximação com os cursos de direito e com juristas renomados era fundamental para dar corpo e justificação a suas propostas de modificação constitucional.

Outra similaridade era a preocupação em debater questões centrais da época, assim, a partir do seu filtro político, os institutos em ciclos de atualização, buscavam instruir a melhor forma para se interpretar aquele assunto. Um exemplo disso, foi a questão ambiental, abordada pelo IL e pelo IEE em contraposição as preocupações apresentadas pelos movimentos ambientalistas.

As fontes nos indicaram também uma maior circulação de indivíduos, homens de negócios associados ao instituto, nas atividades promovidas pelo IDEA, em comparação à movimentação de pessoas no IL e no IEE. Isso pode ser explicado por

vários motivos, um deles é que devido as suas divisões por área, o IDEA promovia mais atividades internas que os *TTs* do Brasil, e conseqüentemente por possuir um número maior de associados, uma escola de negócios e contar com 20 anos a mais de história, conseguia congrega mais ações e indivíduos.

As atividades concretizadas pelos institutos tinham por intuito formar uma consciência neoliberal nos seus membros e no público a que eram destinados. Não bastava apenas se convencer que o livre mercado apresentava a melhor forma de vida, era preciso agir de acordo com tais princípios e propagandear tais ideias. Nesse sentido, dentre as características que definem esse homem e essa democracia neoliberal, estão,

1) el desplazamiento progresivo del ciudadano por el consumidor, donde el ciudadano se despolitiza y se desconecta del poder y la participación política (Leys, 2001); 2) el modo en que pequeños ahorristas, trabajadores y consumidores en general se ligan perversa y jerárquicamente (desigualmente) al éxito o fracaso de las estrategias de valorización de los sectores más concentrados del capital bajo la forma de fondos privados de jubilación, pensión y/o inversión (Duménil y Lévy, 2002); 3) una interpretación individualista de la pobreza, los derechos sociales y el bienestar, donde predomina la tendencia a individualizar los problemas sociales y las respuestas a los mismos, particularmente mediante políticas sociales focalizadas (y no universales) contra la pobreza. Así, el neoliberalismo democrático se basa en una novedosa justificación de la desigualdad social y la pobreza donde el bienestar ya no es visto como un derecho social, sino un problema de oportunidades individuales, de donde se deduce que la pobreza es el producto de las capacidades o conductas individuales cuya resolución no depende de las políticas de Estado (CASTORINA 2017, p.30).

Emilia Castorina aborda aspectos fundamentais para pensar como o neoliberalismo engessou a democracia. A cidadania política acabou sendo abandonada pelo homem consumidor que se preocupa essencialmente com o seu poder de compra; os trabalhadores e a classe baixa perderam a solidariedade entre suas categorias e passaram a apoiar ou a não criticar as classes altas e suas formas de exploração e, por fim, a aceitação do discurso sobre a individualização da pobreza, vista como um problema pessoal e não relacionado às desigualdades sociais construídas historicamente. Essas características são marcantes das sociedades que implantaram o livre mercado e são defendidas nos discursos dos *TTs* analisados.

Voltando às comparações, notamos que o *Fórum da Liberdade* e o *Coloquio Anual IDEA* representam a principal atividade desses *TTs*. Ambos se consideram elementos essenciais para pensar os seus países, e divulgam suas análises como soluções técnicas e apartidárias para o crescimento deles. Os eventos foram adquirindo importância dentro das agendas nacionais, justamente por mesclar importantes membros dos grupos empresariais do país, além de políticos e intelectuais ligados à causa liberal.

Ambos institutos faziam reuniões prévias aos eventos, destinadas a delinear a agenda dos debates e a introduzir as discussões que seriam abordadas entre seus membros. Uma das diferenças essenciais entre o Fórum e o Colóquio, é a de que esse último contava com um momento destinado a discussões que envolviam todos os participantes. Assim o IDEA enviava, antes do evento, um material de estudos aos inscritos, pois durante o Colóquio o público seria dividido em grupos de trabalho para fazer um debate mais aprofundado e participativo sobre um dos subtemas abordados no evento. O Fórum, também distribuía aos inscritos um livro sobre os debates que seriam abordados no encontro, mas o fazia no início do mesmo.

O conteúdo veiculado tanto no Fórum, como no Colóquio, segue os preceitos já amplamente discutidos na tese, da defesa e divulgação do livre mercado. Notamos, no entanto, uma sutil diferença sobre como o neoliberalismo era focado em cada caso, especificamente no discurso dos diretores dos institutos, que realizavam as falas de abertura. Enquanto o IEE trazia uma abordagem mais apaixonada, explorando casos e comparações sobre as sociedades que implantaram ou não o liberalismo, o IDEA usava um discurso mais técnico, defendendo o neoliberalismo pela racionalização e eficácia econômica/administrativa que ele poderia proporcionar. No mesmo espectro do IEE podemos situar o IL, os dois apresentam uma carga mais emotiva na forma de se expressar em comparação ao IDEA. Acreditamos que essa diferença pode estar ligada a percepção do que cada público gostaria de ouvir e a cultura política que existe em cada país.

Percebemos também que os Colóquios da década de 1980 traziam como preocupação central a estabilidade democrática e a crise econômica. Com mais ênfase de que o IEE, enfocavam a necessidade do país assegurar a normalidade democrática para poder implantar um projeto político e econômico de longo prazo. Acreditamos que isso está ligado à forma como ocorreram nossas transições políticas, a do Brasil, como resultante de um processo de acordos e sem uma destituição abrupta dos militares contava com uma democracia mais estável do que a Argentina, que passou um processo mais tumultuado tanto na transição, como nos primeiros anos da democratização com a punição de membros das forças armadas pelas violações de direitos humanos. Na década de 1990, essa questão deixou de ser tão destacada, para se focar as reformas de livre mercado que a Argentina estava passando, o que era abordado com entusiasmo pelo instituto; já o IEE e o IL, por mais que reconhecessem os avanços liberalizantes feitos pelos governos de Collor e FHC, ainda os consideravam tímidos diante das transformações que desejavam que o país passasse.

Ambos eventos contavam com intensa cobertura midiática, para o IEE eram os jornais locais como *Zero Hora* e *Correio do Povo* que lhe davam visibilidade, para a Argentina os jornais de nível nacional, como *Clarín* e *La Nación*. Outra similaridade era a participação de personalidades políticas nos seus eventos, assim representantes de entidades empresariais, deputados, vereadores, além de presidentes (no caso do IDEA) e de governadores (no caso do IEE), eram convidados a participar e palestrar no evento.

Dentre os palestrantes que participavam das atividades dos *TTs* notamos a aproximação entre o mundo acadêmico, político e empresarial. Pessoas renomadas dessas áreas eram presença constante nos grandes e pequenos eventos dos três institutos. A possibilidade de trazer conferencistas, como ganhadores do prêmio Nobel da economia, dirigentes de *TTs* internacionais e políticos responsáveis pela implantação das reformas neoliberais ao redor do mundo, mostram a conexão que os institutos estabeleceram entre seus pares para além das fronteiras nacionais. Percebemos também uma intensa conexão entre a Argentina e o Brasil nesse processo, mas não especificamente entre os institutos analisados. O *Fórum da Liberdade* trazia constantemente intelectuais e políticos neoliberais, muitos deles vinculados ao governo Menem, e o Colóquio de forma parecida, convidou empresários, políticos e pensadores brasileiros para integrar seus debates, muitos deles associados ao governo Collor e FHC. Um dos temas que se o IDEA se concentrou na década de 1990 foi justamente aprofundar uma maior integração econômica com o Brasil.

Percebemos também, ao longo da tese, a tentativa de negar ou ocultar o rótulo de os define como neoliberais e se apresentarem apenas como liberais ou como defensores da liberdade, características visualizadas nos três institutos. Conforme explicam Phelan e Dawes essa prática não é exclusiva desses *TTs*,

Apesar de outrora abraçar o rótulo (ver Friedman, 1951), supostos neoliberais raramente admitem o termo como um marcador de identidade política; ao contrário, as ideias neoliberais foram articuladas sob diferentes títulos doutrinários, como o monetarismo, a economia do lado da oferta e a escolha racional / teoria da escolha pública (Beaud & Dostaler, 1997), ou nos discursos contemporâneos da cidade criativa (Peck, 2010), auto empreendedor (Mirowski, 2013), individualidade quantificada (Beer, 2015), marca nacional (Phelan, 2014) e economia compartilhada (G. Hall, 2016). Como o conceito de liberalismo, o neoliberalismo é, portanto, melhor teorizado como um conceito heterogêneo - o nome de uma formação cultural e ideológica que escapa à definição fácil, devido à sua capacidade de se adaptar ao contexto político e apropriar-se dos fragmentos de outras ideologias e discursos políticos (PHELAN e DAWES, *tradução própria*, 2018, p.13)¹⁷¹.

¹⁷¹ Do original “Despite once embracing the label (see Friedman, 1951), putative neoliberals rarely avow the term as a marker of political identity; rather, neoliberal ideas have been articulated under different doctrinal headings, such as monetarism, supply-side economics, and rational choice/public choice theory (Beaud & Dostaler, 1997), or in contemporary discourses of the creative city (Peck, 2010), entrepreneurial

Assim, os neoliberais tentaram fugir de uma caracterização unitária, buscando se apresentar como um complexo amplo e sem amarras conceituais. Como vimos no primeiro capítulo o neoliberalismo não pode ser confundido com um discurso único, ele apresenta diferenças entre as correntes que o compõe e tem extrema facilidade de se associar a vários discursos políticos e culturais no intuito de impor os seus receituários econômicos. Dessa forma, a tentativa de negar o rótulo “neoliberal”, entra na mesma perspectiva da recusa de entendê-lo como ideologia, pois ao se venderem como uma verdade e uma razão absoluta que precisa ser aceita por todos, dada a sua técnica e modernidade, negam a sua veiculação enquanto doutrina e ideologia para se apresentarem como um axioma.

self (Mirowski, 2013), quantified selfhood (Beer, 2015), national branding (Phelan, 2014), and the sharing economy (G. Hall, 2016). Like the concept of liberalism, neoliberalism is therefore best theorized as a heterogeneous concept—the name for a cultural formation and ideology that escapes easy definition, because of its capacity to adapt to the political context and appropriate the fragments of other political ideologies and discourses”

6. CONCLUSÃO

A presente tese buscou compreender as formas de atuação da nova direita brasileira e argentina reunida em torno de institutos privados de pesquisa conhecidos como *think tanks*, tendo como foco o Instituto Liberal (IL), o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e o Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (IDEA). Nessa conclusão iremos retomar os debates que apresentamos ao longo do trabalho, bem como apontar caminhos para futuras pesquisas.

Partimos da perspectiva que a redemocratização do Brasil e da Argentina, na primeira metade da década de 1980, impulsionou a re/organização de movimentos sociais e políticos que buscavam se inserir como atores nos debates sobre as transformações políticas e estatais que poderiam advir desse novo momento histórico. Tanto a esquerda como a direita lançaram propostas e projetos para pensar os caminhos que a democracia deveria seguir. Nessa tese, nos voltamos para a análise das direitas políticas, mais especificamente aquelas que se agruparam em torno de *TTs* neoliberais.

Mundialmente, o neoliberalismo adquiriu um espaço que almejava alcançar desde o final da década de 1940 e teve como impulsionador a crise econômica dos anos 1970 e a derrota das alternativas socialistas, representada pelo fim da URSS (1991), que declarou ao capitalismo liberal uma vitória simbólica e prática do modelo político que se perpetuaria desde então. Utilizamos largamente, ao longo do trabalho, o livro de Dardot e Laval (2016), que demonstrou que o ideário pró mercado representa um novo tipo de racionalidade, uma vez que buscou ressignificar tanto o papel do Estado como do indivíduo, além de ter o poder de internalizar os seus preceitos no cotidiano das sociedades.

O neoliberalismo vai ser o grande ponto de ligação entre as direitas que irrompem com o processo da democratização do Brasil e da Argentina. Salientamos no primeiro capítulo que o fato de utilizarmos o termo nova direita não significa que a entendemos como um componente totalmente diferente e que possui um corte abrupto com as velhas direitas. Nesse período, elas passam a defender o Estado democrático de direito (mesmo que já tivessem se apoiado em governos autoritários) e abandonam, pelo menos em discurso, o modelo dirigista do Estado para apostar no livre mercado.

Utilizamos o princípio da igualdade, anunciado por Bobbio (1995), para diferenciar esquerda e direita. Por esse espectro, as direitas entendem as desigualdades sociais como algo natural, que não devem ser alteradas artificialmente pela ação do Estado; já as esquerdas, as compreendem como uma construção histórica e social, que

devem ser aplacadas via políticas públicas. Analisando o discurso construído pelos institutos ao longo da tese, notamos que esse conceito se aplica às direitas que investigamos, uma vez que, os problemas políticos, econômicos e sociais eram vistos como uma questão de mercado e que deveriam ser naturalmente equacionados por ele e pela iniciativa individual, desconsiderando assim, as discrepâncias econômicas construídas historicamente em um processo de concentração de renda e de exclusão social.

A adesão ao modelo democrático pelas direitas, foi facilitado pelo projeto refundacional adotado pelas ditaduras civil-militares da América Latina, pelo qual, a oposição política foi eliminada e/ou silenciada. Dessa forma, as esquerdas, com um movimento político e sindical muito mais ameno, não representavam mais uma ameaça aos interesses da classe dominante. Por sua vez, ela também adotou uma postura reformista, abandonando as saídas revolucionárias e passando a apoiar projetos que visavam minimizar as desigualdades sociais ao invés de eliminá-las.

Outrossim, a democracia que a direita vai defender, nesse período, vai ter um caráter instrumental (Hinkelammert, 1988), ou seja, estava limitada à adoção de um pacote de medidas institucionais que reduzia a sua abrangência. Essa percepção de que o neoliberalismo restringiu os alcances da democracia foi abordada por alguns autores que citamos ao longo do texto, como Hinkelammert (1988), Harvey (2008), Bonetto (2012), Dardot e Laval (2016), Castorina (2017) e se relaciona com a hipótese que defendemos nessa tese e que vamos abordar logo adiante. A característica onipresente do neoliberalismo tem levado a transformação do processo político de nossas sociedades em rituais vazios, que em nada modificam o curso inexorável da marcha econômica (Paulani, 2005).

Os *think tanks* neoliberais tiveram o papel de naturalizar esse processo, estabelecendo-se nas agendas nacionais como “operadores de sentido”, uma vez que trataram de decodificar alguns temas para o grande público. Nessa perspectiva, essa tese debate a relação entre esses três elementos, analisando o papel dos *TTs* organizados por grupos de direita para defender e propagandear o neoliberalismo. Abordaremos agora, as perguntas levantadas na introdução, buscando responder as questões que nortearam a confecção dessa tese.

A criação do Instituto Liberal e do Instituto de Estudos Empresariais, em 1983 e 1984 respectivamente, atenderam a objetivos e propostas parecidas. Seu grupo de fundadores defendia que no Brasil se desconhecia as propostas liberais e essa falta de

entendimento teria causado uma má compreensão da ideologia, a qual teria levado as pessoas a rejeitar um projeto que nem conheciam. Por isso, apregoavam a necessidade de institutos privados tomarem para si a responsabilidade de ampliar o debate sobre o livre mercado, já que os meios acadêmicos, seduzidos pelo marxismo também não se destinavam a expandir o conhecimento sobre o tema. Logo, esses dois *TT's* se propunham a produzir (ou reproduzir) um conhecimento sobre o neoliberalismo e divulgá-lo para públicos específicos. O Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina, criado em 1960, também buscava divulgar um conhecimento e formar lideranças empresariais a partir de um crivo gerencial pouco explorado até então na Argentina. A partir dos anos 1980 e do período que começamos a analisá-la, 1983, visualizamos que esse filtro era o projeto neoliberal, mesmo que a instituição, num primeiro momento, não afirmasse isso abertamente.

Para além de seus discursos, visualizados a necessidade dessa direita, de criar e manter institutos que congregassem a classe dominante desses países (ou uma parte dela), para, a partir dessa ligação construir um discurso comum que pudesse ser usado para identificar as ideias que os empresários tinham para o país. Insistir e convencer sobre a relevância do projeto neoliberal foi o ponto central que moveu a atuação desses três institutos ao longo das décadas de 1980 e 1990. Esses também buscaram se lançar no mercado de disputa de ideias, usando todos os mecanismos que lhes eram disponíveis para influenciar no processo de criação e consolidação de políticas de livre mercado.

Salientamos que, enquanto o IL e o IEE tiveram, no Brasil, um protagonismo enquanto *think tanks* e como construtores e divulgadores da ideologia neoliberal, na Argentina outros institutos foram, nesse sentido, mais representativos, como a Fundación Mediterránea e a Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL). O IDEA, por sua vez, mesmo que não fosse o mais citado entre os institutos que faziam análises políticas, reunia três características importantes, a aproximação com centenas de empresários, a realização de eventos e cursos de formação que objetivavam construir um consenso político e a publicação mensal de uma revista que tinha circulação entre a classe dominante do país.

Outra peculiaridade do IDEA, em relação aos institutos do Brasil, é que seu discurso se caracterizou por enfatizar a técnica, a modernidade e a racionalidade das políticas de mercado, enquanto o IL e o IEE, por mais que também se utilizassem desses argumentos, demonstravam um apelo muito mais apaixonado e exaltado pelas suas ideias. Suas exposições traziam elementos mais emotivos, explorando a concepção de que com

a adoção do neoliberalismo os problemas do Brasil se resolveriam e equacionariam naturalmente.

A investigação sobre os grupos que constituíam e dirigiam o IL, o IEE e o IDEA, revelaram que esses indivíduos fazem parte das classes dominantes desses países. Os dados que levantamos no terceiro capítulo mostraram que os fundadores dos institutos eram de famílias abastadas e herdaram os seus negócios e o seu capital político. Não obtivemos informações sobre a origem social de todos os presidentes e diretores dos institutos, mas podemos afirmar que a maioria deles eram ou da classe dominante ou de classe média alta. Observamos também que aqueles sujeitos que não seguiram carreira nas empresas da família, conquistaram altos postos executivos em outros grupos econômicos.

A ligação que os membros dos institutos tinham entre si foi estabelecida antes da criação dos centros, ou a partir da aproximação que eles proporcionaram. A teia de relações construída pelos indivíduos que integravam os *TTs* foi constituída aos poucos, contemplando desde empresários que já se relacionavam devido aos seus postos, pessoas que se conheceram no ambiente de trabalho, colegas de universidade ou de outras instituições, até intelectuais que foram sendo incorporados ao grupo, por meio de convites ou de relações pessoais/profissionais. A partir de um indivíduo outros poderiam ser indicados para fazer parte dos institutos, como foi o caso dos intelectuais do IL, onde dois ou três pensadores articularam a filiação e a colaboração dos demais.

A aproximação desse grupo de direita com o neoliberalismo se deu de forma variada. Sujeitos como os fundadores dos *TTs* e seus intelectuais já eram liberais convictos há algum tempo e enxergavam em Hayek o principal mentor de suas posições políticas e econômicas, principalmente no caso do Brasil, onde esse autor era largamente citado. Outros foram levados à aceitação/cooptação dessa doutrina a partir dos ciclos de formação elaborados pelos institutos e dos materiais publicados pelos mesmos. Ainda não podemos descartar as influências internacionais, já que as políticas pró mercado se constituíram no “exemplo de sucesso” dos países do primeiro mundo.

Visualizamos também que as medidas políticas e econômicas que esse grupo defendia estavam diretamente relacionadas com os seus interesses de classe. Importante salientar que mesmo que fizessem uma crítica acirrada ao Estado muitos empresários haviam se beneficiado de suas políticas protecionistas em anos anteriores, desde contratos que estabeleciam a prestação de serviços para o setor público, até a isenção de imposto para determinadas empresas e áreas. Muitos deles seguiram nos anos estudados com esses contatos e negócios, mesmo defendendo a retirada do Estado desses espaços.

Os três institutos eram financiados por grandes e médias empresas nacionais e multinacionais. Em sua maioria o subsídio vinha de instituições privadas, mas também visualizamos algumas contribuições de entidades públicas. Uma parte significativa desse financiamento vinha de empresas de propriedade ou administradas pelos mesmos grupos que dirigiam os institutos, os quais também se mantinham pela contribuição mensal de seus sócios e de alguns *TTs* internacionais, que bancavam projetos em particular.

Tanto o IL e o IEE como o IDEA tinham suas atividades voltadas para públicos específicos. Seu principal alvo eram os seus pares. O IL e o IEE afirmavam a necessidade de convencer primeiramente os empresários e os meios formadores de opinião da necessidade de adotar as propostas neoliberais. O IEE focava sua atenção quase exclusivamente para esse público, pois foi criado para oferecer cursos de formação para jovens empresários de famílias tradicionais do Rio Grande do Sul, projeto que objetivava tornar os empresários adeptos do livre mercado desde o início de suas carreiras. O IDEA também se constituiu como um centro de especialização para homens de negócios da Argentina. O IL buscava, de forma parecida, convencer/cooptar primeiro uma elite, para depois se voltar para um público mais amplo.

Não estranha serem os empresários o público alvo desses *TTs*, esses representavam um grupo de pressão significativo e ao adotarem o neoliberalismo como seu projeto de Estado e sociedade, passam a exercer pressão na política e em políticos específicos, principalmente aqueles de partidos de direita e que receberam financiamento de seus grupos enquanto candidatos. Ter o apoio de políticos e executivos era fundamental para aprovar suas propostas de políticas públicas e reformar o Estado de acordo com a sua perspectiva.

O IL foi o instituto que mais realizou atividades para além do grupo dos empresários, intensificando seus cursos de formação para advogados e juristas, militares, jornalista e professores. Além disso, o material publicado pelo *TT* tinha por objetivo convencer/cooptar esse público e os políticos. Assim esses institutos acreditavam que construindo uma massa crítica, concentrada em pessoas e profissões específicas, o neoliberalismo ganharia o apoio necessário para que sua doutrina saísse do papel e fosse aplicada integralmente nesses dois países. Por fim, não podemos descartar a intenção de disseminar as suas ideias/propostas para um público mais amplo, pois quanto mais pessoas e grupos se identificassem com sua ideologia, melhor teriam executado seu objetivo. Assim, atividades, dentro de universidades que buscavam aproximar jovens graduandos ao neoliberalismo, prêmios que incentivavam a escrita de artigos e trabalhos de conclusão de curso sobre a economia de mercado, assim como propostas para a

aproximação com sindicatos e a distribuição de livros para bibliotecas, com uma literatura majoritariamente liberal, revelam que esses institutos buscavam divulgar seu discurso a um público cada vez mais amplo.

Mapear os espaços de atuação e interferência do IL, do IEE e do IDEA, pode ser um pouco impreciso porque passa por uma série de questões difíceis de medir empiricamente. Para Abelson, o sucesso dos *think tanks*, “sólo se puede medir a través de la evaluación de su capacidad para influir en las visiones y actitudes del público y de los responsables de formular políticas” (ABELSON, 2007 P. 16). Entretanto, avaliar a influência é bastante complexo, pois não podemos ficar restritos as imagens que os institutos vendem, uma vez que, os *TTs*, em geral, buscam passar a ideia de que exercem uma ingerência enorme. “Tener influencia es algo a lo cual ambicionan todos los *think tanks*, pero en realidad, la mayoría se conforma con la percepción de que ejercen influencia. Y qué mejor forma de crear esta percepción que captar la atención de los medios” (ABELSON, 2007, p.25).

Levando essas ponderações em consideração, podemos afirmar que as ações de formação e de publicação de textos, tinham a intenção de convencer e influenciar tanto a construção de uma consciência liberal, como a tomada de decisões político-econômicas, baseadas nesse princípio. O quanto esses *TTs* tiveram peso efetivo para a construção desse consenso neoliberal é difícil de demonstrar empiricamente. Entretanto, pelo trabalho realizado nessa tese, defende-se que esses institutos tiveram uma importância considerável para a estruturação de uma sociedade que passa a se guiar por preceitos neoliberais. Eles não agiram sozinhos, nem tiveram força isoladamente, mas a partir das redes de *TTs*, do trabalho dos meios de comunicação ao reproduzir insistentemente esse discurso e de políticos de direita que aplicaram essas políticas, conseguiram efetivar um consenso sobre a necessidade de execução das políticas de livre mercado que vão marcar essas duas sociedades na década de 1990.

Nessa perspectiva, projetos como a série *Notas* do IL e as propostas de revisão constitucional confeccionadas pelo IEE e pelo IDEA, além de outros documentos mais gerais que sugeriam a adoção de determinados projetos, demonstram que esses *TTs* acreditavam e buscavam ter poder de influência suficiente, para propor programas de livre mercado ao Estado. Como nos alerta Abelson (2007), a atenção dos meios de comunicação as ideias projetadas e divulgadas pelos *TTs* podem lhes dar destaque suficiente para que esses tenham a percepção que suas ideias estão sendo ouvidas e aplicadas para além de seus muros.

A construção de sua argumentação em torno do ideário neoliberal passava por diversos pontos. Primeiramente o livre mercado era apresentado como a proposta mais racional para efetivar as mudanças econômicas e políticas que os países necessitavam, sendo associado com a liberdade política e individual que se constituíram nas principais pautas do período da redemocratização.

Ao mesmo tempo em que a eficácia do mercado era apresentada como um equacionador das diferenças sociais e um impulsionador do desenvolvimento/progresso econômico, o Estado era apresentado como o responsável pelo atraso econômico do Brasil e da Argentina em relação aos EUA e os países da Europa. Exemplos de como o Estado havia gerido sua administração por boa parte do século XX, eram apresentados para tentar provar como o intervencionismo havia levado à pobreza, à concentração de renda, ao péssimo funcionamento da máquina pública, aos apadrinhamentos de diversos tipos, etc. O ponto que mais se condenava em relação ao Estado estava relacionado a sua pretensão de ser um agente econômico. Assim, para os institutos, tanto a tentativa de guiar artificialmente a economia buscando um resultado específico, como a existência de empresas estatais que prestavam serviços de diferentes tipos, estavam agredindo a liberdade econômica e interferindo em áreas que não eram de sua responsabilidade. Dessa forma, as empresas estatais deveriam ser privatizadas, porque ocupavam um espaço, “naturalmente” destinado à propriedade privada, oneravam a população com uma alta carga de impostos e prestavam um serviço de qualidade duvidosa.

Além desses dois marcos que debatiam o papel do Estado e do mercado na sociedade contemporânea, outros pontos tinham centralidade em suas produções e análises, a legislação trabalhista e a educação pública, foram as grandes preocupações dos *TTs*. A primeira era interpretada pelos três institutos como atrasada e vinculada a um passado populista e a um Estado protecionista. Essa deveria passar por uma profunda reformulação, para “modernizar” as relações entre capital e trabalho, flexibilizar as suas leis e resolver, via negociação coletiva, os contratos e conflitos trabalhistas. Os neoliberais acusavam o Estado e a justiça do trabalho de onerar o produtor com tantos encargos, o que, segundo eles, afetava na produção e no valor dos salários.

A educação pública era outro tema bastante debatido pelos institutos, especialmente os do Brasil. Os neoliberais criticam o fato de o Estado financiar e gerir escolas e universidades e sustentavam que a educação deveria ser encarada como um problema de mercado e tratado como tal. Assim, defendiam a privatização desses espaços, que deveriam competir livremente no mercado por projetos e alunos. Outra preocupação nesse sentido era com a desideologização do ensino, que, de acordo com eles, estava

dominado pela esquerda, por isso propõe que o ensino passe por uma reciclagem e se volte para uma perspectiva liberal.

Essas propostas, assim com outras que debatemos ao longo da tese foram largamente discutidas nos livros, artigos, cursos e eventos que esses institutos promoviam. Essas produções tinham diferentes complexidades, desde perspectivas acadêmicas, escritas por intelectuais liberais, até materiais didáticos e pequenas cartilhas que tinham uma linguagem mais acessível e que buscavam explicar, de forma simples, a ideologia neoliberal. Inclusive gibis foram confeccionados para um público infantil/jovem.

A consolidação e expansão do IL e do IEE, no Brasil, e do IDEA, na Argentina, ocorreram num momento em que o ideário pró mercado estava em franca ascensão no mundo. Estabelecer-se nos países da América Latina, como em outros espaços, necessitava de um trabalho de divulgação e convencimento que fosse massivo e permanente. Nesse sentido, entendemos a atuação do IL e do IEE no Brasil como fundamentais na tentativa de construir um consenso favorável às políticas neoliberais, principalmente entre as classes altas e médias do país. O trabalho do IDEA também foi importante nesse sentido, mas como já salientamos anteriormente, teve menos protagonismo, em relação a outros *TTs* da Argentina.

Todos os institutos tinham a clara intenção de se colocar como centrais nos debates políticos e econômicos desses países e se valeram de várias estratégias para isso. Sua aproximação com setores empresariais e políticos da sociedade, a realização de grandes eventos públicos que se destinavam a reunir personalidades desses países e apresentar um trabalho de formação e disseminação de suas propostas sociais, objetivavam, como já salientamos em outro momento, estabelecer os *TTs* como atores indispensáveis nos debates políticos e econômicos da sociedade.

Percebemos que esses institutos têm mais semelhanças do que diferenças tanto em seu modo de agir como de pensar. É importante deixar claro que, mesmo partindo da concepção de que o grupo é coeso em suas ideias, entendemos que há divergências entre eles e na forma como gostariam que esse projeto fosse aplicado, mesmo que elas não apareçam de forma objetiva em seus discursos.

Nesse sentido, retomaremos a hipótese que guiou a formulação dessa tese. Por essa, estabelecemos que esses institutos, enquanto representantes da nova direita política do Brasil e da Argentina, objetivavam impor/propor, a partir de um massivo processo de convencimento e internalização das perspectivas neoliberais, um projeto político-

econômico-social de longo prazo para esses países, o qual visava estabelecer os alcances e os limites da democracia. Defendemos que essa hipótese foi confirmada ao longo da análise realizadas sobre os *TTs*.

Podemos afirmar que a proposta de funcionamento e a atuação dos institutos tinha por objetivo ajudar a construir uma sociedade neoliberal, buscando difundir, convencer e internalizar a ideologia pró mercado no Brasil e na Argentina. Os *TTs* tinham uma perspectiva de longo prazo, pois pretendiam lançar ideias que se constituíssem como permanentes nesses espaços. Assim, ao defender a retirada do Estado de quase todos os âmbitos sociais e sustentar sua permanência apenas como legislador e fiscalizador desse sistema, buscavam eliminar os campos que faziam pressão a ele. Pois, ao propor a privatização da educação, saúde e de demais empresas públicas, além da flexibilização das leis trabalhistas e do desmonte da justiça do trabalho, os neoliberais buscavam extinguir os espaços que permitiam a população pressionar o Estado. Visto que, se fossem abolidos os serviços que esse gerenciava, ele não ficaria mais exposto a protestos, greves e pressões que reivindicassem mais investimentos nessas áreas.

Assim, quando nos referimos ao alcance e aos limites da democracia, queremos afirmar que um processo gerido pela necessidade da diminuição do Estado impõe marcos que pretendem limitar a participação popular em suas decisões e debates, bem como busca introjetar uma perspectiva individualista de mundo, na qual o ser humano deveria se gerir sozinho e não esperar do Estado qualquer benfeitoria. Esse discurso que salienta o indivíduo como o único responsável pelo seu fracasso e sucesso, desconsiderando as desigualdades sociais, enfraqueceu também as solidariedades de classes e entre grupos.

O projeto político do neoliberalismo busca evitar a participação política da maioria da população, a qual denomina de intervenção, no processo de tomada de decisões econômicas. Os países que adotaram o neoliberalismo, longe de não intervir na economia, se tornaram ativos e criaram climas favoráveis para garantir o funcionamento do mercado, privilegiando as prerrogativas dos empresários e do sistema financeiro em detrimento dos direitos dos trabalhadores e da maioria população. Ao mesmo tempo em que os grupos econômicos se politizam e fazem *lobby* com o Estado para assegurar os seus privilégios de acumulação, o cidadão comum se despolitiza e se opõe a intervenção do Estado na economia e a sua participação ativa na gerência dos serviços básicos (CASTORINA, 2017).

Tendo essa perspectiva em vista, considerados que o neoliberalismo buscou, como seu projeto político, evitar ou diminuir a participação popular no processo de tomada de decisões sobre assuntos econômicos do Estado, ao mesmo tempo em que

vendeu com sucesso a ideia que a intervenção do Estado só trazia danos para a sociedade e que seus serviços seriam inferiores em qualidade aos privados. Os grupos de direita que sustentam esse discurso buscavam estabelecer um limite ao alcance da democracia, a qual não deveria estar condicionada às pressões populares, pois isso levaria a endividamentos e quebraria a racionalidade da administração pública, além de intervir na atuação do mercado.

Essa tese, portanto, buscou contribuir com as discussões que envolvem a divulgação e a consolidação do projeto neoliberal para o Brasil e a Argentina. Os *think tanks* analisados tiveram uma importância crucial para o enraizamento dessa doutrina nos dois países e se constituíram em atores destacados no processo de produção de políticas públicas e de pautas econômicas que pretendiam estabelecer na sociedade. O trabalho não teve por perspectiva esgotar o tema, mas se inserir numa discussão historiográfica que vem crescendo ao longo dos anos e que busca analisar a atuação e o pensamento das direitas políticas por diferentes ângulos. A análise realizada buscou ampliar os debates sobre os think tanks pró livre mercado e pensá-los numa perspectiva comparada para as décadas de 1980 e 1990. Além de investigar o IL, o qual já conta com outros estudos, incorporou dois centros poucos abordados nesse espectro, o IEE e o IDEA, contribuindo com novos elementos para compreender a atuação política dessas organizações no Brasil e na Argentina.

O presente trabalho possibilita novos caminhos de pesquisa sobre o tema. A expansão de institutos similares aos analisados nessa tese e seu envolvimento nas últimas crises políticas vividas nos países da América Latina indicam que os TTs têm buscado angariar uma influência cada vez maior na sociedade. Compreender o que eles propõem, a quem se dirigem e que interesses representam é um horizonte ainda pouco explorado nas ciências humanas. Nesse sentido, algumas possibilidades de pesquisa são as de entender a constituição e o crescimento desse tipo de instituição no início da década de 2000 como um movimento que buscava se contrapor à ascensão dos partidos de centro-esquerda na América Latina e suas políticas redistribucionistas. Perceber por qual discursos e práticas se aproximaram do público, como a internet, a criação de conteúdos e cursos online ajudaram a construir determinada interpretação sobre o Brasil e a Argentina. Como esses TTs conseguiram se estabelecer em movimentos de massa, organizar grandes protestos, pressionar pela saída de um presidente, pela eleição de outros e se lançar como uma alternativa política aos grupos descontentes com a “velha política”. Essas e outras pesquisas podem aprofundar o entendimento sobre o fenômeno da ascensão das direitas no Brasil, Argentina e outros países da América Latina nos últimos anos.

LISTA DE FONTES

Fontes do Instituto Liberal – Pesquisados no Instituto Liberdade – Porto Alegre:

- BORNHAUSEN, Roberto Konder. A missão dos Institutos Liberais no Brasil. In: **Idéias Liberais**. São Paulo: Instituto Liberal, ano I; nº4, 1994.
- COSTA, Sérgio Amad. A confusão entre capital e trabalho. In: **Idéias Liberais**. São Paulo: Instituto Liberal, ano II; nº36, 1995.
- FONSECA, Eduardo G. Quem tem medo do Neoliberalismo? In: **Idéias Liberais**. São Paulo: Instituto Liberal, ano I; nº13, 1994.
- FONSECA, Odemiro. **Crônica de uns liberais impenitentes**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993.
- FREY, Bruno. Política econômica democrática? In: **Conferências do IL**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, nº21, 1995
- KLAUS, Václav. Transição sistêmica: a mistura de intenções e espontaneidade. In: **Conferências do IL**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, nº17 / janeiro 1995
- LEME, Og Francisco. A Constituição e a Empresa. In: **Conferências do IL**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.
- LEME, Og Francisco. **Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, sem data.
- LLOSA, Mário Vargas. A cultura da liberdade. In: **Idéias Liberais**. São Paulo: Instituto Liberal, ano II; nº 22, 1995.
- PAIM, Antonio. Os liberais estão ativos. In: **Idéias Liberais**. São Paulo: Instituto Liberal, ano I; nº8, 1994.
- PASTORE, José. Relações de trabalho numa sociedade que se abre. In: **Idéias Liberais**. São Paulo: Instituto Liberal, ano II; nº27, 1995.
- PRADO, Ney. **Razões das Virtudes e dos Vícios da Constituição de 1988**. Editora Inconfidente/Instituto Liberal: São Paulo, 1994
- PROBLEMAS** sociais. Soluções Liberais. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995
- POLÍTICAS** Alternativas - Educação. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1992
- SOUZA, Amaury de. A reforma das relações de trabalho. In: **Idéias Liberais**. São Paulo: Instituto Liberal, ano III; nº 49, 1996
- SOUZA, Ubiratan Jorge Iório de. O liberalismo sem adjetivos. In: **Idéias Liberais**. São Paulo: Instituto Liberal, ano I; nº5, 1994.
- STEWART JR, Donald. A habitação e o Estado. In: **Idéias Liberais**. São Paulo: Instituto Liberal, ano I; nº15, 1994.
- STEWART JR, Donald. **Concorrência e livre iniciativa**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.
- VERGNIAUD, Luis. A lição chilena. In: **Idéias Liberais**. São Paulo: Instituto Liberal, ano II; nº29, 1995:
- NOTAS**. Avaliação de projetos de Lei. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993.

Outras fontes do IL:

- IDÉIA LIBERAL**. São Paulo: Instituto Liberal, vários números, 1988-1992.
- IL NOTÍCIAS**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, vários números, 1991-1997.
- INFORME LIBERAL**. São Paulo: Instituto Liberal, vários números, 1993-1997.
- MENDONÇA, Jacy de Souza. **O Cidadão**. Inconfidentes/Instituto Liberal: São Paulo, 1994.
- Consultado em: PUCRS – Biblioteca Central

PROBLEMAS sociais. Soluções Liberais. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. Acervo, Biblioteca PUCRS.
PRINCÍPIOS dos Institutos Liberais. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.
TURMA DA MÔNICA – Cidadania. 1993. Consultado em: <https://spotniks.com/essa-e-melhor-historia-da-turma-da-monica-que-voce-ja-leu/> Acesso em 05/01/19

Fontes do Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina - Pesquisados na Hemeroteca Revistas, da Biblioteca del Congreso de la Nación – Buenos Aires:

CINCUENTA años de IDEA. Buenos Aires: Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina, 2010.

Revista IDEA. Buenos Aires: Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina, Vários números, 1983 a 1999

Outras fontes do IDEA:

DECLARACION de Marambio. Buenos Aires: Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina, 1980.

ESTATUTO de IDEA. Buenos Aires: Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina, 1995.

Jornal Clarín. Buenos Aires, 27/06/1989. - Pesquisado em CESPA

Revista Mercado – Pesquisado em Biblioteca do Congreso Nacional

MERCADO, Buenos Aires, 19/07/1984.

MERCADO, Buenos Aires, 29/10/1987.

MERCADO, Buenos Aires, 04/05/1972.

MERCADO, Buenos Aires, 18/12/1986.

Colóquio IDEA – Pesquisado em Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas

Colóquio IDEA. Buenos Aires: Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina, Set, 1995.

Colóquio IDEA. Buenos Aires: Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina Oct, 1996.

Colóquio IDEA. Buenos Aires: Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina Nov, 1997.

Colóquio IDEA. Buenos Aires: Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina Set, 1998.

Fontes do Instituto de Estudos Empresariais - Pesquisados no do Instituto de Estudos Empresariais – Porto Alegre

ANDERSON, Terry; LEAL Donald. **Ecologia de Livre Mercado**. Porto Alegre: Expressão e Cultura/IEE/ILRS, 1992

BLOCK, Walter. **Defendendo o Indefensável**. Porto Alegre: Ortiz/IEE, 1993.

FETRIDGE, Donald (et.al). **Economia e Meio ambiente**. Porto Alegre: Ortiz/IEE, 1992.

HAYEK, Friedrich. **A arrogância fatal**. Os erros do socialismo. Porto Alegre: Ortiz/IEE, 1995

IEE. 30 anos formando líderes. Porto Alegre: IEE, 2014. Edição comemorativa de 30 anos da entidade.

JARAMILLO, Mário (et.al.). **Educação em Crise**. Porto Alegre: Ortiz/IEE, 1994.

LEONI, Bruno. **Liberdade e a Lei**. Porto Alegre: Ortiz/IEE, 1993.
MARTINS, Ives Gandra. **Brasil livre**, proposta de revisão constitucional. Porto Alegre: Ortiz/IEE, 1992.
PENSAMENTOS Liberais. Porto Alegre: Ortiz, 1994. Coleção pensamentos IEE, Volume I.
PENSAMENTOS Liberais: Custo Brasil. Porto Alegre: Ortiz, 1995. Volume II.
PENSAMENTOS Liberais: Propostas Liberais para o Brasil. Porto Alegre: IEE, 1997. Volume III.
PENSAMENTOS Liberais. Porto Alegre: IEE, 1998. Volume IV.
RAND, Ayn. **A Virtude do Egoísmo**. Porto Alegre: Ortiz/IEE, 1991
REVISTA Leader. Porto Alegre: Instituto de Estudos Empresariais. Vários números, 1997 a 2000

Outras fontes do IEE:

1º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EDAIJ232yhk>, acesso em 21/01/2019
2º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=c02mdIG43jw>, acesso em 24/01/2019
3º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DbxOQ9xl51w>, acesso em 25/01/2019
4º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=QScU_0dh0Sk&t=3110s, acesso em 26/01/2019
5º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Da0HHn0dX30>, acesso em 27/01/2019
6º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oFcL1uHKOQQ&t=4978s>. Acesso em: 28/01/19
7º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3hZ1ShoGZ0g&t=6989s>. Acesso em: 29/01/19
8º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZeqsUUUnzoCc>. Acesso em: 30/01/19.
9º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8T9BX8upFP8>. Acesso em: 31/01/19.
10º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Q9MnGBHEXJ0>. Acesso em: 01/02/19
11º *Fórum da Liberdade*. Acervo digital online, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bKK2sZt88QQ>. Acesso em: 02/02/19

Referências da Web, utilizadas para os três institutos:

Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina: <http://www.ideared.org>

Instituto de Estudos Empresariais: <http://iee.com.br/>

Instituto Liberal: <http://www.institutoliberal.org.br>

Ahora info: <http://ahorainfo.com.ar/2009/09/mpa-carlos-leone-y-jose-ignacio-de-mendiguren-mesa-de-actualizacion-de-politica-industrial/>

Apblica: <https://apblica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>

Apesp: <http://apespnet.com.br/fernando-levy/>

Consulta Sócio: <https://www.consultasocio.com/q/sa/jorge-wilson-simeira-jacob>

Estadão: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,se-misturar-emocao-e-negocios-estruga-imp-,896007>

Estadão: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,com-plano-guedes-brasil-sera-nova-china,70002593661>

Fundação Getúlio Vargas: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bornhausen-irineu>.

Fundação Getúlio Vargas: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-konder-bornhausen>

Gaúcha/Zero Hora: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/04/petropar-passa-a-se-chamar-evora-4122703.html>

Instituto Ling: <https://www.institutoling.org.br/index.php/conheca-o-instituto-ling/>

Instituto Ludwig Von Mises Brasil: <https://www.youtube.com/watch?v=6g2mW4tiTNQ>.

Podcast 121 – entrevista com Winston Ling

Instituto Ludwig Von Mises Brasil: <https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=327>.

Podcast 127 realizado – entrevista com José Stelle

Istoé: <https://www.istoedinheiro.com.br/o-dono-da-arapua-quer-voltar-aos-negocios/>

Fundación Konex: <https://www.fundacionkonex.org/b1731-carlos-daniel-tramutola>

Janela Publicitária: http://www.janela.com.br/anteriores/Janela_1984-06-15.html

Jornal Mostarda:
<http://www.jornalmostarda.jex.com.br/cultura/oglemeeoliberalismomoderno>.

The center for ethics: <http://www.ethicsandentrepreneurship.org/2012/12/19/interview-with-william-and-wilson-ling/>

Wharton: <http://www.knowledgeatwharton.com.br/article/receita-de-sucesso-de-odemiro-fonseca-para-o-segmento-de-restaurantes-no-brasil/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELSON, Donald E. ¿Alguien está escuchando? Evaluando la influencia de los think tanks en las políticas. In: GARCÉ, Adolfo e UÑA, Gerardo. **Think tanks y políticas públicas en Latinoamérica: dinámicas globales y realidades regionales**. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2007, p.15-50.
- ABRÃO, Paulo & TORELLY, Marcelo. O programa de reparações como eixo estruturante da justiça de transição no Brasil. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, p.473-516.
- ACUÑA, Carlos. Enseñanzas, mitos y realidades de la coordinación entre la sociedad civil y el Estado en América Latina. Un análisis comparativo de la incidencia de think tanks y su coordinación con el Estado para mejorar políticas y programas de combate a la pobreza en México, Brasil, Ecuador y Uruguay. In: **XIV Congreso Internacional del Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD) sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Anales electrónicos: Salvador, 2009.
- ALEXANDRE, Thiago de Andrade Romeu. **O Instituto Millenium e dos intelectuais da “nova direita” no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciência Sociais. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ARON, R. **The opium of the intellectuals**. New York: Norton, 1962.
- AZPIAZU, Daniel; BASUALDO, EDUARDO E KHAVISSE, Miguel. **El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80**. Buenos Aires, Siglo XXI, 2004.
- BAUER, Caroline S. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares Argentina e Brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. Tese de doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. “**Movimento Brasil Livre (MBL)**” e “**Estudantes pela Liberdade (EPL)**”: ativismo político, *think tanks* e protestos da direita no brasil contemporâneo. In: Anais do 41º encontro anual da ANPOCS: Minas Gerais, 2017.
- BARBOSA, Leticia Cristina Bizarro Barbosa. **Conquistando corações e mentes: uma análise da National Endowment for Democracy (NED) no Equador (2006-2016)**. Tese de doutorado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2018.
- BETTACHE, Karim e CHIU, Chi-Yue. The Invisible Hand is an Ideology: Toward a Social Psychology of Neoliberalism. In: **Journal of Social Issues**, Vol. 75, No. 1, 2019, pp. 1-12 doi: 10.1111/josi.12308
- BELL, D. **The end of ideology: On the exhaustion of political ideas**. Glencoe, IL: Free Press, 1965.
- BELTRÁN, Gastón. **Los intelectuales liberales: poder tradicional y poder pragmático en la Argentina reciente**. Buenos Aires: Eudeba, 2005.
- BELTRÁN, Gastón. Las paradojas de la acción empresaria. Las asociaciones del empresariado argentino y la persistência de las reformas estructurales. In: PUCCIARELLI, Alfredo (coordinador). **Los años de Menem**, la construcción del orden neoliberal. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011, p.221-261.
- BIRLE, Peter. **Los empresarios y la democracia en la Argentina**. Conflictos y coincidencias. Buenos Aires, Editorial de Belgrano, 1996.
- BLOCH, Marc. Comparação. In: **História e Historiadores**. Textos reunidos por Étienne Bloch. Tradução de Telma da Costa. Lisboa: Teorema, 1998.p.111-118.

- BLOCH, Marc. Por uma história comparada das sociedades europeias. In: **História e Historiadores**. Textos reunidos por Étienne Bloch. Tradução de Telma da Costa. Lisboa: Teorema, 1998.p.119-150.
- BOBBIO, Norberto. **Derecha e izquierda: razones y significados de una distinción política**. Buenos Aires: Taurus, 1995.
- BOISARD, Stéphane. Pensando as direitas na América Latina objeto científico, sujeitos e temporalidades? In: **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.85-100, jan/abr 2014.
- BONETTO, María Susana; MARTÍNEZ, Fabiana. Política y Deborde. Mas allá de una democracia liberal. Villa María: Eduvim, 2002.
- BOTTO, Mercedes. *Think tanks* en América Latina: Radiografía comparada de un nuevo actor político. In: ASTE, Norma Correa y MENDIZABAL, Enrique (Ed.). **Vínculos entre conocimiento y política**. El rol de la investigación en el debate público en América Latina. Lima: Ediciones Nova Print S.A.C., 2011, p.83-112.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Crise do Estado e reformas neoliberais na América Latina: as privatizações na Argentina e no Brasil. In: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói, 2017, p.1-32.
- BRESSER PEREIRA, Luiz. **Pactos políticos, do populismo à redemocratização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BÜREN, María Paula. Mont Pèlerin Society em la articulación del discurso neoliberal. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.118-143.
- CAMOU, Antonio. El saber detrás del Trono. Intelectuales-expertos, tanques de pensamieto y políticas económicas em la Argentina democrática (1985-2001). In: GARCÉ, Adolfo y UNÁ, Gerardo (comp.). **Think tanks y políticas públicas en Latinoamérica: dinámicas globales y realidades regionales**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007, p.139-176.
- CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. A Nova República: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred (org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.563-627.
- CAMPOS. Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. Tese de Doutorado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2012.
- CAPUTO, Nicolas. **Ressources économiques et pouvoir politique: intégration semi-périphérique au système financier mondial et son impact sur la coalition socio-politique au pouvoir em Argentine de 1989 à 2001**. Thèse École Doctoral Droit, Science politique et Histoire. Université de Strasbourg, 2012.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. Inevitável e imprevisível, o fortalecimento da direita para além da dicotomia ação e estrutura: o espaço internacional como fonte de legitimação dos *Think tanks* latino-americanos. In: **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.1, 2018, p.63-91
- CASTELLANI, Ana. **Estado, empresas y empresarios**. La construcción de ámbitos privilegiados de acumulación entre 1966 y 1989. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.
- CASTELANNI, Ana; GAGGERO, Alejandro. Estado y grupos económicos em la argentina de los noventa. In: PUCCIARELLI, Alfredo (coordinador). **Los años de Menem**, la construcción del orden neoliberal. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011, p.263-292.

- CASTORINA, Emilia. Transición democrática o transición neoliberal. In: EMILIOZZI, S.; PECHENY, M.; UNZUE, M. (comps.). **La dinámica de la democracia**. Representación, instituciones y ciudadanía en Argentina. Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A construção simbólica do neoliberalismo no Brasil (1983 - 1998)**: a ação pedagógica do Instituto Liberal. Dissertação de Mestrado em História. São João Del Rei: UFJS, 2011.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Nova Direita no Brasil**: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 - 2014). Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2016.
- COSTA, Paulo Roberto Neves. Como os empresários pensam a política e a democracia: Brasil, anos 1990. In: **Opinião Pública**. Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 422-449.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Empresariado e Estado na transição brasileira**. Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas: Editora da Unicamp; SP: FAPESP, 1995.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEDECCA, Claudio S. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In: PRONI, Marcelo W; HENRIQUE, Wilnês. **Trabalho, mercado e sociedade**: O Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p.71-106.
- DELAMAZA, Gonzalo. De la elite civil a la elite política. Reproducción del poder en contextos de democratización. In: **Polis**. Vol. 36, 2013, p. 1-24.
- DENORD, François. Le prophète, le pèlerin et le missionnaire [La circulation internationale du néo-libéralisme et ses acteurs]. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 145, décembre 2002, p. 9-20.
- DREIFUSS, René. **O jogo da direita na Nova República**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forence, 1978.
- DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. In: **Política & Sociedade**. Volume 9; nº17; outubro de 2010, p.101-139.
- DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. **A Crise do Neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- EVANS, Peter B. O Estado como problema e como solução. In: **Lua nova**. São Paulo, n. 28-29, 1993, p.106-156.
- FERRARI, Marcela. Propopografia e historia política. Algunas aproximaciones. In: **Antíteses**, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, p. 529-550
- FILGUEIRAS, Luiz. **A história do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FISCHER, Karin e PLEHWE, Dieter. La formación de la sociedad civil neoliberal en América Latina: redes de *think tanks* e intelectuales de la nueva derecha. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional**: enraizamento, apogeu e crise. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.58-78.
- FORCINITO, Karina; ESTARELLES, Gaspar Tolón. **Reestructuración neoliberal e después...1983-2008**: 25 años de economía argentina. Los Polvorines: UNGS; Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREIXO, Adriano (org.). **Manifestações no Brasil**: as ruas em disputa. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GIDDENS, Anthony. **Beyond Left and Right** — the future of radical politics. Cambridge: Polity, 1994
- GIORDANO, Verónica. ¿Qué hay de nuevo en las “nuevas derechas”? In: **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, nº 254, noviembre-diciembre de 2014, p.46-57.
- GOULDNER, Alvin W. **La dialéctica de la ideología y la tecnología**. Las orígenes, la gramática y el futuro de la ideología. Madrid: Alianza Editorial, 1976.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2006, volume 2.
- GROS, Denise. Associações de classe patronais e ação política. In: GOLIN, Tau e BOEIRA, Nelson. **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Mérito, 2007, v.4, p.257-272.
- GROS, Denise. **Burguesia industrial gaúcha e o Estado nacional 1964-1978**. Porto Alegre: FEE, 1987.
- GROS, Denise. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hoiser, 2003.
- HASS, Richard N. Los *think tanks* y la política exterior estadounidense: la perspectiva de un elaborador de políticas. In: **Agenda de la política exterior de los USA**, volumen 7, número 3, noviembre de 2002
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HAUCK, Juliana C. Rosa, **Think tanks: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil**. Dissertação em Ciência Política. Minas Gerais: UFMG, 2015.
- HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HIMMELSTEIN, Jerome. **To the right: the transformation of American Conservatism** Berkeley: University of California Press, 1990
- HINKELAMMERT, Franz J. Democracia y nueva derecha en América Latina. Buenos Aires. In: **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, nº 98, noviembre-diciembre 1988, p.104-115.
- HUNTINGTON, Samuel. **La tercera ola. La democratización a finales del siglo XX**. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 1994.
- JAHN, Detlef, Conceptualizing Left and Right in Comparative Politics: Towards a Deductive Approach. In: **Party Politics**. Pennsylvania, Vol.17, Nº.6, 2011, p.745– 765.
- JINKINGS, Ivana et.al. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016
- JONES, Daniel Stedman. **Masters of the Universe: Hayek, Friedman and the Birth of Neoliberal Politics**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2012.
- KAHLER, Miles. Orthodoxy and its Alternatives: Explaining Approaches to Stabilization and Adjustment. In: NELSON, Joan (ed.). **Economic Crisis and Policy Choice**. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. **History and Theory: Studies in the Philosophy of History**. V.42, n.1, fev. 2,003, p.39-44.
- KORNHAUSER, W. **The politics of mass society**. London: Routledge & Kegan Paul, 1960.
- KREIN, José Dari. Balanço da reforma trabalhista do governo FHC. In: PRONI, Marcelo W; HENRIQUE, Wilnês. **Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p.279-323.
- LARDONE, Martín e DONADI, Luciano. Construyendo consenso. La modernización del Estado y los mecanismos de articulación entre Bancos Multilaterales de Desarrollo y *think tanks* en Argentina. In: GARCÉ, Adolfo y UNÁ, Gerardo (comp.). **Think tanks y políticas públicas en Latinoamérica: dinámicas globales y realidades regionales**. Buenos Aires: Prometeo Libors, 2007, p.245-292.

- LINZ, Juan J. Transiciones a la democracia. In: **Reis**: Revista española de investigaciones sociológicas. Madrid, Nº 51, 1990, p.7-33.
- LINZ, Juan. Una interpretación de los regímenes autoritarios. In: **Revista de Sociología de la Universidad Autónoma de Barcelona**, nº 8, Barcelona, Ediciones Península, 1978
- LIPPMANN, Walter. **The good society**. Boston: Little, Brown & Co., 1937.
- LIPSET, S.M. **Political men**: The social bases of politics. Garden City, NY: Doubleday, 1960.
- LVOVICH, D y BISQUERT, J. **La cambiante memória de la ditadura**: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2008, p.7-57.
- LUKES, Steven. Epilogue: the grand dichotomy of the twentieth century. In: BALL, Terence & BELLAMY, Richard (orgs.). **The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 602-626.
- LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (Comp.). **The resilience of the Latin American Right**. Batimore: Johns Hopkins University Press, 2014.
- MACIEL, David. Ditadura militar, transição política e hegemonia neoliberal no Brasil. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both da. **Ditaduras Transição e Democracia**: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo Porto Alegre: FCM Editora, 2016. p.183-204.
- MADEIRA, Rafael Machado; TAROUCO, Gabriela da Silva. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. In: **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 8, n. 15, p. 171-185, 2011
- MCGANN, James G. **2017 Global Go To Think Tank Index Report**. University of Pennsylvania: TTCSP Global Go To Think Tank Index Reports, 2018 https://repository.upenn.edu/think_tanks/13
- MCGANN, James G.; WEAVER, Kent. *Think tanks* and civil societies in a time of change. In: MCGANN, James G.; WEAVER, R. Kent (eds). **Think tanks e civil societies**: catalysts for ideias and action. New Brunswick: Transaction Publishers, 2000, p.1-35.
- MCGANN, James. *Think tanks* y la transnacionalización de da política exterior. **Electronic Journal of the US Department of State**. V. 7, n. 3, 2002.
- MATO, Daniel. *Think tanks*, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina. In: GRIMSON, Alejandro. **Cultura y Neoliberalismo**. CLACSO: Buenos Aires, 2007.
- MINELLA, Ary Cesar. O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros. In: **Ensaio**, FEE, Porto Alegre, 1994, 505-546.
- MINELLA, Ary Cesar. Reformas políticas e econômicas: a atuação da organização norte-americana *Center for International Private Interprise* (CIPE) na América Latina. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional**: enraizamento, apogeu e crise. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.79-117.
- MORAES, Thiago de. As organizações anticomunistas em Porto Alegre (1962-1991). In: **I Jornada Ditaduras e Direitos Humanos**. Porto Alegre: APERGS, 2011, p.114-123.
- MORAES, Thiago de. Os *think tanks* brasileiros em perspectiva: características gerais, apontamento conceituais e possibilidades de pesquisa. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, jul.2013. p.1-13.
- MORAES, Thiago de. **Os agentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e suas carreiras públicas federais**: entre a continuidade burocrática e a colonização do Estado pós-1964. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2016
- MORRESI, Sergio. **La nueva derecha argentina**: la democracia sin política. Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento; BuenosAires: Biblioteca Nacional, 2008.

MORRESI, Sergio. ¿Lecciones aprendidas? Las derechas argentinas y la democracia. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.193-228.

MORRESI, Sergio. Un esquema analítico para el estudio de las ideas de derecha en Argentina (1955-1983). In: BOHOSLAVSKY, Ernesto (comp.) **Las derechas en el Cono Sur, siglo XX**. Actas del Taller de Discusión, Universidad Nacional de General Sarmiento, Los Polvorines, 2011.

NOEL, Alain and THERIEN, Jean-Philippe. **Left and Right in global politics**. New York: Cambridge University Press, 2008

NOVARO, Marcos. Transición democrática y legados autoritarios. In: **Historia de La Argentina contemporánea: de Perón a Kirchner**. Buenos Aires: Edhasa, 2006, p.135-154.

NOVARO, Marcos. Historia de la Argentina 1955-2010. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

O'DONNELL, Guilherme y SCHMITTER, Philippe. **Transiciones desde un gobierno autoritario**. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 1988, p.19-30.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **O papel de intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX**. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018,

OSTIGUY, Pierre. **Los capitanes de la Industria**. Grandes empresarios, política y economía en la Argentina de los años 80. Buenos Aires: Editorial Legassa, 1990.

PATSCHIKI, Lucas. **A classe dominante brasileira em organização: O IMIL como Aparelho Privado de Hegemonia (2005-2013)**. Tese de Doutorado em História. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2017.

PHELAN, Sean e DAWES, Simon. Liberalism and Neoliberalism. In: **Oxford Research Encyclopedia of Communication**, 2018, p. 1- 37.

PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2010

PIRES, Cássio. **O signo da liberdade e a execução do Estado: o pensamento Neoliberal por meio do Fórum da Liberdade de Porto Alegre (1988-1993)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

PLEHWE, Dieter, WALPEN, Bernhard and NEUNHOFFER, Gisela. **Neoliberal Hegemony**. A Global Critique. London, New York: Routledge, 2006.

PORTANTIERO, Juan Carlos. Economía y política en la crisis argentina: 1958-1973. In: **Revista Mexicana de Sociología**. Vol. 39, No. 2, 1977, p. 531-565.

PORTANTIERO, Juan Carlos. La Transición entre la confrontación y el acuerdo. In: NUN, José; PORTANTIERO, Juan (comp.). **Ensayos sobre La transición democrática en Argentina**. Buenos Aires: Puntusur, 1987, p. 257 -293.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. In: **Revista de História**. N° 153, 2005, p.11-33.

PUCCIARELLI, Alfredo. Menemismo. La construcción política del peronismo neoliberal. In: PUCCIARELLI, Alfredo. **Los años de Menem: la construcción del orden neoliberal**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011, p.23-70.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013). In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.13-57.

RAMÍREZ, Hernán. El neoliberalismo en una perspectiva conosureña de largo plazo. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.311-348.

- RAMÍREZ, Hernán. Institutos de Estudios Económicos de Organizaciones Empresariales e sua Relação com o Estado em Perspectiva Comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996 In: **Anos 90**. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006, p.179-214.
- RAMÍREZ, Hernán. **Os institutos de estudos económicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada**: Argentina e Brasil, 1961-1996. Tese de doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS: 2005.
- RAMÍREZ, Hernán. Reflexiones acerca de las Dictaduras del Cono Sur como proyectos refundacionales. In: **Antíteses**. Londrina, v. 8, n. 15, nov. 2015. p. 132-159
- RICH, A. **Think tanks, public policies and politics of expertise**. New York: Cambridge University Press, 2004.
- RIGOLIN, Camila C.; HAYASHI, Maria C. P. I. Por dentro dos reservatórios de idéias: uma agenda pesquisa para os *think tanks* brasileiros. In: **Liinc em Revista**. V. 8, n. 1, mar. 2012, p.20-33.
- ROBERTS, Kenneth M. Democracy, Free Market, and Rightist dilemma in Latin America. In: LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (Comp.). **The resilience of the Latin American Right**. Batimore: Johns Hopkins University Press, 2014, p.25-47.
- ROCHA, Camila. “Menos marx, mais Mises”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: USP, 2018.
- ROCHA, Camila. O papel dos *think tanks* pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. In: **MILLCAYAC - Revista Digital de Ciências Sociais / Vol. IV / N° 7 / 2017**. ISSN: 2362-616x. (pp. 95-120).
- SERRA, Carlos Henrique Aguiar; SERRA, Maurício Aguiar. Neoliberalismo, Políticas Governamentais e Exclusão Social no Brasil. **III Congresso Brasileiro de História Econômica**. Curitiba, 1999, p.38-47.
- SHILS, E. The concept and function of ideology. In: SILLS, David (ed.). **International encyclopedia of the social sciences**. New York: Macmillan/Free Press, 1968.
- SIDICARO, Ricardo. Coaliciones golpistas y dictaduras militares: el “Proceso” en perspectiva comparada. In: PUCCIARELLI, Alfredo (coord.). **Empresarios, tecnócratas y militares**. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004, pp. 53-96.
- SILVEIRA, Luciana. **Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2013.
- SMITH, James. **The idea brokers: think tanks and the rise of the new policy elite**. New York: The Free Press, 1991.
- SOARES, Júnia Rosa. **Think tanks: um esforço para a estruturação de conhecimentos sobre o fenômeno e sua influência sobre políticas públicas no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Administração. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2009.
- STIGLITZ, Joseph E. **El malestar en la globalización**. Madrid: Taurus, 2002.
- STONE, D.; DENHAM, A.; GARNETT, M. (Orgs). **Think tanks across nations – a comparative approach**. Manchester, New York: Manchester University Press, 1998.
- THOMPSON, Andrés. **Think tanks en la Argentina**. Conocimiento, instituciones y política. Buenos Aires: CEDES, 1994.
- TEIXEIRA, Tatiana. Brazilian *Think tanks* and their search for identity and recognition. In: **Annals of the Congress of the Latin American Studies Association**, San Francisco, 2012.
- TEIXEIRA, Tatiana. Os *Think tanks* norte-americanos e a sua fábrica de visões de mundo. In: **Anais eletrônicos do Seminário Nacional Sociologia e Política**. Curitiba: UFPR, 2009.

UÑA, Gerardo. *Think tanks* en Argentina: sobreviviendo a la tensión entre la participación y la permanencia In: GARCÉ; UÑA. ***Think tanks* y Políticas Públicas en Latinoamérica**. Dinámicas globales y realidades regionales. Buenos aires: Prometeo, 2007, p. 139-182.

UÑA, Gerardo; COGLIANDRO, Gisell; LABAQUI, Juan. **Políticas públicas y toma de decisiones**: Los *think tanks* en Argentina. Documento elaborado para la Fundación Konrad Adenauer, Octubre 2004.

WAXMAN, C.I. (ed.). **The end of ideology debate**. New York: Funk & Wagnalls, 1968.

ANEXOS

Anexo I:

Patrocinadores dos Institutos Liberais (Lista disponibilizada pelo IL em 1993). Fonte: GROS (2003) e CASIMIRO (2011)

ABOLIÇÃO VEÍCULOS S/A
ABRAS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS
AECCB – ADMINISTRADORA DO EDIF. CENTRO CULTURAL DO BRASIL S/A
ALBARUS S/A
ALCOA ALUMINIO S/A
ALLIED AUTOMOTIVE LTDA
AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA
ACANCAR EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S/A
ÂNCORA AUTO VEÍCULO LTDA
ANDRÉ ROBERTO JAKURSKI
APICE ENGENHARIA LTDA
APRAS – ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUPERMERCADOS
ARCA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
ÁREA DE ARQUITETURA E PROMOÇÕES
ARNO S/A
ARTAX S/C LTDA
ARTEFATOS DE BORRACHA RECORD S/A
ARTHUR ANDERSEN S/A
ASTÓRIA PAPÉIS LTDA
AUTOMATION S/A
AUTO VIAÇÃO NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA
AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA
BAHEMA S/A
BANCO ARAUCÁRIA S/A
BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A
BANCO BOZANO SIMONSEN S/A
BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A
BANCO ECONÔMICO S/A
BANCO FENÍCIA S/A
BANCO NACIONAL S/A
BANCO NOROESTE S/A
BANCO REGIONAL MALCOLN S/A
BANCO SOGERAL S/A
BELGA INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA
BERNECK & CIA
BLUE LIFE A.M.S.P
BOLSA DE VALORES DO PARANÁ
BOMBRIL S/A
BOSTON AD. EMPR. LTDA
BRADESCO S/A
BRASHOLANDA S/A
BRASÍLIA GUAÍBA OBRAS PÚBLICAS
BRASWEY S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
C&A MODAS LTDA
CAFÉ ALVORADA S/A
CARBEL S/A
CARREFOUR S/A
CASA LYRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S/A
CASH – SOC. DE FOMENTO COMERCIAL S/A
CASTEVAL CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA
CENTER NORTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
CENTROS COMERCIAIS DO SUL
CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO RS
CEVEKOL S/A
CHOCOLATE COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA
CIA. ANTARCTICA PAULISTA
CIA. BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
CIA. DE AUTOMÓVEIS SLAVIERO
CIA. DE FORÇA E LUZ CATAGUAZES – LEOPOLDINA
CIA. FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA
CIA. HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES
CIA. SUZANO DE PAPEL E CELULOSE S/A
CIASUL – INC. INV. E PART. LTDA
CIBA GEIGY QUÍMICA S/A
CIMENTO TUPI S/A
CITIBANK N.A
CM INVESTIMENTOS LTDA
CONFAB INDUSTRIAL S/A
CONSERVAS RITTER S/A
CONSHOPPING CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA
CONSTRUTORA CIMENTI – COUSANDIER LTDA
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT
CONSTRUTORA PELOTENSE
CONSTRUTORA SULTEPA S.A
COOPERS & LYBRAND, BIEDERMANN BORDASH AUDITORES
INDEPENDENTES
COOPERSUCAR
COORBETTA S.A – IND E COMÉRCIO
CORUJÃO COMÉRCIO DE AUTOMÁVEIS LTDA
COSIGUA – CIA. SIDERÚRGICA DA GUANABARA
COTEMINAS – CIA DE FIAÇÃO E TECIDOS NORTE DE MINAS
CPL – CENTRO DE PROPAGANDA LTDA
C.R ALMEIDA S/A
D' BORCATH & CIA LTDA
DEMETERCO & CIA LTDA
DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS FAVRETO
DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO IPIRANGA
DOW QUÍMICA S/A
EBID – EDITORA PÁGINAS AMARELAS LTDA
ECISA ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A
ELDORADO S/A COM. IND. IMPORTAÇÃO
ELETRIFRIO S/A
EMÍLIO ROMANO S/A

ENCOL S/A
ENGEPROD SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
ESCRITÓRIO LEVY C.V.M LTDA
ESTIL MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA
EUCATEX S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EUREKA LAVANDERIA LTDA
EX INVEST DO BRASIL
FININVEST S/A – CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
FIUZA CAMPOS REPRESENTAÇÃO DE PAPÉIS
FORJAS TAURUS S/A
GETHAL S/A – IND. E COM. DE MADEIRA COMPENSADA
HERMES MACEDO S/A
HOECHST DO BRASIL S/A
HOJE IMÓVEIS LTDA
HOME ENGENHARIA LTDA
ICO COMERCIAL S/A
IMARIBO S/A
IMCOSUL S/A
IMPRESSORA PARANAENSE S/A
INCEPA IND. CERÂMICA PARANÁ S/A
INDETEX PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
INDÚSTRIA PAPÉIS ARTE J.T. S/A - TOGA
INDÚSTRIAS GESSY LEVER LTDA
INDÚSTRIAS GRADIENTE S/A
INDÚSTRIAS VILLARES S/A
INEPAR S/A
ITAÚSA INVESTIMENTOS ITAÚ S/A
IVAÍ ENGENHARIAS DE OBRAS S/A
J.H. SANTOS S/A
J.I. CASE DO BRASIL
JOÃO DE CARVALHO SÁ
JOHNSON E HIGGINS CORRETORES DE SEGURO LTDA
JOSÉ ALVES S/A IMP. E EXP.
KAMINSKY PADARIA UNIVERSAL
KUSMA & CIA LTDA
K.V.T TURISMO
LA VIOLETERA IND. COM. GEN. ALIMENT. LTDA
L.C. BRANCO EMPREENDIMENTOS IMOB
LLOYDS BANK PLC
LOBRÁS – LOJAS BRASILEIRAS S/A
LOCALIZA RENT A CAR
LOJAS IPÊ LTDA
LONDON MULTIPLIC BANCO DE INVESTIMENTOS S/A
LUNDGREN IRMÃOS TECIDOS S/A
MANUFACTURERS HANOVER APRENDAMENTO MERCANTIL S/A
MANZOLI S/A IND. E COMÉRCIO
MÁRCIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA
MENPHIS S/A
MERLIN IND. E COM. DE ÓLEOS VEGETAIS
MESBLA S/A
METAL CORTE E DOBRA S/A

METALAC S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MONTREAL INFORMÁTICA LTDA
MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S.A
MINERVA DIMAX COM. FARMACEUTICO LTDA
MLM ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
MONTESE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
MUSA CALÇADOS LTDA
NACIONAL TURISMO AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA
NUTRICIA S/A – PRODUTOS DIETÉTICOS E NUTRICIONAIS
NUTRIMENTAL S/A
OLSEN VEÍCULOS S/A
OLVEBRA S/A
PADILHA INDÚSTRIAS GRÁFICAS S/A
PAES MENDONÇA S/A
PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A
PARANAPANEMA S/A
PARISA PARTICIPAÇÕES LTDA
PETROPAR S/A
PIERRE ALEXANDER
PLASTIPAR IND. & COM. LTDA
PREDIAL E ADMINISTRADORA DE HOTEIS PLAZA S/A
PREVISE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
QUAKER ALIMENTOS S/A
REFINAÇÕES DE MILHO BRASIL LTDA
REFRIGERAÇÃO PARANÁ S/A
RENNER FINANCIADORA S/A
RHODIA S/A
RIO DE JANEIRO REFRESCOS S/A
R.T REPRESENTAÇÕES LTDA
S.A EDUCACIONAL POSITIVO
S.A INDÚSTRIAS VOTORANTIM
S.A MOINHOS RIOGRANDENSES - SAMRIS
S.A WHITE MARTINS
SAMARCO MINERAÇÃO S/A
SANBRA S/A
SANDVIK DO BRASIL S/A
SANTA LUCIA PROPAGANDA E EMPREENDIMENTOS LTDA
SELECTAS S/A
SERFINA S/A ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES
SERVENCO – SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONTINENTAL S/A
SERVOPAR S/A
SHARP S/A EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS
SHELL DO BRASIL S/A
SIDERÚRGICA GUAIRA S/A
SIDERÚRGICA RIOGRANDENSE S/A
SIEMENS S/A
SIMEIRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
SINDI – SISTEMA INTEGRADO DE DISTRIBUIÇÃO
SINOSCAR S/A
SLAVIERO HOTÉIS E TURISMO LTDA
SODIMEX – SUL LTDA

SOGENALDA LTDA
SSC&B LINTAS BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA
STANDARD, OGILVY/MATHER LTDA
SUL-AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
SUPERPESA CIA. DE TRANSPORTES ESPECIAIS E INTERMODAIS
SUSA S/A
TERRAMAR CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
TEXACO DO BRASIL S/A
TRANSESP – TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA
TREVO INVESTIMENTOS
TROMBINI S/A
TV GLOBO LTDA
UMUARAMA HOLDING
UNIBANCO ADM. CORR. DE SEGUROS
UNION CARBIDE DO BRASIL LTDA
UNISYS ELETRÔNICA LTDA
USIBA – USINA SIDERÚRGICA DA BAHIA S/A
VARIG S/A – VIAÇÃO AEREA RIOGRANDENSE
VASP S/A VIAÇÃO AEREA DE SÃO PAULO
VEPLAN HOTEIS E TURISMO S/A
VEROLME – ESTALEIROS REUNIDOS DO BRASIL S/A
VIAÇÃO AEREA DE SÃO PAULO
VIAÇÃO NOVA SUÍÇA LTDA
VISAGIS S/A
VITASUL ALIMENTOS S/A
VONPAR REFRESCOS S/A
VOUPAR COM. DE AUTOMÓVEIS LTDA
XEROX DO BRASIL S/A

Anexo II:

Relação de livros distribuídos pelo ILRS/Instituto Liberdade na execução do Projeto Biblioteca Aberta

FONTE: <https://web.archive.org/web/20101206023825/http://www.il-rs.org.br/site/info/projbiblio1.php>. Acesso em 20/01/19

> **Editora Ática**

1. RAWLS, John. O Liberalismo Político. – R\$: 44,00

> **Editora Bertrand Brasil**

2. COURTOIS, Stéphane et alii. O livro negro do comunismo. – R\$: 66,00

> **Editora Champagnat**

3. PAIM, Antonio. Fundamentos da moral moderna. R\$: 15,00

4. PAIM, Antonio. Modelos éticos. – R\$: 10,00

> **Editora Civilização Brasileira**

5. BERLIN, Isaiah. O sentido da realidade. – R\$: 63,00

> **Editora Companhia das Letras**

6. FONSECA, Eduardo Gianetti da. Felicidade. – R\$: 45,00

7. FONSECA, Eduardo Gianetti da. Vícios privados benefícios públicos? – R\$: 40,00

8. HOBBSAWM, Eric J. Era dos Extremos: o Breve Século XX: 1914 – 1991. – R\$: 48,00

9. HOBBSAWM, Eric J. O Novo Século. – R\$: 32,00

10. HOBBSAWM, Eric J. Sobre História. – R\$: 42,00

11. HOBBSAWM, Eric J. Tempos Interessantes: uma Vida no Século XX. – R\$: 47,00

> **Edipuc - RS**

12. GUERREIRO, Mário A. L. Ceticismo ou senso comum? – R\$: 20,00

13. GUERREIRO, Mário A. L. Igualdade ou liberdade? – R\$: 18,00

14. OLIVA, Alberto. Ciência e ideologia. – R\$: 18,00

15. OLIVA, Alberto. Ciência & Sociedade: do consenso à revolução. – R\$: 25,00

16. OLIVA, Alberto. Conhecimento e liberdade. – R\$: 18,00

17. PAIM, Antonio. Problemática do culturalismo. – R\$: 18,00

18. PEREIRA, Júlio César R. Epistemologia e liberalismo. – R\$: 15,00

19. PEREIRA, Júlio César R. Popper: as aventuras da racionalidade. – R\$: 12,00

20. ZANOTTI, Gabriel. Epistemologia da economia. – R\$: 12,00

> **Edusp**

21. ROSANVALLON, Pierre. O Liberalismo Econômico: História da Idéia de Mercado. – R\$: 29,00

> **É Realizações**

22. MERCADANTE, Paulo. A Coerência das Incertezas. – R\$: 50,00

> **Editora Exped**

23. LA TORRE, Armando de. Cem obras, mil anos. – R\$: 45,00

24. RAND, Ayn. Quem é John Galt? – R\$: 48,00

> **Editora Expressão e Cultura**

25. BARROS, Roque Spencer Maciel de. O Significado do Liberalismo Atual. – R\$: 10,00

26. PAIM, Antonio. Bases e características da cultura ocidental. – R\$: 26,00

27. PAIM, Antonio et alii. As grandes obras da política em seu contexto histórico. – R\$: 26,00

> **Editora Forense Universitária**

28. IÓRIO, Ubiratan. Economia e liberdade. – R\$: 42,00

> **Editora IBRASA**

29. MACEDO, Ubiratan Borges. Liberalismo e justiça social. – R\$: 31,00

30. MILL, John Stuart. O governo representativo. – R\$: 32,00

> **Editora Inconfidentes**

31. BICHIR, Antônio S. Antologia Liberal. – R\$: 17,00

32. FERREIRA, Oliveiros S. Perestroika - Da esperança a “nova pobreza”. – R\$: 12,00

33. FONSECA, Eduardo Giannetti da. Liberalismo X Pobreza. – R\$: 20,00

> **Editora IL**

34. ANDERSON, Terry L. & LEAL, Donald R. Ecologia de livre mercado. – R\$: 20,00

35. BASTIAT, Frédéric. A Lei. – R\$: 25,00

36. BUCHANAN, James M. Custo e Escolha-Uma indagação em teoria econômica. R\$: 14,00

37. BUTLER, Eamonn. A Contribuição de Hayek às idéias de nosso tempo. – R\$: 25,00

38. FENDT, Roberto & SHIMP, Robert J. Meio Ambiente e Rotulagem Ambiental. -R\$: 25,00

39. Frédéric Bastiat. – R\$: 50,00

40. GASSET, Ortega y. Meditação sobre a técnica. – R\$: 25,00
41. GUERREIRO, Mário A. L. Ética mínima para homens práticos. – R\$: 30,00
42. GWARTNEY, James D. & STROUP, Richard. O Que todos deveriam saber sobre economia e prosperidade. – R\$: 17,00
43. HAYEK, Friedrich A. Desestatização do dinheiro. – R\$: 25,00
44. HAYEK, Friedrich A. O Caminho da Servidão. – R\$: 25,00
45. JOHNSON, Paul. Tempos modernos. – R\$: 50,00
46. JOUVENEL, Bertrand de. A Ética da redistribuição. – R\$: 23,00
47. LAL, Deepak. A Pobreza das teorias desenvolvimentistas. – R\$: 25,00
48. LEME, Og F. A Ordem econômica. – R\$: 25,00
49. LEONI, Bruno. Liberdade e a Lei. – R\$: 17,00
50. MISES, Ludwig A. Mentalidade anticapitalista. – R\$: 30,00
51. MISES, Ludwig. Ação Humana. – R\$: 65,00
52. NORTH, Douglas C. Custos de transação, instituições e desempenho econômico. R\$:15,00
53. NOVAK, Michael. O Fogo da Invenção, o combustível do interesse: sobre a propriedade intelectual. – R\$: 17,00
54. OLIVA, Alberto. Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético. – R\$: 17,00
55. PENNA, J.O. de Meira. A Ideologia do século XX. – R\$: 25,00
56. PENNA, J.O. de Meira. Opção preferencial pela riqueza. – R\$: 17,00
57. Problemas sociais/soluções liberais. – R\$: 15,00
58. ROTHBARD, Murray N. Esquerda e direita. – R\$: 25,00
59. SELDON, Arthur. O Dilema da democracia. – R\$: 25,00
60. SORMAN, Guy. À Espera dos bárbaros. – R\$: 35,00
61. SORMAN, Guy. A Nova riqueza das nações. – R\$: 35,00
62. STEWART Jr, Donald. A Organização da sociedade segundo uma visão liberal. -R\$: 28,00
63. STEWART Jr, Donald. O Que é o liberalismo. – R\$: 28,00
64. STROUP, Richard L. & GOODMAN, John C. Ecologia inteligente. – R\$: 14,00
65. VELJANOVSKI, Cento. A Economia do direito e da lei. – R\$: 35,00
- > **Editora Imago**
66. JOHNSON, Paul. Os intelectuais. – R\$: 76,00
67. JOHNSON, Paul. História do cristianismo. – R\$: 87,00
68. JOHNSON, Paul. História do povo judeu. – R\$: 87,00
- > **Editora Itatiaia**
69. PAIM, Antonio. Evolução histórica do liberalismo. – R\$: 10,00
70. POPPER, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos. Volume 1. – R\$: 40,00
71. POPPER, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos. Volume 2. – R\$: 40,00
- > **Jorge Zahar Editor**
72. BARBOSA, Maria Lúcia Victor. O voto da pobreza e a pobreza do voto. – R\$: 16,00
73. DAHL, Robert. Um prefácio à democracia econômica. – R\$: 18,00
74. DAHL, Robert. Um prefácio à teoria democrática. – R\$: 19,00
75. DAHRENDORF, Ralf. O conflito social moderno. – R\$: 26,00
76. DAHRENDORF, Ralf. Reflexões sobre a revolução na Europa. – R\$: 10,00
77. ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. – R\$: 27,00
78. ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Vol.I: Uma história dos costumes. – R\$: 65,00
79. ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Vol.II: Formação do estado e civilização. -R\$:65,00
80. NOZICK, Robert. Anarquia, estado e utopia. – R\$: 45,00
81. STIGLER, George. O intelectual e o mercado. – R\$: 15,00
- > **Editora Mandarin**
82. GRONDONA, Mariano. Os pensadores da liberdade. – R\$: 27,00
83. PAIM, Antonio. História do liberalismo brasileiro. – R\$: 32,00
84. VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. A democracia liberal segundo Alexis de Tocqueville. R\$:21,00
- > **Editora Martins Fontes**
85. ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. – R\$: 58,00
86. BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. – R\$: 21,00
87. BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. 3v. - Vol I: As estruturas do cotidiano. – R\$: 55,00
88. BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. 3v. - Vol. II: Os jogos das trocas. – R\$: 55,00
89. BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. 3v. - Vol. III: O tempo do mundo. – R\$: 55,00
90. BRAUDEL, Fernand. Gramática das civilizações. – R\$: 76,00
91. BRAUDEL, Fernand. Os homens e a herança no Mediterrâneo. – R\$: 19,00

92. BRAUDEL, Fernand. Reflexões sobre a história. – R\$: 42,00
93. CASSIRER, Ernest. Ensaio sobre o homem. – R\$: 37,00
94. COULANGES, Fustel de. A cidade antiga. – R\$: 47,00
95. DURKHEIM, Émile. Da divisão social do trabalho. – R\$: 35,00
96. GOYARD-FABRE, Simone. Os princípios filosóficos do direito político moderno. – R\$: 42,00
97. HARE, R. M. A linguagem da moral. – R\$: 35,00
98. HILL, Christopher. As origens intelectuais da revolução inglesa. – R\$: 42,00
99. HOBBS, Thomas. Do cidadão. – R\$: 40,00
100. HOBBS, Thomas. Leviatã. – R\$: 40,00
101. KANT, Immanuel. Crítica da razão prática. – R\$: 32,00
102. KOLM, Serge-Christophe. Teorias modernas da justiça. – R\$: 50,00
103. LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo. – R\$: 53,00
104. MILL, John Stuart. A liberdade / Utilitarismo. – R\$: 37,00
105. MILTON, John. Escritos políticos. – R\$: 25,00
106. ORTEGA Y GASSET, José. A rebelião das massas. – R\$: 30,00
107. SMITH, Adam. Teoria dos sentimentos morais. – R\$: 45,00
108. TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. 2v. - Vol I: Leis e costumes. – R\$: 45,00
109. TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. 2v. - Vol. II: Sentimentos e opiniões. – R\$: 45,00
110. VERRI, Pietro. Observações sobre a tortura. – R\$: 19,00
111. VOLTAIRE. Cândido. – R\$: 18,00
112. VOLTAIRE. Comentários políticos. – R\$: 25,00
113. VOLTAIRE. O filósofo ignorante. – R\$: 24,00
114. VOLTAIRE. Tratado sobre a tolerância. – R\$: 27,00
- > **Editora Mercado Aberto**
115. POWER, Timothy J. A Social Democracia no Brasil e no Mundo. – R\$: 25,00
116. TAVARES, José Antônio Giusti. Reforma Política e Retrocesso Democrático. – R\$: 30,00
- > **Editora Paz e Terra**
117. HOBBSAWM, Eric J. A Era do Capital: 1848 – 1875. – R\$: 35,00
118. HOBBSAWM, Eric J. A Era dos Impérios: 1875-1914. – R\$: 42,00
119. HOBBSAWM, Eric J. Nações e Nacionalismo Desde 1780. – R\$: 25,00
120. HOBBSAWM, Eric J. A Era das Revoluções: Europa 1789 – 1848. – R\$: 37,00
121. HOBBSAWM, Eric J. & RANGER, Terence. A Invenção das Tradições. – R\$: 35,00
122. HOBBSAWM, Eric J. Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre a História Operária. – R\$: 38,00
123. MICHALET, Charles-Albert. O Capitalismo Mundial. – R\$: 29,00
124. VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. – R\$: 32,00
- > **Editora Pontes**
125. TEIXEIRA, Francisco Jose Soares. Economia e Filosofia no Pensamento Político Moderno. – R\$: 36,00
- > **Editora Record**
126. DE SOTO, Hernando. O mistério do capital. – R\$: 32,00
127. DURANT, Will. História da filosofia. – R\$: 40,00
128. FRIEDMAN, Milton. Episódios da história monetária. – R\$: 30,00
129. NÓICA, Constantin. As seis doenças do espírito contemporâneo. – R\$: 36,00
130. PIPES, Richard. História concisa da revolução russa. – R\$: 58,00
131. PIPES, Richard. Propriedade e liberdade. – R\$: 52,00
132. VICO, Giambattista. A ciência nova. – R\$: 63,00
- > **Editora Revan**
133. GUIMARÃES, Lucia Bastos Paschoal & PRADO, Maria Emilia. O Liberalismo no Brasil Imperial: Origens, Conceitos e Prática. – R\$: 24,00
- > **Senac editora**
134. GORDON, Lincoln. A Segunda Chance do Brasil. – R\$: 49,00
135. OLIVA, Alberto. A Solidão da Cidadania. – R\$: 45,00
- > **Topbooks**
136. CARVALHO, Olavo. Aristóteles em nova perspectiva. – R\$: 24,00
137. MEIRA PENNA, José Osvaldo de. Em berço esplêndido. – R\$: 44,00
138. PEYREFITTE, Alain. A sociedade de confiança. – R\$: 48,00
- > **UFMG**
139. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro. – R\$: 31,00

> **UnB**

140. BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de política. – R\$: 82,00
141. CRESPIGNY, Antony de & MINOGUE, K.R. Filosofia Política Contemporânea. – R\$: 30,00
142. TOCQUEVILLE, Alexis de. O antigo regime e a revolução. – R\$: 21,00

> **UNESP**

143. BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda. – R\$: 22,00
144. BOBBIO, Norberto. Elogio da serenidade. – R\$: 24,00
145. HUME, David. Introdução ao entendimento humano. – R\$: 27,00
146. HUME, David. Tratado da natureza humana. – R\$: 60,00
147. O'HEAR, Anthony. Karl Popper. – R\$: 35,00
148. SKINER, Quentin. A liberdade antes do liberalismo. – R\$: 18,00

> **UNICAMP**

149. ALBERDI, Juan Bautista. Fundamentos da organização política da Argentina. – R\$: 21,00
150. CASSIRER, Ernest. A filosofia do Iluminismo. – R\$: 37,00
151. CONDILLAC, Étienne de. Tratado das sensações. – R\$: 18,00
152. CONDORCET. Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano. – R\$: 16,00
153. D'ALEMBERT. Ensaio sobre os elementos da filosofia. – R\$: 16,00
154. HUME, David. Uma investigação sobre os princípios da moral. – R\$: 23,00
155. FONTENELLE. Diálogos sobre a pluralidade dos mundos. – R\$: 15,00

> **UviverCidade**

156. MEIRA PENNA, José Osvaldo de. O espírito das revoluções. – R\$: 35,00
157. MEIRA PENNA, José Osvaldo de. Da moral em economia. – R\$: 30,00

> **Editora Villa Rica**

158. BARRETO, Vicente. Evolução do Pensamento Político Brasileiro. – R\$: 36,00

> **Editora Vozes**

159. BORDIEU, P. Miséria do Mundo. – R\$: 65,00
160. DUSSEL, E. Ética da Libertação. – R\$: 61,00
161. EGÍDIO ROMANO. Sobre o poder eclesiástico. – R\$: 19,00
162. ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. – R\$: 20,00
163. GUILERME DE OCKHAM. Brevilóquio sobre o principado tirânico. – R\$: 17,00
164. JOÃO QUIDORT. Sobre o poder régio e papal. – R\$: 12,00
165. LAITANO, G.C. Essa coisa chamada Justiça. – R\$: 33,00
166. LOCKE, John. Segundo Tratado sobre Governo Civil. – R\$: 38,00
167. MANDELEY, S. Comércio da Fome. – R\$: 27,00
168. MARTINS, J.S. Sociedade vista do Abismo. – R\$: 24,00
169. MASÍLIO DE PÁDUA. O defensor da paz. – R\$: 67,00
170. MASÍLIO DE PÁDUA. O defensor menor. – R\$: 14,00
171. NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. – R\$: 20,00
172. PAINE, Thomas. Os direitos do homem. – R\$: 18,00
173. OLIVEIRA, M. Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea. – R\$: 29,00
174. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre Economia Política e Contrato Social. - R\$: 27,00
175. SARMIENTO, Domingo Faustino. Facundo: Civilização e Barbárie. – R\$: 35,00
176. SOREL, Georges. Reflexões sobre a Violência. – R\$: 39,00
177. TOMÁS DE AQUINO. Escritos políticos. – R\$: 18,00
178. TUGENDHOT, E. Lições sobre Ética. – R\$: 41,00
179. TUGENDHOT, E. O que é a Democracia. – R\$: 29,00
180. WALLERSTEIN, Immanuel. Após o Liberalismo: em Busca da Reconstrução do Mundo. – R\$: 30,00

Valor Total dos Livros: R\$ 5.932,00

Média (180 livros): R\$ 32,95

Anexo III

Relação de cidades e bibliotecas contempladas pelo Projeto Biblioteca Aberta

FONTE: <https://web.archive.org/web/20101206023825/http://www.il-rs.org.br/site/info/projbiblio1.php>. Acesso em 20/01/19

	Cidade	População	Biblioteca
01	Alegrete	84.680	Bib. Púb. Mun. no Arquivo Histórico de Alegrete
02	Alvorada	188.553	Bib. Púb. Mun. Luís Fernando Verissimo
03	Bagé	115.650	Biblioteca Pública Municipal Dr. Otávio Santos
04	Bento Gonçalves	90.564	Bib. Púb. Mun. Castro Alves
05	Cachoeira do Sul	87.834	Bib. Púb. Mun. Dr. João Minssen
06	Cachoeirinha	109.526	Bib. Púb. Mun. Monteiro Lobato
07	Camaquã	60.887	Bib. Púb. Mun. Oswaldo Lessa da Rosa
08	Campo Bom	54.643	Bib. Púb. Mun. Dr. Liberato
09	Canoas	309.788	Bib. Púb. Mun. João Palma da Silva
10	Carazinho	58.161	Bib. Púb. Mun. Dr. Guilherme Schultz Filho
11	Caxias do Sul	367.185	Bib. Púb. Mun. Dr. Demétrio Niederauer
12	Cruz Alta	67.522	Bib. Púb. Mun. Josino dos Santos Lima
13	Erechim	89.215	Bib. Púb. Mun. Dr. Gladstone Osório Mársico
14	Esteio	80.930	Bib. Púb. Mun. Rui Barbosa
15	Farroupilha	56.206	Bib. Pub. Mun. Olavo Bilac
16	Gravataí	238.035	Bib. Púb. Mun. Monteiro Lobato
17	Guaíba	95.823	Bib. Púb. Mun. Darcy Azambuja
18	Ijuí	76.128	Bib. Comunitária SESC/Prefeitura Municipal
19	Itaqui	40.047	Bib. Púb. Mun. Dr. Ludgero Manenco Pinto
20	Lajeado	60.857	Bib. Púb. Mun. João Frederico Schaan
21	Novo Hamburgo	238.774	Bib. Púb. Mun. Machado de Assis
22	Parobé	46.132	Biblioteca Pública Municipal
23	Passo Fundo	171.013	Bib. Púb. Mun. Arno Viuniski
24	Pelotas	323.834	Bib. Púb. Mun. Pelotense
25	Porto Alegre	1.371.082	Biblioteca Pública do Estado - BPE
26	Porto Alegre		Bib. Púb. Mun. Érico Veríssimo
27	Porto Alegre		Bib. Pub. Municipal Lígia B. Meurer
28	Porto Alegre		Bib. Púb. Mun. Josué Guimarães
29	Rio Grande	187.834	Bib. Púb. Mun.
30	Rosário do Sul	41.048	Bib. Púb. Mun. Dr. Verneldo Horbe
31	Santa Cruz do Sul	109.117	Bib. Púb. Mun. Prof. ^a Elisa Gil Borowski
32	Santa Maria	246.681	Bib. Púb. Mun. Henrique Bastide
33	Santa Rosa	65.520	Bib. Pub. Mun. Olavo Bilac
34	Santo Ângelo	77.015	Bib. Púb. Mun. Policarpo Gay
35	São Borja	65.115	Bib. Museu e Arquivo Histórico Municipal
36	São Gabriel	60.227	Bib. Púb. Mun. Prof. ^a . Ambrosina Spencer
37	São Leopoldo	196.267	Biblioteca Pública Municipal

38	São Lourenço do Sul	43.880	Bib. Púb. Mun. Mal. Humberto de A. Castelo Branco
39	Sapiranga	70.581	Bib. Púb. Mun. Prefeito Edwin Kuwer
40	Sapuçaia do Sul	124.627	Bib. Púb. Mun. Euclides da Cunha
41	Taquara	53.779	Biblioteca Pública Municipal
42	Uruguaiana	128.151	Centro Cultural Dr. Pedro Marini
43	Vacaria	57.896	Bib. Púb. Mun. Theobaldo Paim Borges
44	Venâncio Aires	62.051	Biblioteca Pública Municipal
45	Viamão	232.457	Bib. Pub. Mun. de Viamão

Instituições Sócio-Culturais

05 “módulos” para o Serviço Social da Indústria – SESI RS

05 “módulos” para o Serviço Social do Comércio – SESC RS

10 “módulos” para a UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Universidades e Faculdades

01 - Unilasalle - Universidade La Salle (Canoas-RS)

02 - Faccat - Faculdades de Taquara

03 - Fapa - Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras

04 - Feevale - Federação de Estabelecimentos de Ensino de Novo Hamburgo

05 - Furg - Fundação Universidade Federal do Rio Grande

06 - Ucpel - Universidade Católica de Pelotas

07 - UCS - Universidade de Caxias do Sul

08 - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

09 - Unicruz - Universidade de Cruz Alta

10 - Unijui - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

11 - Unisc - Universidade de Santa Cruz do Sul

12 - Univates - Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (Lajeado-RS)

13 - UPF - Universidade de Passo Fundo

14 - Urcamp - Universidade da Região da Campanha

15 - URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões

TOTAL: 80 módulos distribuídos em 80 bibliotecas.

Total x módulos (80): R\$ 400.144,00

Total soma de livros (145): R\$ 5.001,80

Média (145): R\$ 34,50

Anexo IV

Relação dos Palestrantes do Fórum da Liberdade de 1988 a 2000

Fonte: <http://forumdaliberdade.com.br/i-ao-xx/>. Acesso em: 21/01/2019

I Fórum da Liberdade – “Questões Políticas, Econômicas e Sociais do Brasil”

14 de abril de 1988

Palestrantes:

Roberto Campos – Senador da República

Donald Stewart Júnior – Diretor-presidente da Ecisa Engenharia/Diretor-presidente do Instituto Liberal do Rio de Janeiro

Roberto Bornhausen – Presidente do Unibanco e Presidente do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo

Amaury Temporal – Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil

César Rogério Valente – Presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul – Federasul

Manoel Francisco do Nascimento Brito – Presidente do Sistema Jornal do Brasil

Jorge Wilson Simeira Jacob – Presidente do Grupo Fenícia/Presidente do Instituto Liberal de São Paulo

Henry Maksoud – Diretor-presidente do Grupo Visão

Fernando Collor de Mello – Ex-presidente do Brasil e governador do estado de Alagoas

Luiz Antônio Medeiros – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

Flávio Antônio Corrêa – Presidente das Empresas Ogily&Mather

Jorge Gerdau Johannpeter – Diretor-presidente do Grupo Gerdau/Presidente da Associação das Siderúrgicas Privadas – ASP

Presidente IEE: Carlos de Freitas e Castro Smith

Vice-presidente: Renato Malcon

Diretores: Carlos Biedermann; Luiz F. Girardi Feijó; Roberto André Dreifuss

II Fórum da Liberdade – “As Propostas dos Candidatos à Sucessão Presidencial no Brasil”

04 de abril de 1989

Palestrantes:

Ronaldo Caiado – Presidente da União Democrática Ruralista e candidato a Presidente pelo Partido Democrata Cristão/PDC

Henry Maksoud – Diretor-presidente do Grupo Visão

Paulo Rabello de Castro – Economista da Fundação Getúlio Vargas

Luiz Inácio Lula da Silva – Candidato a Presidente pelo Partido dos Trabalhadores – PT

Mário Covas – Candidato a Presidente pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

Luiz Carlos Mandelli – Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS

José Wilson Simeira Jacob – Presidente do Instituto Liberal de São Paulo

Leonel de Moura Brizola – Candidato a Presidente pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT

Roberto Freire – Candidato a Presidente pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB

Jorge Gerdau Johannpeter – Diretor-presidente do Grupo Gerdau/Presidente do Conselho dos Institutos Liberais Donald Stewart Júnior/Presidente do Instituto Liberal do Rio de Janeiro

Presidente IEE: Carlos Biedermann

Vice-presidente: Flávio Sarmento Leite do Couto e Silva

Diretores: Leônidas Zelmanovitz; Ricardo L. Portella Nunes; Roberto André Dreifuss; Tomas A. Kisslinger

III Fórum da Liberdade – “A Busca da Modernidade. O Desafio Latino-Americano.”

08 de maio de 1990

Palestrantes:

Alvaro Alsogaray – Ministro do Governo Menem – Argentina

José Eduardo Andrade Vieira – Presidente do Banco Bamerindus

Jorge Batle – Senador Uruguai

César Rogério Valente – Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil

Armando De La Torre – Filósofo (Guatemala)

Hernan Büchi – Ex-Ministro da Economia (Chile)

Henry Maksoud – Diretor Presidente do Grupo Visão

Jorge Gerdau Johannpeter – Diretor-presidente do Grupo Gerdau

Henrique Gherzi – Deputado Federal (Peru)
Ozires Silva – Ministro da Infra-Estrutura
Geraldo J. Gardenalli – Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia
Alberto Benegas Lynch – Economista (Argentina)
Luiz Carlos Mandelli – Presidente da FIERGS
Paulo Guedes – Economista do IBMEC

Presidente IEE: Eduardo França de Araújo Santos
Vice-presidente: Paulo Afonso Girardi Feijó
Diretores: André Loiferman; João V. de Macedo Júnior; Kléber de Oliveira Boelter; Peter Wilms

IV Fórum da Liberdade – “Os Caminhos para a Próxima Década. As Soluções Liberais e Sociais-Democrata”

16 de abril de 1991

Palestrantes:

Hélio Jaguaribe – Cientista Político
Emílio Pacheco – Filósofo (USA)
Miguel Reale Jr. – Advogado e jurista
Ives Gandra Martins – Advogado e jurista
Donald Stewart Jr. – Presidente do Conselho Nacional de Institutos Liberais
Edmar Bacha – Economista
Paulo Rabello de Castro – Economista
José Fogaca – Advogado e senador da República
Armando De La Torre – Filósofo (Guatemala)
Roberto Salinas – Filósofo (México)
André Lara Resende – Economista
Paulo Guedes – Economista
Carlos Estevão Martins – Ex-secretário de Educação do Estado de São Paulo

Presidente IEE: André Loiferman
Vice-presidente: Rodrigo Vontobel
Diretores: Artur G. Gomes Ferreira; Daniel Tevah; Eduardo Estima; Margaret Tse

V Fórum da Liberdade – “Estado ou Mercado: Quem Melhor Defende a Ecologia”

19 de maio de 1992

Palestrantes:

Richard Stroup – PhD em Economia pela Universidade de Washington
Terry Anderson – PhD em Economia pela Universidade de Washington
Magda Renner – Membro dos Anjos da Terra Internacional
Moacir Shroeder – Supervisor do IBAMA
José Luiz Carvalho – PhD em Economia pela Universidade de Chicago
Jo Ann Kwong – PhD em Administração de Recursos Humanos pela Universidade de Michigan
Fernando Gabeira – Jornalista e Membro Fundador do Partido Verde
Omar Carneiro da Cunha – Presidente da Shell do Brasil
Herbert Levy – Diretor do Jornal Gazeta Mercantil
Walter Block – PhD em Administração pela Columbia University
Rui de Góes – Diretor do *Greenpeace*
Júlio Cesar Mesquita – Diretor do Jornal “O Estado de São Paulo”
Gilberto Mestrinho – Governador do Estado do Amazonas
Mediador: Augusto Nunes – Jornalista

Presidente IEE: Daniel Tevah
Vice-presidente: João Paulo Dias
Diretores: Jacob Milman; Maria R. Fürst de Souza; Ricardo Alexandre Wagner; Ricardo Boelter

VI Fórum da Liberdade – “O Desafio da Reforma Constitucional”

13 de abril de 1993

Palestrantes:

Richard Epstein – Professor de Direito da Universidade de Chicago
Ives Gandra Martins – Advogado Tributarista
Nelson Jobim – Deputado Federal/PMDB
Roberto Campos – Deputado Federal/PDS

James Buchanan – Professor da George Mason University; Prêmio Nobel de Economia (de 1986)
Paulo Rabello de Castro – Economista, professor da Fundação Getúlio Vargas
Aloísio Mercadante – Deputado Federal/PT
Douglas Guinsburg – Juiz da Corte de Apelações de Washington/EUA
José Paulo Bisol – Senador da República pelo PSB
Henry Maksoud – Presidente do Grupo Hidroservice

Presidente IEE: André Burger

Vice-presidente: Marcelo Mueller Martinez

Diretores: Ernesto Ary Neugebauer; Roy Warncke Ashton; Paulo José Kolberg Bing; Wilson Ling

VII Fórum da Liberdade – “A Educação em Crise”

22 de março de 1994

Palestrantes:

Juan Bendfeldt – Diretor do Centro de Estudos Econômicos e Sociais (Guatemala)

Marco A. Garcia – Coordenador do programa de governo do Partido dos Trabalhadores

Paulo Maluf – Engenheiro civil e candidato à Presidência da República pelo PPR

Jacob Hornberger – Presidente da Fundação Para o Futuro da Liberdade – USA

Gary Becker – Prêmio de Economia (1992)

Paulo Rabello de Castro – Economista e professor da Fundação Getúlio Vargas

Leandro Canto – Presidente do Instituto “La Pallosa para El Estudio de Acción Pública” (Venezuela)

Leonel de Moura Brizola – Candidato à Presidência da República pelo PDT

Presidente IEE: Roy Warnck Ashton

Vice-presidente: Paulo Afonso Girardi Feijó

Diretores: Aureo Zanotta Villagra; Carlos R. de A. Santos; Carlos Fernando Souto; Victor Hugo Silveira Boff

VIII Fórum da Liberdade – “Globalização e Livre Comércio Internacional”

28 de março de 1995

Palestrantes:

Mário Vargas Llosa – Escritor e doutor *honoris causa* em várias das mais importantes universidades da Europa e dos EUA

Israel Kirzner – PhD em Economia pela New York University e principal representante vivo da Escola Austríaca de Teoria Econômica

Zheng Hongye – *Chairman* do Conselho de Promoção de Comércio Internacional da China, com *status* de Ministro de Estado

Paulo Renato Souza – Economista, ministro da Educação, ex-Reitor da Unicamp e ex-Diretor de Investimentos do Bird

Eduardo Mascarenhas – Psicanalista, deputado federal e autor de vários livros

Roberto Campos – Economista, deputado federal, ex-ministro do Planejamento, ex-Embaixador em Londres e em Washington e diplomata de carreira

Donald Stewart Jr. – Empresário, criador do Instituto Liberal e autor do Livro “O que é Liberalismo”

Paulo Francis – Jornalista, filósofo, diretor de teatro, pós-graduado em literatura pela Columbia University

Mediador: **Eduardo Gianetti da Fonseca** – Professor, PhD em Economia pela Universidade de Cambridge

Presidente IEE: Carlos Fernando Souto

Vice-presidente: Péricles Pereira Druck

Diretores: André Luis N. Silveiro; Felipe R. Araújo Santos; Jorge Antônio Dib; Júlio Fortini de Souza

IX Fórum da Liberdade – “Desafio Brasileiro: Custo Brasil”

26 de março de 1996

Palestrantes:

Emílio Odebrecht – Advogado Tributarista

José Alexandre Scheinkman – Chefe do Departamento de Economia da Universidade de Chicago

Lawrence W. Reed – Presidente da “The Mackinac Center For Public Policy”

Paulo Guedes – Economista, diretor do Banco Pactual

Paulo Rabello de Castro – Economista, professor da Fundação Getúlio Vargas
Walter de Góes – Cientista político
Mediador: **Lucas Mendes** – Jornalista

Presidente IEE: Jorge Antônio Dib
Vice-presidente: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter
Diretores: Claudio Spalter; Júlio Fortini de Souza; Marcelo Müller; Roberto G. Ochman

X Fórum da Liberdade – “O Desafio de um mundo sem empregos”
18 de março de 1997

Palestrantes:

Ruth Richardson – Ex-ministra da Economia da Nova Zelândia
Almir Pazzianotto – Ministro do Tribunal Superior do Trabalho
James Heckman – Especialista em Economia do Trabalho e professor na Universidade de Chicago
Jorge Gerdau Johannpeter – Diretor-presidente do Grupo Gerdau
Carlos Alberto Montaner – Mestre pela Universidade de Miami e estudos de doutorado na Universidade de Madrid
Deepak Kumar Lal – Economista, professor da Universidade da Califórnia; consultor do Banco Mundial e diretor do Centro de Estudos Políticos de Londres
Roberto Campos – Deputado Federal.
Mediador: **Arnaldo Jabor** – Jornalista

Presidente IEE: Júlio Fortini de Souza
Vice-presidente: Luciano Mandelli
Diretores: Eduardo Cozza Magrisso; Felipe Sampaio Goron; Pedro A. Tedesco Silber; Ricardo Borges Ranzolin

XI Fórum da Liberdade – “Os Limites do Poder, Poder e sociedades”
25 de março de 1998

Palestrantes:

Jirí Kinkor – Economista da República Checa
Manoel Gonçalves Ferreira Filho – Doutor em Direito Constitucional e Ciências Políticas pela Universidade de Paris e professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Alexandre Barros – Fundador e presidente de Early Warning: Oportunidade e Risco Político e Relações Governamentais
Walter Williams – Professor de Economia e diretor geral de Microeconomia na Universidade George Mason
Alberto Benegas Lynch Jr.; diretor geral da Escola Superior de Economia e Administração de Empresas (ESEADE), Argentina
Mediador: **Matinas Susuki Jr.** – Jornalista

Presidente IEE: Pedro Alberto Tedesco Silber
Vice-presidente: Felipe Sampaio Goron
Diretores: André L. Kaercher Piccoli; George Lippert Neto; Dannie Dubin Klaus Wietzke Brodbeck

XII Fórum da Liberdade – 1999. E agora, Brasil? Caminhos para o desenvolvimento.
25 de março de 1998

Palestrantes:

Paulo Renato de Souza – Ministro da Educação
Robert Barro – Colunista da *Business Week* e vice-presidente da *American Economic Association*
Roberto Campos – Deputado federal do Rio de Janeiro, doutor *honoris causa* pela Universidade de Nova Iorque
Roberto Freire – Senador da República
José Alexandre Sheinkman – Consultor do Instituto McKinsey, consultor financeiro de diversas instituições, professor de Economia da Universidade de Chicago
Jorge Gerdau Johannpeter – Presidente do Grupo Gerdau
Aloízio Mercadante Oliva – Deputado federal
Emilio Pacheco Rodriguez – Vinculado ao *Liberty Fund*, mestre em História pela Universidade de Sussex e doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Oxford

Paulo Rabello de Castro – Economista, professor e consultor de empresas; mestre e doutor pela Universidade de Chicago

Eduardo Marty – Membro do conselho de administração e diretor geral da *Junior Achievement Argentina*

Mediadora: **Miriam Leitão** – Jornalista, colunista do jornal *O Globo*, comentarista e editora sênior da TV Globo e comentarista da Rádio CBN

Presidente IEE: Felipe Sampaio Goron

Vice-presidente: Klaus Wietzke Brodbeck

Diretores: Ruwin Libermann; Arthur Chagas Gerdau Johannpeter; Sergio Grinberg Lewin; Rodrigo da Silva Gazen

Anexo V - Relação das principais publicações do Instituto Liberal¹⁷²

Série Conferências do IL

Fonte: *Série Conferências do IL* (ILRJ, vários números); GROS (2003)

Nº	Autores	Títulos	Ano
1	Guy Sorman	A Solução Liberal	1985
2	Enrique Gherzi	Lições de uma Economia Informal: O Caso Peruano	1986
3	Arturo Fontaine Talavera	Ninguém há de me obrigar a ser feliz à sua maneira	1986
4	Armando de la Torre	Os Fundamentos do Liberalismo	1986
5	José Guilherme Merquior	Algumas Reflexões sobre os Liberalismos Contemporâneos	1986
6	Donald Stewart Jr.	A Concorrência e a Livre Iniciativa	1987
7	Og Francisco Leme	Processo Social e Liberalismo	1988
8	Og Francisco Leme	A Constituição e a Empresa	1988
9	José Piñera	Experiência Econômica no Chile	1989
10	Og Francisco Leme	Sistemas Econômicos Comparados	1992
11	Donald Stewart Jr.	Correntes do Pensamento Econômico	1992
12	Bernard H. Siegan	Proteção Constitucional aos Direitos Econômicos e de Propriedade	1992
13	Walter E. Williams	O Papel do Estado nas Sociedades Livres	1993
14	Václav Klaus	Os Dez Mandamentos da Reforma Sistêmica	1994
15	Paul Johnson	Comunicação e Ética	1994
16	Karl R. Popper	O Caminho comunista para auto-escravidão	1994
17	Václav Klaus	Transição sistêmica: a mistura de intenções e espontaneidade	1994
18	Sthepen Littlechild	Privatização e regulamentação da indústria elétrica do Reino Unido	1995
19	R. M. Hartwell	A educação de um liberal	1995
20	Omar Carneiro da Cunha	O clima de investimentos no Brasil a uma perspectiva do setor privado	1994
21	Bruno Frey	Política econômica democrática?	1995
22	José L. Carvalho	O mercado: a mão invisível da solidariedade	1996
23	Hildebrando Góes Filho	Formas alternativas de associação na execução de políticas de saneamento	1996
24	Walter E. Williams	Em defesa do livre mercado: moralidade x eficiência	1996
25	Gen. Ulisses P. Lannes	A Revolução de 31 de Março de 1964	1997

Série Notas. Avaliação de projetos de Lei

Fonte: *Série Notas* (ILRJ, vários números); GROS (2003)

Nº	Títulos	Ano
1	A Constituição Brasileira e o Estado de Direito/Educação - Medida Provisória 207	1990
2	Demissão sem justa causa	1990
3	Uma nova lei da usura?	1990
4	O direito de greve	1990
5	O quinquênio dos pacotes	1991
6	Abuso do poder econômico	1991
7	Constituição, lei e salário	1991
8	Previdência Social	1991
9	Juízo arbitral e concessão de serviços públicos	1991
10	A Lei do inquilinato	1991
11	Lei de diretrizes e bases da educação nacional	1991
12	Propostas de Emendas Constitucionais	1991
13	Mercosul	1991
14	Modernização dos portos brasileiros	1991
15	Uma proposta de agenda	1992
16	Capital estrangeiro	1992
17	Programa de garantia de renda mínima: o fim da pobreza?	1992
18	O setor automotivo: Uma proposta cartorial	1992
19	Estatuto ou convenção da cidade?	1992
20	Reforma Fiscal I	1992
21	Reforma Fiscal II	1992

¹⁷² Além de Notas, Conferências do IL e Idéias Liberais existem outras séries produzidas pelo Instituto Liberal, além livros e revistas editadas pelo TT.

22	Combate à pobreza	1993
23	Combate à pobreza brasileira	1993
24	O que é o Mercosul?	1993
25	A Revisão Constitucional	1993
26	Lei de patentes	1993
27	Depois do plebiscito	1993
28	Rito sumário de desapropriação	1993
29	Concessão de serviços públicos	1993
30	Privatização no mundo	1993
31	Privatização no Brasil	1993
32	Energia elétrica	1993
33	Combate à inflação – O Plano FHC	1993
34	Sistema Financeiro Nacional	1994
35	O monopólio da Petrobras	1994
36	Mineração	1994
37	Os fundos de pensão	1994
38	Petróleo na Argentina (Edição especial)	1994
39	Telecomunicações	1994
40	A legislação antitruste no Brasil	1994
41	A política monetária e cambial do Plano Real	1994
42	A conta da energia nuclear	1994
43	Concessão de Serviços Públicos	1994
44	O orçamento da União e a Constituição de 1988	1994
45	O orçamento geral da União – A mensagem e a LDO	1994
46	Previdência Social	1995
47	SINTREL – Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica	1995
48	Orçamento: déficit e subsídios	1995
49	O Plano Real e as Reformas Constitucionais	1995
50	A política industrial para o setor automotivo	1995
51	Reestruturação do setor elétrico	1995
52	Desindexação da Economia	1995
53	Lei de Diretrizes e Bases	1995
54	PROER – A MP das fusões bancárias	1995
55	Plano plurianual para 1996-1999	1995
56	Reforma tributária	1995
57	Reforma Administrativa	1995
58	Contrato de trabalho por prazo determinado	1996
59	ANEEL - novo DNAEE	1996
60	Telefonia celular	1996
61	Medida provisória sobre salário mínimo e previdência social	1996
62	Imposto sobre circulação de mercadorias	1996
63	Projeto de lei Agência Nacional de Petróleo	1996
64	Medidas de contenção de despesas	1996
65	Telecomunicações - o órgão regulador	1996
66	Custos de Transação: Justiça do Trabalho	1997
67	Anteprojeto de Nova Lei de Licitações	1997
68	A propriedade intelectual	1997
69	Balanço social	1997
70	Projeto de Lei Orçamentária para 1999	1998
71	Programa de Estabilidade Fiscal	1999
72	A Questão Federativa	1999
73	Lei de Responsabilidade Fiscal	1999
74	Disposição de Resíduos Sólidos	1999
75	Auto-Serviço	1999
76	As Reformas e o Tamanho do Estado	1999
77	Salário Mínimo	2000
78	Reforma Tributária	2000
79	A Reforma da Lei das Sociedades Anônimas	2000
80	Orçamento da União para 2001	2000
81	A Lei Complementar nº 105: a Onipotência Esta tal e os Direitos da Cidadania	2001

82	FGTS	2001
83	Crise Energética Brasileira	2001
84	Minirreforma Tributária de 2001	2001
85	Subversão da Ordem Jurídica	2001

Série *Idéias Liberais*

Fonte: Série *Idéias Liberais* (ILSP, vários números); (GROS, 2003)

Nº	Título	Autor (s)	Ano
1	Ibn Khaldun (1332-1406)	Sem autoria	1993
2	Tudo Tem seu Preço	Jacy de Souza Mendonça	1993
3	Diretrizes para uma Revisão Constitucional	Sem autoria	1994
4	A Missão dos Institutos Liberais no Brasil	Roberto Konder	1994
5	O Liberalismo sem Adjetivos	Ubiratan J. Iorio de	1994
6	O Brasil de 1994 e você	Rafael J. M.	1994
7	Os Desafios do Século XXI	Margareth Thatcher	1994
8	Os Liberais Estão Ativos	Antônio Paim	1994
9	O Mercado como Processo: Abordagem Austríaca	Fernando Zanella	1994
10	O Estágio Atual da Relação do Trabalho no Brasil	Geraldo Aguiar de Brito	1994
11	Cidadania e Recursos Públicos	Silvia G. B. C. Franco	1994
12	Quem Tem Medo do Liberalismo	Eduardo Gianetti da	1994
13	Mudança Sistêmica: Mistura Delicada de Intenções	Vaclav Klaus	1994
14	O Estado e a Habitação	Donald Stewart Jr.	1994
15	Teoria Austríaca: Ciclos Econômicos	Margarida M. T. Rocha	1994
16	O Leviatã Bem-Temperado	Cláudio Vouga	1994
17	Os 10 Pilares da Sabedoria Econômica	Clark e Rimonoczy	1994
18	A Evolução dos Valores e a Economia de Mercado	Stefane Garelli	1994
19	Karl Popper 1902-1994	Angelo Petroni	1994
20	Karl Popper e o liberalismo (II parte)	Hernan F. Bustamante	1994
21	A Engenharia e a Evolução Recente da Economia no	Herman H. Wever	1994
22	A Cultura da Liberdade	Mario Vargas Llosa	1994
23	James Buchanan: Teoria Escolha Pública e o Brasil	Jorge Viana Monteiro	1994
24	Sem Produzir Riqueza Não se Acaba com a Pobreza	Jose J. Salcedo	1994
25	Por que a Prosperidade Depende da Liberdade	Sem autoria	1994
26	A Economia Política da Mudança	Eduardo Gianetti da	1994
27	Relações de Trabalho numa Economia que se Abre	Jose Pastore	1994
28	Neoliberalismo: um Balanço	Perry Anderson	1994
29	A Lição Chilena	Luis Vergniaud	1994
30	A Economia e o Pêndulo	Francisco J. Barbosa	1995
31	Liberdade e Disciplina	Mircea Buescu	1995
32	O Progresso Econômico no Pós-Guerra	Tomin Borgouni	1995
33	O Liberalismo e o Governo Fernando Henrique Cardoso	Luis Alberto Machado	1995
34	Instrumentalismo: Friedman e a Metodologia da	Jose Maria R. Ramos	1995
35	Democracia e Sociedade Pluralista	José Osvaldo de Meira	1995
36	A Confusão entre Capital e Trabalho	Sergio Amad Costa	1995
37	Contribuições para a Reforma Tributária	Jacy Mendonça, Iris	1995
38	Robert Lucas: o Prêmio Nobel que Todos Aguardavam	Delfim Netto, Aluisio	1995
39	Liberdade, Sociedade Livre e Estado	Lor Peter Bauer	1995
40	A Revolução dos Think Tanks (centros de pensamento	Tito Livio Caldas	1995
41	The Mont Pelerin Society	Sem autoria	1995
42	Cingapura: Livre-Mercado e Desenvolvimento	Igor Cornelsen	1995
43	Brasil e África do Sul: Algumas Analogias na Transição	Luis Alberto Machado	1995

44	Economia das Medidas Provisórias	Jorge Viana Monteiro	1995
45	O Futuro é dos Malucos, dos Anarquistas e	Marcelo Cavalcanti	1995
46	Liberalismo e Social-Democracia	Jacy de Sousa Mendonça et	1995
47	Cartilha da Competência	Hans Ollaf Henkel	1995
48	Privatização: Melhores Serviços com Menores Impostos	Robert W. Poole Jr.	1996
49	A Reforma das Relações de Trabalho	Amaury de Souza	1996
50	A Função Social do Empresário e o Processo	Jose Manuel Moreira	1996
51	Caos, Administração e Economia	Marcos Cintra/Jose	1996
52	A Riqueza das Nações — 220 Anos Depois	Andrea Cury Waslander	1996
53	A Estabilidade é a Prioridade das Prioridades —	Antonio Kandir	1996
54	Perigos para a Democracia: Comunismo Ultra	Leo Wieland	1996
55	A Ética na Administração Pública	Gen. Romildo Cambrim	1996
56	O Custo Brasil em Contexto de Globalização da	Antônio Correa Lacerda	1996
57	FEE 50 Anos de Progresso da Economia Austríaca	Israel Kirzner	1996
58	Karl Popper e a Ética da Tolerância	Antônio Roberto Batista	1996
59	Liberalismo e Justiça Social. Parte I	Jacy de Souza Mendonça	1996
60	Liberalismo e Justiça Social. Parte II	Jacy de Souza Mendonça	1996
61	Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano	Roberto Campos	1996
62	Globalização, Transição Econômica e Infraestrutura no	Eduardo Gianetti da	1996
63	Juízo Arbitral — Forma Liberal de Justiça	Petronio Muniz	1996
64	Crescimento Econômico e Globalização no Brasil	Luiz Nelson Porto	1996
65	Privatização e Cidadania	Diogo Figueiredo Moreira	1996
66	A Globalização, o Estado--Nação e a Profissão Militar I	General Sérgio R. D.	1997
67	A Globalização, o Estado--Nação e a Profissão Militar II	General Sérgio R. D.	1997
68	O Fascínio do Discurso Marxista	Mircea Buescu	1997
69	Repensar o Desenvolvimento	Samuel Silva	1997
70	O Fim do Trabalho (livro de Jeremy Rifkin)	Benedito F. Barros	1997
71	Macroeconomia: o Conhecimento Inútil	Antônio I. Margareti	1997
72	Três Esferas da Educação: via Integral para o Êxito	Carolina Bolívar	1997
73	Evolução nos Serviços	Oscar Manuel Castro	1997
74	Futuro Mutante: Assistir ou Atuar?	Silvio Zilber	1997
75	Aspectos do Panorama Político Brasileiro	Ayres da Cunha/José	1997
76	A Ditadura da Democracia	João Luiz de Moraes	1997
77	Economia e Liberdade: Escola Austríaca e Economia	Ubiratan J. Iorio de	1997
78	Perspectivas do Liberalismo na América Latina	Ricardo Velez Rodrigues	1997
79	A Verdadeira Revolução	Daniel Imgin/Joseph	1998
80	Liberdade Econômica e Prosperidade: mais Evidência	Og Francisco Leme	1998
81	Leonel Robbins: um Economista e um Século	Jose Maria R. Ramos	1998
82	Discurso de Despedida da Vida Parlamentar do	Roberto Campos	1998
83	Reflexões em Torno da Crise	Paulo Saob	1998
84	O Liberalismo (entrevista de Donald Stewart Jr.)	Donald Stewart Jr	1999
85	Dez Anos de Queda do Muro de Berlim: Visão Política	Ubiratan Borges Mace	1999
86	Dez Anos de Queda do Muro de Berlim: Visão	Braz de Araújo	1999
87	Presença de Toqueville no Brasil. Parte I	Ricardo Velez Rodrigues	2000
88	Presença de Toqueville no Brasil. Parte II	Ricardo Velez Rodrigues	2000
89	Teoria do Processo de Mercado: Escola Austríaca	Fabio Barbieri	2000
90	Montesquieu Enlouquecido	Antônio Roberto Batis	2000
91	Encantamento Substitui Qualidade na Competição	Luis Alberto Machado	2001
92	O Censo 2000 e Falta de Senso do MST	Cândido Mendes Prunes	2001